

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DO MÉDIO PARAÓPEBA

PATRIMÔNIO CULTURAL DE BONFIM, MINAS GERAIS

ORGANIZADOR | AMAURI CARLOS FERREIRA



A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DO
MÉDIO PARAÓPEBA

PATRIMÔNIO CULTURAL DE BONFIM, MINAS GERAIS

Amauri Carlos Ferreira (organizador)

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DO
MÉDIO PARAÓPEBA

PATRIMÔNIO CULTURAL DE BONFIM, MINAS GERAIS

Organização dos textos | Amauri Carlos Ferreira

Revisão dos textos | Mário F. I. Viggiano

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica | Paulo Pinheiro Cruz

Tratamento das imagens | Paulo Pinheiro Cruz

Edição | Oficina do Texto & Comunicação. Alameda da Poesia, 128.
Condomínio Pasárgada, Nova Lima – Minas Gerais. CEP 34009-577.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A Construção do imaginário do médio Paraopeba
[livro eletrônico] : patrimônio cultural de
Bonfim, Minas Gerais / organização Amauri
Carlos Ferreira. -- 1. ed. -- Belo Horizonte,
MG : Oficina do Texto, 2025.

PDF

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-981032-1-7

1. Documentos 2. Educação 3. Patrimônio cultural
de Bonfim (MG) 4. Religiosos I. Ferreira, Amauri
Carlos.

25-315573.0

CDD-363.69098151

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio cultural e histórico : Memória e
preservação : Bonfim : Minas Gerais : Estado :
História 363.69098151

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Agradecimentos

Agradecer é um ato de cuidado que abre possibilidades para encontros. Eu tento sempre deixar registrados os nomes de pessoas que contribuíram de alguma forma para que eu pudesse alcançar o objetivo proposto. Pode ser um vestígio, um fragmento, um gesto, uma palavra que acionou os porões da memória, mas há esquecimentos. Pode ser que no momento do deslindar da escrita alguns nomes não me tenham vindo à memória. Esquecimentos acontecem. Eles fazem parte de alguma história e talvez não desta que está em construção. Caso tenha me esquecido de alguém, ignore. Atente-se para o trabalho final do livro que é uma atividade coletiva e o leitor se sinta contemplado com esta história que também é sua. Você já sabe, mas não custa lembrar: a memória afetiva e dos feitos é feita também de esquecimentos.

Este livro que o leitor tem em mãos, e o terá virtualmente, só foi possível pela disponibilidade, interesse, motivação, persistência de várias pessoas e instituições as quais sou muito grato.

Agradeço e nomeio a seguir instituições e pessoas fundamentais para que os projetos e este livro se tornassem realidade.

À Fapemig, pelo financiamento do projeto Patrimônio Histórico de Bonfim - MG: Construção do imaginário religioso e educacional mineiro no Médio Paraopeba (MG), aprovado pelo edital de 2022. Aos funcionários do PROPPG responsáveis pelo acompanhamento deste projeto: Cristiane, Rosa, Raphael, Mateus e à equipe da Sociedade Mineira de Cultura.

Ao Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA) e à PUC Minas pelo financiamento do Projeto Religião, Educação e Memória do Colégio Padre Trigueiro durante o período de 2018 a 2020. Agradeço a participação de Eliane Marta Lopes, Anderson Marinho Maia, os bolsistas frei Gustavo, Natanael e Jackson.

Agradecimentos também à bibliotecária Marilza e aos reitores frei Jacir e frei João.

À Prefeitura de Bonfim - MG pela parceria estabelecida entre a Casa de Cultura e a Fapemig por meio dos projetos de pesquisa coordenados por mim, Amauri Carlos Ferreira. Agradeço os ex-secretários de Cultura, na vigência dos projetos, Daniel Batista Parreiras, Fábio Campos Pereira, Natália Geralda da Cunha e ao ex-prefeito Gustavo Marques Ribeiro.

À ex-funcionária Maria da Conceição Campos e aos (às) atuais funcionários (as) Patrícia de Souza Parreiras, Gustavo Antônio de Oliveira Carmo, Iris, e a secretária atual de Cultura, Adriana Angélica de Jesus Gomes. Agradeço a acolhida sempre atenta e respeitosa aos bolsistas do projeto e por abrir as portas para que esta parceria se efetivasse.

Ao diretor de patrimônio, Robson Augusto Silva Moura, agradeço imensamente pela participação efetiva e afetiva desde o início do projeto como representante legal. A sua dedicação e competência foi fundamental para esta parceria.

Ao atual prefeito, Marcone Marques Parreiras, e seu vice, Daniel Batista Parreiras, agradeço o apoio institucional que não posso estender aos ex-vereadores. Só posso desejar que eles e a vereadora lembrem-se da existência e da importância da Casa de Cultura, desenvolvam projetos que possam conservar os documentos e que façam sair do papel o museu, criado pela ex-prefeita Terezinha (Neném). Não se esqueçam de que a Casa de Cultura depende de ações políticas de longa duração.

À Maria de Freitas Marques por ter me apresentado pela primeira vez no fim da década de 1990 a documentação da Casa de Cultura. Estendo este agradecimento à Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez pela dedicação à história e à preservação de bens culturais. Sem a sua iniciativa na dé-

cada de 1990 e por continuar a insistir na preservação dessa documentação, este livro não seria possível.

À Maria Beatriz de Campos Teixeira Neves Monteiro que, além de ter sido minha professora, ao saber desta pesquisa, junto com a irmã, Miriam de Campos Teixeira, Neves enviaram-me um jornal de época conduzindo-me a outros documentos para realização desta pesquisa.

À Maria Aparecida Trigueiro de Menezes, minha amiga de longa data. Tentou buscar informações com outras pessoas sobre o Colégio Trigueiro. Informou sobre sua mãe Dona Alice (*in memoriam*), interna do Colégio Trigueiro.

À Sandra Vilaça Pereira e Vicente Felipe Pereira, amigos com quem compartilhamos vários momentos felizes em laços de amizade que se eternizam. Ao tomarem conhecimento do desenvolvimento da pesquisa, emprestaram livros, escutaram-me e apresentaram Hildegardes Ferreira Lara e Maria Sallett Ferreira Lara, filhos de Dona Geni Amorim Silva (*in memoriam*), em companhia de Geralda de Fátima Vilaça Lara. Com uma hospitalidade imensa, foi possível fazer uma entrevista com Dona Geni que foi interna no Colégio Trigueiro.

Ao Renato Trigueiro Cunha que, com disponibilidade e interesse por Bonfim, se dispôs a estar nos dois projetos de pesquisa. Pesquisou, disponibilizou documentos cruciais que foram muito importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Ele entrevistou na época a própria mãe, Carmélia Trigueiro da Cunha (*in memoriam*), e a tia, Jandira Trigueiro Drumond (*in memoriam*).

Ao Ildeu da Fonseca Moreira e à Cybele Rodrigues da Fonseca Moreira, amigos preocupados com a justiça social e que pensam o patrimônio como extensão deles mesmos. Abriram o caminho para o meu reencontro com Antônio de Paiva Moura e fotografou o belo quadro pintado por Jaime Motta, a quem sou também muito grato.

Procurando pistas, esculpindo o tempo, reencontro a professora Mônica Eustáquio Fernandes Fonseca, ex-professora da PUC Minas que, ao ser responsável pelo Patrimônio da Arquidiocese de Belo Horizonte, acatou meu pedido e encontrou um registro de matrículas que comprovou que Adelaide Trigueiro, diretora do Colégio Trigueiro, estudou no Colégio de Macaúbas em Santa Luzia.

Às pessoas que estão no grupo de fotos antigas de Bonfim no Facebook. Através dele tive contato com Júlio César Barros Guimarães, que cedeu com prontidão uma foto do certificado de uma ex-estudante do Colégio Trigueiro (a própria mãe, Anézia Barros).

À Maria de Lourdes Lima Campos, que foi amiga de minha mãe. Desde sempre mantém seu carinho e afeto pelas coisas que divido com ela e com seus filhos Magda, Abdon, Agmar e Jaqueline. Portadora de uma memória privilegiada, indicou pessoas e contou histórias sobre a cidade de Bonfim de antes, onde viveu e ouviu contar. Uma gratidão eterna pela sua existência e por partilhar com ela vários momentos da minha existência.

Agradecemos à equipe do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas pela formação dos bolsistas do projeto, aos funcionários do Arquivo Público Mineiro e da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte. Agradecemos à professora e historiadora da Comissão Mineira do Folclore, Maria Agripina Neves, pela disponibilidade, hospitalidade e interesse em temas históricos, particularmente aos vinculados a Minas Gerais.

Agradecimentos especiais

Aos bonfinenses que sabem da importância da preservação do patrimônio que temos e aos outros bonfinenses, que não se sabe a razão, se recusam insistentemente a pensar a cultura como uma extensão deles mesmos.

Aos autores dos capítulos, aos ex-bolsistas e à bolsista, minha gratidão. Ao Evandro Pinho Tavares e ao Amaro Pinho Tavares, amigos que, com cuidado e zelo, trouxeram e levaram os estudantes bolsistas com segurança e confiança. Eu sou eternamente grato pela amizade de vocês.

Aos meus (minhas) amigos (amigas) de Bonfim, os quais destaco Agmar, Vicente, Ricardo, Silvana, Tita, Jaqueline, Celeste, Neide, Maria Luiza e Ivete, entre outros (as). E de outros lugares, os quais destaco Maria Elizabeth Marques, Marta Marques, Ruth Schimitz, Ivone, Miriam, Nilma, Nilson, Eliane, Marialice, Maria Alice, Jussara, Luzia, Sílvia, Marise, Ceres, Sandra Valéria, Vanessa, Soraia, Ana Beatriz, Shirley, Margareth, Taquinho, Jardimino, Ilma, Emília, Fídias, Edemar, Adail, Raphael, Bruno, Santuza, José Ricardo, Wandinha e Hélio, entre outros, que confiam em mim e em tudo o que faço e acredito. Com vocês a vida se torna muito mais bela e interessante. Amigo é casa. Moradia de escolhas.

Aos meus irmãos e parentes, gratidão. Ao meu irmão Ricardo, a quem fui e serei grato por tudo o que ele é e se tornou. O seu afeto é grande e se estende a sua filha Helena, minha afilhada, e a sua companheira, Josi.

Ao Mário Viggiano, meu amigo, que com a sua competência fez a correção dos capítulos. Com Paulo Pinheiro Cruz, pensaram a bela capa e permitiram que este livro chegasse ao leitor com beleza e clareza, desde a confecção da capa à estruturação de seu conteúdo. Eu sou grato à editora Oficina do Texto, na pessoa do Mário, que permitiu acesso livre ao livro que ficará disponível à população no site da prefeitura e da Casa de Cultura.

SUMÁRIO

PREFÁCIO..... 15

Amauri Carlos Ferreira | Antônio de Paiva Moura (in memoriam)

Comunidade guardiã: caminhos para a salvaguarda do patrimônio cultural do Médio Paraopeba 27

Wagner Lucas Pereira

A memória preservada: um percurso pelos documentos do Arquivo de Bonfim 49

Ana Júlia Ribeiro Vieira de Brito

Leandro Pereira de Abreu

Memória, estória e literatura como relicário do Carnaval a Cavalo: a reafirmação da identidade pelo compromisso com a tradição 71

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Ruínas silenciadas: antigos e novos cenários urbanos do Centro Histórico de Bonfim-MG 89

Ricardo Carlos Ferreira

Senhor do Bonfim: uma igreja setecentista esquecida pela historiografia 111

Renato Trigueiro da Cunha

Robson Moura

Crime e castigo: os manuscritos sobre a escravidão do Arquivo Público de Bonfim-MG 155

Cláudia Eliane P. Marques Martinez

Tráfico e traficantes em Bonfim do Paraopeba nas décadas finais da escravidão 175

Ulisses Henrique Tizoco

Nas trilhas das mulheres negras: o silêncio dos arquivos na Região do Vale do Paraopeba – MG 199

Amauri Carlos Ferreira

Soraia Aparecida Belton Ferreira

Lilian Cristina Bernardo Gomes

A “miserável Olivia”: um estudo de caso sobre a mulher, a violência e a vida privada no século XVIII 215

Gabriel Alves Mendes

Escolas de primeiras letras: educação escolar em Bonfim – MG no século XIX 225

Amauri Carlos Ferreira

Soraia Aparecida Belton Ferreira

Lilian Cristina Bernardo Gomes

História e Memória do Colégio Padre Trigueiro.....	243
<i>Amauri Carlos Ferreira</i>	
<i>Anderson Marinho Maia</i>	
<i>Soraia Aparecida Belton Ferreira</i>	
O julgamento da moral: análise da acusação do “Pecado de Bestialidade” em Nossa Senhora das Dores, distrito de Bonfim-MG, em 1835.....	267
<i>Bruna Letícia Fernandes da Silva</i>	
<i>Victória Carvalho Akerman</i>	
A instauração do casamento civil na Primeira República e o imaginário católico em Bonfim-MG.....	277
<i>Ana Júlia Ribeiro Vieira de Brito</i>	
<i>Thiago Narciso dos Santos</i>	
Cenários políticos e conflitos locais: o contexto político de Minas Gerais no século XIX, com enfoque em Bonfim....	287
<i>Elen da Silva Perdigão</i>	
<i>Gabriel Alves Mendes</i>	
<i>Pedro Arthur da Silva Piuco</i>	
Do Barro ao Vaticano II: o Santuário Senhor do Bonfim como testemunha do tempo	297
<i>Padre Sérgio Francisco Alves Filho</i>	

POSFÁCIO311

Wanda Regina Rodrigues

SOBRE OS AUTORES.....314



Prefácio¹

A relação urdida entre história e memória é atravessada pelo tempo. Tempo, história e memória configuram um modo de pensar o mundo, ofício de vários historiadores e narradores do vivido. A narrativa de acontecimentos e eventos se deve a significações que são esculpidas no tempo a partir de intenções que vão sendo entrelaçadas e, ao serem evidenciadas, proporcionam ao ouvinte e ao leitor um tipo de saber. É a partir desta relação que os autores deste livro dão significado às pesquisas que empreendem ou dos interesses que são convidados a narrar. As narrativas fazem parte de vários estudos e, para quem tematiza o imaginário, elas estão presentes nesta relação entre história e memória, mediante documentos orais e escritos que dizem sobre o que fomos, quem somos. É nosso modo de construir cultura.

“Para a maioria das pessoas, a palavra cultura indica um alto nível artístico ou intelectual, o progresso da arte e da ciência. Neste trabalho, vale o conceito antropológico de cultura em que a palavra engloba tudo isso e muito mais. Abrange tudo o quanto a pessoa obtém como membro de uma sociedade: todos os hábitos e aptidões adquiridos por tradição ou por expe-

1 Este prefácio é em memória do historiador Antônio de Paiva Moura. Ele deveria escrevê-lo. No entanto, ele partiu antes do livro estar pronto, pois “Morte sem aviso. Equivale a dizer: a vida para. E pode parar a qualquer momento” (Auster, 1982, p. 7). Quando o convidei para a escrita deste prefácio, ele pediu o nome das pessoas e sobre o que elas escreveriam. Ao enviar a estrutura do livro e o assunto, ele se sentiu honrado e feliz em escrevê-lo, tendo em vista o campo interdisciplinar da história de Minas Gerais, contemplando parte do patrimônio cultural da região do Vale do Paraopeba. O apreço pela região se deve ao seu nascimento na cidade de Moeda, a sua vivência no distrito de Vargem Alegre, aos seus escritos sobre Minas Gerais e particularmente ao seu interesse pelo Patrimônio Cultural de Bonfim - MG. No ano de 1996, redigiu um projeto para o Centro Cultural de Bonfim, que abrigaria o Arquivo Público, a Biblioteca Municipal e o Museu da Cidade. Para redigir este prefácio em sua homenagem, transcrevi partes de seus escritos para que o leitor busque em suas obras outras leituras que descrevem e significam a região do Vale do Paraopeba. As partes que estão grafadas entre aspas são de Antônio de Paiva Moura. O prefácio redigido por mim e também por ele assinado, é o modo singular de homenageá-lo, em deixar registrado que ele está presente a partir de suas obras.

riência, assim como todos os objetos materiais fabricados pela comunidade. Dessa forma, as atividades econômicas, a administração municipal, a culinária, as práticas esportivas, os folguedos, as relações sociais, as condutas familiares e as ideias de bem e mal, tudo se converte em bens culturais” (Moura, 2005, p.6).

A construção do patrimônio cultural de uma cidade está imbricada no conceito de cultura de tal maneira que os capítulos deste livro representam significados atribuídos a partir de um modo de conceber o mundo. Os capítulos são resultados de pesquisas em que os (as) autores (as) buscam evidenciar para o leitor a importância de preservação de bens culturais da região de Bonfim - MG, a relação entre história e memória, a configuração do patrimônio cultural e a relevância da preservação dos documentos organizados, higienizados e catalogados.

No ano de 2005, Antônio de Paiva Moura afirmava: “tínhamos uma limitação na historiografia de Bonfim, tendo em vista que os trabalhos até aquele momento estavam baseados em sua maior parte na tradição oral”. Para sair dessa limitação, historiadores como Cláudia Marques Martinez (ela realizou a primeira organização e catalogação dos documentos da Casa de Cultura de Bonfim no ano de 1996) e Ulisses Henrique Tizoco (em 2021, sob a coordenação do professor Amauri Carlos Ferreira, produziu a segunda catalogação e organização dos documentos) realizaram pesquisas acadêmicas e demonstraram a potência histórica da documentação. Nessa mesma confluência, os escritos de Renato Trigueiro Cunha, a partir de 2008, apresentaram a necessidade de buscar na documentação o que se registra oralmente.

A documentação necessita periodicamente de higienização, organização, catalogação e, para tal, há a necessidade de um aprendizado que abra possibilidade de se ter uma memória preservada. De forma esclarecedora, o capítulo redigido pelos historiadores Ana Júlia Ribeiro Vieira de Brito e Leandro Pereira de Abreu mostram para o leitor de que maneira o cuidado com os

documentos é crucial para que a memória seja retomada a cada pergunta que o pesquisador faça.

Nesse capítulo, o leitor perceberá que é um trabalho lento, requer atenção e cuidado. Algumas imagens registram as caixas da documentação e o estado dos documentos. A partir de outras imagens, é possível se ter uma ideia da atividade dos bolsistas *in loco*. O capítulo apresenta o que necessitamos para a preservação da memória e, ao mesmo tempo, nos mostra como está a documentação e a necessidade de sua preservação. Ensina também a importância de um projeto de pesquisa que, ao envolver estudantes de graduação, aprende-se um apreço maior pela relação entre história, memória, patrimônio, cidade e narrativas.

Para os pesquisadores, é crucial o contato com as fontes primárias, que “são abundantes na Casa de Cultura de Bonfim. No entanto, elas são pouco conhecidas e as fontes secundárias insuficientes para um trabalho historiográfico de maior valor científico” (2005,p.7). Com parte desse patrimônio documental disponível ao público, há a possibilidade de se complementar as pesquisas na região, tendo em vista a riqueza desse acervo que necessita ser conservado e divulgado.

Como toda história sobre cidades, a construção de imagens tem sua objetivação em narrativas, seja pela tradição oral ou escrita. Neste livro, o leitor encontrará a relação entre história e memória configurada em partes do patrimônio cultural da região do Médio Paraopeba, tendo a cidade de Bonfim - MG como referência. No capítulo sobre o Médio Paraopeba, escrito por Wagner Lucas Pereira, o autor buscou apresentar brevemente sobre as práticas, os desafios e as possibilidades da gestão do patrimônio cultural, destacando a atuação da esfera municipal, além de tecer considerações sobre manifestações culturais das cidades aqui contempladas, no caso, Belo Vale, Bonfim, Crucilândia, Moeda, Piedade dos Gerais e Rio Manso. É um capítulo que mostra a importância do Vale e do Médio Paraopeba.

O Vale do Paraopeba tem seu patrimônio ambiental e cultural assegurado. O nome Paraopeba se deve à língua tupi-guarani em que se tem Para (volumoso) Peba (águas avermelhadas e barrentas). O que se viveu e vive no rio Paraopeba é seu maior acervo. Em sua história e memória, nas Minas Gerais do século XVIII, está ligado a três comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes. Daí se tem a memória dos rios Velhas, São Francisco e Paraopeba, que contam e recontam a história de pequenas vilas e cidades. Sem eles, não existiriam as cidades e muito menos a cidade de Bonfim.

Escrever sobre cidades não é uma tarefa simples. E sobre a região que nascemos, crescemos e temos alguma afinidade, há uma complexidade maior. Cada autor dos capítulos demonstra seu interesse para que o leitor forme e se informe. Esse interesse pode ser percebido em pistas, vestígios, eventos, acontecimentos e curiosidades a partir dos significados atribuídos pelos autores. É a composição de mosaicos. A cada momento uma lembrança, um documento encontrado, uma possibilidade que renasce e se inscreve em nossa memória.

O capítulo sobre o Carnaval a Cavalo, escrito por Hugo Mateus Gonçalves Rocha, apresenta a relação urdida entre história e memória, configurada em um processo de identidade e identificação com a cultura popular. O autor, ao trazer um festejo que ocorre no Carnaval bonfinense, o inscreve no processo de preservação de um patrimônio que se renova a cada ano. Ao revisitar memórias afetivas e submetê-las à análise histórica, a identidade e a identificação dele com o festejo é demonstrada na relação entre razão e paixão.

A cidade de Bonfim tem uma posição central, geográfica e política no Médio Paraopeba. Os casarios existentes contam as histórias do lugar. O autor Ricardo Carlos Ferreira, baseando-se em sua dissertação de mestrado, aponta e demonstra de forma lapidar os antigos e novos cenários urbanos, trazendo o descaso de alguns cidadãos bonfinenses com o bem tombado

pelo patrimônio. A epígrafe de Walter Benjamim na abertura do capítulo configura o ideal de significância do patrimônio, tendo em vista que “o passado não permanece tal como gostaríamos que permanecesse, restando dele apenas fragmentos que nos chegam aos pedaços, solicitando práticas de preservação”. “A formação populacional do município de Bonfim começa com as bandeiras em busca de índios (indígenas)² e minerais preciosos. Essas populações assentaram-se primeiramente em seu entorno, isto é, nos municípios limítrofes do atual Bonfim, como São Gonçalo da Ponte (Belo Vale), Santana do Paraopeba, Piedade dos Gerais, Piedade do Paraopeba, Conceição de Itaguá (Brumadinho), Rio Manso, Santana do São João Acima (Itaúna) e Mateus Leme.

Somente na segunda metade do século XIX o arraial e a capela de Senhor do Bonfim começam a figurar em registros estatísticos da paróquia (unidade administrativa e eclesiástica) de Congonhas, no termo de Queluz (Conselheiro Lafaiete e Comarca do Rio das Mortes). O motivo deste entorno de Bonfim ter crescido a partir da segunda metade do século XVIII foi a busca de novos espaços para a criação e para o plantio, em decorrência da má prática agrícola nas periferias de Ouro Preto, Sabará e São João Del Rei. Bonfim foi considerada a terceira cidade mais populosa do distrito de Congonhas, em 1831, com 1.216 habitantes. Devido ao crescimento populacional, foi elevada à categoria de município pela lei n-134, de 16 de março de 1839, cuja sede era a vila de Senhor do Bonfim do Paraopeba. Bonfim passou a ser o 35º município da província de Minas Gerais e sua câmara municipal instalada em janeiro de 1842 (Moura, 2025, p. 2).

Com o povoamento na região, Bonfim se destaca no século XIX no período da escravidão. O leitor entenderá um pouco mais sobre o que aconteceu na região de Bonfim, a partir de dois capítulos, em que a documentação

2 Mantive índios como na escrita de Antônio Moura e entre parênteses indígenas atualizando o termo por questões antropológicas e pela configuração da luta pela diversidade.

da Casa de Cultura foi consultada. No capítulo escrito por Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez, a autora especialista nesse período nos brinda com um texto inspirado na obra de Dostoiévski, “Crime e Castigo” conduzindo o leitor a compreender nos três casos descritos o exercício da violência no sistema escravista.

A autora, nesse capítulo, faz algumas notas esclarecedoras sobre o Arquivo de Bonfim, sua origem que data de 1996 e deixa registrada a importância do arquivo para a história e memória da região do Médio Paraopeba. O outro capítulo, sobre esse período, é do historiador Ulisses Henrique Tizoco, que nos apresenta um texto baseado em sua dissertação de mestrado de como se configurou o tráfico e traficantes na cidade de Bonfim, priorizando as décadas finais da escravidão. Ao se debruçar sobre a farta documentação existente, foi possível a ele compreender como se organizou o mercado local de cativos nas décadas finais da escravidão e as conexões estabelecidas com os mercados de outras localidades.

Falar sobre a escravidão em Bonfim remete o leitor ao livro de Carlos Maciel da Cunha, “O Morro da Forca”, de 1960. A descrição do morro é configurada em histórias contadas. “ O Morro maldito fica além do Ribeirão... ao pé do morro, após dois sovações cuja profundidade não se calcula, a subida é íngreme, de ocre, de argila, de terra vermelha, com tons amarelados. Montam guarda, dos dois lados altíssimos barrancos, onde as correntes cavaram a vontade...(p.17)...Contornado à esquerda, atingirá uma esplanada, coroando o morro. Um pequeno platô em declive, com uns cem metros quadrados”. O morro foi perdendo suas características e também sua história. A existência do Morro da Forca é confirmada historicamente. No entanto, essa memória foi sendo esquecida e apagada. No lugar do cadafalso, uma cruz. No lugar da cruz, na metade da década de 1990, erige-se um Cristo. O antigo Morro da Forca é substituído pelo Morro do Cristo.

Se há negros, deveriam existir manifestações religiosas dos negros. O silêncio dos arquivos atesta a invisibilidade deles. Ao percorrermos os documentos da região do Médio Paraopeba no século XIX, nenhuma pista. Na narrativa dos mais velhos, tem-se a existência do Congado e de um possível quilombo no povoado chamado Fundão (pertencente ao único distrito de Bonfim - Vargem Alegre) configurando os vestígios da história no teatro da memória.

Sobre o Distrito de Vargem Alegre cujo “primeiro nome foi Fazenda de Macaúbas, do tupi Ma Ka i ba que significa árvore da macaba ou coqueiro macaúbas”, tem seu registro em 1837. Em 1855, há o registro de terras e parti-lhas de heranças de diversas famílias. O segundo nome foi Santo Antônio da Vargem Alegre. Santo Antônio, o padroeiro. Vargem do latim “várzea”, terreno plano. Alegre talvez seja pelo comportamento do povo e talvez pelo colorido vivo e alegre oferecido pela natureza (Moura,1981,pp-5-6). Esse distrito é constituído pelos povoados de Barreiras, Dumbá, Engenho, Fundão, Germano, Grota de Cima, ,Jordão, Juliões, Macaúbas de Baixo, Matos, Pari, Pires, Ribeiro, Suro e Toné (Moura, 2025 , p.2).

No início da década de 1980, a “ religião católica era única. Não existia o menor sinal de outro credo e nem sincretismo. Apenas uma família, de origem africana, conservou, há tempo, alguns amuletos de conotação umbandista e candomblecista (matriz africana). A congada de Nossa Senhora do Rosário do Fundão , deixou de existir, por recomendação do padre Antônio Guilherme Pires da Costa³ (Moura,1981,p.16).

3 Na década de 1920, há uma proibição da igreja católica mineira em relação à participação dos reisados, reinados ou outras manifestações culturais dos negros em cultos católicos. Nos jornais mineiros tem-se avisos dessa proibição. Em Belo Horizonte, com a influência de Dom Cabral na igreja mineira, essa proibição estava divulgada em todo o Estado. Na Carta Pastoral - Determinações das Conferências de 1927 e no aviso do mesmo ano, as proibições de festas do Rosário estavam na pauta do bispo de Belo Horizonte - MG . Conforme o documento, “lamentamos que não tenham ainda desaparecido totalmente os chamados reinados ou Congados que põem quase sempre uma nota humilhante nas festas religiosas”. Em uma informação da Gazeta de

O leitor terá contato com dois capítulos específicos: um sobre a Igreja Matriz e outro sobre o santuário. Os autores, Renato Trigueiro Cunha e Robson Augusto da Silva Moura, brindam o leitor com narrativas que envolvem história e memória. Eles recorrem a algumas imagens, explicando ao leitor o motivo de ser a Igreja Matriz uma construção setecentista, e nos presenteiam com a narrativa das trocas das imagens, o que consolidou uma tradição. O outro capítulo, escrito pelo padre Sérgio Francisco Alves Filho, configura a criação do santuário do Bom Jesus do Bonfim, sua origem e extensão. O autor mostra a importância do santuário e o inscreve na origem e extensão do patrimônio cultural, trazendo um pouco da história da igreja e a importância do santuário para a fé católica.

É pertinente lembrar que os santuários no Brasil e sua legitimação eclesial remontam à devoção popular que está circunscrita a peregrinações e romarias instituídas como uma forma de legitimação da fé. No que se refere a santuários, há uma estreita ligação com o patrimônio cultural, tendo em vista que a crença religiosa configura uma relação com os costumes sedimentados ao longo do tempo. Essa constatação pode ser percebida quando tombamentos de monumentos religiosos configuram lugares de memória e uma parte deles são legitimados pela fé, o que a conduz a um fluxo de pessoas proporcionando o turismo local. O Estado de Minas Gerais agrega santuários de grande importância e alguns estão configurados como santuários que são somados à questão ambiental, tendo em vista a paisagem, como é caso da Serra da Piedade ou pela sua história como é o caso do Santuário do Caraça. Os vários santuários registrados pela Arquidiocese de Belo Horizonte mostram parcialmente a história e a memória desses lugares.

Minas de 27 de maio de 1923 na página 1, “ estamos informando de fonte mui segura que S Exa Revma D. Antonio dos Santos Cabral, bispo de Belo Horizonte proibiu festas chamadas de reinado que se faziam nessa cidade, por ocasião dos festejos religiosos, em honra a virgem do Rosário (Pires, 2009, p.3). A revogação dessa proibição ocorreu recentemente em 2023 com Dom Walmor Oliveira de Azevedo.

Os demais capítulos deste livro foram escritos pelos pesquisadores e estudantes bolsistas sobre imaginário educacional e religioso no Médio Paraopeba em que utilizamos fontes primárias orais e escritas em dois projetos coordenados por Amauri C. Ferreira: a) Religião, educação e Memória do Colégio Padre Trigueiro no período de 2019-2022, financiado pelo Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA) e PUC Minas e b) Patrimônio Histórico de Bonfim – MG: Construção do imaginário religioso e educacional mineiro no Médio Paraopeba (MG), no período de 2022 a 2025, financiado pela Fapemig. Alguns desses capítulos foram apresentados em anais de eventos acadêmicos: Congressos da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (Soter), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE), Associação Nacional de História (Anpuh), nos seminários do Instituto de Ciências Humanas da PUC Minas, no simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) e no Colóquio do Grupo de Pesquisa em Religião, Educação, Ecologia, Libertação e Diálogo (Redeclid) da Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas.

É importante lembrar que a iniciativa de publicação deste livro é de seu organizador, tendo em vista a importância da Casa de Cultura para a história e memória do Estado de Minas Gerais e pelo seu interesse particular e afetivo com a cidade e com as pessoas que dela desfrutam. As pessoas convidadas para a escrita dos capítulos participaram dos dois projetos e são aquelas que escreveram sobre a cidade, região ou tem um interesse afetivo na preservação de bens culturais.

É a história e a memória de uma cidade escrita e inscrita no modo particular e hospitaleiro de ser bonfinense. Esperamos que o livro atinja seu objetivo: despertar para a importância da preservação do patrimônio cultural da cidade de Bonfim e do Vale do Paraopeba, como também façam desta iniciativa um ponto de partida para outras significações e não um ponto final de chegada.

Amauri Carlos Ferreira | Antônio de Paiva Moura (*in memoriam*)

REFERÊNCIAS

AUSTER, Paul. **O inventor de solidão**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

MOURA, Antônio de Paiva. **Vargem Alegre** (História e Perspectivas). Belo Horizonte, 1981.

MOURA, Antônio de Paiva. **Projeto**. Centro Cultural e Educacional de Bonfim. Duas folhas impressas, Bonfim, 1996.

MOURA, Antônio de Paiva. **Diagnóstico do patrimônio cultural de Bonfim**. Belo Horizonte: Quatro Irmãos, 2005.

MOURA, Antônio de Paiva. **Bonfim e Oeste Mineiro**. Bonfim: Três Folhas impressas, 2025.

PIRES, Fernanda. O Congado e sua relação com a igreja católica. In: XXV Simpósio Nacional de História. **Anais**, ANPUH, 2009.





Comunidade guardiã: caminhos para a salvaguarda do patrimônio cultural do Médio Paraopeba

Wagner Lucas Pereira

1 INTRODUÇÃO

Aloísio Magalhães foi um importante agente público e político que se esforçou, sobretudo na década de 1970, para aprumar uma mais inclusiva concepção basilar para as políticas culturais no Brasil. As iniciativas e trajetória dele demarcaram novas práticas envolvendo as instituições de memória. Foi um dos responsáveis pela ampliação institucional das zonas de interesses para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, defendendo uma noção mais pluralista e democrática, em que, corolariamente, preconizava a alçada de novos bens culturais percebidos como patrimônio, abrangendo, por exemplo, costumes e hábitos regionais, artesanatos e trabalhos pré-industriais (Freitas, 1997 p. 71).

A empreitada dele desbordou a concepção norteada por valores eruditos da salvaguarda do patrimônio cultural, buscando novos contornos que contemplassem enredos protagonizados no seio da cultura popular e do Brasil vivido. Uma sintomática manifestação da importância de suas construções teórico-práticas e institucionais reflete-se na redação do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que planificou um mais abrangente entendimento e trato do patrimônio cultural brasileiro por parte do Estado (Lavinias, 2012, p.11).

No percurso de Aloísio Magalhães pelos aparelhos culturais estatais, uma das preocupações mais latentes de sua jornada é o fortalecimento do elo entre as referências culturais e a comunidade detentora/praticante dessas

manifestações materiais e simbólicas. Muitas de suas ações tiveram como fator edificante um papel ativo da comunidade, levando em conta o reverberar das identidades culturais locais nas atividades de definição e promoção dos bens culturais. Não à toa, uma das frases mais icônicas de sua trajetória profissional exalta essa relação: “a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio”.

Essa breve evocação da biografia de Aloísio Magalhaes tem o objetivo de prenunciar as direções que este texto pretende seguir. Destaca-se o papel do ator social que, munido de vontade política, aliou projeção e operação para transformar as práticas concernentes ao patrimônio cultural no Brasil. Ademais, sinaliza o salutar papel de atuação conjunta entre poder público e comunidade na construção de uma herança cultural coletiva para que o patrimônio seja ressonante e representativo. Nesse sentido, o mantra da “comunidade guardiã” vai permear as intenções de suscitar as meditações aqui feitas na tentativa de contribuir para as ações concernentes ao patrimônio cultural de cidades do Médio Paraopeba¹.

Dessa forma, busca-se aqui versar brevemente sobre as práticas, os desafios e as possibilidades da gestão do patrimônio cultural, destacando a atuação da esfera municipal e sendo também oportuno tecer considerações sobre manifestações culturais das cidades aqui contempladas, no caso, Belo Vale, Bonfim, Crucilândia, Moeda, Piedade dos Gerais e Rio Manso. Conjuntamente, será realizada uma incursão a algumas concepções teóricas que podem nortear caminhos profícuos para a atuação no campo do patrimônio cultural, sobretudo para basear uma cultura do trabalho que crie mais vín-

1 O Médio Paraopeba pode ser definido como uma microrregião que compreende cidades que são cortadas pelo Rio Paraopeba e afluentes na porção mediana de seu curso. Dentre os municípios que estão localizados no vale, se encontram os aqui contemplados que foram escolhidos devido às convergências históricas, sociais e culturais, além da proximidade geográfica, tendo como eixo o município de Bonfim -MG. A escolha do município-eixo se deve a sua posição central, geográfica e política, nos primórdios da ocupação e formação social da região nos séculos XVIII e XIX.

culos com a comunidade representada ou que se quer fazer representar.

É necessário suscitar algumas premissas para a lavra deste texto. Primeiro, as reflexões procuram ser contributivas nos processos institucionais de promoção e manutenção do patrimônio cultural encampados pelas instâncias públicas municipais responsáveis. Segundo, manifestações materiais e simbólicas de práticas culturais presentes na região serão lidas sob o prisma dos conceitos e ações da construção do patrimônio cultural com o intuito de evocar meditações e reflexões – não há a presunção de elencar aqui manifestações elegíveis em detrimento de outras, não aqui citadas, preteríveis.

E, por fim, fomentar o debate é essencial para o desenvolvimento de práticas que preencham de vida as políticas de patrimônio cultural. É sendo um caminho produtivo para que, no meio das oportunidades e dos impeditivos, dos consensos e dos dissensos, melhor compreender o que é concebido e como é promovida uma manifestação cultural com o status de patrimônio.

2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO: DO NACIONAL AO MUNICIPAL

Quando se trata da noção moderna de patrimônio cultural e sua gestão por parte do poder público, o marco inicial advém do fim do século XVIII, sobretudo na França, quando o Estado inicia a construção de um estatuto jurídico e conceitual para assumir a gerência legal de certos bens compreendidos como de interesse público e de posse coletiva. Tais ações foram respostas aos atos iconoclastas de vandalismos ensejados durante a Revolução Francesa aos bens confiscados dos nobres e do clero, alvo das investidas revolucionárias, como formas de destruir a ordem do antigo regime em prol da constituição de uma nova era (Fonseca, 2005, p. 49-56).

A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade

de ressemantizar esses bens. A ideia de um patrimônio da nação, ou “de todos”, conforme o texto legal, homogeneiza simbolicamente esses bens heterogêneos e de diferentes procedências, que passam a ser objetos de medidas administrativas e jurídicas: formulação de leis, decretos e prescrições, criação de comissões específicas, instituição de práticas de conservação (inventário, classificação, proteção) e, principalmente, definição de um campo de atuação política (Fonseca, 2005, p. 58).

No século XIX consolida-se o papel do patrimônio, sob a égide dos monumentos históricos, como uma construção discursiva da nação e novas concepções e significações lhe foram atribuídas. Configurou-se como um artifício poderoso na construção dos Estados-Nações europeus, contribuindo para as diferentes idealizações concorrentes acerca do que deveria repertoriar materialmente a unidade em torno da comunidade imaginada e sua identidade. Ainda no século XIX, emergem dois modelos de política de preservação, segundo Fonseca.

O modelo anglo-saxônico, com o apoio de associações civis, voltado para o culto ao passado e para valoração ético-estética dos monumentos, e o modelo francês, **estatal e centralizador**²; que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planejada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado (Fonseca, 2005, p. 62).

No caso brasileiro, a inspiração para a institucionalização da proteção ao patrimônio foi o modelo francês. Por mais que a busca da identidade nacional brasileira e da formação de seu imaginário fosse uma questão importante e debatida por intelectuais desde a independência, foi somente nas décadas de 1920 e 1930 que ganharam força as discussões que buscavam patentear a

2 Grifo nosso

noção de patrimônio como artifício importante para a expressão da nacionalidade e a necessidade de sua institucionalização (Gonçalves, 1997, p. 41).

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Sphan, em 1937, institucionaliza-se no Brasil a gestão do Estado da preservação do patrimônio. Sob a condução de Rodrigo Melo Franco de Andrade, até 1967, mesmo com o Sphan tendo uma polivalente atuação nos campos do saber ligado ao patrimônio, sobretudo nas artes, história e arquitetura, a gestão ficou marcada pela consagração dos monumentos arquitetônicos e artísticos coloniais concebidos como manifestação singular da “civilização brasileira”, e o barroco, a mais relevante representação artística desse período, como signo totêmico da expressão estética da identidade nacional (Gonçalves, 1997 p. 67).

A prática do tombamento, conjunto de procedimentos para salvaguarda dos bens móveis e imóveis, se consolidou como instrumento legal de atuação do Sphan. As limitações operacionais junto à conceitualização de patrimônio histórico e artístico aquilatada na instituição foram insuficientes para captar mais diversidade de manifestações que poderiam figurar no acervo nacional protegido. O patrimônio pedra e cal se limitou à proteção de exemplares arquitetônicos de “valores excepcionais” e restringia a concepção de patrimônio a uma herança luso-brasileira e elitista (Fonseca, 2003, p. 57).

Na década de 1970, ganham força discussões em torno das políticas culturais encorpendo importantes viradas conceituais no campo do patrimônio cultural, marcado por debates e reflexões acerca da amplitude de sua compreensão e a quem deveria servir. Mudanças acontecem na esfera pública em resposta às carências técnicas e conceituais derivadas das políticas de proteção ao patrimônio. Movimentos de descentralização são fomentados, a fim de partilhar responsabilidades das implementações das políticas de preservação com os estados. Surgem novas iniciativas federais como o Pro-

grama Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC e a Fundação Pró-Memória.

Um maior envolvimento da sociedade civil resulta em reivindicações de grupos sociais específicos de direito à memória e espaço na história que pavimentam articulações para a preservação das suas referências culturais como uma ação de legitimação identitária e luta política. A salvaguarda do patrimônio cultural apresenta então sua face conflitiva, palco de lutas de representação, avessa à intenção de monumentalizar a história oficial e de se enfileirar em torno da identidade homogeneizada da nação (Gonçalves, 2015).

A redação dos artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 pode ser entendida como incorporação das transformações do período e as atualizações necessárias para se dar conta dos novos desafios para as políticas de preservação, como a abrangência do conceito de patrimônio, a constatação de sua natureza material e imaterial e a conformação da participação da comunidade na salvaguarda dos bens culturais. A Constituição de 1988, além dos respectivos artigos supracitados, incentiva a descentralização das políticas de preservação, atribuindo competências aos estados e municípios e planificando uma ancoragem jurídica e legislativa para tais ações (Lage, 2014, p. 15).

Na década de 1990, como consequência da chancela constitucional, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), inicia o desenvolvimento de um aparato legislativo para incentivar os municípios a terem mais autonomia para promover e proteger o patrimônio cultural, sobretudo, a partir de 1995 com a promulgação da lei 12040³, que apresentou novos critérios para redistribuição do ICMS para as cidades em Minas Gerais, tendo como finalidade a diversificação das oportunidades para acesso aos recursos do imposto e favorecendo principalmente cidades

3 Atualmente, a lei em vigor que dispõe sobre esse tema é a lei 18030 de 2009.

de pequeno porte com pouca arrecadação. Um dos critérios elencados na lei foi o da preservação do patrimônio cultural. Coube ao Iepha a formulação das políticas públicas para deliberar acerca do doravante ICMS Patrimônio Cultural e os critérios para o repasse de recursos aos municípios (Oliveira; Dias, 2021, p. 158).

O ICMS Patrimônio Cultural foi elaborado de forma que pudesse estimular os municípios a criarem seus próprios aparatos de proteção, como órgãos municipais e conselhos consultivos. Dessa forma, o atendimento do município às resoluções do Iepha, que definia sua pontuação, condicionavam o valor de repasse da verba, princípio que, grosso modo, ainda está em vigor na instituição.

Paralelo aos movimentos para ramificar as responsabilidades de gestão das ações preservacionistas, realiza-se também a regulamentação e elaboração de ferramentas que incorporem não só as ampliações da noção de patrimônio cultural prevista na Constituição de 1988, mas das transformações conceituais debatidas desde a década de 1970. A estruturação de novos instrumentos de proteção em nível federal foi somente acontecer a partir do decreto 3.551 de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial⁴. Vale assinalar a morosidade do Estado de colocar em compasso seu aparato institucional às mudanças teóricas-práticas desenvolvidas no campo.

Dentre as novas abordagens promovidas com os novos instrumentos de proteção, é oportuno evocar aqui a perspectiva das Referências Culturais, e sua ascensão como norteadora das novas práticas de salvaguarda. A proposição das Referências Culturais se consolida com a formulação dos instrumentos que de imediato ao decreto 3.551 são propostos para estruturar a política de registro dos bens imateriais, como, por exemplo, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Pode-se ilustrar o tratamento

4 Antes de 2000, houve iniciativas estaduais que, em texto, mencionava a compreensão de salvaguarda ao patrimônio imaterial. No entanto, com rarefeita efetividade.

dado a essa perspectiva a partir do trecho extraído do texto presente no Manual de Aplicação do INRC, intitulado “Referências Culturais: base para as novas políticas de patrimônio” de Maria Cecília Londres Fonseca.

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio **deslocar o foco dos bens**⁵ – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (Fonseca, 2000, p. 11).

A perspectiva das Referências Culturais pode ser concebida como uma síntese das inflexões que envolvem conceitualmente as práticas concernentes ao trato com o patrimônio cultural, não só como orientação para os novos instrumentos de proteção, mas como caminho de ressignificação de bens culturais tombados em outrora e que precisam compreender novas atribuições de valor e sentido e apreender as novas demandas de representação simbólica.

Nessa esteira, a partir dessas mudanças institucionais, tanto procedimental quanto conceitual, se fortalece uma situação potencialmente mais propícia para a atuação dos municípios em fundamentar uma dimensão mais específica do patrimônio, capaz de refletir intimamente as dinâmicas culturais dos grupos sociais locais. No entanto, o que se verifica é um cenário ainda desafiador para os municípios encamparem processos mais autônomos de promoção do patrimônio cultural atendendo a complexidade que envolve tais

5 Grifo nosso

ações. Para explorar o cenário de possibilidade e desafios dos municípios, atem-se ao caso das cidades do Médio Paraopeba citadas anteriormente.

3 TRAMAS PATRIMONIAIS NAS CIDADES DO MÉDIO PARAOPEBA

Grosso modo, essas seis cidades do Médio Paraopeba podem ser vistas como semelhantes sob aspectos sociais, demográficos, geográficos e arrisca-se dizer, culturais. São cidades pequenas em uma região de morros e serras. Elas têm entre 4 e 9 mil habitantes e contam com forte presença de atividades agropastoris e de transformação de alimentos. Elas estão localizadas na região central de Minas, com manifestações marcantes daquilo que se construiu como aspectos da mineiridade, como a religiosidade católica, a hospitalidade, apreço à vida rural e à culinária tradicional do Estado⁶.

A proximidade com Belo Horizonte também é um fator que as aproxima. A capital do Estado e suas cidades circunvizinhas é vista como lugar de oportunidades para estudos, empregos e atividades econômicas devido ao fácil acesso. Há também pontos de atenção que podem trazer tanto benefícios quanto malefícios para as seis cidades, como o aumento da mancha urbana da região metropolitana, a especulação imobiliária e o aumento de moradias em comunidades rurais. Um dos fenômenos mais recentes da região, inclusive, é a proliferação dos chacreamentos e da “cultura do sitiante” – espécie de deleite da tranquilidade rural por parte daqueles que residem em grandes metrópoles, que, se feito de forma desordenada, pode impactar negativamente a vida das populações locais.

6 Para saber mais sobre a construção da mineiridade, ver: ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. RAMALHO, W. S. C. *A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil*. Dissertação (mestrado). 2015 173p.

Sob a perspectiva das ações que envolvem elementos contributivos para a promoção e proteção do patrimônio cultural, inicia-se a exploração da questão, tendo como referência o programa de ICMS do Patrimônio Cultural e como a participação no programa reflete em certa medida a condução por meio das políticas públicas para as cidades se verem como partícipes na tarefa de salvaguardar seus bens culturais.

O programa obteve relativo êxito em incentivar a descentralização da administração do patrimônio cultural pela permeabilidade que conseguiu em relação à adesão das cidades já nos primeiros anos (Lage, 2014 p. 77). Ainda no fim da década 1990, houve uma primeira onda de criação de órgãos municipais e conselhos consultivos com representantes da sociedade civil. Além disso, muitos municípios executaram os primeiros tombamentos municipais.

Destaca-se nesse primeiro momento as cidades de Belo Vale e Bonfim. A razão dessas cidades aderirem nos primeiros anos de exercício do ICMS Patrimônio Cultural é consequência das bases norteadoras consolidadas na cultura do trabalho das ações preservacionistas, advinda da primeira fase do Iphan antes da década de 1970. As duas cidades apresentavam exemplares arquitetônicos remetentes à base das ações da tradicional prática de tombamentos na esfera nacional. No caso de Belo Vale, a cidade conta com um bem tombado em nível federal e estadual, a Fazenda Boa Esperança, que a partir dos critérios delineados nas resoluções do Iepha da época, a fazia automaticamente pontuar.

Além disso, a cidade já tivera a experiência do Museu do Escravo, equipamento cultural que exerce atividades correlatas à noção de patrimônio e memória que pode ter contribuído para a compreensão que as entidades municipais consideraram sobre o tema. Em Bonfim, a cidade conta com exemplares arquitetônicos de estilo colonial e de tendências estilísticas do início do século XX em maior número que suas vizinhas, fator constitutivo

para a iniciativa de delinear um Núcleo Histórico para tombamento municipal. As duas cidades estão entre as seis contempladas com maior volume de produções materiais referentes ao denominado “barroco mineiro”.

Com o passar dos anos, o ICMS Patrimônio Cultural adensou suas deliberações, exigindo mais documentações e ramificando as ações contempladas pelo programa, como, por exemplo, a exigência de laudos de estado de conservação (2002), a inclusão de programas de Educação Patrimonial (2004) e a compreensão dos processos de registros dos bens imateriais (2009) (Oliveira; Dias, 2021, p. 159).

Verifica-se uma adesão mais estável das seis cidades nos últimos anos, apesar de haver oscilações nas pontuações. Há exemplos de cidades que em um ano tiveram uma pontuação relativamente alta, proporcional as suas médias, e depois voltaram a patamares menores de pontuação. Essa oscilação também indica a dinâmica de uso dos instrumentos de proteção, muita das vezes se limitando a processos pontuais de tombamentos, registros e ações rarefeitas de educação patrimonial sem continuidade e projeções de curto, médio e longo prazo. Por outro lado, a adesão mais estável, mesmo com pontuações baixas, pode ser entendida como reflexo da admissão no programa dos processos de registro de bens imateriais, que permite mais permeabilidade das ações ao contemplar produções da cultura popular operando como mecanismo de inserção de novas modalidades de patrimônio cultural.

A leitura da pontuação do ICMS Patrimônio Cultural indica a falta de efetividade das ações relacionadas à gestão do patrimônio na maioria das cidades. Pode-se aqui aventar alguns motivos para essa situação como a falta de corpo técnico efetivo, falta de recursos financeiros, conflito de interesses – sobretudo em relação ao patrimônio material, a percepção municipal sobre a compreensão das políticas de patrimônio e a desconsideração das políticas culturais como artifício de desenvolvimento social. Pontua-se também que a falta de continuidade nas ações de promoção e preservação do

patrimônio podem ser resultado da ineficiência do caráter dialógico entre poder público municipal e comunidade, essencial para o avanço e robustez das políticas públicas desse campo.

Por mais que a leitura do ICMS Patrimônio Cultural possa suscitar a condição que se apresenta a gestão municipal do patrimônio, é necessário salientar que não se pode colocá-la como retrato fiel da produção cultural dos municípios e das potencialidades atinentes ao campo. É importante suscitar que manifestações que ocorrem nos municípios são ou podem ser semantizadas e captadas por prismas que as conferem dimensões relacionadas à conformação do patrimônio cultural. Pontuam-se algumas atividades nas seis cidades que auspiciam vocações culturais e podem basear usos sociais de uma herança coletiva relacionada a memória, história e identidade dos grupos sociais locais. Aproveita-se o percurso para diversificar as abordagens possíveis de serem executadas com os bens culturais.

Em Piedade dos Gerais, pode-se indicar como um importante vetor das práticas culturais as atividades concernentes à esfera religiosa. A cidade é local de peregrinação devido aos relatos de aparições de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e possui uma regular atividade de turismo religioso. É possível observar o papel relevante que o repertório religioso ocupa para promover a cidade. Pode-se ilustrar essa vocação com algumas ocorrências na cidade como a (re)construção da Capela do Rosário, a Folia de Reis e as Missas Sertanejas.

Em Crucilândia, acontece a tradicional Festa de Carro de Boi, que consiste no desfile anual de carros de boi nas ruas da cidade e possui grande adesão dos cidadãos. Essa festividade pode ser entendida no seio de um processo de sacralização dos trabalhos pré-industriais que acontecem na toada das mudanças tecnológicas e que fizeram esmaecer o papel de alguns equipamentos rudimentares na vida social econômica. Essa operação de reapropriação simbólica realiza a elevação de um instrumento de trabalho como

uma pujante manifestação da memória coletiva. Essa percepção se aproxima do que Jeudy chamou de “metamorfose catártica” ao analisar a patrimonialização das fábricas e da cultura operária na França e os processos de ressignificação que isso ocasionou (Jeudy, 2005, p.30).

No caso de Crucilândia, as atribuições simbólicas ao Carro de Boi interferem na articulação do passado construído. De instrumento símbolo de trabalho pesado, das pelejas de um tempo de dificuldades e da necessidade de guarnecer um grande esforço físico, agora o Carro de Boi se torna vestígios de um tempo áureo, de nostalgia dos antigos modos de fazer e as sociabilidades inerentes.

Na cidade de Moeda, uma situação marcante de uso do patrimônio cultural é a mobilização em torno da proteção da homônima Serra. Pode-se atribuir às ações preservacionistas a sina de arma de combate contra as constantes ameaças da exploração mineral e a conseqüente degradação da paisagem cultural da cidade. Aqui é importante ressaltar como são articuladas as noções de “perda” e “destruição” e como tais fatores são decisivos para gerar um esforço em torno de diligências para se contrapor à ameaça e revigorar a necessidade de preservar uma manifestação como patrimônio (Gonçalves, 2015, p. 222).

Vale assinalar a valia de fazer usos dos procedimentos públicos para ancoragem institucional dos bens culturais para reforçar a legitimidade política em lutas de poder que envolvem a defesa de territórios. Uma situação parecida é exposta em “Narradores de Javé”, filme de Eliana Caffé, de 2003. Uma das camadas de interpretação do filme, dentre muitas, é justamente essa relação entre as práticas culturais e sua documentalidade.

Na trama, a população de Javé se encontra desamparada em relação às formas de defender o vilarejo de uma iminente inundação, conseqüente de uma barragem que será construída na região. Como metatexto, pode-se indicar que para os cidadãos, de maioria analfabeta, é indiferente à organiza-

ção de testemunhos formais para basear a história e os mitos da cidade e a intersubjetividade que operam na vida da comunidade. No entanto, defronte à ameaça externa, uma das formas encontradas pela comunidade para impedir a construção da barragem é a organização do dossiê escrito que reforce e demonstre a importância de Javé como patrimônio.

Uma recente realização na cidade de Rio Manso se mostra propícia para rastrear algumas dinâmicas culturais da cidade e a permeabilidade delas na perspectiva da noção de patrimônio cultural: o festival gastronômico. É oportuno destacar que para as cidades pequenas, as festividades públicas ainda funcionam como ponto culminante das ações culturais, muito devido ao uso comumente efetivado pelo poder público municipal de um conceito de cultura indissociável, e quase restrito, às atividades de lazer e dos espetáculos relativamente vultuosos.

O empenho de grande parte do orçamento dessa pasta para promover tais eventos também se explica pelos ganhos imediatos como um momentâneo aquecimento da economia local e da visibilidade regional, o que pode nutrir o capital político dos administradores públicos da situação.

Com a proliferação dos festivais gastronômicos em Minas⁷, tem se observado um movimento de perfazer no espaço da festa um momento oportuno de *performance* cultural, inserindo quadros da vida social do município na festividade, imprimindo-a mais densidade e atribuindo mais valores como manifestação da cultura popular.

Por meio dessas festas tradicionais, pequenas cidades, vilas antes desconhecidas, ganham uma visibilidade nacional que favorece, entre outros aspectos, a construção de identidades sociais. Nesse processo, a tradição ganha

7 Ver: SECRETARIA DE TURISMO DE MINAS GERAIS. Mapa Gastronômico de Minas Gerais. 2017. 115p.

novos significados, expande suas dimensões, fortalece suas raízes, tornando-se particularmente adequadas para expressar com mais vigor a história, os valores do grupo. Pode-se dizer, também, que elas privilegiam o imaginário em momentos criativos de uma plasticidade rica e atraente, e fazem oposição ao individualismo engendrado pelas características urbanas (Bueno, 2006, p. 93).

No caso de Rio Manso, as últimas realizações do festival extrapolam a finalidade gastronômica. O espaço da festa se perfaz de muitas outras atividades remetentes a uma ambiência de referência ao passado rural e das atividades pré-industriais como repertório relacionado às manifestações artesanais, como, por exemplo, as construções em adobe e taipa, os alambiques e engenhos de rapadura, que são encenados no evento. É ingenuidade indicar que a evocação dessas atividades é exclusivamente planejada como rito de afirmação de memórias coletivas que servem de esteio identitário para a comunidade.

Há também implicações que envolvem a espetacularização e mercantilização da cultura atuando sobre a feição do evento e sua conformação com padrões homogeneizantes de modelos que coadunam os usos culturais da cultura e retornos econômicos para a comunidade. A capacidade do poder público municipal de conferir ao festival um equilíbrio entre sua condição de vetor das ações de salvaguarda e os interesses da promoção do turismo pode nutrir benefícios mais duradouros para o desenvolvimento social da comunidade.

Ressalta-se no caso de Belo Vale os matizes culturais afro-brasileiros que tingem de forma pujante parte de sua herança cultural. O caso das comunidades quilombolas, dos congados e do Museu do Escravo são demarcadores da história de resistência e reelaboração identitária das populações negras, que aqui foram submetidas aos horrores da escravidão e seus consequentes apagamentos e desenraizamentos.

Uma situação notável que aconteceu na cidade foi a frequente resignificação que incidiu na Fazenda Boa Esperança através de recentes intervenções de natureza comunicativa. Dentre elas, pode-se destacar o projeto ReFazenda do Inhotim de 2017 e a exposição planejada pela APPA – Arte e Cultura de 2020. Ambas as iniciativas realizaram movimentos para realçar sentidos que possam aproximar a Fazenda Boa Esperança das expressões afro-brasileiras da região. Tais realizações efetivam preceitos orientados pela perspectiva das Referências Culturais, diversificando as formas de se relacionar com um bem cultural.

Se antes a ação de salvaguarda preconizava uma dilapidação dos sentidos de um bem para ele ser lido em uníssono, agora as ambiguidades tomam relevo e coexistem como formas de interpretação (Gonçalves, 2007, p. 215). A Fazenda Boa Esperança é um exemplar da arquitetura colonial rural, símbolo de poder dos abastados e do barroco de grandes mestres; é também dos afro-brasileiros, das resistências e sobrevivências culturais de oprimidos. O conferimento de sentidos mútuos a um bem cultural pode reforçar as justificativas de sua preservação.

Há um fenômeno de recente efervescência acontecendo na cidade de Bonfim. Depois de um período de descaracterização, marcado por abandonos e derrubadas dos bens culturais protegidos pelo tombamento do Núcleo Histórico na década de 1990, na região central da cidade é possível perceber que novos edifícios erigidos estão reproduzindo as características arquitetônicas de fachada das antigas construções, algumas de forma espontânea com iniciativa dos próprios proprietários, outras através de imposições e contrapartidas para anuência da obra por mecanismos de controle, como o Ministério Público e o Conselho de Patrimônio. Essa é uma situação que desperta várias reflexões acerca do patrimônio cultural, sua função social e as incumbências do poder público.

Afinal, isso seria uma demonstração de sucesso ou fracasso das políticas de patrimônio delineadas para a cidade? É uma prática de falseamento material ou de genuína manifestação simbólica? Nessa esteira, pode-se questionar a interrelação que se estabelece entre o patrimônio “forjado” pelo poder público e a comunidade da cidade e seus diferentes segmentos. O ato jurídico de estabelecer um conjunto de bens como patrimônio cultural tem que se justificar pela ação contínua de salvaguarda, portanto não é uma ação acachapante de definição. É a primazia de um processo de reconhecimento e requalificação conduzido conjuntamente pelo poder público e a comunidade.

Nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”. Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. Esse ponto tem estado e seguramente deve continuar presente nos debates sobre o patrimônio. Ele é decisivo para um entendimento sociológico dessa categoria. Um fato, no entanto, parece ficar numa área de sombra dessa perspectiva analítica. Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspecto já excessivamente sublinhado), e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público (Gonçalves, 2007, p. 215).

Destarte, quanto mais a administração pública considerar o patrimônio cultural uma prática social de construção das referências culturais, mais ela pode encorpar uma política de preservação com projetos que deem razão de existir aos atos jurídicos de tombamento e registro. Pode assim transcender a sua função controladora e punitiva, que deveria ser a última instância de ação pelo potencial risco de desencadear conflitos de interesses e até mesmo sentimentos avessos aos almejados nas ações de institucionalizar a proteção dos bens.

O “encontro de ressonância” não se manifesta com o papel passivo da administração pública, sendo apenas um lugar burocrático de trabalho protocolar, mas como um lugar que promove a construção da relação entre comunidade e sua herança cultural através de projetos permanentes, capaz de tramar com os grupos sociais relações de conhecimento e reflexividade, em que possam compreender o patrimônio como parte fundamental de sua identidade.

4 A ESCRITA NO TEMPO DA COMUNIDADE – CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem: conheço o meu lugar!*

(Belchior, 1979)

Buscou-se evidenciar práticas, desafios e possibilidades a partir do uso social da categoria patrimônio cultural de manifestações culturais no Médio Paraopeba. Ademais, uma das intenções aqui cogitadas foi a de provocar reflexões e descortinar janelas de oportunidades de possíveis leituras e ações que podem ser feitas com o patrimônio cultural das cidades. Assim sendo, a lavra desse texto tem como objetivo suscitar perguntas e meditações, sem nenhuma pretensão de ensejar respostas peremptórias.

Encerra-se este texto com uma breve reflexão acerca da serventia do patrimônio cultural como demarcadora temporal das experiências e devires de grupos sociais. A ação de promover patrimônio comporta uma dimensão de enlace entre passado, presente e futuro.

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidades”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado. Mas em todos esses usos do patrimônio é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro (Gonçalves, 2015, p. 218).

Dessa forma, ao falar de patrimônio, se lida com uma estratégia narrativa de conceber uma consciência histórica, ou seja, de “interpretar o passado, a modo de compreender o presente e antecipar o futuro” (Rusen, 2009, p. 168). Esse entendimento pode reforçar pressupostos que visualizam a institucionalização do patrimônio e sua gestão como prática capaz de ratificar que os atos de afirmação de um bem como patrimônio cultural que, além de transformar as manifestações em herança e salvaguardá-las, tenha também como finalidade pavimentar horizontes de expectativas, de realçar futuros, o que pode influenciar sensivelmente os rumos que a sociedade quer seguir.

REFERÊNCIAS

BUENO, M. S. (2006) Festa: o dom do espaço. **Revista Hospitalidade**, Ano III, n. 2, p. 91-103.

FONSECA, Maria C. L. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais INRC 2000 – Manual de Aplicação**. Ministério da Cultura, 2000 p. 11-20.

FONSECA, Maria C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: CHAGAS, M. S.; ABREU, R. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003 p. 59-79.

FONSECA, Maria C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. 294p.

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro. **Pós Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP**, São Paulo, v. 7, 1997. p. 71-93.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Ministério da Cultura-Iphan, 2003. 148p.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. 1. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. v. 1. 252p.

GONCALVES. José Reginaldo S. O mal estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 28, p. 211-228, 2015.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157p.

LAGE, Flávia de Assis. **A gestão do patrimônio cultural em Minas Gerais: novas dimensões e paradoxos.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2014. 2014 273p.

LAVINAS, Laís V. Aloísio Magalhães e Ditadura: Desenvolvimento e Legitimação. In: XI Encontro Nacional de História Oral, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos do XI Encontro Nacional de História Oral**, 2012.

OLIVEIRA, Lucas C. ; DIAS, Luiz A. As políticas de preservação do patrimônio cultural no Estado de Minas Gerais: desdobramentos do município de São Sebastião do Paraíso. **Rev. CPC**, São Paulo, v.16, n.31, p.149-176, jan./jun. 2021.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. História da Historiografia: **International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163–209, 2009.



A memória preservada: um percurso pelos documentos do Arquivo de Bonfim

Ana Júlia Ribeiro Vieira de Brito

Leandro Pereira de Abreu

A preservação documental constitui um dos elementos mais importantes para a construção da memória de qualquer comunidade. Documento perdido é parte perdida do corpo dessa comunidade. Documento preservado, conservado, representa um elemento de valia incalculável para o conhecimento objetivo da vida de uma instituição ou entidade social, seja esta uma nação ou uma comunidade familiar (Andrade; Cuadrado, 1988, p. 5).

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a importância da memória na constituição das sociedades e na orientação dos cidadãos tem sido uma preocupação atual das instituições públicas e privadas. A busca pela preservação, conservação e organização dos acervos arquivísticos contribui para a construção de identidades e reconstituição da história de grupos, empresas e instituições variadas. A salvaguarda de documentos permite que pesquisadores acessem os manuscritos, testemunhos do passado, para que possam compreender e descrever os fatos históricos que interessem à sociedade.

Os arquivos públicos, como o Arquivo Cartorial de Bonfim, têm em seus documentos os fatos e acontecimentos do passado que constituem a história da cidade e região em que está inserida, sendo através de pesquisas nesses meios de acesso ao passado a possibilidade de compreender a formação social, econômica e territorial do espaço.

Nesse sentido, as aplicações de políticas de resgate e tratamento técnico empregado aos acervos promovem a pesquisa, permitem o acesso às informações e ampliam as ações de responsabilidade social e educacional, possibilitando a construção do conhecimento e novos saberes. Portanto, é de responsabilidade do Estado manter e fomentar políticas e ações que auxiliem na preservação e conservação destes bens de memória.

O Estado de Minas Gerais, através da Lei nº 19.420, de 11 de janeiro de 2011 (Brasil, 2011) e, posteriormente, com o Decreto nº 48.165, de 29 de março de 2021 (Brasil, 2021), estabeleceu a Política Estadual de Arquivos, com “princípios e diretrizes para a preservação de documentos provenientes da Administração Pública [...] e de origem privada de interesse público e social, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos arquivísticos” (Brasil, 2021), demonstrando a atenção que esses documentos devem receber. Na prática, as diretrizes estabelecidas não são cumpridas por todos os municípios e nem mesmo pelas instituições privadas. O município de Bonfim não se mostra uma exceção a essa regra, como veremos mais à frente.

Segundo Bellotto (1991), essas instituições têm a responsabilidade “no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica e cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico” (p.14). O tratamento impróprio dos documentos se torna prejudicial para toda a comunidade, impedindo a recuperação das informações para divulgação científica e produção dos saberes históricos.

Na cidade de Bonfim, esta função é delegada para a Casa de Cultura, que atua como guardiã da história da cidade, dispondo em seu escopo a salvaguarda do acervo cartorial da cidade, tendo como dever a promoção do conhecimento através de atividades didáticas, científicas, técnicas e culturais.

Destarte, o caráter histórico e permanente dessa documentação, que compõe o acervo da Casa de Cultura, assume um valor probatório ou legal, como supracitado, possuindo a capacidade perante a lei de comprovar um fato ou

constituir-se um direito para o cidadão. É um meio essencial para a constituição da história da cidade e assim compreender a relevância da região para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil. Os documentos se mostram muito ricos, porém se encontravam em mau estado de conservação. Coube a uma iniciativa de pesquisadores e parte do poder público do município recuperar esses documentos e a história da cidade. É o que veremos a seguir.

2 INVENTARIAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DE BONFIM

O primórdio da organização do acervo cartorial da cidade de Bonfim começou em junho de 1996, quando a historiadora Cláudia Eliane Parreiras Marques coordenou e desenvolveu o projeto “Centro de Memória”, financiado pela Prefeitura Municipal de Bonfim. Após o traslado da documentação do fórum da cidade, iniciou-se a organização do acervo arquivístico, que conta com uma rica documentação referente aos séculos XVIII, XIX e XX.

Devido à relevância desse grande trabalho, a Prefeitura de Bonfim decidiu criar a Casa de Cultura, agora responsável pela conservação. Ela também é guardiã dessa memória preservada da cidade e das tradições culturais do município. Com o objetivo de dar acesso à informação e atender os pesquisadores, a comunidade escolar e demais interessados a pesquisar dados sobre a história de Bonfim, foi elaborado um catálogo com dados referentes ao Cartório do Primeiro e Segundo Ofício da Vara Cível de Bonfim. Esses foram os primeiros documentos limpos e inventariados.

Visando maximizar e facilitar as pesquisas, o acervo foi reorganizado, atualizado e digitalizado parcialmente pelo historiador Ulisses Henrique Tizoco, a pedido do professor Amauri Carlos Ferreira. O término dessa nova organização tornou-se disponível à consulta em 2023. Atualmente, o acervo está organizado com documentos referentes ao Cartório de Primeiro Ofício e

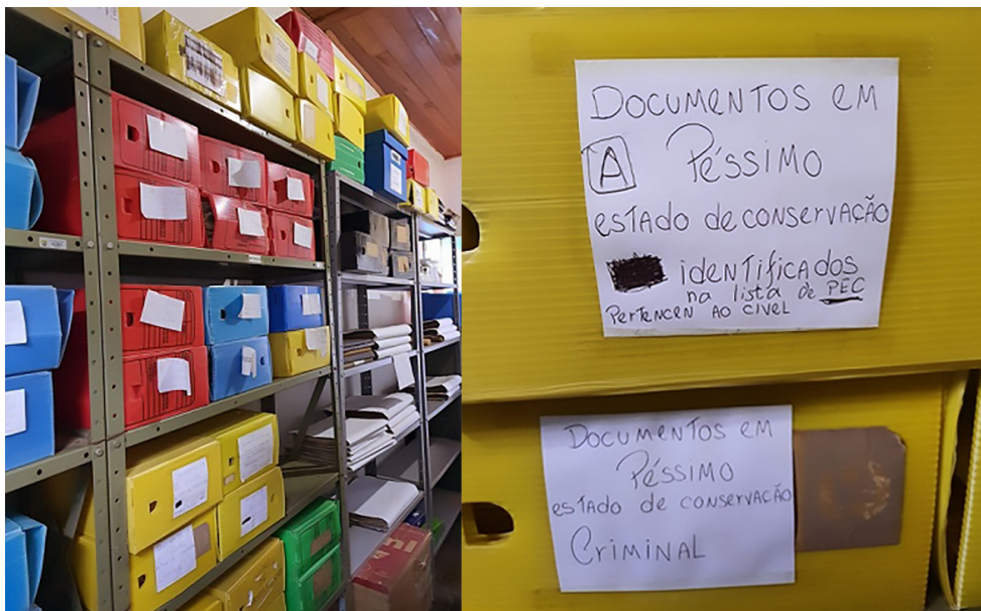
Cartório do Segundo Ofício, seguindo as notações¹ pelo tipo de processo: inventário, divisão e ação.

A terceira fase do processo de organização do acervo, que nos envolve diretamente, teve início em janeiro de 2022. A convite do professor. Amauri Carlos Ferreira, coordenador do projeto *Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: construção do imaginário religiosos e educacional mineiro no Médio Paraopeba (MG)*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig, edital nº 001/2022, realizamos um diagnóstico do acervo que estavam avulsos e alocados em diversas estantes da Casa de Cultura.

Esses documentos ainda não haviam passado por uma avaliação arquivística e, referem-se aos períodos cronológicos compreendidos do século XVIII ao século XX. Notava-se, durante a consultoria, que o professor. Amauri e os responsáveis pela Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio da cidade de Bonfim/Casa de Cultura se encontravam muito preocupados com o estado de conservação desses documentos, posto que estavam se perdendo por falta de acondicionamento, tratamento e organização adequados (Figuras 1 e 2).

1 Também conhecida como cota ou código de referência, a notação é um código de identificação que permite a ordenação e localização dos documentos arquivísticos. É formulado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G).

Figuras 1 e 2 – Visita técnica realizada ao acervo da Casa de Cultura da cidade de Bonfim.
Imagem do estado de conservação da documentação.



Fonte: fotografia de Leandro Pereira de Abreu, 31/01/2023.

Antes de começarmos o trabalho de organização, fizemos um diagnóstico das condições da área de guarda do acervo. Verificamos que o ambiente se encontrava limpo, porém observamos que havia a presença de muitos objetos e móveis no local, diminuindo o espaço de guarda e acumulando poeira. Solicitou-se a retirada desses objetos para dar prosseguimento à organização. Outro ponto avaliado foi se havia ou não presença de umidade na sala. Após a vistoria, verificou-se que não havia, aparentemente, presença de umidade nas paredes nem no chão. Porém, alguns documentos apresentavam sinais de mofo.

Quanto às estantes e mobiliários, identificou-se que as estantes de aço não têm espaço adequado entre elas e estão encostadas nas paredes. Mesmo não identificando presença de umidade, foi aconselhado que as estantes deveriam ser afastadas, mantendo certo isolamento entre elas, para evitar possível contato com umidade e protegendo assim o acervo em casos de infiltrações ocasionadas por chuva ou encanamentos hidráulicos quebrados.

A ventilação e iluminação do ambiente é realizada através de janelas. Foi possível verificar a incidência de sol em algumas estantes. Indicou-se a instalação de telas de *nylon* para evitar a entrada de insetos e morcegos, medida importante para a salvaguarda, visto que durante o processo de diagnóstico e limpeza foram encontrados insetos como aranhas, traças e baratas no meio da documentação.

Enfatizamos que, ao final do trabalho, com a documentação já higienizada e organizada, o ideal é que essas janelas fiquem fechadas para evitar mudança brusca de temperatura e umidade na área de guarda, visto ser prejudicial à documentação. As portas deverão ser mantidas fechadas, se possível trancadas, para a segurança do acervo, evitando o desaparecimento de mais documentos. Já as lâmpadas da sala se mostraram insuficientes para o trabalho e pesquisas com as janelas fechadas, sendo necessário investimento na parte elétrica do prédio, evitando também riscos de incêndios.

Destarte, a avaliação do acervo foi feita de maneira geral, pois foi o primeiro contato com tal documentação. Ele teve o objetivo de alertar para a necessidade de se implementar uma estratégia de conservação preventiva para o acervo da instituição. O monitoramento das condições físicas dos documentos e a utilização de materiais próprios para o acondicionamento são procedimentos que ajudam a desacelerar o processo de degradação inerentes ao tipo de suporte da informação que estamos tratando.

Mesmo sabendo das dificuldades financeiras que grande parte das instituições passam, não podemos nos eximir da responsabilidade de informar que é necessário um projeto de prevenção de incêndios, pois o casarão que abriga o acervo possui forro de madeira, o que não é ideal, pois facilita a propagação do fogo. Além disso, o verniz que é utilizado para impermeabilização das madeiras é prejudicial para a preservação.

Na análise dos documentos constatou-se que se encontravam em precário estado de conservação, sem capas, rasgados, danificados por infestação de

cupins, brocas e outros insetos. Além disso, alguns documentos estavam com a presença de mofo, com indicações de que em algum momento foram molhados e, outros, em alto grau de acidificação. Além disso, toda a documentação estava acondicionada sem alguma organização, o que acarretou em páginas, capas de livros de registro e fragmentos de processos soltos, em que não era possível identificar a proveniência (Figuras 3, 4 e 5).

Figuras 3, 4, 5 - Visita técnica realizada ao acervo da Casa de Cultura da cidade de Bonfim. Imagem do estado de conservação da documentação.



Fonte: fotografia de Leandro Pereira de Abreu, 31/01/2023.

Para iniciar o trabalho, foi necessário selecionar e treinar os bolsistas para nos ajudar na execução da limpeza e organização. Após a escolha dos estudantes do curso de História da PUC Minas, demos início ao processo de organização fazendo uma lista com a identificação primária que constava nas caixas e a higienização mecânica, de onde retiramos a poeira, plásticos adesivos, *clips*, qualquer tipo de material que pudesse afetar a integridade

física dos documentos. O processo de limpeza e identificação durou quase dois anos, sendo concluído no fim de 2024. O processo consiste na remoção de grampos, sujidades e resíduos da superfície dos documentos. É um processo preventivo que ajuda a evitar perdas e danos (Figuras 6 a 8).

Figura 6 – Processo de higienização e leitura dos documentos, Ana Julia Brito.



Fonte: fotografia de Leandro Pereira de Abreu, 31/01/2023.

Figura 7– Higienização mecânica dos livros de notas, Victória Akerman.



Fonte: Ana Julia Brito, 12/06/2023

Figura 8- Processo de higienização de páginas soltas, Bruna Fernandes.



Fonte: Ana Julia Brito, 12/06/2023

Durante o processo, percebemos que não havia nenhum tipo de organização cronológica para identificarmos a data de produção dos documentos. Em algumas caixas havia apenas uma indicação do que poderia conter dentro delas, muitas vezes não sendo fiel ao conteúdo. Das tipologias documentais encontradas, podemos citar os inquéritos policiais, as habilitações de casamentos, livros de audiências, livros de notas, escrituras de compras e vendas de bens de raiz, livros de protocolos, livros de testamentos, entre outros. Além deles, como já citado, havia páginas e pedaços de encadernações

separados de seus conjuntos, fato que, devido ao volume documental, se faz impossível encontrar o devido lugar dessas informações.

À medida em que realizamos o tratamento técnico de higienização, fazíamos paralelamente a identificação das tipologias documentais, realizando a separação, já prevendo a nomeação das futuras séries do inventário. Anotamos também as datas-limite e identificamos de qual cartório de ofício era a proveniência do documento. Nesse mesmo ínterim, identificamos quais documentos poderiam ser utilizados no desenvolvimento da pesquisa realizada pelo coordenador do projeto.

Sempre vinculando o processo de organização ao desenvolvimento da pesquisa concernente ao projeto Fapemig, identificamos diversos documentos relacionados à temática sobre educação e religiosidade. Ao identificarmos informações úteis para a pesquisa, realizamos a digitalização para uso. Com isso, efetuamos a transcrição de inúmeros manuscritos do arquivo.

Alguns documentos foram utilizados como fonte para apresentações durante o 35º Congresso Internacional da Soter² em 2024, que foram realizadas pelos estudantes Bruna Leticia Fernandes, Victória Akerman, Ana Julia Brito e Thiago Narciso. Com esse processo, foi possível produzir hipóteses para pesquisas futuras e apresentações em seminários.

2 Cf. FERREIRA, Amauri Carlos. A construção do imaginário religioso e educacional no Médio Vale do Paraopeba-MG. In: 35º CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOTER. Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2023. p. 1773-1779. Disponível em: <https://www.soter.org.br/anais-28/anais-28>. Acesso em: 27 mar. 2025. BRITO, Ana Júlia Ribeiro Vieira de; SANTOS, Thiago Narciso dos. A instauração do casamento civil na Primeira República e o imaginário católico em Bonfim-MG. In: 35º CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOTER. Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2023. p. 1780-1786. Disponível em: <https://www.soter.org.br/anais-28/anais-28>. Acesso em: 27 mar. 2025. FERNANDES, Bruna Leticia; AKERMAN, Victória Carvalho. O julgamento da moral: análise da acusação do “Pecado de Bestialidade” em Nossa Senhora das Dores, distrito de Bonfim-MG, em 1835. In: 35º CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOTER. Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2023. p. 1780-1786. Disponível em: <https://www.soter.org.br/anais-28/anais-28>. Acesso em: 27 mar. 2025. Os textos dos anais estão publicados neste livro.

Dentre as apresentações realizadas, os estudantes Gabriel Mendes, Pedro Piuco e Elen Perdigão estiveram no XXIV Encontro Regional de História da Anpuh- MG Historicidades: Caminhos. Na ocasião, expuseram sobre as questões políticas que refletiram através da documentação. O trabalho tem como título “Cenários políticos e conflitos locais: o contexto político de Minas Gerais no século XIX, com enfoque em Bonfim”.

Nesse meio-tempo, os documentos do acervo constituem-se, como se percebe através das produções, em uma fonte primária de pesquisa, inédita sobre a região do Médio Paraopeba, permitindo que se investigue os fatos históricos de inúmeras temáticas. Há documentos pertinentes à pesquisa no campo da história das mulheres, da economia, sobre o período escravocrata e história política e dos costumes.

Algo interessante de citar, que nos surpreendeu durante o trabalho com a documentação, foi a grande quantidade de processos-crime ou civis que citavam animais, abrindo mais uma temática de pesquisa possível a partir do acervo.

Ademais, os documentos que foram higienizados e organizados estavam alocados em duas estantes de aço, acondicionados em 64 caixas antigas de polipropileno. Essas caixas foram trocadas e os documentos colocados deitados para não amassar nem dobrar.

Figura 10 - Estante com os documentos nas novas caixas.



Fonte: Gabriel Mendes, 29/03/2025.

Após a higienização dos documentos, nosso próximo passo foi organizá-los por ordem cronológica e de série, sendo acondicionados em materiais próprios para conservação e em novas caixas fornecidas pela Fapemig e previstas no projeto apresentado. No decorrer desse processo de organização, alguns documentos dados como desaparecidos durante a segunda organização realizada pelo historiador Ulisses Henrique Tizoco foram encontrados. Eles foram mantidos nessa organização com a devida identificação para respeitar o princípio de que os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora devam ser mantidos juntos, em um mesmo fundo, para que possam manter o contexto e a sua organicidade de produção.

É o conceito básico da arquivística: *respeito aos fundos* ou *princípio da proveniência*³. O produto final deste trabalho se substancia em um instrumento de busca da informação em forma de inventário analítico, disponibilizado aos pesquisadores.

3 A IMPORTÂNCIA DE SE PRESERVAR A MEMÓRIA

Ao se estabelecer a Casa de Cultura e Acervo Cartorial como espaço para pesquisa e guarda da memória da cidade de Bonfim e demais regiões do Vale do Paraopeba, esforça-se para se ter um diálogo com a sociedade, propiciando que a instituição se transforme em um espaço público e comum, local privilegiado e único de convivência, compartilhamento de conhecimento científico e cultural coletivo na vida das pessoas.

A relevância de se estabelecer instituições que resgatem e preservem a memória se mostra compatível com as concepções atuais no campo educacional. As políticas públicas direcionadas podem ser articuladas com as escolas, constituindo-se em novos ambientes para formação, aprendizagem e socialização do patrimônio cultural da região, fortalecendo uma educação

3 Cf. *Terminologia arquivística*, ao final do artigo.

que provoque uma transformação social. Elas podem auxiliar os docentes de história na construção do conhecimento das fontes primárias e da história como uma ciência, cumprindo também com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que prevê a abordagem sobre fontes históricas. Pode-se, assim, pensar o Acervo Cartorial da Cidade de Bonfim como um espaço educacional a ser explorado, demonstrando potencialidade como um local para desenvolvimento da educação para o patrimônio.

Nesse sentido, podemos refletir sobre o acervo como um meio para o processo de ensino e aprendizagem. Vê-se que este, junto à Casa de Cultura, contribui para o desenvolvimento de novas possibilidades dos usos documentais e diminuem as fronteiras que ligam espaços públicos às escolas. Basta serem visitados e utilizados pela população. Assim o espaço se torna um fomentador de pesquisas, discussões sobre democracia, inclusão, diversidades culturais e educação patrimonial, trazendo para os bonfinenses os benefícios que a salvaguarda da memória propícia para a sociedade.

O acervo, organizado e pronto para ser consultado, permite que a população acesse novos fatos sobre sua história e memória, podendo resgatar a constituição da cidade frente ao desenvolvimento do Estado de Minas. Ele permite a compreensão do papel Bonfim em momentos como as Revoltas Liberais de 1842 e a importância econômica que a cidade ocupou em dados momentos da história, bem como sua essencialidade para as cidades em seu entorno.

O entendimento e a construção da história tem a habilidade de levantar a autoestima da população e o cuidado com seus patrimônios. Assim, é de suma importância o incentivo ao acesso às instituições de guarda, o que parte não apenas de um dever da população, mas seu direito constitucional.

Torna-se um espaço que tem em sua essência além da responsabilidade histórica, a capacidade de transformar sua fonte primária de pesquisa em novos saberes, em um processo permanente de construção, reconstrução e atualização de conhecimentos e experiências. Promovem o fortalecimento

do sentimento de pertencimento e de identidade cultural com a região do vale, a valorização da história e da memória. Em uma sociedade que passa por transformações rápidas em todos seus setores, a preservação de nossa memória nos permite construir alicerces e bases fortes para evitarmos o esquecimento (ou seja, a *não memória*).

4 TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA

Acervo: Conjunto de documentos de um arquivo.

Arquivamento: Operação que consiste na guarda de documentos nos seus devidos lugares, em equipamentos que lhes forem próprios e de acordo com um sistema de ordenação previamente estabelecido.

Arquivo: Designação genérica de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizados pela natureza orgânica de sua acumulação e conservados para fins de prova ou informação.

Arquivo corrente: Conjunto de documentos em curso ou de uso frequente.

Arquivo intermediário: Conjunto de documentos que são procedentes de arquivos correntes, com uso pouco frequente, e que aguardam a destinação final.

Arquivo permanente: Conjunto de documentos que são preservados respeitando-se a destinação estabelecida, em decorrência de seu valor probatório e informativo.

Arquivo privado: Conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições não-governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas, e que possuam relação orgânica perceptível através do processo de acumulação.

Arquivo público: Conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas funções específicas administrativas, judiciárias ou legislativas.

Arranjo: Processo que, na organização de arquivos permanentes, consiste na ordenação – estrutural, funcional ou por espécie documental – dos documentos em fundos, na ordenação das séries dentro dos fundos e, se necessário, dos itens documentais dentro das séries.

Avaliação: Processo de análise da documentação de arquivos, visando estabelecer sua destinação, de acordo com os seus valores probatórios.

Coleção: Conjunto de documentos sem relação orgânica e aleatoriamente acumulados.

Conservação: Conjunto de medidas e procedimentos destinados a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração.

Datas-limite: Elemento de identificação cronológica de uma unidade de arquivamento em que são indicadas as datas de início e término do período abrangido pelo documento.

Desclassificação: Ato pelo qual a autoridade competente libera a consulta documentos anteriormente caracterizados como sigilosos.

Documento: Registro de uma informação, independentemente da natureza do suporte que a contém.

Documento de arquivo: É todo registro de informação original, único e autêntico que resulta da acumulação em processo natural por uma entidade produtora no exercício de suas competências, funções e atividades.

Documento oficial: Aquele que, possuindo ou não valor legal, produz efeitos de ordem jurídica na comprovação de um fato.

Documento sigiloso: Documentos cuja divulgação coloquem em risco a intimidade, a honra e a imagem das pessoas, bem como a segurança da sociedade e do Estado, pela natureza de seu conteúdo informativo. Sendo assim, determinam medidas especiais de proteção quanto a sua guarda e acesso ao público.

Fundo: É o acervo arquivístico produzido, recebido e acumulado em processo natural por uma mesma instituição, entidade ou pessoa, no exercício de suas funções e atividades.

Instrumento de pesquisa: Meios de disseminação e recuperação da informação utilizados pelos arquivos.

Inventário sumário: Instrumento de pesquisa no qual as unidades de arquivamento de um fundo ou de uma de suas divisões são identificadas e brevemente descritas.

Preservação: É um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos documentos.

Proveniência ou respeito aos fundos: Princípio segundo o qual devem ser mantidos reunidos, num mesmo fundo, todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivo, preservando-se assim o contexto e a organicidade de sua produção.

Suporte: Material sobre o qual as informações são registradas. (Exemplo: fita magnética, filme de nitrato, papel).

Série: A palavra série está fortemente associada a dois significados: sequên-

cia e conjunto. Costumam formar as séries os elementos que, mesmo não sendo rigorosamente iguais, apresentam entre si mais semelhanças do que diferenças, o que permite sua reunião, dando origem a um conjunto de documentos.

Tabela de temporalidade: Instrumento de destinação que determina os prazos em que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários, ou recolhidos aos arquivos permanentes, estabelecendo critérios para a microfilmagem e eliminação.

Teoria das Três Idades ou Ciclo Vital dos Documentos: Teoria segundo a qual os arquivos podem ser correntes, intermediários e permanentes. Esses três ciclos são períodos que permeiam a vida útil do documento, desde o momento em que são produzidos até sua destinação final.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, Victória Carvalho. O julgamento da moral: análise da acusação do “Pecado de Besthialidade” em Nossa Senhora das Dores, distrito de Bonfim-MG, em 1835. In: 35º Congresso Internacional da Soter. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2023. p. 1780-1786. Disponível em: <https://www.soter.org.br/anais-28/anais-28>. Acesso em: 27 mar. 2025.

ANDRADE, Luiz Aurélio Rodrigues de; CUADRADO, Valentin Bahillo. **Anteprojeto de Levantamento da Memória da PUC Minas**. Belo Horizonte, 1988.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991. 198 p.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 89 p. (Projeto como fazer, v.1).

BRITO, Ana Júlia Ribeiro Vieira de; SANTOS, Thiago Narciso dos. A instauração do casamento civil na Primeira República e o imaginário católico em Bonfim-MG. In: 35º Congresso Internacional da Soter. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2023. P. 1780-1786. Disponível em: <https://www.soter.org.br/anais-28/anais-28>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. 78 p. (Projeto como fazer, v. 5).

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf

FERREIRA, Amauri Carlos. A construção do imaginário religioso e educacional no médio Vale do Paraopeba-MG. In: 35º Congresso Internacional da Soter. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2023. p. 1773-1779. Disponível em: <https://www.soter.org.br/anais-28/anais-28>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 48.165, de 29 de março de 2021**. Dispõe sobre a política de preservação de documentos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48165/2021/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MINAS GERAIS. **Lei nº 19.420, de 11 de janeiro de 2011**. Estabelece a política estadual de arquivos. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/19420/2011/>. Acesso em 10 fev. 2025.

PAES, Marilena Leite. Introdução ao Estudo dos Arquivos. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 19-33.

Memória, estória e literatura como relicário do Carnaval a Cavalo: a reafirmação da identidade pelo compromisso com a tradição

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

1 INTRODUÇÃO

Encenado em Bonfim desde meados de 1840, o hoje nacionalmente conhecido Carnaval a Cavalo tem origens nas tradições ibéricas consolidadas no processo de colonização europeia do território americano. Mais precisamente, o que se conhece por Carnaval a Cavalo tem origem na tradição das Cavalhadas, encenadas em Portugal, Espanha e França desde o período medieval, avançando pela era moderna. Em sua origem, as cavalhadas apresentam diversas influências que se integraram e foram transformadas no território colonial entre os séculos XVII e XIX.

Este fenômeno cultural pode ser observado em várias regiões das antigas colônias portuguesas e espanholas (Macedo, 2008). A antropóloga Lélia Gonzales (2024) salienta que, originalmente, essa manifestação tem origens nos torneios medievais que serviam como entretenimento entre os cavaleiros nos intervalos entre as guerras, servindo também como uma forma de preparação e treinamento dos cavaleiros aos movimentos e habilidades exigidos nos tempos de batalha.

Para complementar a tecitura do pano de fundo a partir do qual essa manifestação cultural foi integrada, a cultura popular no território colonial português, devemos buscar nas palavras de Lélia Gonzalez a percepção de que as Cavalhadas, ou “desfiles equestres”, são manifestações culturais de origem medieval europeia que chegaram ao Brasil durante a colonização

portuguesa, no início do século XVII. Desde então, tornaram-se uma tradição enraizada em diversas regiões do país, transmitida entre gerações para preservar sua autenticidade folclórica. Inicialmente, a Cavalhada era uma festividade de caráter religioso¹, seguindo um calendário nacional e sendo realizada simultaneamente em várias localidades, como Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Sabará, Caeté, Aracaju, Pirenópolis, entre outras (Gonzalez, 2024, p.15).

Ao tratar das origens das cavalhadas quando abordou a manifestação do gênero encontrada em Campo dos Goytacazes/RJ, Gisele Gonçalves se baseia na interpretação de Alceu Maynard Araújo que descreve as origens da manifestação nos combates individuais chamados “justas” e coletivos, denominados “torneios” como uma forma de preparação para as cavalarias, instituições lendárias cuja criação é atribuída ao Rei Arthur da Bretanha, fundador da Távola Redonda e a Carlos Magno, rei da França (Gonçalves, 2014, p.6).

A base da criação dessa memória heroica transcorrida longo dos séculos na Ibéria é tratada no artigo de José Rivair Macedo (2008) intitulado “Mouros e Cristão: a ritualização da conquista no velho e no novo mundo” que, como sugerido pelo título, aborda a inserção e o florescimento das Cavalhadas como manifestação da cultura popular nas colônias espanhola e portuguesa na América, entre os séculos XVII e a contemporaneidade. Ao nosso interesse no presente ensaio, basta indicar brevemente as origens dessas encenações que, transplantadas pelos colonizadores aos seus territórios ultramari-

1 Momento privilegiado da cultura e sociabilidade barrocas, a festa religiosa era um ritual público, que tanto servia para reforçar os laços de solidariedade quanto refletir os valores sociais que pautavam o ordenamento social. A um só tempo profana e religiosa, a festa divulgava as normas a serem seguidas, hierarquizava os lugares sociais, distinguindo uns e excluindo outros. Espaço de lazer e afrouxamento das obrigações sociais, ela também impunha a obediência à Igreja e ao Estado, destacando a proximidade entre a população e o sagrado. VER: BOTELHO, Angela e ROMEIRO, Adriana. **Dicionário Histórico das Minas Gerais. Período Colonial**. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2004. p.142.

nos, se enraizaram na cultura popular de sociedades que se formaram nas Américas entre os séculos XVIII e XIX.

Ao tratar do tema no texto anteriormente citado, Macedo aponta para a absorção das Cavalhadas na cultura popular do território colonial português, indicando a sua forte presença em regiões dos atuais estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e em estados da região Nordeste. Se em algumas dessas praças a prática manteve o caráter competitivo, pautada pelos jogos em que os cavaleiros têm como objetivo atingir alvos de madeira ou capturar pequenas argolas com uma lança, em outros lugares a manifestação cultural se voltou para a encenação das batalhas entre cristãos e mouros, presa ao teor pedagógico religioso, apropriado pela igreja como uma encenação dos combates pela reconquista da Península Ibérica.

Na sua acepção como ferramenta pedagógica apropriada pela igreja católica, as Cavalhadas carregam o peso de uma encenação teatral voltada para reafirmar a vitória cristã sobre os islâmicos, representando a luta entre o “bem e o mal”, o “certo e o errado”, o “vencedor e o vencido”, entre outras formas de confirmação do dogma religioso católico. Esse processo ocorreu em um contexto no qual a Igreja Católica de Roma expandiu seu poder político, alinhando-se à aristocracia medieval em momento decisivo do processo de formação dos Estados Nacionais modernos (Macedo, 2008).

Embora corramos o risco de uma simplificação excessiva ao abordar o enraizamento da tradição das Cavalhadas no território americano colonizado pelos ibéricos entre os séculos XV e XVIII, bem como o processo de formação de culturas complexas marcadas pelos traços das diferentes etnias e povos que desempenharam papel nesses processos, é fundamental destacar nossa compreensão sobre o vasto campo de debates que se abre em torno desse tema. No entanto, devemos reconhecer os limites impostos pelo objetivo de tratar especificamente do Carnaval a Cavalo de Bonfim, que é o tema central da nossa preocupação no presente ensaio.

2 O CARNAVAL A CAVALO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A TRADIÇÃO OITOCENTISTA

Em Bonfim, o Carnaval a Cavallo permanece como uma expressão viva da tradição, ainda que tenha enfrentado interrupções ao longo do tempo. Embora a manifestação tenha sido ameaçada por desmobilizações em certos momentos do século XX, foi a memória coletiva que desempenhou um papel crucial na sua recuperação. A tradição foi reerguida com base nas experiências vividas e nos relatos que perpetuaram o legado cultural. A memória, nesse contexto, não se limita ao que foi vivenciado diretamente, mas também ao que foi transmitido oralmente, tornando-se uma forma de resistência e reafirmação da identidade local.

Desse modo, a resiliência da tradição bonfinense reflete-se no fato de que o ponto de encontro entre as raízes da manifestação está na construção das memórias, tanto no “vivido” quanto no “ouvido”. A tradição do Carnaval a Cavallo não é apenas um ato de reviver o passado, mas uma contínua reconstrução da identidade comunitária. Ela se mantém viva pela força das narrativas transmitidas ao longo das gerações, que moldam a percepção de pertencimento e continuidade para os habitantes de Bonfim, transformando a festa em um elemento fundamental da cultura local.

Nesse contexto, vale recordar brevemente a concepção do antropólogo Clifford Geertz em sua obra clássica *A Interpretação das Culturas*, na qual ele recorre à metáfora da “teia de significados” para representar a cultura como um sistema complexo e interligado de símbolos, crenças, valores e práticas. Esses significados são construídos e compartilhados pelos membros de uma sociedade, servindo como base para a interpretação do mundo e a atribuição de sentido à experiência cotidiana (Geertz, 2008, p. 4-5; 135-138).

Nessa percepção, em 2012, o Carnaval a Cavallo foi registrado como Patrimônio Imaterial do Município de Bonfim, reconhecimento oficial que reforça a importância dessa manifestação cultural. Ao ser considerado um bem cul-

tural imaterial, o Carnaval a Cavalo adquire uma validação não apenas no âmbito local, mas também como um símbolo de preservação da memória e da identidade de Bonfim. Este registro é um instrumento essencial para assegurar que a tradição continue a ser valorizada e transmitida, fortalecendo o sentido de comunidade e a ligação dos bonfinenses com suas raízes históricas.

Diante disso, ao se dedicar às reflexões que nos levaram à escrita do presente ensaio, nos chamou atenção a centralidade do relato memorialístico como base de três textos que tratam sobre o Carnaval a Cavalo. O primeiro deles é intitulado “A estória da história do Carnaval a Cavalo”, escrito pelo antigo cavaleiro Jorge Campos (1990). Na obra, o autor propõe já no título a escrita de uma “estória da história do Carnaval a Cavalo”, usando-se do jogo de palavras intrínseco à diferença entre os conceitos de “História” e “Estória”. Nessa trilha, Campos cruza a memória coletiva bonfinense sobre o Carnaval a Cavalo e sobre a história da cidade de Bonfim às suas memórias pessoais adquiridas pela vivência da tradição que marcou a sua infância e juventude. Para conectar esses cenários memoriais públicos e privado, o autor recorre a uma literatura marcada por traços do realismo mágico².

O segundo livro é intitulado “Museu Imaginário: Carnaval a Cavalo, a origem”, do memorialista bonfinense Renato Trigueiro (2021). No texto, o autor explora as suas vivência como entusiasta da tradição, pautada pelas experi-

2 Realismo mágico (também chamado de realismo fantástico) é um estilo literário que mistura elementos realistas do cotidiano com acontecimentos extraordinários, mágicos ou sobrenaturais, tratados de forma natural pelos personagens e pela narrativa. Ou seja, o fantástico é apresentado como parte normal da realidade, sem explicações ou espanto. Estilo popularizado pela literatura latino-americana por autores como Gabriel García Márquez, Jorge Luis Borges, Murilo Rubião entre outros, o realismo mágico mistura mitos, lendas e magia com a vida comum, buscando, muitas vezes, revelar camadas mais profundas da realidade, como a espiritualidade, a cultura popular ou o inconsciente, desafiando a lógica racional e linear da narrativa tradicional. In: IEGELSKI, Francine. História conceitual do realismo mágico: a busca pela modernidade e pelo tempo presente na América Latina. **Almanack**, Guarulhos, n. 27, ep00121, 2021 <http://doi.org/10.1590/2236-463327ep0012>

ências e pela memória coletiva, tendo como pano de fundo a tradição da família Trigueiro com o Carnaval a Cavalo. Diferente de Jorge Campos, Renato Trigueiro propõe no seu texto uma ilustração fiel da história do Carnaval a Cavalo, trazendo dados e elementos que reivindicam a oficialidade da história da tradição carnavalesca, destacando o seu caráter único em relação a manifestações do gênero no Brasil.

Por fim, o “Dossiê de Registro Imaterial do Carnaval a Cavalo” (Prefeitura Municipal de Bonfim, 2012) explora a memória coletiva com base em entrevistas com importantes agentes da tradição para fundamentar a importância do Carnaval a Cavalo como bem cultural de natureza imaterial a ser registrado pelo município. Dentre essas entrevistas, encontramos relatos de ex-cavaleiros como do próprio Jorge Campos, Maurício Marques e Lauro Trigueiro, além de outros agentes essenciais à festa, como as bordadeiras das fantasias, representadas no dossiê pela Sr.^a Cecília Campos e Nelson Trigueiro, liderança da Corporação Musical Padre Trigueiro.

A partir desses três diferentes relatos sobre o Carnaval a Cavalo — que passam a memória e a literatura fantástica no caso do livro de Jorge Campos, o memorialismo presente no livro de Renato Trigueiro, e a abordagem historiográfica e antropológica que fundamenta o Dossiê de Registro do Carnaval a Cavalo — buscamos refletir sobre como o acervo das memórias, tanto ouvidas quanto vivenciadas pelos autores bonfinenses, assim como as entrevistas utilizadas na elaboração do Dossiê Técnico, formam o alicerce do reconhecimento da tradição. Essa tradição, por sua vez, se coloca como um elemento central da identidade bonfinense.

Desse ponto, podemos nos amparar nas reflexões de Joël Candau (2012), quando o autor trata da relação intrínseca entre a memória e a tradição e afirma que

O ato de memória que se manifesta no apelo à tradição consiste em expor, inventando se necessário, “um pedaço

de passado moldado às medidas do presente”, de tal maneira que possa se tornar uma peça do jogo identitário. Porque a tradição se remete a um passado atualizado no presente, ela “incorpora sempre uma parte do imaginário” (Candau, 2012, p.122).

O trecho resume de maneira central a nossa compreensão sobre os movimentos da memória em torno do Carnaval a Cavalo, que são mobilizados de diferentes formas nos três textos que tomamos como elementos da análise proposta. Candau destaca como a memória, ao ser ressignificada no presente, se transforma em uma ferramenta essencial na construção da identidade, adaptando-se às necessidades e interpretações contemporâneas.

Em termos práticos, essa construção, que apresenta a memória como alicerce da tradição, é mobilizada por Jorge Campos de maneira exemplar. O autor propõe uma “Estória da História do Carnaval a Cavalo”, utilizando uma narrativa em primeira pessoa, que cruza a literatura baseada em vivências pessoais com a criação de um enredo repleto de experiências extrassensoriais. Nesse processo, Campos se coloca como personagem central, transitando entre o presente e o passado.

A busca dele pelas origens do Carnaval a Cavalo o leva à vila da Rocinha, povoação fundada no século XVIII, que mais tarde deu origem à cidade de Bonfim, emancipada no século XIX. Nesse movimento narrativo, o autor não apenas reconta eventos passados, mas também os reinventa, incorporando elementos do imaginário popular, de forma a reforçar a conexão entre o passado e o presente, fundamental para a manutenção da tradição.

De uma ida ao cemitério da cidade à meia-noite, objetivado em estabelecer contato extrassensorial com padre Chiquinho, reconhecido como o responsável por implantar a tradição da Cavahada à cidade de Bonfim, Jorge Campos narra uma experiência sensitiva que o levou ao passado, no exato momento em que o tal vigário chegava a Bonfim. Em meio a essa trajetória

fantasiosa permeada por uma narrativa literária lúdica, Campos reconstituiu o mito da origem do Carnaval a Cavalo sem se preocupar em estabelecer uma narrativa oficial para a tradição.

Nesse sentido, é interessante lembrar que a memória em torno do Carnaval a Cavalo é marcada pela transmissão baseada na oralidade diante, sobretudo, da inexistência de documentação histórica³ que faz referência ao Carnaval a Cavalo entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Seguindo essa linha, Jorge Campos se coloca como um “fantasma” que, devidamente autorizado e supervisionado pelo padre Chiquinho, realiza uma viagem no tempo com o objetivo de reviver momentos-chave em que os antigos cavaleiros iniciaram a prática dos desfiles equestres e estabeleceram as regras que hoje moldam a tradição do Carnaval a Cavalo. A viagem, que começa no século XIX, chega ao seu término na década de 1950, momento em que ocorre o nascimento do narrador e o início de sua relação memorial com a tradição, que se torna o ponto de partida para a rememoração que guia sua narrativa sobre o Carnaval a Cavalo nas décadas de 1950 e 1960.

Nesse percurso, iniciado pela narrativa fantástica do século XIX e que culmina no Carnaval a Cavalo do século XX, o autor recorre à fantasia, ora criando personagens, ora idealizando figuras reais, ora referenciando os antigos cavaleiros bonfinenses que foram responsáveis pela preservação da tradição entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX.

Após preparar esse cenário, Jorge Campos conduz o leitor por suas próprias experiências de infância, quando iniciou sua participação no Carnaval a Cavalo. Esse período coincide com a presidência do Carnaval a Cavalo exercida pelo seu pai, Armando Campos, que ficou à frente do grupo de cavaleiros até

3 As principais fontes materiais sobre o Carnaval a Cavalo são as fotografias produzidas na primeira metade do século XX, que dão conta de ilustrar a tradição no passado.

a sua morte precoce, o que resultou em um período de interrupção da tradição a partir de meados da década de 1960. Desse ponto, o autor recorda a retomada da festividade na década de 1970, um renascimento impulsionado pela sua própria iniciativa, juntamente com um grupo de amigos igualmente apaixonados pelo Carnaval a Cavallo.

No livro *Museu Imaginário: Carnaval a Cavallo, a Origem*, Renato Trigueiro documenta o Carnaval a Cavallo, explorando suas memórias pessoais em conjunto com as memórias de pessoas profundamente ligadas a essa tradição. O autor se apoia em uma perspectiva que destaca a singularidade do Carnaval a Cavallo de Bonfim, sem desconsiderar sua provável relação com as tradicionais Cavalhadas presentes em diversas regiões do Brasil. Para ressaltar essa singularidade, Trigueiro realiza um importante trabalho de registro fotográfico, utilizando imagens produzidas entre as décadas de 1940 e 1960. A partir dessas fotografias, ele identifica cavaleiros fundamentais no processo de consolidação da tradição (Trigueiro, 2021, p.10; 20-22; 24; 26-29; 31-38).

Além disso, sua contribuição se estende à disponibilização de croquis de sua autoria (Trigueiro, 2021, p.54-60), que ilustram os movimentos coordenados realizados pelos cavaleiros durante os desfiles. Esses registros reforçam a importância da realização anual da festividade no mesmo espaço, a avenida Benedito Valadares, no largo da Igreja Matriz de Senhor do Bonfim, também conhecida localmente como “Rua de Cima”. Outro aspecto destacado pelo autor são os detalhes dos adereços que enfeitam os cavalos por ele ilustrados, indicando o como de fazer das rosas de papel crepom, fixadas à cabeça, ao peitoral de guizos e no coque feito na cauda dos cavalos, elementos característicos do Carnaval a Cavallo (Trigueiro, 2021, p.86).

Dessa forma, o livro se destaca pelo seu caráter documental, registrando os traços distintivos dessa manifestação cultural, como o trajeto do desfile, as vestimentas dos cavaleiros, os adornos dos cavalos, entre outros aspectos. Em conjunto, os temas abordados por Renato Trigueiro contribuem para

a compreensão do significado atribuído pelos bonfinenses a essa tradição, evidenciando a expectativa e a emoção que acompanham a recriação anual do desfile.

Por fim, passamos a uma breve análise do texto técnico que compõe o Dossiê de Registro do Carnaval a Cavalo como Patrimônio Cultural Imaterial de Bonfim. O dossiê é constituído por uma documentação diversa, incluindo registros fotográficos, fontes bibliográficas e documentos oficiais, a exemplo do Estatuto do Carnaval a Cavalo e, sobretudo, a série de entrevistas realizadas com pessoas fundamentais para a manutenção da tradição, como antigos participantes, bordadeiras das fantasias, ex-presidentes do Carnaval a Cavalo e lideranças da Corporação Musical Padre Trigueiro, banda eutérpe centenária fundada no século XIX que participa dos desfiles executando um repertório composto por dobrados, marchinhas e canções da música popular brasileira, e sem a qual o Carnaval a Cavalo se torna incompleto.

Nesse sentido, o dossiê cumpre uma função de documentar a tradição, concedendo subsídios que fortalecem a necessidade do registro do Carnaval a Cavalo como bem cultural de natureza imaterial da cidade de Bonfim. Para isso, os autores do dossiê ressaltam as singularidades da tradição que passam pelo seu início como uma reprodução das Cavalhadas introduzidas pelos europeus e que tomaram características próprias em Bonfim dado aos processos de transformação, interrupções e retomadas que marcam o Carnaval a Cavalo.

As entrevistas que compõem o dossiê servem como alicerce do que se diz ainda hoje sobre as origens do Carnaval a Cavalo, identificado pelos traços estéticos, condutas com os animais selecionados a participar dos desfiles, padrões para a confecção das fantasias típicas (denominadas como “ternos”), hábitos e uma série de detalhamentos que conservam a percepção sobre a originalidade do desfile equestre bonfinense. Isso porque é muito presente nos três livros anteriormente citados, assim como na percepção

dos bonfinenses associados à tradição a compreensão de que não se trata de uma Cavalhada, mas sim uma manifestação cultural que, nascida da Cavalhada, foi proibida de ser encenada como tal e transformada em Carnaval a Cavalo de Bonfim.

Essa percepção sobre a conformação do cânone da tradição bonfinense manifesta-se de maneira ainda mais intensa entre os grupos sociais que formam a base do Carnaval a Cavalo – de um modo talvez impossível de ser plenamente traduzido em palavras. Entre esses grupos – compostos não apenas pelos cavaleiros, mas também por seus ajudantes, pelas bordadeiras das fantasias, pelo público assíduo e por diversos outros participantes – existe uma cumplicidade que se expressa como uma responsabilidade compartilhada: a de manter viva a tradição bonfinense, que por vezes deixou de se realizar, mas jamais deixou de existir.

Esse senso de responsabilidade compartilhada entre os membros da comunidade que forma o Carnaval a Cavalo reforça o sentimento de pertencimento ao grupo – um sentimento vivido, ainda que de formas distintas, por seus diversos agentes. É justamente essa vivência comum que torna o Carnaval a Cavalo um evento de *Bonfim* e não apenas em *Bonfim*. Uma das expressões mais sólidas dessa compreensão está no Regimento Interno do Carnaval a Cavalo, especificamente no TÍTULO V – Dos Procedimentos da Diretoria, Artigo 1º – Dos deveres da Diretoria, Item II, em que se estabelece que “O evento do Carnaval a Cavalo só deverá ser realizado no período do Carnaval e apenas na cidade de Bonfim” (Prefeitura Municipal de Bonfim, 2012, p.146).

Ao destacar o trecho retirado do documento oficial que dá diretrizes à participação dos cavaleiros no Carnaval a Cavalo, buscamos, de uma forma ainda talvez insuficiente, ilustrar o tema do compromisso estabelecido pelos detentores da tradição, aqui considerados não somente o grupo de cavaleiros mas todos os agente que compõem essa trama, com a cidade de Bonfim e a sua tradição cultural.

Ao investigar a literatura que aborda a relação entre memória e tradição, encontramos mais uma vez em Joël Candau (2012) uma contribuição que reforça nossa interpretação sobre o compartilhamento e a corresponsabilidade dos agentes formadores da tradição do Carnaval a Cavalo. Candau, ao tratar do conceito de “recepção” e da conseqüente instrumentalização da tradição pelo grupo, menciona uma reflexão de Georges Balandier, segundo a qual existem três formas de tradicionalismo:

o “tradicionalismo fundamental”, que busca a preservação fiel dos valores; o “pseudotradicionalismo”, que corresponde a uma tradição remodelada diante de grandes e profundas transformações; e o “tradicionalismo formal”, no qual as formas são mantidas, mas os conteúdos originais são modificados; o “tradicionalismo fundamental”, que objetiva a manutenção fiel dos valores; o “pseudotradicionalismo”, que é uma tradição remodelada por ocasião de grandes e profundas mudanças, e o “tradicionalismo formal”, que se utiliza de formas que foram mantidas, mas cujos conteúdos foram modificados (Candau, 2012, p.124).

O trecho em destaque consegue expressar, ainda que de forma matizada em três possibilidades, a confluência dos caminhos de recepção e reprodução da tradição. No caso do Carnaval a Cavalo de Bonfim, observam-se traços do chamado *tradicionalismo fundamental*, que busca, como evidenciado na análise dos livros, a fidelidade aos princípios estabelecidos pelos mobilizadores responsáveis pelo enraizamento do Carnaval a Cavalo na cultura local, ainda no século XIX.

Também estão presentes elementos do *pseudotradicionalismo*, evidenciado nas mudanças vividas pela tradição, como a substituição das antigas “máscaras de tela”, que preservavam o mistério em torno da identidade dos cavaleiros, pelas atuais máscaras de olhos conhecidas como “dominós”. Por fim, identifica-se o *tradicionalismo formal*, na medida em que o objeto central da tradição, o desfile dos cavaleiros, é mantido, ainda que transformado ao lon-

go do tempo e com base nas habilidades dos antigos cavaleiros em relação aos atuais.

Um exemplo disso é o número de participantes: se no passado o cortejo reunia cerca de duas dezenas de cavaleiros, hoje são, no máximo, quarenta, conforme estipulado pelo Regimento Interno do Clube Carnavalesco de Bonfim. Diante disso, é essencial indicar que a atual conformação do grupo impede a realização de determinadas evoluções coletivas que, realizadas no passado por um número pequeno de cavaleiros, hoje foram tornadas impossíveis diante do número atual de participantes e a sua relação com o espaço físico, que é o largo da Igreja Matriz de Senhor do Bonfim.

Ao apresentar essas três diferentes formas de representação do Carnaval a Cavalo, o nosso objetivo é lançar luz sobre os múltiplos discursos que contribuem para a sustentação da tradição estabelecida em Bonfim. Originalmente vinculada à ritualística religiosa católica, essa manifestação foi reelaborada e reinterpretada ao longo das décadas, amparadas pelas experiências temporais de seus agentes e o reflexos observados nas transformações da tradição, incapazes, no entanto, de legá-las ao esquecimento. Nesse percurso, o Carnaval a Cavalo contou com descontinuidades, foi reerguida e transformada de acordo com as condições objetivas de cada época, moldada pelos contextos sociais, políticos e econômicos aos quais esteve exposta.

À medida que nos aproximamos do encerramento deste ensaio, torna-se pertinente reconhecer a relativa dificuldade que este autor enfrenta ao abordar o Carnaval a Cavalo e suas representações histórico-literárias com o distanciamento crítico comumente exigido de um analista. Essa dificuldade decorre do fato de que o autor nutre uma paixão antiga e profunda pelo Carnaval a Cavalo que remonta às lembranças de infância, quando, à beira das antigas barreiras de tela de aço e madeira que, na década de 1990, separavam o público dos cavaleiros, um cenário hoje substituído por estruturas metálicas industrializadas montadas durante o período dos desfiles.

Um pequeno detalhe como este, que pode passar despercebido ao espectador eventual, revela um dos inúmeros aspectos que permeiam o consolidado – e necessário – processo de transformações pelo qual a tradição passou e ainda continua a passar, na medida em que a manifestação cultural começa e receber maior público a partir dos anos 2000, tornando necessária a adoção de estruturas que proporcionam maior segurança aos espectadores⁴.

3 CARNAVAL A CAVALO DE BONFIM: AFETO, PERTENCIMENTO E PAIXÃO

Face ao convite do Prof. Doutor Amauri Carlos Ferreira para escrever este texto, após a apresentação da proposta temática geral – que deveria dialogar com o campo do Patrimônio Cultural –, não deixou margem a dúvidas: o Carnaval a Cavallo de Bonfim seria o foco da minha reflexão. Afinal, são raras e preciosas as ocasiões em que o cientista social ou historiador tem a oportunidade de exercitar o pensamento crítico sobre um tema que lhe é não apenas objeto de estudo, mas também fonte de afeto, pertencimento e paixão. Refletir sobre o Carnaval a Cavallo, nesse contexto, significou re-visitatar memórias, tencioná-las com os instrumentos da análise histórica e, sobretudo, reafirmar a relevância de práticas culturais que, entre rupturas e permanências, continuam a moldar identidades e fortalecer vínculos comunitários.

A análise aqui empreendida evidencia o papel central dos autores Jorge Campos, Renato Trigueiro e dos responsáveis pelo Dossiê de Registro Ima-

4 Apenas como nota explicativa, esse processo de aumento do público interessado em assistir as apresentações do Carnaval a Cavallo está relacionado a uma confluência de condicionantes que envolvem, conjuntamente, o aumento do número de sítios e casas de fim de semana no município de Bonfim e região, a concretização da pavimentação da estrada que dá acesso ao município e a recorrente presença anual de veículos de imprensa, entre jornais e redes de televisão, responsáveis por despertar o interesse de públicos da capital Belo Horizonte e outras regiões do Estado de Minas Gerais.

terial do Carnaval a Cavalo, representados pelo historiador bonfinense Ricardo Ferreira, na construção de um relicário de memórias que transcendem o tempo e sustentam a vitalidade dessa manifestação cultural única. As obras deles, ainda que diferentes em forma e abordagem, convergem no compromisso de documentar, celebrar e preservar um patrimônio coletivo que resiste às transformações do tempo por meio da oralidade, da experiência vivida e da sensibilidade estética.

Esses autores, com suas narrativas permeadas por afetos, arquivos e imaginação, não apenas resgataram histórias esquecidas, mas também (re)encantaram a memória coletiva de Bonfim, transformando o Carnaval a Cavalo em um campo fértil de identidade e pertencimento. Ao dar voz aos cavaleiros, bordadeiras, músicos e demais agentes que constroem essa tradição, as obras servem como registros vivos de um modo de ser bonfinense que se reafirma ano após ano nas ruas da cidade.

Desse modo, este ensaio pode ser compreendido como uma forma de tributo aos autores que se dedicaram a narrar o Carnaval a Cavalo e aos incontáveis agentes que o mantiveram pulsante ao longo de gerações. Mais do que um evento festivo, o Carnaval a Cavalo é expressão da própria identidade de Bonfim, marcada por um tradicionalismo compartilhado que incorpora elementos do passado e os ressignifica no presente. Em suas cores, sons, gestos e afetos, revela-se não apenas uma celebração cultural, mas um rito de pertencimento, uma memória em movimento que conecta os bonfinenses a sua história comum.

Reconhecer a importância desses registros é também reconhecer a potência da tradição como forma de fortalecimento da noção de pertencimento, agindo como espelho de para uma comunidade que, a cada desfile, reinscreve sua existência no território e na memória da cidade de Bonfim. Viva o Carnaval a Cavalo de Bonfim! Vida longa ao Carnaval a Cavalo de Bonfim!

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Angela; ROMEIRO, Adriana. **Dicionário Histórico das Minas Gerais. Período Colonial**. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2004.

CAMPOS, Jorge. **A estória da história do Carnaval a Cavallo**. Belo Horizonte: Barvale, 1990.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. O jogo social da memória e da identidade (1): transmitir, receber. Tradução Maria Leticia Ferreira, 1ªed., São Paulo: Contexto, p. 135-136, 2012.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad**. Grijalbo, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008.

GONÇALVES, Gisele da Silva. **A cavalhada de Santo Amaro: uma tradição da baixada campista**. Campos dos Goytacazes: Essentia Editora Iffluminense, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Festas populares no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

IEGELSKI, Francine. História conceitual do realismo mágico: a busca pela modernidade e pelo tempo presente na América Latina. **Almanack**, Guarulhos, n. 27, ep00121, 2021 <http://doi.org/10.1590/2236-463327ep0012>

MACEDO, José Rivair. Mouros e cristãos: a ritualização da conquista no velho e no Novo Mundo. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre| Bucema**, n. Hors-série n° 2, 2008.

MACEDO, José Rivair. Mouros e cristãos: a ritualização da conquista no velho e no Novo Mundo. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre| Bucema**, n. Hors-série n° 2, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM. **Dossiê de Registro do Carnaval a Caval**o. Bonfim, 2012.

TRIGUEIRO, Renato. **Museu Imaginário**. Carnaval a Caval

o: a origem. Bonfim, 2021.



Ruínas silenciadas: antigos e novos cenários urbanos do Centro Histórico de Bonfim-MG

Ricardo Carlos Ferreira

“O passado não permanece tal como gostaríamos que permanecesse, restando dele apenas fragmentos que nos chegam aos pedaços, solicitando práticas de preservação.”

(Walter Benjamin)

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste capítulo é apresentar a formação e a consolidação dos antigos cenários do Núcleo Histórico Urbano (NHU) da cidade mineira de Bonfim, bem como analisar a presença de demolições, arruinamentos, novas construções e reconfigurações arquitetônicas e paisagísticas dentro das delimitações de seu Centro Histórico no decorrer dos anos, especificamente após o tombamento de seu patrimônio histórico edificado.

O processo de reconhecimento do NHU de Bonfim pelo seu grau de importância ocorreu no ano de 1997, data que legitimou a solicitação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico do município ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha/MG, do qual recebeu a devida aprovação e o oficial reconhecimento de sua salvaguarda e sua preservação.

Embora a proteção do patrimônio histórico edificado de Bonfim estivesse deferida pelo município a partir de seu tombamento, uma nova reconfiguração do espaçamento urbano começa a ganhar visibilidade na cidade. Trata-se de expressivas intervenções que tendem ao adensamento construtivo,

verticalização de novas construções, alterações, descaracterizações e/ou demolições de significativos exemplares arquitetônicos do antigo Núcleo Histórico Urbano tombado.

Diante da identificação de alguns casos de abandono e de evidentes transfigurações arquitetônicas ocorridas no NHU de Bonfim, este capítulo propõe uma breve análise do gradativo processo de arruinamento que a cidade vem testemunhando desde a data de seu tombamento, em 1997. O grande descaso e as recorrentes descaracterizações que os antigos bens edificados sofreram ao longo dos anos culminou na perda de seus valores, de sua significância e de seus eminentes atributos patrimoniais adquiridos desde seu reconhecimento oficial.

A escolha do termo “ruínas silenciadas” para nomear este capítulo não é fortuita: trata-se de uma singela metáfora que designa a forma lenta, gradual, silenciosa e intermitente do processo de abandono e de descaso com o patrimônio histórico tombado, que, apesar de seu reconhecimento legal, não encontrou efetivo respaldo nas ações de salvaguarda do poder público municipal ou no engajamento coletivo da comunidade bonfinense para a sua preservação ao longo dos anos.

2 BONFIM: A GÊNESE E ORGANIZAÇÃO URBANA

Em meio às montanhas de Minas Gerais, na região do Vale do Paraopeba, repousa o pequeno município de Bonfim. Fundada no século XVIII, esta pacata cidade interiorana carrega em suas antigas ruas de calçamento de pedras e casarões centenários a marca indelével de um vigoroso passado colonial que a distingue e, ao mesmo tempo, a fragiliza diante das grandes adversidades do mundo moderno.

A primordial ocupação e formação de Bonfim está intrinsecamente ligada ao movimento de interiorização promovido pelos bandeirantes paulistas no

fim do século XVII, em sua busca incessante por ouro e pedras preciosas nas terras então conhecidas como sertões das Minas Gerais. A região do Vale do Paraopeba, onde se localiza Bonfim, foi uma das rotas estratégicas desses desbravadores, que abriram caminhos por onde estabeleceram os primeiros núcleos de ocupação nas margens dos rios.

Segundo Martinez (2007, p.23), o povoamento da área onde hoje se encontra Bonfim ocorreu no início do século XVIII, por volta de 1728, quando o português Manoel Teixeira Sobreira estabeleceu a Fazenda Palestina, ao longo do Ribeirão Macaúbas. Ao redor desta propriedade, formou-se um pequeno aglomerado de casas, que deu origem ao Arraial da Rocinha, posteriormente elevado à condição de freguesia e, mais tarde, de município. A construção da Igreja Matriz do Senhor do Bonfim, em 1735, consolida simbolicamente a fundação do núcleo urbano e estrutura o seu espaço público que ainda hoje constitui o epicentro da cidade.

A configuração urbana de Bonfim, assim como tantas localidades mineiras, resultou da articulação entre elementos religiosos, administrativos e econômicos. O traçado da cidade se organizou de maneira espontânea, a partir das necessidades práticas dos primeiros habitantes, mas também sob a influência de uma tradição urbanística que conferia centralidade aos templos religiosos e às praças. Assim, a Igreja Matriz do Senhor do Bonfim, situada no ponto mais elevado da cidade, tornou-se não apenas referência espiritual, mas também marco organizador da vida social e das festividades locais.

Em torno da praça principal, desenvolveram-se as ruas de calçamento de pedras que estruturam todo o Núcleo Histórico Urbano, caracterizadas pela presença de edificações de arquitetura colonial, com fachadas simples, coberturas em telha cerâmica do tipo capa-e-bica e sistemas construtivos tradicionais, como o pau-a-pique e a taipa de pilão. A paisagem urbana de Bonfim consolidou-se ao longo do século XVIII e início do XIX, com a implantação de casas térreas, muitas delas com porões alteados, e o surgimen-

to de sobrados, que indicavam certo prestígio social de seus proprietários (Ferreira, 2022, p. 44).

Além do Eixo Religioso, que inclui a Capela do Senhor dos Passos e os tradicionais Passinhos — pequenas capelinhas distribuídas ao longo do percurso das procissões da Semana Santa —, destacam-se também as antigas ruas do Comércio e dos Passos, que abrigaram nos tempos de outrora importantes atividades mercantis e de serviços. As festividades religiosas, como a Festa do Senhor do Bonfim e a Semana Santa, sempre desempenharam papel crucial na vida da cidade, mobilizando a comunidade e reforçando os vínculos entre espaço, memória e identidade.

Com o passar do tempo, especialmente a partir do século XIX, Bonfim viu-se incorporada à malha administrativa e eclesiástica da região do Vale do Paraopeba, consolidando-se como um município autônomo. A urbanização gradativa da cidade avançou de maneira lenta, preservando, em grande medida, as características originais do antigo núcleo colonial. Esse quadro de relativa estabilidade perdurou até a segunda metade do século XX, quando os processos de modernização começaram a introduzir novas dinâmicas arquitetônicas e paisagísticas no espaço urbano bonfinense.

O Núcleo Histórico Urbano (NHU) de Bonfim, hoje reconhecido formalmente como patrimônio cultural do município, constitui um testemunho vivo desse processo histórico de formação e transformação de seu espaço. Ele expressa, simultaneamente, a permanência de valores e práticas enraizadas no passado colonial e as visíveis marcas das intervenções que, nas últimas décadas, vêm alterando de forma significativa a fisionomia estética da cidade.

No entanto, compreender a gênese e a organização urbana de Bonfim é de fundamental importância para apreender as razões que levaram ao seu efetivo tombamento, bem como os desafios enfrentados na cidade para a sua salvaguarda e preservação. É nesse sentido que abordaremos a seguir o pro-

cesso de tombamento do Núcleo Histórico Urbano e as implicações decorrentes desse reconhecimento formal.

O NHU tombado, composto por antigas edificações e espaços públicos de grande valor simbólico, testemunha uma trajetória urbana local que se confunde com a própria história da colonização mineira. Entretanto, como ocorre em tantas cidades brasileiras, a modernização urbana, muitas vezes conduzida de forma desordenada e alheia ao respeito pelos valores patrimoniais, impôs a Bonfim uma série de transformações que comprometeram a integridade do seu conjunto arquitetônico e urbanístico.

A partir de uma breve análise que se pretende tanto crítica quanto sensível, discutiremos, ao longo deste capítulo, os diversos fatores que impulsionaram esse processo de abandono e de descaracterização da cidade. Importante compreender não apenas as intervenções físicas que alteraram a paisagem urbana bonfinense, mas, sobretudo, os significados sociais e culturais dessas transformações: o que se perde quando uma cidade abre mão da preservação de sua memória? Que valores se diluem quando os vínculos entre o espaço e a comunidade se fragilizam?

Esta abordagem reflexiva parte da constatação de que a noção contemporânea de patrimônio transcende a dimensão estritamente material, envolvendo práticas culturais, saberes, linguagens e formas de sociabilidade. Como aponta a literatura especializada, o patrimônio é, acima de tudo, uma construção social, que se sustenta na valorização simbólica que os grupos humanos atribuem aos lugares e aos objetos que lhes são significativos (Castriota, 2009).

Nesse sentido, analisar a trajetória de Bonfim implica considerar não apenas os marcos arquitetônicos de sua história, mas também os modos de como a cidade se relaciona com eles — ou, talvez, se afasta deles. As ruínas silenciosas, as casas abandonadas, as fachadas mutiladas são sintomas visíveis de um fenômeno mais profundo: a dificuldade de articular políticas

públicas efetivas de preservação e de envolver a comunidade na salvaguarda do seu patrimônio.

Nas próximas seções deste capítulo, abordaremos inicialmente a gênese e a organização urbana de Bonfim, destacando os aspectos que conferem identidade ao seu Núcleo Histórico edificado. Em seguida, analisaremos o processo de tombamento e suas implicações, para, posteriormente, discutir os mecanismos de abandono, descaracterização e a perda progressiva dos valores patrimoniais. Por fim, propomos uma reflexão sobre os desafios e possibilidades que se apresentam para cidades que, como Bonfim, vivem o dilema entre o passado que as define e o futuro que as transforma.

Este texto não é apenas um estudo sobre uma cidade, mas um convite à reflexão sobre a importância da memória urbana, da preservação patrimonial e do papel que cada comunidade pode desempenhar na construção de um legado que transcenda o tempo e o espaço. Nas palavras de Aloísio Magalhães: “a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio” (Castriota, 2009).

3 O PATRIMÔNIO COMO ELO DE MEMÓRIA

A noção de patrimônio, tal como a concebemos hoje, resulta de um processo histórico de ampliação de sentidos, que extrapola a ideia de um bem material, monumental e isolado, para abarcar dimensões simbólicas e coletivas, profundamente enraizadas na identidade das comunidades. Na cidade de Bonfim, essa ampliação se revela não apenas na materialidade das edificações coloniais, mas também nas práticas sociais, nas festividades religiosas e no modo como os habitantes se relacionam com o espaço urbano.

Historicamente, o termo “patrimônio” esteve vinculado à herança privada, aos bens transmitidos entre gerações de uma mesma família. Contudo, com o advento da modernidade e o desenvolvimento das Ciências Sociais, a ideia

de patrimônio foi se transformando, adquirindo um caráter coletivo, como um bem que pertence não apenas a indivíduos, mas a uma comunidade, a uma cidade, ou mesmo a uma nação. Essa mudança de perspectiva foi fundamental para que o patrimônio cultural passasse a ser considerado um direito das gerações presentes e futuras, como salienta Françoise Choay (*apud* Silva, 2011).

No Brasil, esse processo ganha institucionalidade a partir da criação, em 1937, do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Desde então, a preservação patrimonial se consolidou como política pública, embora nem sempre dotada dos instrumentos e das condições necessárias à sua plena efetividade.

No caso de Bonfim, o reconhecimento do valor patrimonial do seu Núcleo Histórico Urbano (NHU) veio formalmente com o tombamento, realizado em 1997, após cuidadosa avaliação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). Essa iniciativa buscou salvaguardar um conjunto arquitetônico e urbanístico que expressa, com autenticidade, as marcas do processo de formação colonial, a importância das tradições religiosas e o modo de vida de gerações que ali construíram sua história.

Mas o que significa, afinal, tomar um bem? E mais: o que se pretende proteger quando se declara um espaço como patrimônio cultural? A literatura especializada tem destacado que o tombamento, como instrumento jurídico, visa assegurar a preservação não apenas da materialidade do bem, mas, sobretudo, do seu valor simbólico, da sua significância para a coletividade. Como afirmam Zancheti e Hidaka (2014), a elaboração de uma Declaração de Significância é, nesse contexto, uma ferramenta indispensável, pois torna explícitas as razões pelas quais um determinado bem deve ser conservado, orientando as ações de gestão e de intervenção (Zancheti; Hidaka, 2014).

A significância patrimonial, portanto, não se confunde com um valor fixo ou intrínseco ao bem, mas resulta de um processo de atribuição social de sentido, que envolve a comunidade, os especialistas e os órgãos de preservação. Em Bonfim, o Núcleo Histórico Urbano não é importante apenas porque reúne exemplares de arquitetura colonial, mas porque representa um modo de ocupação do território, um traço identitário, uma memória compartilhada, expressa em celebrações como a tradicional Festa do Senhor do Bonfim, que mobiliza moradores e visitantes em um majestoso ritual que articula fé, cultura e pertencimento.

Entretanto, o reconhecimento formal do valor patrimonial de um bem cultural nem sempre é suficiente para garantir a sua efetiva preservação. A proteção do patrimônio requer não apenas instrumentos legais, mas, sobretudo, um compromisso coletivo com a memória e com o legado cultural. Quando esse compromisso se fragiliza, o patrimônio corre o risco de se transformar em ruína, não apenas física, mas simbólica, sinalizando a perda de referências essenciais para a construção da identidade local (Ferreira, 2022).

Assim, compreender o patrimônio como um elo de memória é reconhecer que ele funciona como uma ponte entre o passado e o presente, como um elemento estruturante da vida social e urbana. É nessa perspectiva que se insere a reflexão sobre Bonfim: uma cidade cujo Núcleo Histórico Urbano foi oficialmente tombado, mas que, paradoxalmente, encontra-se em processo avançado de abandono e descaracterização, desafiando os discursos e as práticas de preservação.

4 O NÚCLEO HISTÓRICO URBANO E O PROCESSO DE TOMBAMENTO

O reconhecimento formal do valor patrimonial do Núcleo Histórico Urbano de Bonfim concretizou-se em 1997, com a realização do tombamento de um conjunto significativo de bens edificados, promovido pelo Instituto Esta-

dual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). Esse processo resultou de um esforço articulado por membros da comunidade local, estudiosos e o recém-criado Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico de Bonfim, que, desde 1996, vinha atuando na identificação e documentação dos bens culturais da cidade (Ferreira, 2022).

O tombamento foi fundamentado na elaboração do Inventário de Proteção ao Acervo Cultural (IPAC), realizado por uma consultoria especializada e encaminhado ao Iepha-MG em abril de 1997, através de um Dossiê de Tombamento que sistematizava dados técnicos, históricos e arquitetônicos do núcleo urbano. Após criteriosa análise, o instituto deferiu o pedido, reconhecendo a importância do conjunto como testemunho da formação histórica e cultural de Bonfim.

O núcleo tombado compreende um acervo diversificado, que inclui, além da Igreja Matriz do Senhor do Bonfim, a Capela do Senhor dos Passos, os cinco Passinhos que estruturam o percurso das procissões da Semana Santa e um conjunto expressivo de edificações civis, datadas dos séculos XVIII ao XX. Esse conjunto, ainda relativamente íntegro à época do tombamento, expressava a coerência do traçado urbano original, a autenticidade das técnicas construtivas tradicionais e a permanência de elementos simbólicos que conferiam identidade à cidade.

O processo de tombamento buscou não apenas proteger fisicamente os bens edificados, mas também estabelecer diretrizes para a sua conservação e orientar o desenvolvimento urbano, de modo a compatibilizá-lo com a preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, o tombamento representou, formalmente, um marco na política de gestão urbana do município, inscrevendo Bonfim no rol das cidades mineiras cujo acervo colonial é reconhecido como de relevante interesse público.

Contudo, a iniciativa esbarrou em limitações estruturais e culturais. Em primeiro lugar, o tombamento não foi acompanhado de um programa sis-

temático de Educação Patrimonial, que pudesse sensibilizar a comunidade local para a importância da preservação do seu legado histórico. Em segundo lugar, faltaram recursos financeiros e técnicos para implementar ações efetivas de conservação e restauração, o que acabou por fragilizar a eficácia das medidas protetivas.

Além disso, o próprio modelo de tombamento adotado no Brasil, que privilegia a proteção de bens materiais e de traçados urbanos, sem, muitas vezes, considerar as dinâmicas sociais e econômicas que atravessam esses espaços, revelou-se insuficiente para conter os processos de abandono e transformação que, já à época, ameaçavam a integridade do núcleo tombado.

Em Bonfim, tais ameaças se materializaram rapidamente. A partir dos anos 2000, verificou-se um aumento das pressões por novos empreendimentos imobiliários, a verticalização das edificações e a introdução de materiais e técnicas construtivas incompatíveis com o contexto histórico, além da realização de obras sem o devido licenciamento pelos órgãos de preservação. Essas práticas, frequentemente resultantes da ausência de fiscalização e da conivência de agentes públicos, comprometeram de modo significativo a paisagem urbana protegida.

O tombamento, que deveria ter se consolidado como um instrumento de proteção e valorização do patrimônio bonfinense e de promoção do desenvolvimento sustentável, acabou se revelando, em grande medida, inócuo diante da força das dinâmicas econômicas locais e da falta de políticas públicas articuladas.

Assim, o caso de Bonfim evidencia uma das contradições recorrentes na gestão do patrimônio cultural no Brasil: a existência de uma legislação avançada e de uma estrutura institucional relativamente consolidada, mas que, na prática, enfrenta enormes dificuldades para garantir a efetiva proteção dos bens culturais.

A seguir, aprofundaremos a análise dessas dificuldades encontradas, examinando os processos de abandono, de arruinamento, de alterações e de descaracterizações do Núcleo Histórico Urbano de Bonfim, suas causas e consequências.

5 DESCARACTERIZAÇÃO: O PATRIMÔNIO EM RISCO

Apesar do tombamento do Núcleo Histórico Urbano (NHU) de Bonfim, em 1997, as últimas décadas têm testemunhado um processo gradual e preocupante de descaracterização do seu acervo patrimonial. Esse fenômeno, que atinge não apenas as edificações tombadas, mas também o conjunto paisagístico e urbano da cidade, expressa a fragilidade das políticas públicas de preservação frente às pressões do mercado imobiliário e à ausência de uma cultura de valorização do patrimônio por parte de setores significativos da sociedade local.

O processo de descaracterização do Centro Histórico manifesta-se de diversas formas, que vão desde a simples substituição de elementos arquitetônicos originais – como telhados, janelas e revestimentos – por materiais modernos e inadequados, até intervenções mais drásticas, como demolições parciais ou integrais de edificações de valor histórico. Em muitos casos, essas alterações são realizadas sem qualquer consulta ou autorização dos órgãos de proteção ao patrimônio, violando abertamente a legislação vigente.

Relatórios técnicos elaborados pelo Iepha-MG e pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural indicam que, desde o início da década de 2000, ocorreram em Bonfim diversas intervenções irregulares, que comprometeram significativamente a integridade do Núcleo Histórico Urbano tombado. Entre elas, destacam-se a construção de prédios com volumetrias e altimetrias incompatíveis com o contexto histórico, o fechamento de vãos e varandas tradicionais, a descaracterização de fachadas e a instalação de elementos que rompem a harmonia estética do antigo conjunto urbano, como letreiros comerciais e equipamentos urbanos dissonantes.

Esse processo foi agravado pela conivência – ou, ao menos, pela omissão – do poder público municipal, que, embora legalmente responsável pela fiscalização das obras e pela implementação das diretrizes de preservação, mostrou-se incapaz de coibir as práticas predatórias. A ausência de uma política efetiva de Educação Patrimonial, que promovesse a sensibilização da comunidade para a importância de preservar o seu legado histórico, também contribuiu para a banalização das intervenções irregulares.

Outro fator determinante para a descaracterização do Núcleo Histórico de Bonfim foi a ausência de instrumentos de planejamento urbano capazes de compatibilizar as demandas por desenvolvimento e modernização com a necessidade de proteção do patrimônio. A inexistência de um Plano Diretor que contemplasse a preservação patrimonial como diretriz estruturante do desenvolvimento urbano facilitou a expansão desordenada da cidade e a ocupação inadequada de áreas sensíveis do ponto de vista cultural e paisagístico.

Em um contexto marcado pela valorização do solo urbano e pela especulação imobiliária, o patrimônio histórico bonfinense passou a ser percebido, por muitos, mais como um obstáculo ao desenvolvimento do que como um recurso estratégico para a promoção de um modelo sustentável e identitário de crescimento. Essa visão reducionista, infelizmente comum em muitos municípios brasileiros, alimentou práticas que resultaram na perda de atributos arquitetônicos e urbanísticos essenciais à autenticidade do núcleo histórico de Bonfim.

A descaracterização não se limita, contudo, às alterações físicas do espaço urbano. Ela implica também a erosão dos vínculos simbólicos que ligam a comunidade ao seu patrimônio. Quando a cidade transforma, mutila ou destrói seus marcos históricos, rompe-se a continuidade da memória coletiva, fragilizando as referências identitárias que conferem sentido à vida social e urbana.

Em Bonfim, esse fenômeno é visível não apenas nas fachadas descaracterizadas ou nas casas abandonadas, mas também no olhar resignado de muitos moradores, que assistem passivamente à morte progressiva dos traços que constituíam a singularidade do seu espaço de vida.

Na seção seguinte, aprofundaremos essa reflexão, discutindo a perda de valores e atributos patrimoniais e seus efeitos sobre a identidade e a coesão social da comunidade bonfinense.

6 A PERDA DE VALORES E ATRIBUTOS PATRIMONIAIS

A descaracterização do Núcleo Histórico Urbano (NHU) de Bonfim representa, antes de tudo, uma perda de valores — culturais, simbólicos, afetivos — que transcende a dimensão meramente estética ou arquitetônica das edificações. Quando se mutila ou destrói uma casa histórica, não se apaga apenas uma estrutura física, mas também as memórias e as narrativas que ela encerra, os modos de vida que a ela estavam associados e os significados que, ao longo do tempo, a comunidade ali depositou (Zancheti; Hidaka, 2014).

Como bem argumenta Luiz Amorim (2010), em sua obra *Obituário Arquitetônico*, a “morte” de um bem patrimonial pode ocorrer de múltiplas formas: pela demolição, pelo abandono, pela descaracterização ou pela sua apropriação indevida, que o transforma em algo alheio à sua função e à sua história. Em Bonfim, todas essas modalidades se conjugam, produzindo uma perda cumulativa de atributos que compromete a autenticidade do núcleo histórico e fragiliza a memória coletiva (Amorim, 2010).

O desaparecimento dos elementos construtivos tradicionais — como o uso da taipa de pilão, das telhas coloniais e das esquadrias em madeira — resulta não apenas na descaracterização estética do conjunto arquitetônico, mas também na quebra das técnicas e saberes ancestrais que, durante sé-

culos, moldaram o modo de construir e habitar da comunidade bonfinense. A substituição dessas técnicas por materiais industrializados e soluções padronizadas homogeneiza o espaço urbano, apagando suas singularidades e, com elas, os traços identitários que conferem sentido ao lugar.

Além disso, a perda dos atributos patrimoniais de Bonfim compromete sua atratividade turística e cultural. O turismo, que poderia funcionar como vetor de desenvolvimento sustentável e como incentivo à preservação do patrimônio, é inviabilizado à medida que o núcleo histórico se descaracteriza, perdendo sua capacidade de evocar e transmitir experiências autênticas. A cidade deixa de ser um espaço de memória compartilhada e passa a se configurar como um território indistinto, submetido às lógicas padronizadas da urbanização contemporânea.

Esse processo repercute diretamente na relação da comunidade com o espaço. A identidade urbana, como destaca Henri Lefebvre (2005), constrói-se a partir da apropriação simbólica dos lugares pelos seus habitantes. Quando esses lugares perdem seus atributos históricos e culturais, a identificação dos moradores com o espaço fragiliza-se, promovendo sentimentos de alienação, de desenraizamento e de indiferença em relação ao destino do patrimônio (Lefebvre, 2005).

Em Bonfim, a descaracterização também provocou o esvaziamento funcional de muitos imóveis históricos. Residências tradicionais transformaram-se em estabelecimentos comerciais de arquitetura dissonante, enquanto outras foram simplesmente abandonadas, condenadas à ruína. Esse esvaziamento comprometeu não apenas a paisagem urbana, mas também as práticas sociais que conferiam vitalidade ao núcleo histórico: as festas religiosas, as celebrações comunitárias e as interações cotidianas que, por décadas, vitalizaram o centro da cidade.

Por fim, a perda dos valores patrimoniais enfraquece o sentimento de pertencimento da comunidade bonfinense, dificultando a mobilização social

em defesa da preservação. Sem vínculos afetivos e simbólicos com o patrimônio, torna-se mais difícil sensibilizar os moradores para a importância de sua conservação, perpetuando o ciclo de descaso e descaracterização.

Essa espiral de perdas, que compromete tanto a materialidade quanto a simbologia do patrimônio, coloca em xeque não apenas a identidade de Bonfim, mas também sua capacidade de se projetar no futuro como uma cidade que valoriza e preserva sua rica história.

Na seção seguinte, aprofundaremos a análise dessa tensão, discutindo os desafios impostos pela busca de desenvolvimento e modernização em contraponto à necessidade de proteger e valorizar o patrimônio cultural.

7 PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO: UMA TENSÃO PERMANENTE

O caso de Bonfim ilustra, de maneira paradigmática, a tensão permanente entre a preservação do patrimônio cultural e as demandas por desenvolvimento e modernização. Esse conflito, recorrente em inúmeras cidades brasileiras, especialmente aquelas de porte médio ou pequeno, revela a dificuldade de compatibilizar os imperativos econômicos e sociais contemporâneos com a necessidade de proteger os bens que constituem a memória e a identidade das comunidades.

Em Bonfim, como em outros contextos, o patrimônio passou a ser percebido, por muitos, como um obstáculo ao desenvolvimento urbano. A proteção legal do Núcleo Histórico Urbano e as restrições impostas pelo tombamento foram, frequentemente, interpretadas como entraves ao pleno aproveitamento do potencial imobiliário da cidade. Esse discurso, amplamente disseminado entre setores da sociedade local, alimentou uma visão utilitarista do espaço urbano, na qual o valor histórico e cultural das edificações foi relegado a um segundo plano frente às oportunidades de lucro e à busca por soluções habitacionais mais “modernas”.

Tal percepção revela uma concepção equivocada, mas ainda muito presente, que opõe, de maneira absoluta, preservação e desenvolvimento, como se fossem categorias incompatíveis. Na realidade, diversas experiências internacionais e nacionais demonstram que é possível, e desejável, articular políticas públicas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável, tendo o patrimônio cultural como um recurso estratégico para a qualificação dos espaços e para a dinamização econômica, especialmente através do turismo e das atividades culturais (Choay, 2011).

Contudo, para que essa articulação se efetive, são necessárias políticas públicas integradas e continuadas, que considerem a preservação como um eixo estruturante do planejamento urbano e não como um adereço decorativo ou um fardo burocrático. Isso requer, entre outros elementos, investimentos em restauração e conservação, incentivos fiscais para proprietários de imóveis históricos, programas de Educação Patrimonial e a participação ativa da comunidade nos processos decisórios.

Em Bonfim, a ausência dessas políticas de salvaguarda e a fragilidade institucional do Conselho Municipal de Patrimônio inviabilizaram a construção de uma estratégia capaz de transformar o patrimônio em um ativo para o desenvolvimento local. Ao contrário, o Núcleo Histórico Urbano (NHU) tornou-se uma área em franca decadência, sujeita à especulação imobiliária, ao abandono e à descaracterização, com poucos mecanismos de controle e quase nenhuma ação propositiva de revitalização.

O desafio que se coloca, portanto, é romper com essa lógica predatória e construir uma visão que reconheça o patrimônio cultural como um elemento fundamental para a qualificação da cidade e para o fortalecimento de sua identidade. Como bem sintetiza Leonardo Castriota (2009), a preservação não deve ser entendida como um impedimento ao desenvolvimento, mas como uma dimensão essencial dele, pois contribui para a construção de cidades mais humanas, mais inclusivas e mais conscientes de sua história (Castriota, 2009).

Essa visão, contudo, demanda uma mudança de paradigma, tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil. Exige o reconhecimento de que o patrimônio não é apenas um bem do passado, mas um recurso para o presente e para o futuro, capaz de gerar oportunidades econômicas, fortalecer os vínculos comunitários e promover a valorização do espaço urbano.

Em Bonfim, essa mudança de perspectiva ainda não se concretizou plenamente. O Núcleo Histórico Urbano (NHU) segue vulnerável às pressões econômicas e à falta de políticas efetivas de proteção, enquanto a cidade continua a buscar caminhos para o seu desenvolvimento, muitas vezes à custa de sua memória e de sua identidade.

Na seção final deste capítulo, refletiremos sobre as implicações desse cenário e sobre as possibilidades de reverter, ou ao menos mitigar, o processo de descaracterização que ameaça o Núcleo Histórico Urbano de Bonfim.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA CIDADE EM DESPEDIDA?

Bonfim, como tantas outras cidades coloniais brasileiras, vive o dilema angustiante entre preservar a memória que a define ou sucumbir às pressões do presente que a transformam. A descaracterização progressiva do seu Núcleo Histórico Urbano, apesar do reconhecimento formal de seu valor patrimonial, revela as fragilidades das políticas públicas de preservação e as limitações de um modelo que, muitas vezes, não consegue articular proteção, desenvolvimento e participação social.

Este capítulo buscou evidenciar como, no caso de Bonfim, a proteção legal, materializada no tombamento de 1997, não foi suficiente para conter as dinâmicas predatórias que corroem lentamente o patrimônio cultural da cidade. Faltaram, e ainda faltam, políticas públicas integradas, programas de Educação Patrimonial, incentivos econômicos e, sobretudo, uma consciência coletiva de que o patrimônio é mais do que um conjunto de edificações

antigas: é um elemento estruturante da identidade local, um elo de memória, um recurso vital para pensar o futuro.

A metáfora das “ruínas silenciadas” que dá título a este capítulo sugere não apenas uma despedida silenciosa, mas um lamento pela perda que poderia ter sido evitada. Bonfim ainda possui fragmentos importantes de seu núcleo histórico, mas muitos dos seus atributos mais significativos já se perderam, e outros seguem ameaçados pela ação do tempo, do mercado e da indiferença.

Contudo, esta não é, nem precisa ser, uma “morte arquitetônica silenciada” acompanhada por um canto fúnebre definitivo. A trajetória de Bonfim pode, ainda, ser redirecionada, caso haja um esforço articulado entre poder público, sociedade civil, proprietários de imóveis e instituições de preservação para reverter, ou ao menos mitigar, o processo de descaracterização. Experiências exitosas em outros municípios mostram que é possível recuperar e revitalizar núcleos históricos, promovendo não apenas a conservação do patrimônio, mas também a dinamização econômica e a melhoria da qualidade de vida urbana.

Para isso, é necessário superar a visão que opõe preservação e desenvolvimento, reconhecendo que ambos podem e devem caminhar juntos, em uma perspectiva de sustentabilidade cultural. A valorização do patrimônio deve ser incorporada como uma diretriz central do planejamento urbano, orientando políticas de habitação, mobilidade, turismo e cultura.

Além disso, é fundamental que a comunidade local se reconheça como protagonista nesse processo, assumindo a responsabilidade pela defesa do seu patrimônio e compreendendo que ele não é apenas um legado do passado, mas também uma herança para as gerações futuras.

Bonfim é, portanto, um caso exemplar e, ao mesmo tempo, um alerta: a preservação do patrimônio cultural exige mais do que legislação; requer polí-

ticas públicas efetivas, sensibilidade social e uma profunda valorização da memória como elemento vital para a construção de cidades mais humanas, mais justas e mais enraizadas em sua história.

Que estas “ruínas silenciadas” não sejam o epílogo de uma cidade que se despede de sua identidade, mas o prenúncio de um movimento de resistência e de valorização do que ainda resta, para que Bonfim possa continuar a ser, não apenas um lugar, mas um espaço de memória, cultura e vida.

Pois ainda há uma maneira singular de se olhar a cidade. Ela faz parte da vida dos homens, como uma necessidade para se entender a própria vida. Lembra Amauri Carlos Ferreira: “é preciso contar para não esquecer que se pertence a algum lugar. Para os que estão vindo depois de nós contem também suas histórias e possam registrar memórias. Pois uma cidade começa a não mais existir quando esquecemos a memória dos lugares”.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. **Obituário Arquitetônico** – Pernambuco modernista. Recife: Ed. UFPE, 2010.

ASSIS, Adriana de Paiva; PEREIRA, Honório Nicholls. **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Bonfim/MG**. Bonfim: Prefeitura Municipal de Bonfim, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: antologia para um debate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

FERREIRA, Ricardo Carlos. **Réquiem para uma cidade em ruínas**: Bonfim/MG. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. São Paulo: Centauro, 2005.

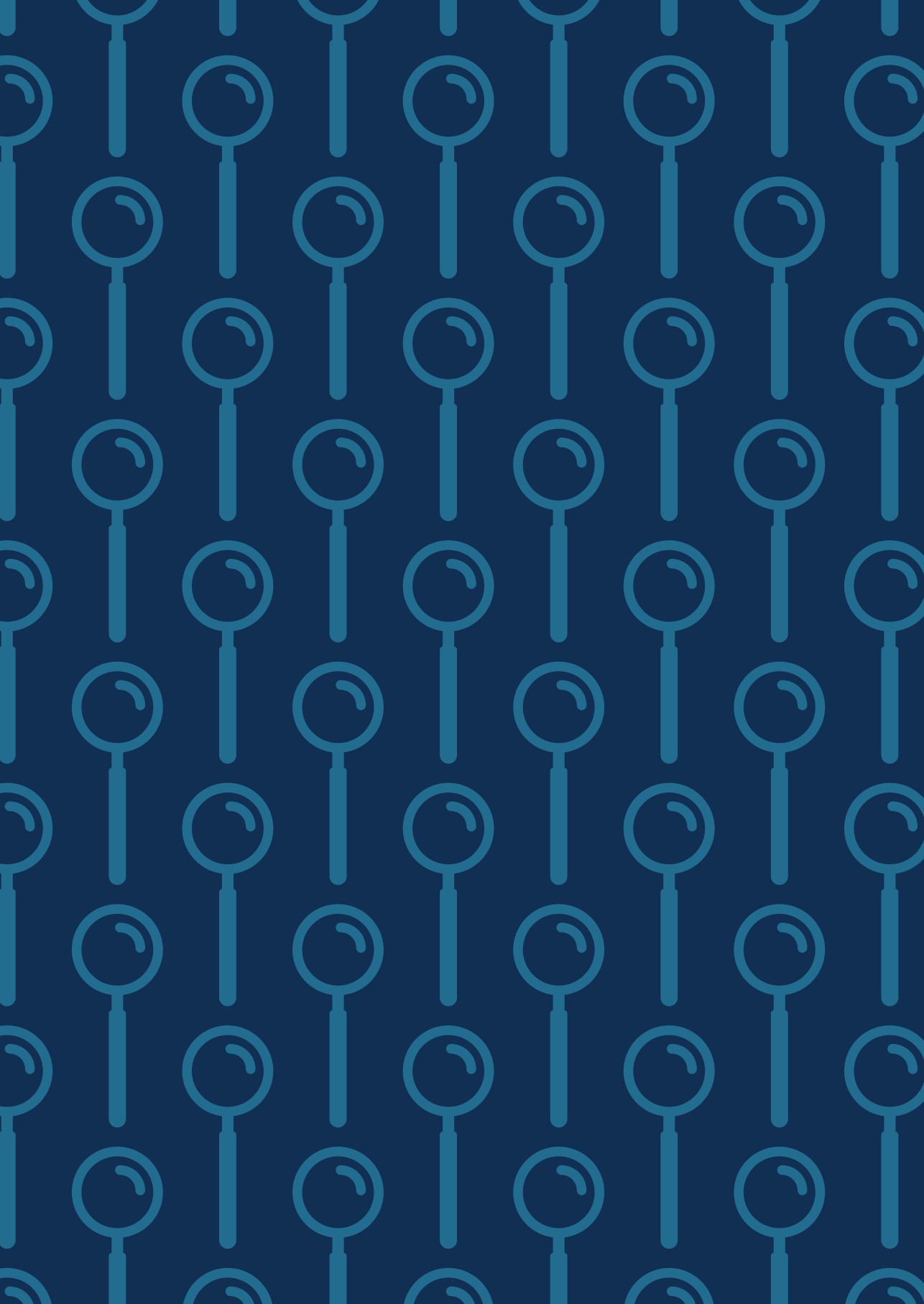
MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e Escravidão** – vida material e população no século XIX, Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, Fátima Regina. **Patrimônio cultural**: significância e identidade. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ZANCHETI, Silvio; HIDAKA, Lúcia. **Significância cultural**: teoria e prática. Recife: UFPE, 2014. Sobre o capítulo

Sobre o capítulo

Este texto originou-se da dissertação de mestrado “Réquiem para uma cidade: um olhar sobre as alterações do Núcleo Histórico Urbano de Bonfim/MG”, defendida no programa de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2014. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Flávio de Lemos Carsalade (orientador), Leonardo Barci Castriota (EA/UFMG) e Luiz Manuel do Eirado Amorim (UFPE).



Senhor do Bonfim: uma igreja setecentista esquecida pela historiografia

Renato Trigueiro da Cunha

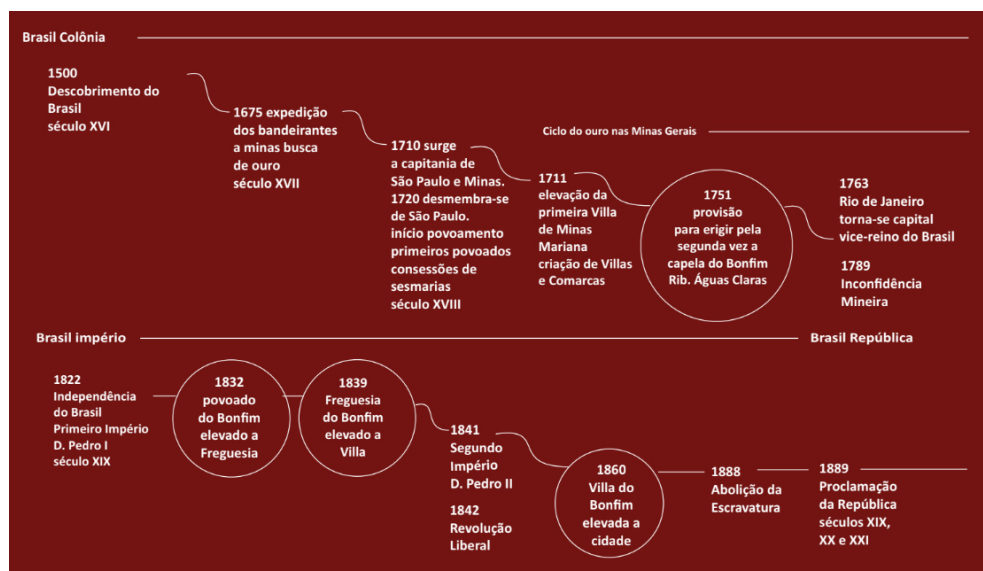
Robson Moura

“Temos o hábito de contemplar e atribuir somente às edificações religiosas mais ornamentadas como sendo as mais importantes e passivas de estudo, renegando e esquecendo aquelas que raramente legaram obras-primas das artes e arquitetura, mas que têm em cada detalhe de sua simplicidade uma grande história muitas vezes ainda desconhecida.”

1 A IMPORTÂNCIA DE BONFIM NO POVOAMENTO DAS MINAS GERAIS: UMA VIAGEM NO TEMPO

Faz-se necessário compreender a temporalidade dos fatos ocorridos desde o início do povoamento e a organização geopolítica, social e cultural da então recém-capitania das Minas Gerais, onde se é possível comprovar a inserção de Bonfim no contexto histórico das Minas do Ouro. O Brasil em constante transformação, com o fim da Colônia, teve sua divisão e organização administrativa mudada para Província pós-independência e, posteriormente, a República. Ainda quando era apenas um povoado, Bonfim desempenhou um papel importante nesse período, pois suas terras eram utilizadas para o plantio e o abastecimento de alimentos das principais regiões de extração de ouro.

Figura 1 – Bonfim-MG nos principais acontecimentos históricos do Brasil



Fonte: Renato Trigueiro (2024).

1.1 A igreja do Senhor do Bonfim está inserida no momento mais importante do povoamento das Minas do Ouro

As capelas de Minas Gerais no século XVIII, em que está incluída a do Senhor do Bonfim, têm a origem registrada no momento mais importante da organização territorial das Minas do Ouro, exatamente na formação geopolítica, social e econômica dos povoados e vilas da região mineradora. Com a descoberta do ouro por volta de 1696 no Ribeirão do Carmo, atual cidade de Mariana, a notícia se espalhou pela Colônia atravessou o Atlântico e chegou a Portugal. Esse fato desencadeou a corrida do ouro, dando início a um inesperado ciclo de riqueza para o Império português, transformando a então conhecida Colônia agrícola na chamada “joia da coroa”.

Sabendo da notícia da descoberta do ouro, aventureiros portugueses e da Colônia se deslocaram para a região mineira. Isso provocou subitamente uma intensa ocupação, espalhando-se nas localidades onde o ouro era encontrado e em vários rios, córregos e grotas, em busca do enriquecimento

rápido. Assim surgiram os pequenos núcleos de povoação. Essa ocupação foi tão intensa que Minas ficou sendo a região mais populosa do Brasil. Muitas das povoações mineiras formadas eram mais fruto das estradas ou caminhos que ligavam as minerações que propriamente da existência ou não do precioso metal. Talvez Bonfim se enquadre nessa situação, tendo em vista que no território onde se localiza não há registro de grande quantidade de ouro.

A igreja católica exerceu um grande papel tanto na Colônia quanto no Império. Em linhas gerais, além de garantir a disciplina social dentro de certos limites, interferiu no desenho urbano de nossas povoações, vilas e cidades. A alta religiosidade daqueles aventureiros que aqui se instalaram impulsionaram a construção de capelas, bem primitivas, sem nenhum adorno – com apenas os móveis que abrigavam a imagem do santo ou santa devocional dos imigrantes ali instalados. Construía-se capelas, nos morros ou encostas, em torno das quais a pequena nucleação se formava e se estendia pelos caminhos que davam acesso à mineração. A capela era o centro do arraial, o edifício mais importante.

O entorno, a praça, era o espaço de sociabilização, onde os habitantes travavam contatos, realizavam as festas do padroeiro e desfilavam em procissão. A proximidade entre as moradias e os edifícios religiosos evidenciam o papel fundamental exercido pela igreja na organização e na autoridade sobre o espaço dos arraiais mineiros, mantendo ao seu redor os fiéis que a ela se vinculavam.

1.2 Em meio ao grande afluxo de aventureiros em busca do ouro, surgem dois personagens de nossa história

Nesse momento, aparecem dois personagens portugueses, muito falados pela tradição oral de nossa história: Manoel Teixeira Sobreira e Manoel Machado. Juntos, eles adquiriram uma grande quantidade de terras através da

concessão de sesmarias, muitas delas nas terras onde hoje se localiza Bonfim. A história do povoado, bem como da igreja, está entrelaçada a esses dois sesmeiros. A tradição oral afirma que eles foram os primeiros colonizadores. No entanto, é importante ressaltar que, além de Sobreira e Machado, muitos outros sesmeiros possuíram terras na região.

Segundo esses relatos orais, a capela que teria originado a Igreja Matriz do Senhor do Bonfim foi construída através dos esforços religiosos dos portugueses Sobreira e Machado. Eles aportaram por volta de 1728, se instalaram bem próximo ao Ribeirão das Águas Claras, edificaram a fazenda Palestina, que existe até os dias de hoje, e uma capela em devoção ao Senhor do Bonfim, por volta de 1735.

Uma lenda muito bem construída, trazida de geração em geração, tem em sua narrativa a mistura de fatos reais realçados pelo imaginário. Ela nos trouxe o registro da presença desses dois sesmeiros na história de Bonfim e da região do Médio e Baixo Paraopeba. Há comprovação documental de que ambos mantinham uma fazenda em sociedade no povoado de Sant'Anna do Paraopeba.

O documento mais antigo encontrado até os dias de hoje é datado do ano de 1729 e registra a participação de Sobreira na Irmandade de São Miguel e Almas, de Villa Rica, comprovando que naquela data já vivia no Brasil, especificamente em Antônio Dias, povoado de Ouro Preto. A data é muito próxima a de 1728, em que a oralidade afirma ter edificado uma fazenda próxima ao Ribeirão Águas Claras denominada “Palestina”.

Lembro que a fala da tradição oral nunca deve ser descartada, mesmo não tendo nenhuma comprovação documental de fatos históricos ocorridos. Sempre se acredita que nesses casos aplica-se o velho ditado “Onde há fumaça há fogo” e que uma “lenda” também pode ser usada para se referir a uma pessoa conhecida por muitos e admirada pelos seus feitos, pelo seu talento ou pelo seu desempenho em determinada área. Esses dois persona-

gens estão impregnados na memória afetiva de nossa gente. Essa lenda fortalece os nomes deles como benfeitores aos olhos de gerações em gerações.

2 HISTÓRIA OU LENDA DAS IMAGENS. A FORÇA DA TRADIÇÃO ORAL INSERE SOBREIRA NA MEMÓRIA COLETIVA DE BONFIM¹

Conta a tradição oral do Vale do Paraopeba que, certa vez, em uma Sexta-feira da Paixão, o fazendeiro Sobreira, dono de inúmeras sesmarias na região do Médio Paraopeba, percebendo um silêncio em torno de sua fazenda, tratou de verificar o que acontecia, pois não ouvira e muito menos vira nenhuma movimentação dos trabalhos rotineiros do dia a dia de seus escravos e maquinários. Com um chicote na mão, chamou um de seus escravos e o questionou do porquê ainda estar tudo parado na fazenda.

O escravo prontamente lhe respondeu: senhor, hoje é Sexta-feira da Paixão!

E o senhor lhe respondeu: Nada disso! Atrele os bois, coloque-os no carro e vá buscar a cana para o trato dos animais e vá até a senzala e coloque todos a trabalharem. Obedecendo ao senhor, o escravo assim o fez.

Passado algum tempo, o escravo retorna assustado à presença do senhor e diz: Senhor, pelejei com os bois para aceitar as cangas e não consegui. Quando ameacei pegar à força um deles falou “nem hoje?”.

Naquele momento tudo começou a se mover, o engenho começou a funcionar sem a cana, o moinho movimentou sem milho e o carro de boi andou sem os bois.

Sobreira chegou à varanda e ficou apavorado diante das assombrosas visões e sons que chegavam aos seus ouvidos. Pediu pelos santos de joelhos

¹ Texto produzido por Renato Trigueiro a partir de relatos da tradição oral, 2025.

para que tudo terminasse, mas, mesmo assim, tudo continuava a se mover sozinho. Certo de que o acontecido era um sinal dos céus por não fazer da data religiosa um dia de oração, recorreu a sua religiosidade e resolveu então fazer uma promessa: se aquela assombração passasse, construiria duas igrejas para pedir o perdão dentro de suas propriedades. Passaram-se alguns minutos. Diante da tal promessa, tudo voltou ao normal. Já não se via e ouvia os movimentos do maquinário nem o som do carro de boi.

Para cumprir a promessa, encomendou em Setúbal, Portugal, as duas imagens que serviriam como oragos das capelas por ele construídas. Uma de Sant'Anna que seria entronada na capela próxima ao Ribeirão das Águas Claras (onde hoje se situa Bonfim) e a outra, a do Senhor do Bonfim (a qual era devoto em Portugal), que seria entronada próxima a sua fazenda em uma localidade hoje denominada de Sant'Anna.

Porém, curiosamente, a enorme imagem do Senhor do Bonfim ao chegar a seu destino não coube no nicho do retábulo da capela ali construída. E diante de tal situação, Sobreira achou como solução trocar as imagens, pois a imagem do Senhor do Bonfim somente caberia no nicho na capela do Ribeirão Águas Claras (hoje Bonfim - a qual com certeza após entronada deu-se a origem do nome desta localidade) e a imagem de Senhora Sant'Anna, que era menor, com certeza caberia no nicho da capela (onde hoje é Sant'Anna - provavelmente denominação desta localidade).

Para realizar a troca, foram organizadas duas procissões conduzindo as duas imagens para seus novos destinos. Uma saíria com a imagem do Senhor do Bonfim e a outra com a imagem da Senhora Sant'Anna. A lenda diz, ainda, que o encontro das duas imagens ocorreu no dia 15 de agosto de 1735, o que posteriormente determinou a data da festa do Senhor do Bonfim, ficando a data canônica de 26 de julho para a festa da Senhora Sant'Anna.

Dizem que as trocas foram realizadas no meio da estrada que ligava um templo ao outro, exatamente na comunidade do Suro, em Vargem Alegre,

distrito de Bonfim, onde existe até os dias de hoje um cruzeiro ali instalado e cercado de um muro de pedra seca, um local cheio de histórias e lendas, e sempre enfatizado pela tradição oral. Dizem que foi um evento grandioso com muita assistência de fiéis e que, após a troca das imagens, cada procissão seguiu em direção aos seus destinos conduzindo-as respectivamente para seus novos destinos.

3 TRÊS DOCUMENTOS IMPORTANTES QUE REMONTAM A NOSSA HISTÓRIA

3.1 Provisão para erigir uma capela

A provisão, datada em 5 de maio de 1751, registrou a construção de uma capela com o título de Senhor do Bonfim, passada a favor dos moradores do Ribeirão das Águas Claras dos Campos Gerais, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo. Este é o documento mais antigo encontrado que comprova ser esta uma igreja setecentista.

Em os 5 de Mayo de 1751 se registou huá Provizão da erecção da Cap/pella passada a favor dos moradores do Ribeyrão das Águas Claras dos Cam/pos Geraes, Freguezia das Congonhas do Campo, cujo theor hé o seguinte - / Dom-Frey Manoel da Cruz – Bispo – Fazemos saber, que attendendo Nos ao que / por sua petição retro nos enviarão a dizer os Moradores do Ribeyrão das / Águas Claras dos Campos Geraes Freguezia de Nossa Senhora da Conceição das // (Fl. 63) das Congonhas do Campo, havemos por bem de lhes conceder Licença pela presente nos/as Provizão, para que possão erigir huá Cappella com o titullo do Senhor do Bomfim, no / sítio, e lugar que detriminar o seo Reverendo Parocho ou quem as suas vezes fizer / visto terem feito termo de subjeição na nossa Camara Episcopal, em o qual se sub/jeitão, a nossa Protecção, e dos nossos Successores, a qual será fabricada de materiaes / perdurá-

veis com boa proporção e architettura, e ao depois de erecta, e decentemente pa/ramentada com os ornamentos das quatro cores, que mandão as Rubricas do Mis/sal, e uza a Igreja, e mais couzas neccessarias, e feito patrimônio Sufficiente recor/terão a Noz para a mandarmos vizitar, e benzer na forma do Ritual Romano, / e nella se poder celebrar; e outrossy terão hum Livro, em que estarão encadernados / todos os documentos pertencentes a mesma Cappella, e será registada esta no / Livro do Registo Geral. Dada e passada nesta Cidade Marinna sub o nosso Sig/nal, Chancellaria, e Sello de nossas armas aos cinco de Mayo de mil, settecen/tos e cincoenta, e hum annos. Eu o Conigo Vicente Gonçalves Jorge de Almeida Secretario / de Sua Excellencia Reverendissima, e Escrivão da Camara Ecclesiastica a subscvrevy. Estava / a Rubrica de Sua Excellencia Reverendissima - Lugar do Sello - Almeyda. [De haver?] 12000. / (Arquidiocese de Mariana - AEAM Livro de Provisões - 1750 a 1752 fls 62v-63f).

3.2 Provisão de uma sentença de patrimônio para a capela novamente ereta e benção

Em os 8 de Junho de 1752 Registro de uma Snca de patrimonio feito a Capela novamte erecta do Sr do BomFim Filial das Congonhas do Campo, cujo teor é o seguinte.

Vistos estes autos, sumário de testemunhas e documentos juntos, e juramento dos dotadores João Antunes Silva e sua mulher Maria do Couto; dotarão as três metades da sua fazenda, que tem no sítio do Ribeirão das Águas Claras para segurança de nove mil reis, anualmente para Patrimônio da Capela novamente ereta no dito Ribeirão das Águas Claras da Freguesia da Conceição de Nossa Senhora das Congonhas do Campo da Comarca de Vila Rica, obrigando-se ambos, até com juramento de não venderem, nem de qualquer modo alienarem a dita Fazenda doada

sem o dito cargo, para conservação da dita pena, e de junho, dois de mil setecentos, cinquenta e dois anos. Amaro Gomes de Oliveira. Em 8 de junho de 1752, se registrou uma Provisão passada a favor de João Antunes da Silva e dos mais moradores do Ribeirão das Águas Claras, em que se concede licença para o padre Cipriano Roiz e Nunes visitar e benzer a capela novamente erigida do Senhor do Bom Fim do mesmo Ribeirão, Freguesia das Congonhas do Campo. (Arquidiocese de Mariana – AEAM Livro de Provisões – 1750 a 1752; Sentença de Patrimônio da Capela do Senhor do Bonfim, novamente ereta. aos 8\6\1752; e bênção da mesma no lugar de Ribeirão das Águas Claras. 1752 - Fl. 153).

3.3 Provisão de licença para instalação da pia batismal para exercer o sacramento do Batismo

Em 9 de Junho de 1755, registo de uma Provisão a favor dos Aplicados da Capela do Senhor do Bom Fim da Freguesia de Congonhas do Campo para a pia batismal, cujo teor é o seguinte:

Dom Frei Manoel da Cruz – Bispo

A todos os Fieis Cristãos nossos súditos, Saúde!

Fazemos saber que atendendo [inelegível] que por sua petição retro nos enviaram a dizer os aplicados da Capela do Senhor do Bom Fim da referida Freguesia das Congonhas do Campo havemos por bem de lhe conceder licença pela presente Provisão, para poderem ter Pia Batismal na sobredita Capela do Senhor do Bom Fim da referida Freguesia, para nela se batizarem as pessoas que naquele Distrito necessitarem deste Sacramento, com tanto que seja Pia de pedra bem lavrada, com capacidade de nela se administrar o Batismo por imersão, que esteja bem vedada, limpa,

em lugar decente, fechada com chave e que tenha alguma invenção artificial para se destapar e tapar o sumidouro de água, que não ficará dentro da dita Pia de um dia para outro, mas tanto que se administrar o Sacramento se destapará logo o Sumidouro. E haverá um armário fechado com chave junto à Pia, onde estarão as âmbulas dos Santos Óleos, que serão ao menos de estanho e fará os tais batizados o Reverendo Pároco ou com licença sua outro, qualquer sacerdote secular, sem prejuízo algum dos direitos Paroquiais, o qual fará com toda a clareza os assentos e os entregará dentro de um mês ao Reverendo Pároco para os lançar no livro deles. E haverá um Ritual pertencente à Fábrica da mesma Capela, para por ele se fazerem os tais batizados. Dada nesta Cidade de Mariana sob nosso sinal, chancelaria, e selo de nossas armas, aos sete de junho de mil, setecentos e cinquenta e cinco.

Eu o Cônego Vicente Gonçalves de Almeida - Secretário, Escrivão da Câmara Eclesiástica a subscrevi.1:012#137” (Um conto, doze mil, cento e trinta e sete reis) (Arquidiece de Mariana – AEAM Livro de Provisões – 1752 a 1755).

4 ONDE O DOCUMENTAL ENCONTRA O IMAGINÁRIO

Uma análise interpretativa e detalhada desses relevantes documentos revela novos aspectos até então desconhecidos.

4.1 O primeiro documento

A provisão episcopal passada a 5 de maio de 1751 confirma a permissão para construção de uma capela, com o título de Senhor do Bonfim, no Ribeirão das Águas Claras, filial das Congonhas do Campo. Essa provisão registrou a concessão passada a favor dos “moradores do Ribeirão das Águas Claras dos Campos Gerais, Freguesia de Nossa Senhor da Conceição de Congonhas do Campo”, para a construção de uma capela com o título de Senhor do Bonfim.

Fica evidente que a concessão foi dada aos moradores de uma localidade denominada “Ribeirão das Águas Claras”, o que indica tratar-se de uma das denominações utilizadas entre o período anterior a 1751 e posterior à “Rocinha”, nome que a tradição oral aponta como sendo a primeira designação do povoado que mais tarde se chamaria Bonfim. No entanto, ainda não foi encontrado nenhum documento que comprove que “Rocinha” tenha sido, de fato, a primeira denominação. Após a bênção da capela, acredita-se que o local passou a ser conhecido como “Senhor do Bonfim”.

Na mesma provisão, a concessão foi destinada aos moradores de Ribeirão das Águas Claras, sem, contudo, mencionar diretamente os nomes de Manoel Teixeira Sobreira e Manoel Machado.

4.2 O segundo documento

A provisão datada de 8 de junho de 1752 registra uma sentença de doação de patrimônio feita à capela novamente ereta do Senhor do Bonfim pelo senhor João Antunes da Silva e sua esposa, Maria do Couto. O casal cedeu parte das terras de sua fazenda em benefício da manutenção da capela e da celebração dos ofícios divinos.

O documento original revela, de forma explícita, que a capela fora “novamente erigida”. Essa preciosa informação confirma a existência, anterior a 1751/1752, de uma capela primitiva, o que reforça a tradição oral segundo a qual Manoel Teixeira Sobreira e Manoel Machado teriam sido seus construtores por volta de 1735 – período que marca também a provável formação do povoado. É importante ressaltar que, entre 1735 e 1761, Sobreira adquiriu documentalmente diversas sesmarias próximas aos rios Paraopeba, Manso, Macaúba e Ribeirão das Águas Claras, regiões onde se formou um extenso povoamento conhecido pelos nomes de Rocinha, Ribeirão das Águas Claras e Senhor do Bonfim.

4.3 O terceiro documento

A provisão de 1755 registra outro momento significativo da então Capela do Senhor do Bonfim: a concessão para a instalação de uma pia batismal e a autorização para a administração do sacramento do batismo. O processo de concessão e instalação seguia um rito canônico rigoroso, dependente da permissão do bispo diocesano. A comunidade interessada deveria formalizar um pedido ao bispado, geralmente com o apoio de moradores influentes ou abastados, responsáveis por financiar a construção da capela e as despesas associadas à instalação da pia. Esse pedido precisava ser bem fundamentado, demonstrando as dificuldades enfrentadas pela população local para se deslocar até a igreja matriz mais próxima a fim de realizar os batismos.

A autorização era concedida apenas quando se comprovava uma necessidade pastoral legítima. O processo incluía ainda uma análise minuciosa da hierarquia eclesiástica, que verificava as condições estruturais da capela, a estabilidade financeira da comunidade e o impacto da medida sobre a paróquia existente. Tais exigências nos permitem compreender que a Capela do Senhor do Bonfim, embora não fosse uma matriz, já possuía um status de grande relevância religiosa e social na região.

A provisão datada de 9 de junho de 1755 registrou detalhadamente as especificações técnicas e exigências para a pia batismal, que deveria ser adquirida, instalada e benzida. Estipulava-se que a pia fosse feita de pedra bem lavrada, com capacidade para a administração do batismo por imersão, devidamente vedada e equipada com algum mecanismo artificial para abrir e fechar o sumidouro de água, que não deveria permanecer dentro da pia de um dia para o outro. Desde 1755, a pia batismal já se encontrava na igreja, acompanhada de um armário fechado com chave, destinado a guardar as âmbulas dos santos óleos. Posteriormente, tanto a pia quanto o armário foram transferidos para a nave maior da igreja, acompanhando a ampliação e reorganização do espaço litúrgico.

5 UMA IGREJA SETECENTISTA ESQUECIDA PELA HISTORIOGRAFIA

“Temos o hábito de contemplar e atribuir somente às edificações religiosas mais ornamentadas como sendo as mais importantes e passivas de estudos, renegando e esquecendo àquelas que raramente legaram obras-primas das artes e arquitetura e que tem em cada detalhe de sua simplicidade construtiva, uma grande história muitas vezes ainda desconhecida.”

Nunca compreendemos o porquê da historiografia não prestigiar algumas capelas remanescentes dos séculos XVII e XVIII que se apresentam de forma simplícistas, com pouca ornamentação e ou estilo arquitetônico. A literatura especializada mineira ainda reserva pouca atenção a essas capelas do período colonial, em que muitas histórias poderiam ser contadas, concentrando-se apenas nas relacionadas à arquitetura religiosa de grande porte vinculada à beleza arquitetônica do Barroco mineiro. Sabemos da importância da igreja na formação social e espiritual de toda uma comunidade, seja em um povoado, vila ou cidade. A Igreja do Senhor do Bonfim exerceu esse poder, guiando e orientando toda uma sociedade.

Para além de seus estilos arquitetônicos e de sua beleza artística, a Igreja do Senhor do Bonfim preserva, em sua história, a memória de importantes acontecimentos de uma sociedade. Fundada na religiosidade, ela nos revela, por meio de seus registros e dos livros eclesiásticos, informações preciosas sobre o cotidiano da comunidade: as condições físicas e topográficas dos sítios onde se localizam moradias e edifícios, costumes populares, conveniências sociais e religiosas, o quadro econômico da sociedade, bem como normas e regras de convivência, retratando como vivia a população local em seus diversos períodos. Essas informações contribuem significativamente para preencher lacunas ainda existentes na nossa história.

A análise das etapas construtivas da Igreja do Senhor do Bonfim permite identificar três momentos distintos da arquitetura religiosa brasileira: durante o Brasil Colônia, o Império e a República.

5.1 Primeiro momento construtivo: a existência de uma capela primitiva

Antes de 1751, existiu uma capela primitiva que foi demolida, construída com materiais efêmeros, como madeira e o barro (pau-a-pique), bem característicos do sistema construtivo do período setecentista. Essa informação foi corroborada por outra provisão, datada de 8 de junho de 1752, que registra uma sentença de doação de patrimônio à capela “novamente ereta” do Senhor do Bonfim, filial de Congonhas do Campo. A localização exata da capela primitiva não é conhecida, mas era prática comum demolir e reconstruir uma nova capela no mesmo local, aproveitando o solo já consagrado e benzido. É possível que essa capela primitiva seja justamente aquela erigida por Sobreira e Machado, conforme aponta a tradição oral.

As capelas primitivas do século XVIII, especialmente em Minas Gerais, eram construções modestas que refletiam a realidade financeira dos povoados em formação. Uma capela podia consistir em um cômodo dentro da casa-grande, chamada de ermida, recebendo maior ornamentação por fazer parte da composição da residência, ou ser uma construção separada dentro do complexo da fazenda. Pelas referências registradas na provisão que concedia aos moradores licença para erigir uma nova capela, acredita-se que se localizava dentro do complexo da fazenda, e não dentro da casa-grande.

As plantas das capelas primitivas eram geralmente retangulares, compostas por uma nave, onde se acomodavam os fiéis, e uma capela-mor, além de uma sacristia. O sistema construtivo utilizava materiais simples, como pau-a-pique, ou técnicas como taipa de pilão (terra compactada em fôrmas) e, em alguns casos, taipa de mão (barro amassado manualmente e molda-

do). A cobertura era geralmente composta por telhas de barro, embora as primeiras construções religiosas em Minas, nas décadas do Ciclo do Ouro (fim do século XVII e início do XVIII), muitas vezes tenham contado com cobertura de sapé.

5.2 Segundo momento construtivo (1751)

A provisão, que autoriza o levantamento de uma capela com o título do Senhor do Bonfim, detalha as exigências para sua construção: a igreja deveria ser fabricada com materiais duráveis, respeitando boas proporções e arquitetura adequada. Após ser erguida, deveria ser decentemente paramentada com os ornamentos das quatro cores, conforme determinam as rubricas do missal utilizado pela igreja, além de conter outros itens necessários para o culto.

Reerguida em 1751, a então Capela do Senhor do Bonfim é um exemplar refinado na arte da pintura sacra setecentista, refletindo as características construtivas do Rococó na segunda metade do século XVIII, em que a pintura se torna relevante, a partir da escassez do ouro.

A então Capela do Senhor do Bonfim incorporou em sua ornamentação novas técnicas e tendências decorativas, valorizando especialmente a pintura. A riqueza oriunda da exploração do ouro permitiu que irmandades religiosas, grandes mecenas da arte colonial, financiassem a aquisição de materiais caros e importados, como tintas, tecidos, cristais, mármore, azulejos e obras de arte vindas da Europa para as cidades mineiras. Com a diminuição das jazidas de ouro, a capacidade de importar materiais essenciais para a ornamentação das capelas e igrejas foi reduzida.

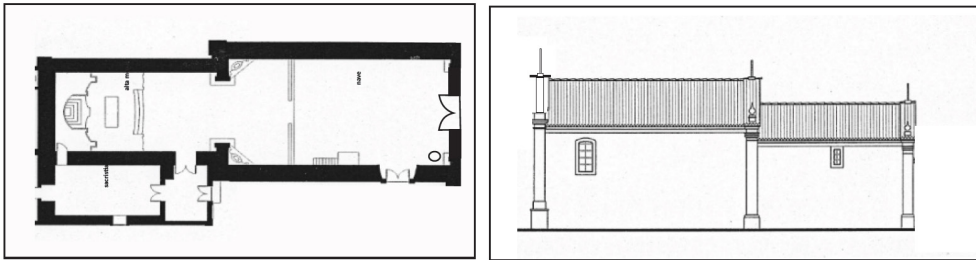
Os artistas locais, ou artífices, como eram chamados na época, passaram a utilizar matérias-primas disponíveis na região para dar continuidade às suas produções. Eles se reinventaram, descobrindo que, através de suas

mãos talentosas, poderiam reproduzir com qualidade, por meio da pintura, materiais que antes eram importados da Europa.

Nesse contexto, a pintura passou a predominar na ornamentação das capelas e igrejas em Minas, permitindo que muitos artistas expressassem seu talento com os pincéis. “Foi nesse período que surgiram o Barroco Mineiro, mais livre em suas criações e técnicas, e o Rococó, estilos que deixaram uma marca profunda na arte religiosa local.”

Nesse segundo momento, a capela era constituída por uma capela-mor, uma nave e uma sacristia construída com alvenaria de pedra.

Figura 2 - Desenhos que mostram a estrutura da capela



Fonte: arquivo recuperado, Renato Trigueiro (2025).

5.2.1 O altar-mor

O altar-mor da Igreja do Senhor do Bonfim registra esse grande momento da transição do Barroco mineiro para o Rococó, que encontrou na pintura, a solução para substituir os materiais importados da Europa que eram utilizados nas ornamentações das capelas mineiras. A suavidade das cores na pintura dos retábulos marca o início do Rococó.

Figura 3 - O altar-mor da Igreja do Senhor do Bonfim



Fonte: foto do arquivo pessoal de Robson Moura (2025).

O retábulo-mor do Senhor do Bonfim apresenta uma predominância de elementos Rococó em sua constituição, porém há presença de pontuais elementos do Barroco joanino. O retábulo-mor é confeccionado em madeira entalhada, policromada e dourada. Possui colunas lisas, com ornatos que fingem as colunas torsas, com capitéis coríntios dourados.

O intercolúnio possui nichos com pequenos dosséis ornados. Atlantes de corpo inteiro sustentam as colunas. Possui entablamento em cimalha decorada e arremate em arco pleno, coroamento com anjos que sustentam a tarja. Possui camarim central e trono, onde repousa a imagem do Padroeiro. O sacrário é trabalhado com pintura de querubins, flores e marmorizado. O tampo do altar, abaixo do sacrário, é decorado com a tradicional pintura imitando os tecidos adamascados europeus.

Todo o retábulo é decorado com pintura de motivos florais, rocalhas, querubins, marmorizados e douramento. O arco-cruzeiro, que limita a capela-mor é em trabalho de cantaria, de boa execução, sendo, portanto, estrutural.

As pilastras têm bases alargadas e fuste reta. Não possui capitel, ou este se confunde com a cimalha do entablamento e arranque do arco pleno, com peças poligonais e chave central com peanha, sobre a qual repousa a tarja, essa em madeira entalhada e policromada. Esse arco separa a capela-mor de uma das naves. Nessa nave existem balaustradas torneadas em jacarandá, de boa fatura, púlpito e retábulos colaterais.

5.2.2 Os retábulos colaterais

A primeira nave possui dois retábulos, um púlpito com douramento, pinturas e dossel. Os balaústres são de madeira torneada, sem pintura. Na capela-mor e na nave, o forro era apainelado e possuía pinturas decorativas da Ascensão de Nosso Senhor e Assunção de Nossa Senhora, que se perderam em restaurações posteriores. Algumas tentativas de recuperação foram feitas, mas sem sucesso. Hoje, o forro encontra-se coberto por tinta branca.

Essas alterações refletem a importância crescente da pintura na ornamentação das capelas nesse período. Isso pode ser observado nos retábulos laterais, nos quais ainda se aprecia a riqueza do ouro do período colonial brasileiro, assim como pinturas de alta qualidade que reproduziam texturas de

mármore, madeira, tecidos florais e outros materiais, compondo os altares em uma época de escassez do ouro em Minas Gerais.

Figura 4 – A suavidade das cores na pintura dos retábulos marca o início do Rococó



Fonte: Foto Renato Trigueiro (2025).

5.2.3 Retábulo original lado Evangelho

No retábulo colateral lado Evangelho, a invocação principal desse altar é a Virgem Maria, indicada na tarja do coroamento. É confeccionado em madeira entalhada, policromada e dourada. Possui colunas caneladas com bases sustentadas por atlantes de corpo inteiro, tendo veste em saíotes plissados, estando com as pernas cruzadas e os pés contra a parede. Os intercolúnios possuem nichos pequenos dosséis armados.

O entablamento em cornija frisada penetra o camarim do retábulo. O coroamento em arco possui ornatos e rocalhas, tendo anjos que sustentam a tarja,

arrematado por lambrequins. Possui camarim central com trono simples e sacrário trabalhado.

Esse retábulo sofreu alterações com a retirada do tampo do altar que tinha a pintura floral que imitava os tecidos europeus. No retábulo lado Evangelho foram depositados os restos mortais do padre Trigueiro, padre Ângelo, padre Alderico e padre Antônio. Estão sepultados no solo do altar-mor os padres João Baptista Tristão e Joaquim Nogueira Penido.

Figura 5 - Retábulo original lado Evangelho (e alterações)



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

5.2.4 Retábulo original lado Epístola

No retábulo colateral lado Epístola a invocação principal é São Francisco de Assis, indicado na tarja do coroamento. É confeccionado em madeira entalhada, policromada e dourada. Possui colunas caneladas com bases

sustentadas por atlantes de corpo inteiro, tendo veste em saíotes plissados, estando com as pernas cruzadas e os pés contra a parede. Os intercolúnios possuem nichos pequenos dosséis armados.

O entablamento em cornija frisada penetra o camarim do retábulo. O coroa-mento em arco possui ornatos e rocalhas, tendo anjos que sustentam a tarja, arrematado por lambrequins. Possui camarim central com trono simples e sacrário trabalhado.

Esse retábulo sofreu alterações com a retirada do tampo do altar que tinha a pintura floral que imitava os tecidos europeus. No retábulo lado Epístola foi depositada a imagem do Senhor Morto, que anualmente sai desse espaço para a procissão da Sexta-feira da Paixão.

Figura 6 - Retábulo original lado Epístola (e alterações)



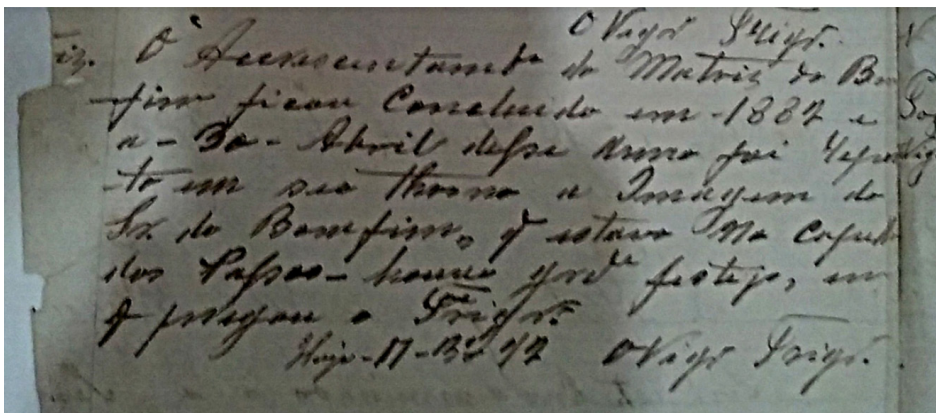
Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

5.3 O terceiro momento construtivo: o acrescentamento de uma segunda nave

O Livro de Tombo da igreja católica é um importante documento, instituído no Brasil Colônia. É um documento histórico de grande valor e um instrumento de gestão eclesial, em que são registrados os acontecimentos relevantes de uma paróquia: criação e história de uma paróquia, eventos marcantes da comunidade, provisões de designação de párocos, compra ou doação de terrenos, autorização para construções, reformas e restaurações de capelas e igrejas, atividades pastorais, entre outros.

Através de uma consulta minuciosa desses preciosos livros, autorizada pelo pároco, ele nos serviu para remontar as diversas fases construtivas do acrescentamento da igreja matriz. Mesmo não encontrando os livros de tomos anteriores a 1888, nesse livro o reverendo padre Trigueiro faz uma abertura na primeira página, registrando um breve histórico da cidade. Em sequência, nas primeiras linhas, nos revelou que houve um acrescentamento na igreja, finalizado em 1882, com o entronamento da imagem do Senhor do Bonfim que estava na capela do Senhor dos Passos devido às obras. Nesse apontamento, o padre Trigueiro afirma ter sido o pregador nessa cerimônia. Esse apontamento foi feito após a data de 1888.

Figura 7 – Trecho do Livro de Tombo da Igreja do Senhor do Bonfim que revela o acrescentamento de uma nave maior e da sacristia



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

Provavelmente esse acrescentamento de uma nave maior e da sacristia, autorizado no período em que foi instituída a Paróquia do Senhor do Bonfim em 1832, sendo o primeiro pároco o padre João Baptista Tristão, força política local.

Acredita-se que diversos fatores tenham motivado a arquidiocese a autorizar o acréscimo da igreja. Essa iniciativa possivelmente ocorreu em função da recuperação da atividade agrícola em Minas, após a decadência do Ciclo do Ouro. Esse contexto despertou o interesse dos grandes latifundiários em absorver a mão de obra ociosa proveniente da mineração, potencializando seus ganhos. Localidades como Bonfim, que já forneciam alimentos para a região mineradora, tiveram suas economias fortalecidas pela agricultura. Esse contingente populacional passou a se instalar e a constituir famílias. Em pouco tempo, o pequeno povoado tornou-se freguesia e, posteriormente, vila, justificando a ampliação da igreja para atender à nova demanda de fiéis.

A obra demandou muito tempo para ser concluída. Iniciada durante a administração do padre João Baptista Tristão, continuou sob o cuidado do padre Joaquim Nogueira Penido, sendo parcialmente finalizada na parte de alvenaria em 1882. Contudo, registros do Livro de Tombo indicam que, após essa data, diversas intervenções foram realizadas, principalmente nos acabamentos ornamentais, como o restauro do altar-mor, retábulos e imagens, durante o período em que o padre Trigueiro exerceu a função de vigário. Adoentado, ele não pôde acompanhar a conclusão dos trabalhos, deixando a seu sucessor, padre Francisco Ângelo, a responsabilidade pela restauração das imagens e pelo entronamento das mesmas, ocorrido em 1897.

A construção dos retábulos laterais da segunda nave só foi concluída no início do século XX. Essa reforma conferiu à Igreja Matriz de Bonfim uma característica rara, que a diferencia das demais igrejas remanescentes do período colonial: passou a possuir duas naves e, conseqüentemente, dois arcos-cruzeiros

Figura 8 – Igreja com duas naves e uma capela-mor



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

5.3.1 Os retábulos laterais da nova nave em contraste com os retábulos da capela original

Curiosamente, a nave maior teve seus retábulos construídos tardiamente, introduzindo uma ruptura com o estilo presente na ornamentação remanescente da arquitetura religiosa colonial do século XVIII, empregada no altar-mor e nos retábulos da Capela do Senhor do Bonfim, erigida em 1751. Dois registros no Livro de Tombo documentam momentos distintos da construção e instalação desses retábulos: um em 1900, durante a administração do padre Francisco Ângelo, e outro em 1905, sob o cuidado do padre Alderico Depauw.

5.3.1.1 O primeiro retábulo

Transcrição Popular do documento original

Aos quatorze de outubro de 1900, domingo de pentecoste e solenidade da Maternidade de Nossa Senhora, foi solenemente inaugurado o altar construído pela Conferência de São Vicente de Paula nesta Cidades, altar que se acha situada ao lado da Espístola no angulo do corpo da Matriz e onde foi colocado a Imagem de seu orago anterior mandada vir e benta pelo abaixo assinado. A inauguração foi feita perante grande numero de Confrades e de muito povo havendo benção solene do altar e missa cantada às 11 horas da manhã; as 2:30 horas da tarde Assembléia a Geral da Conferência, Tedum solene e benção do SS Sacramento tudo no mesmo altar. Prestou seus serviços gratuitamente a orquestra e banda de musica Snt'Anna Trigueiro. Para constar lavro este. Vig Francisco Ângelo de Almeida (Assento registrado no livro de tombo - transcrição paleográfica).

5.3.1.2 O segundo retábulo

Registro no Livro de Tombo diz o seguinte:

Enfim de maio do ano de 1905/ foi concluido o novo altar do Sagrado Cora/ção de Jesus, mandado fazer por conta do Centro do Apostolado desta freguesia e cidade do Bonfim. Foi feito o altar pelo carpinteiro Antônio Theodoro Rodrigues que fielmente copiou aquele de S. Vicente de Paula. Disse a primeira missa neste altar no dia 2 de junho sendo a 1 sexta feira do mês com assistência de numerosos devotos e devotas e numerosas communhões. Lavro este termo in perpetuum rei memoriam. Cidade do Bonfim 5 de junho de 1905. O vigário e diretor do Apostolado. P Alderico J Depauw.

Figura 9 - Retábulos colaterais



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

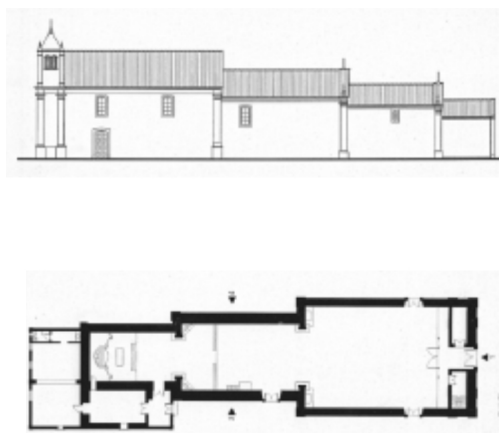
É interessante tecer comparações entre a simplicidade dos retábulos dessa nova nave, em estilo gótico, em relação aos retábulos barrocos/rococó da capela original, o que sempre trouxe o questionamento da população com relação aos estilos empregados na parte antiga e parte nova.

É notória a simplicidade dos retábulos colaterais inseridos na segunda nave, que não seguiram a padronização dos retábulos da igreja original. Mais simples, parecem terem sido construídos em um momento de escassez de recursos financeiros, provocado pela mudança de regime de governo, em

que foi instituída a separação oficial entre a igreja e o Estado e que pôs fim ao regime padroado no qual a igreja católica era a religião oficial e era financiada pela monarquia. Com a constituição de 1891, as igrejas deixaram de receber dinheiro público. O Estado brasileiro se tornou laico, proibindo a intervenção do governo em questões religiosas.

Sem esses recursos e com as irmandades enfraquecidas, essa mudança teve um grande impacto na finalização de capelas e igrejas, que antes da troca do regime de governo, já estavam em fase de construção e até mesmo finalização. Acredita-se que no caso da Igreja do Senhor do Bonfim, a falta desses recursos impactaram na finalização dos retábulos, pois havia a necessidade de contratação de artistas escultores que dominassem as técnicas do Barroco mineiro e Rococó, que foram utilizadas nos retábulos existentes do século XVIII, para que pudessem ser da mesma padronização.

Figura 10 – Desenhos da atual igreja, acrescida de uma nave maior e o fundo da sacristia



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

5.3.2 Surge um novo frontispício

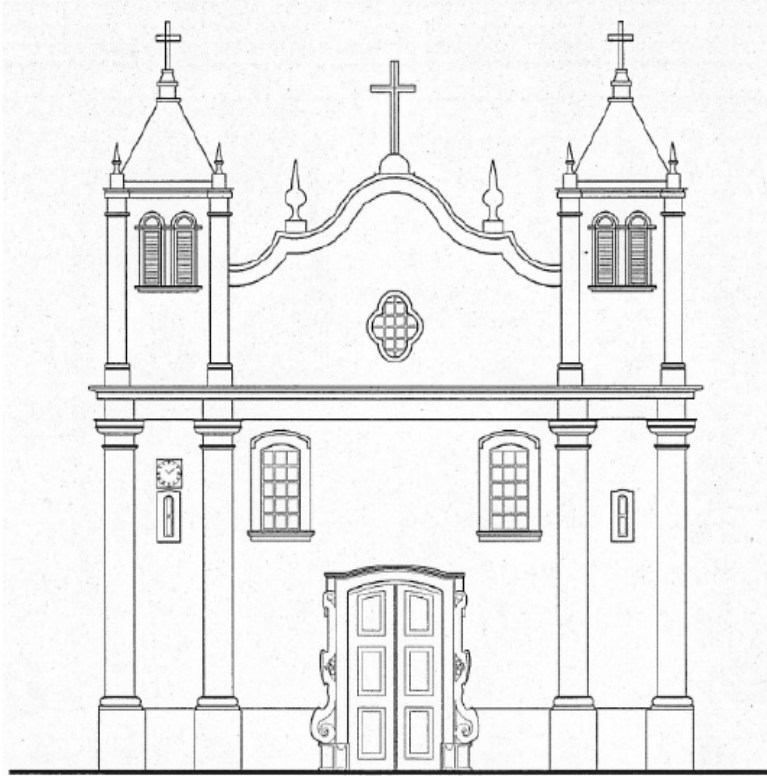
Não existem registros ou referências que detalhem como era o frontispício da igreja antes do acréscimo da nave maior. Curiosamente, um trabalho de restauração realizado no fim do século XX, utilizando técnicas de prospec-

ção pictórica e de materiais para investigar as características originais da construção, revelou que parte do material do frontispício da capela em sua segunda fase (1751) foi reaproveitado na construção da nave maior e do novo frontispício.

Entre os elementos reaproveitados estavam a porta principal em madeira almofadada, a cruz, a portada, os cunhais e outros componentes, todos executados em cantaria. Nesse acréscimo, um aspecto singular chama a atenção: houve um cuidado em preservar parcialmente as características construtivas anteriores, redimensionando os materiais reaproveitados, tornando o frontispício mais alto do que o anterior e acrescentando duas torres. O Livro de Tombo registra ainda um incidente envolvendo o sino, que caiu do campanário devido à má conservação da estrutura. O sino foi recolhido para um local seguro até que os reparos pudessem ser realizados e ele reinstalado.

O registro é confuso e pouco detalhado, mas indica que, no início do século XX, uma das torres desabou e foi posteriormente reconstruída, substituindo alguns materiais, como as telhas coloniais por argamassa de cal, e a estrutura de madeira do campanário por tijolos. O fechamento da torre foi realizado com janelas de treliça, local onde os sinos foram reinstalados. Para harmonizar o frontispício, a outra torre também passou por restauração. O frontispício ainda incorpora um relógio adquirido com recursos da Assembleia Provincial, no último período da monarquia, compondo de forma significativa sua estrutura.

Figura 11 – O frontispício



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

5.3.3 O Livro de Tombo da igreja registra a aquisição do relógio que compõe o frontispício

Diz o assentamento no Livro de Tombo:

Em - meados do ano - de 1889 - o Sr deputado por este 6 distrito, Dr Francisco Alves Moreira da Rocha, entre outros favores e beneficios para esta Cidade e seu Termo, conseguiu da Assembleia provincial (ultima sessão do periodo da monarquia) - oito - centos mil reis para um relógio publico Comeffito em 8 agosto- 1890 - o Chefe da Comissão de compras Dr Carlos Marques da Silveira, comprou um relógio do manufactor Pe Francisoco Xavier de Souza, Vigario de Itabira do Campo, por 500,000 por a qual o relógio

foi assentado na Matriz desta Cidade e começou a funcionar a 22- abril -1890 - Sabado. O vigario desta freguesia ce-deo para campana do relógio, o sino maior da Matriz, sob condição da Comissão dar-lhe outro menor. Por Constar faça este assento Bonfim - 25 - Abr - 1890. O Vigo Antonio Jose da Sa Trigueiro.

5.4 A escolha do “Senhor do Bonfim” como protetor da capela e da localidade que viria um dia a se chamar Bonfim

5.4.1 A origem da devoção em Setúbal, Portugal²

O nome Setúbal é muito falado pela tradição oral bonfinense. É uma localidade portuguesa associada à origem da Imagem do Senhor do Bonfim que, por volta de 1735, aportou no arraial de Rocinha - Ribeirão das Águas Claras, encomendada por Manoel Teixeira Sobreira, latifundiário, sesmeiro, e colonizador da região. Talvez esta fala, trazida de gerações, em gerações, tem todo sentido, pois a invocação e devoção ao Senhor Crucificado se deu originalmente em Setúbal – Portugal.

Até o presente momento, não se tem a afirmativa documental de sua procedência.

Voltemos à história para compreendermos a origem da denominação de “Senhor Bom Jesus do Bonfim” e a devoção portuguesa dada à imagem sacra do Senhor Crucificado. Foi exatamente em 1669, em Portugal, na cidade de Setúbal, que foi construída uma pequena igreja conhecida como “Anjo da Guarda”. Ocorre que nessa mesma cidade, tempos depois, encontraram uma imagem de aproximadamente 1,5 m, flutuando nas águas do Rio Sado, provavelmente oriunda de um naufrágio. Era uma imagem de Cristo cru-

² União de Freguesias de Setúbal. A origem da devoção ao Senhor Crucificado em Setúbal. Disponível em: <https://www.uf-setubal.pt/>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.

cificado de braços abertos, como se estivesse em ascensão aos céus. Foi um espanto para a cidade que logo pela devoção desmedida do período, passou a celebrar aquela imagem milagrosa. Discutiram qual o “fim” dariam para aquela imagem. Deveria ser um “bom fim”, pois aquele advento da imagem era coisa sagrada.

Não tardou e a imagem, pela dinamicidade da língua, ficou conhecida como Nosso Senhor do “Bomfim” (escrita com M), e a pequena igreja, até hoje existente, que ora se chamava “Anjo da Guarda”, abrigou aquela imagem poderosa. Com o passar do tempo, a igreja passou a se chamar Igreja do Nosso Senhor do Bonfim, dado ao alto grau de visitação e preces feitas àquela imagem.

A proliferação por sua devoção se intensificou, principalmente pela presença do Rei Dom João V, que esteve na igreja fazendo promessa pela recuperação do seu genitor que se encontrava doente. O santo se tornou popular em todo país, tendo como devoto o próprio Rei de Portugal. Nessa ocasião vários portugueses passaram a devoção do Senhor do Bonfim.

Os colonos portugueses já traziam na bagagem e no coração seus santos de devoção, devoção esta desenvolvida por diversas razões: por ter nascido no dia de determinado santo e ter recebido o mesmo nome da figura sagrada; devoções herdadas da família; devoções predominantes nos santuários dos locais de origem, além da devoção aos maiores da hierarquia celestial; Cristo crucificado; seus pais e seus avós. Talvez tivesse Sobreira escolhido a devoção pelo Cristo crucificado, representado pelo Senhor Bom Jesus do Bonfim.

No Brasil, esta devoção é confirmada em seu testamento, que afirma ser Irmão Remido na Irmandade do Senhor do Bonfim na Freguesia de Antônio Pereira, o que poderia ter uma pequena relação com a fala da tradição oral, a qual afirmam a imagem ter sido trazida exatamente de Setúbal.

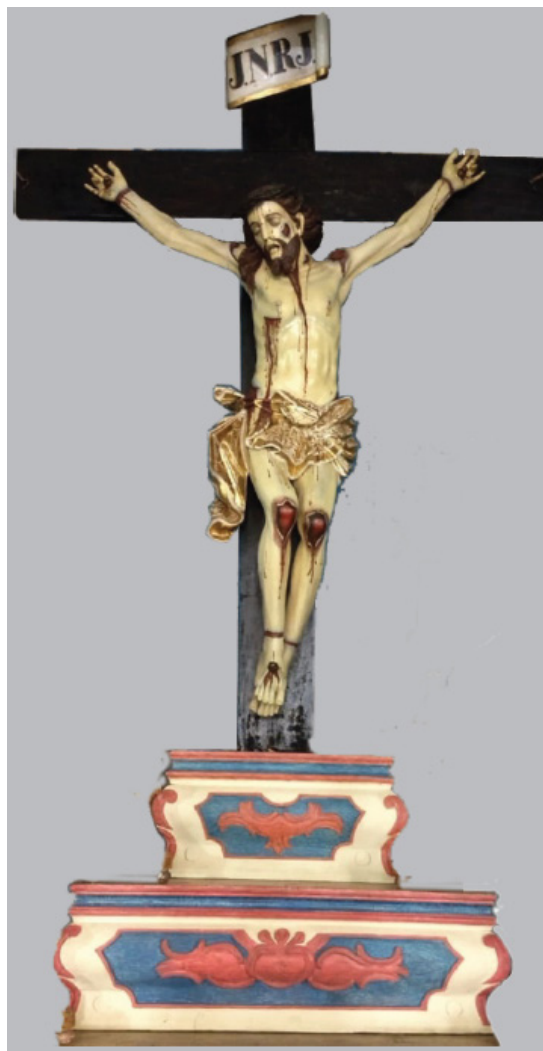
5.4.2 Imagem de grande qualidade artística pouco estudada e mencionada pela história da arte sacra no Brasil

A ausência de assinaturas nas imagens sacras era uma constância na produção artística da Antiguidade, tendo em vista que os seus ofícios ainda eram vistos pela sociedade com o devido valor como é visto nos dias de hoje. Por outro lado, muitas das atribuições de autorias não desvendadas, feitas por historiadores do presente e do passado, levaram e levam em conta apenas a oralidade e as semelhanças formais entre um trabalho e outro. Foi o que ocorreu com as informações sobre a bela imagem do Senhor do Bonfim, imagem de excelente qualidade técnica, que além de seu valor artístico, carrega uma história majestosa e bem detalhada, pautada na tradição oral.

A imagem é de origem portuguesa, de madeira e execução erudita, de excelente qualidade com tratamento anatômico correto e tratamento delicado no rosto, mãos, pés, com musculatura e nervuras demarcadas, panejamento em movimento em forma de leque ao meio. É datável do século XVIII.

A imagem do Cristo em posição frontal, pregada por três cravos com a cabeça pendida à esquerda, de olhos fechados, boca entreaberta, dentes aparentes, cabelos ondulados, bigode e barba de ponta bipartida, braços dispostos em Y, com as mãos entreabertas, pernas dobradas, com o pé direito sobre o esquerdo, vestido com perizônio curto, dobrado em formato de leque ao meio, seguro por corda dupla, laço à esquerda. A carnação da imagem é em tom marfim, com sangue e chagas em vermelho escuro e douramento no panejamento do perizônio. A coroa de espinho em cipó trançado, encaixada sobre a cabeça. A cruz de travas retas, pintada em preto, possui título em formato de cartela com inscrição JNRJ.

Figura 12 - Imagem do Senhor do Bonfim



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

5.4.2 Uma pia batismal datada de 1755

A pia batismal do século XVIII apresenta trabalho de cantaria em pedra arenito de boa qualidade. Possui pedestal cilíndrico, fixado ao piso, formato circular em sua bacia, com entalhes radiais em baixo relevo, com capacidade de nela se administrar o Batismo por imersão. A provisão que autoriza sua aquisição e instalação exige que esta esteja em um lugar decente, bem ve-

dada, limpa, fechada com chave e que tenha alguma invenção artificial para se destapar e tapar o sumidouro de água após o sacramento do Batismo. E há um armário fechado com chave junto à pia, onde estão as âmbulas dos santos óleos, que são de estanho para fazer os tais batizados. A pia batismal e armário dos santos óleos ainda existe e após o acrescentamento, foram alocados na nave maior.

Figura 13 – Pia Batismal datada do ano de 1755



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

5.4.3 Pias ou bacias de água benta

A primeira pia ou bacia de água benta do século XVIII é esculpida em pedra arenito, fixada na parede lateral da capela-mor. O fundo da bacia é em meia circunferência, em forma de concha, com entalhes radiais, em baixo-relevo.

A segunda pia ou bacia de água benta do século XVIII é entalhada em pedra sabão, fixada na parede lateral da primeira nave. A parte superior (borda) tem entalhe linear, em zigue-zague, pela parte externa. O fundo da bacia é em meia circunferência, com entalhes radiais, em baixo relevo.

A terceira pia ou bacia de água benta, datada do século XIX e localizada na segunda nave, apresenta as mesmas características de produção, materiais, estética, detalhes de design e estilo arquitetônico da pia do século XVIII existente na primeira nave. Por essa razão, acredita-se que se trate de uma reprodução encomendada para integrar a ornamentação da nave acrescentada à igreja, cuja construção foi concluída por volta de 1888

Figura 14 – Pias ou bacias batismais. Da esquerda para a direita: Século XVIII - Capela-mor; Século XVIII - Primeira Nave; Século XIX - Segunda Nave



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

5.4.4 O púlpito

O púlpito é o nome dado ao local de destaque onde o sacerdote executa o sermão ou pregação para os fiéis que o assistem. Está relacionado diretamente à oratória divina, ou seja, com o “poder da voz de Deus” que fala para os cristãos.

O púlpito da Igreja Matriz tem embasamento em trabalho de cantaria de boa execução, apresentando volutas, flores de acanto, guarda-corpo e escada em madeira do século XVIII. O guarda-corpo, em painéis de madeira, também chanfrado nos cantos, tem pintura em fundo de palha e desenhos geométricos de fundo verde água e bordas em ocre, com motivos centrais fitomórficos, assimétricos, em marrom claro e verde claro. A escada tem pisos, espelhos e guarda-corpo em madeira pintada na cor azul. A posição elevada e central reforça a importância da mensagem proclamada e confere autoridade ao orador.

O púlpito era amplamente utilizado pelos vigários do passado, que se dirigiam aos fiéis de diversas maneiras – pregando a palavra de Deus e proferindo sermões durante as celebrações. Muitos fiéis que ainda estão entre nós relatam como era o ritual da missa católica antigamente e compartilham suas experiências ao assistirem a pregações realizadas nesse púlpito.

Alguns destacam a importância daquele espaço, onde a palavra de Deus era proclamada com grande ênfase e fervor. Outros, porém, recordam-se com certo temor dos sermões proferidos, que frequentemente tinham um tom severo e serviam para repreender comportamentos ou situações ocorridas na paróquia que contrariavam a doutrina da igreja católica – fundamentada nos bons costumes morais e religiosos da época.

Figura 15 - Púlpito



Fonte: foto Renato Trigueiro (2025).

5.4.5 Importante descoberta: uma bela pintura do forro da igreja que a tradição oral traz em sua memória

Contam os antigos moradores que, no forro de madeira da capela-mor e na primeira nave da Igreja do Senhor do Bonfim, existiam duas belas pinturas que representavam a Ascensão de Jesus Cristo e a Assunção de Nossa Senhora aos céus. Motivados por essa lembrança preservada na tradição oral, iniciamos um extenso trabalho de pesquisa, que acabou por revelar informações consistentes com esses relatos.

Em um primeiro momento de investigação, três fragmentos de madeira foram encontrados atrás do altar-mor, sugerindo a possibilidade de pertencerem ao forro da capela original, datado de 1751. As características técnicas observadas nas pinturas confirmam tratar-se de obras do século XVIII.

A junção das duas primeiras peças aponta para o que teria sido uma moldura, dentro da qual se encontraria a imagem principal da composição figurativa. Na tradição da arquitetura colonial, era comum que os tetos das igrejas fossem pintados com a técnica de *têmpera* — uma mistura de pigmentos naturais com gema de ovo — amplamente utilizada nos séculos XVII e XVIII, especialmente na região das Minas do Ouro.

As cores predominantes aplicadas nessa técnica incluíam o branco de chumbo, vermelhão, pigmentos terrosos, amarelo-ouro, preto de carvão vegetal, azul da Prússia, verde-gris, resinado de cobre e lacas vermelhas — todos esses tons foram identificados nos fragmentos encontrados.

A terceira peça, embora sem muitos detalhes visíveis, parece compor parte da imagem figurativa central, possivelmente a que se encontrava inserida na moldura formada pelas duas primeiras peças.

Figura 16 – Fragmentos do forro da capela de 1751



Fonte: foto Robson Moura (2025).

Em um segundo momento, foram encontrados mais dois fragmentos que revelam informações importantes sobre a pintura do teto. Especialistas em conservação e restauração de artes sacras identificaram nesses fragmentos a existência de várias camadas de tinta sob a camada mais profunda, indicando restauros posteriores à data de concepção da pintura original. Esse fato nos leva a crer se tratar de fragmentos da pintura original da então capela, construída no século XVIII, de autoria desconhecida.

Nesses dois fragmentos se tem bem nítidas as faces de dois anjos, que foram identificados na pintura na foto recém-descoberta do teto. Essas tábuas apresentam os pregos utilizados para fixação na estrutura do forro, típicos dos empregados no século XVIII.

Coincidentemente no mesmo período que esses fragmentos foram encontrados, surge uma foto reveladora que nos ajuda a remontar parte da história dessa pintura. Após longo período de procura sem êxito de uma imagem que pudesse resgatar e confirmar a fala da tradição oral, que exalta a existência dessa linda pintura, enfim, uma nos chegou às mãos, proporcionando-nos um encontro majestoso com o passado (Figura 17).

Figura 17 – Dois fragmentos do forro da capela com imagens de anjos



Fonte: foto Robson Moura (2025).

Uma foto da década de 1940 nos revela a existência de uma pintura de boa qualidade artística que foi retirada devido às péssimas condições do forro. Talvez seja a tão falada pela tradição oral.

Apesar da simplicidade de seus elementos figurativos, a pintura é realçada pela bela intensa coloração, como evidenciado nos fragmentos decorativos encontrados, que fazem alusão às rocalhas e à arquitetura, que possivelmente envolvia a parte principal da obra.

A partir da foto em preto e branco encontrada, podemos imaginar a anuência de cores que compunham a pintura que, além de dar volume e textura, proporcionavam luminosidade às formas ali representadas. As nuvens, por exemplo, exibem tons variados de cinza azulados, criando a sensação de estarem em movimento.

A foto fortalece a qualidade da pintura, destacando o refinamento dos traços faciais do Cristo e dos anjos, conferindo à obra um caráter sublime que nos remete ao divino, ao encantamento e à reflexão espiritual, conduzindo-nos à contemplação dos dogmas da fé.

A foto também fortalece o nosso imaginário e conhecimento, permitindo-nos textualizar, a partir dessa imagem, alguns detalhes pertinentes às pinturas dos séculos XVIII e XIX. A imagem do Nosso Senhor é representada sobre nuvens de tonalidade cinza, com uma luminosidade que sugere a luz divina.

Essa representação transmite a ideia de movimento, mas também uma sensação tempestuosa, refletindo o poder dos céus, e demarcando o espaço que conduz a um universo quase paradisíaco. Cristo ascende aos céus com um olhar e braços voltados para o infinito, sendo adorado por anjos, figuras angélicas, representadas como cabecinhas aladas. Elas conferem movimento à cena e indicam a direção a ser seguida por Cristo, que é conduzido aos céus. A cena central está emoldurada com elementos arquitetônicos que se repetem ao redor da composição, com destaque para o medalhão central, onde está inserida a pintura da passagem bíblica.

Embora a foto mostre o desgaste do forro, a qualidade da tinta utilizada na obra se manteve, sobrevivendo ao tempo e ao desgaste. Isso reforça a hipó-

tese de que a pintura foi realizada após a capela ser erigida pela segunda vez, indicando que a obra remonta a esse período.

No fim do século XIX, era bastante comum que os tetos fossem pintados de branco. Essa prática visava disfarçar a deterioração dos forros, causada por diversos fatores, como o desgaste dos materiais construtivos, a escassez de recursos financeiros para manutenção e a dificuldade de encontrar artistas especializados em restauração.

Talvez essa pintura – como a registrada na foto – possa ter ocultado, sob a tinta branca, mais detalhes do que se conhece atualmente, especialmente elementos decorativos com rocalhas e referências à arquitetura, que sabemos ter feito parte da composição original.

Figura 18 – Desgaste do forro



Fonte: foto de 1940 recuperada por Robson Moura (2025).

6 OS CONJUNTOS DE CAPELAS E PASSINHOS DA VIA-SACRA

Em Bonfim, a fé não se restringe apenas ao ambiente formal e físico da igreja principal, mas se manifesta de forma mais profunda e pessoal através de práticas de vivência da Via-Sacra.

A Igreja de Bonfim sempre teve um papel central no cotidiano da cidade. Com o tempo, as práticas religiosas tornaram-se parte dos costumes locais e um conjunto de capelas e Passos da Via-Sacra foi sendo construído pelas ruas de Bonfim. Hoje, o município se destaca como uma das poucas cidades brasileiras que ainda preservam os tradicionais Passinhos da Via-Sacra, mantendo viva uma importante expressão de fé e patrimônio cultural.

Figura 19 - Mapa e os Passinhos da Via-Sacra



foto Renato Trigueiro e Robson Moura (2025).

Bonfim preserva, em cinco pequenas capelas conhecidas como “Passinhos”, o trajeto que marca as cenas finais da vida de Cristo a caminho do Calvário, conhecido como Via-Sacra. O percurso tem início na igreja matriz e segue pelos cinco Passinhos até chegar à Capela do Nosso Senhor dos Passos. Esse trajeto forma simbolicamente sete estações, que representam os seguintes episódios da paixão de Jesus: a agonia no Horto das Oliveiras; a sentença de Pilatos; a lamentação das mulheres; o encontro com Maria; Verônica enxuga o rosto de Jesus; a ajuda de Simão Cirineu; a crucificação no Calvário.

A tradição de reproduzir as estações da Via-Sacra se espalhou pelo mundo cristão e chegou também às ruas de arraiais, vilas e cidades brasileiras nos primeiros anos da colonização. Bonfim é um exemplo vivo dessa herança, mantendo até hoje seus Passinhos e o ritual da procissão das vias-sacras, como expressão de fé e memória cultural.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **AEAM Livro de Provisões – 1750 a 1752** fls. 62v-63f.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **AEAM Livro de Provisões – 1750 a 1752**; Sentença de Patrimônio da Capela do Senhor do Bonfim, novamente ereta aos 8\6\1752; e bênção da mesma no lugar de Ribeirão das Águas Claras. 1752 - fl. 153.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **AEAM Livro de Provisões – 1752 a 1755**.

MOURA, Robson. **Arquivo pessoal de fotos dos livros de provisões da Arquidiocese de Mariana e da Igreja Matriz Nosso Senhor do Bonfim**, 2025.

TRIGUEIRO, Renato. **Textos produzidos a partir de relatos da tradição oral**, 2025.

TRIGUEIRO, Renato. **Arquivo pessoal de fotos dos livros de provisões da Arquidiocese de Mariana e da Igreja Matriz Nosso Senhor do Bonfim**, 2025.

Crime e castigo: os manuscritos sobre a escravidão do Arquivo Público de Bonfim-MG

Cláudia Eliane P. Marques Martinez

1 INTRODUÇÃO

No inverno de 1844, no distrito do Rio do Peixe do Termo da Villa de Bonfim, Comarca da Imperial Cidade de Ouro Preto, foram condenados à pena de morte seis escravizados que pertenceram ao finado Geraldo Reis Silva Resende (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1844). Resende foi assassinado com vários golpes proferidos “ao que parece com uma foice e outros com uma faca”. Sobre a vida de Vicente, Miguel, Narciso, Gabriel, Felipe e Gonçalo não foi possível aferir informações, como, por exemplo, se eram casados ou solteiros, se tinham filhos, se eram africanos ou crioulos, nem mesmo a idade de cada um deles.

Só temos os dados fornecidos pelo processo crime, e este nos informa que “no dia 19 de julho do corrente ano, às onze horas do dia em diante se deu a execução de pena de morte aos ditos escravos”. A execução custou aos cofres públicos 15\$600 réis, conforme consta do documento assinado pelo Juiz de Bonfim, Gabriel Ferreira Villela (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1844).

No mesmo dia, foram executados dois outros escravizados, Feliciano Cabra e Custódio Africano. Segundo o auto de corpo de delito, ambos haviam torturado e assassinado Luis Francisco Lopes, fazendeiro residente no distrito de Santa Anna do Paraopeba e proprietário dos referidos cativos. A execução de Custódio Cabra e Feliciano Africano fora marcada para meio-dia e meia – uma hora e meia depois da primeira execução descrita anteriormente. Seguindo o mesmo rito, Custódio Africano e Feliciano Cabra seguiram para a

Força acompanhados pelo juiz, Gabriel Ferreira Villela. As execuções deles custaram ao Estado Imperial 10\$400 réis, valor inferior aos seis cativos de Geraldo Reis Silva Resende. Afinal, eram “apenas” dois indivíduos (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1844).

Um ano antes das oito execuções mencionadas, mais precisamente no dia 17 de abril de 1843, houve um levante de escravos¹ no distrito da Conquista, liderado por “João Cabra e demais escravos do Capitão João Bernardo de Carvalho” (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1843). A turma almeja matar um “Vicente de tal” a facadas, como relatou o inspetor de Quarteirão, José Machado Castro.

Os três casos descritos minuciosamente nos processos crimes e nos autos de corpo de delito deixam entrever a violência extrema do sistema escravista. Não temos como aferir se os episódios têm uma correlação direta com a Revolta de Carrancas, iniciada em 13 de maio de 1833. No entanto, o levante e os assassinatos ocorridos no Termo de Bonfim têm pontos comuns, o que nos permite correlacionar os fatos com a referida rebelião, quais sejam: maus-tratos e péssimas condições de vida sofridos no cativeiro por mulheres e homens escravizados.

O caso de Carrancas, no sul de Minas Gerais, foi um dos movimentos mais sangrentos da história do referido Estado. Ocorrido na Fazenda dos Junqueira, resultou na morte de nove membros da família senhorial, além de duas pessoas de “cor”, 1 agregado e cinco escravos. Os 16 escravos envolvidos foram enforcados na vila de São João del-Rei entre dezembro de 1833 e

1 Para a escrita deste texto, utilizamos tanto o termo jurídico de época (escravo) quanto o adjetivo “escravizado”, que identifica o caráter compulsório da instituição. Ver MATTOS, Hebe. ABREU, Martha. GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 27, n. 54, julho-dezembro de 2024, p. 260.

abril de 1834². O único réu que não foi condenado à morte teve como castigo enforcar os companheiros e acabou seus últimos dias preso na cadeia de São João del-Rei. Esse episódio contribuiu para a criação da Lei n.04 de 1835, uma jurisprudência específica e rigorosa que, certamente, teve impacto direto nas ações e punições posteriores, inclusive aquelas ocorridas em Bonfim. A lei não deixa dúvida sobre a austeridade imposta aos escravizados, como se pode perceber do estrato transcrito a seguir:

Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com elles viverem.

Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoutes a proporção das circumstancias mais ou menos aggravantes.

Art. 2º Acontecendo algum dos delictos mencionados no art. 1º, o de insurreição, e qualquer outro commettido por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinaria do Jury do Termo (caso não esteja em exercicio) convocada pelo Juiz de Direito, a quem taes acontecimentos serão immediatamente communicados.

Art. 3º Os Juizes de Paz terão jurisdicção cumulativa em todo o Municipio para processarem taes delictos até a pronuncia com as diligencias legaes posteriores, e prisão dos

2 Sobre a Revolta de Carrancas, ver principalmente o trabalho de ANDRADE, Marcos Ferreira. “Nós somos os caramurus e vamos arrasar tudo”: a história da Revolta das Carrancas, Minas Gerais (1833). In: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

delinquentes, e concluído que seja o processo, o enviarão ao Juiz de Direito para este apresentá-lo no Jury, logo que esteja reunido e seguir-se os mais termos.

Art. 4º Em taes delictos a imposição da pena de morte será vencida por dous terços do número de votos; e para as outras pela maioria; e a sentença, se fôr condemnatoria, se executará sem recurso algum. (Brasil, 1835).

A Lei n.04 de 1835 era parte do conjunto de normas do Império do Brasil e foi criada na Regência Trina Permanente, que governou o Brasil de 18 de junho de 1831 a 12 de outubro de 1835. Composta pelo brigadeiro Lima e Silva, José da Costa Carvalho e José Bráulio Muniz foi responsável por governar o país durante a fase de transição e intensa agitação política. O trio buscou manter a “ordem” implementando reformas políticas que tinham como objetivo estabilizar o recém Estado brasileiro, criado em 1822. A Regência também foi responsável pela criação da Guarda Nacional, em 1831, inspirada em uma lei francesa. Outra medida, que teve impacto direto nas ações criminais, foi a promulgação do Código de Processo Criminal, em 1832. Interessante observar que o Código Criminal aumentou o poder local, na medida que oferecia poderes aos juizes de paz. Estes passaram a ter a faculdade de prender e julgar indivíduos acusados de cometer pequenas transgressões.

Outras medidas refletem o cenário turbulento vivido durante o período regencial (1831-1840) no Brasil. O rigor das leis brasileiras que regulavam a pena capital aos cativos, estava ligado às pressões socioeconômicas refletidas em momento crítico do tráfico atlântico. Também não se deve esquecer de acontecimentos externos marcantes, como a Revolução de São Domingos, atual Haiti, iniciada em 1791.

A independência da ex-colônia francesa foi o único movimento liderado por escravos e ex-escravos a sair vitorioso na escravidão moderna. O medo desencadeado pelo movimento em São Domingos alastrou-se para além das

fronteiras caribenhas, aterrorizando proprietários de escravos e, também, o Estado brasileiro, temeroso que algo semelhante acontecesse na linha abaixo do Equador.

Por outro lado, o Império Britânico exigia que o governo brasileiro extinguisse o tráfico de escravos. O jogo de forças entre os dois impérios, brasileiro e britânico, resultou na criação da Lei Feijó, como ficou conhecida a lei 7 de novembro de 1831. Se esta não foi posta em prática – a expressão “para inglês ver” vem desse fato – acabou ocasionando, nas últimas décadas antes da Abolição, vários processos movidos por escravo(a)s (Cota, 2011). Os escravizados alegavam que foram importado(a)s da África depois da promulgação da referida lei, portanto, estavam na condição de cativos injustamente. Algumas “Ações de Liberdade” foram localizadas no Arquivo Público de Bonfim. Uma delas foi solicitada por João Africano, em 6 de abril de 1887, na cidade de Bonfim.

É o próprio João Africano que nos informa e solicita a nomeação de um curador para a condução do processo de Ação de Liberdade:

Fui fatalmente matriculado como Brasileiro no intuito de prejudicar-se o direito de liberdade **que tem por ter sido importado depois da lei de sete de setembro de 1831, que proibia o tráfico e declarou libertos todos importados a ellas**; vem requerer a V. S. dar-lhe um curador que proponha a sua competente ação de liberdade ao seu pertença senhor Quintiliano residente no distrito de Santa Anna do Paraopeba deste Termo, oferecendo para testemunha comprobatórias do alegado Capitão Antonio de Castro Nogueira Penido, José de Castro Nogueira e José Mendes da Cunha, residentes neste Termo; pelo que requerendo igualmente o seu deposito em garantia de sua pessoa protestando por todos os seus direitos respectivamente consequentes de seu injusto captiveiro (...) (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1887 – grifo nosso).

A condição de liberdade dos ex-escravos era demasiadamente frágil. A qualquer momento podia ser desrespeitada por ex-senhores “insatisfeitos” pela perda de mão de obra, seja homem, mulher ou criança. Centenas de Ações de Liberdade foram movidas no Império brasileiro por escravizados, como foi o caso de Lucio Crioulo.

Diz Lucio Crioulo,

que tendo sido escravo de Hypollito Martins da Silva, morador que foi do distrito de Boa Morte, em seu solene testamento com que faleceu, **determinou que seus escravos velhos ficariam sujeitos pelo tempo de dez anos, e os moços pelo tempo de vinte anos.** Ora tendo o dito seu Senhor falecido a muito mais de vinte anos como serve pela certidão junta, existe ainda o suplicante em injusto cativeiro de André de Tal morador no distrito de Congonhas do Campo (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1876 - grifo nosso).

A incerteza que as últimas vontades do senhorio fossem descumpridas era uma realidade vivida pelos escravizados “beneficiados” em testamento. No caso de Lucio Crioulo, o fato de estar trabalhando para André de tal em distrito afastado do antigo proprietário parece ter sido o motivo do descumprimento das últimas vontades do testador. Longe dos “olhos” da lei prevalecia a “vontade” do mais forte. No caso, aqueles que detinham a posse de terras, eram donos de homens e mulheres escravizados.

Precaução, ou medo de retornar ao cativeiro, foi o motivo do requerimento do casal Sebastião Rodrigues Lagares e Marinha Rodrigues Lagares, moradores no Distrito de Santa Anna do Paraopeba do Termo de Bonfim.

Deixemos que o próprio casal explique a situação em que se encontrava em 1863:

Dizem Sebastião Rodrigues Lagares e Marinha Rodrigues Lagares, moradores no Distrito de Santa Anna do Paraopeba deste termo, que tendo **sido eles suplicantes libertados por sua senhora a finada Dona Josefa Rodrigues Lagares no anno de 1858** como mostra dos documentos juntos N. 1 e 2 **tem eles suplicantes estado de forro e gozado de sua liberdade desde aquela época athe o presente em opposição de pessoa alguma (...) para prevenir qualquer procedimento violento contra um dos mais sagrados direitos naturais dos suplicantes vem primeiro requerer e V.S. se servir manda-los manter na posse de sua plenas liberdades, nomeando um curador que possa defender seus direitos juramentados** (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1843 - grifo nosso).

Para além de inúmeros casos de violência extrema, como os castigos proferidos pela chibata e a pena de morte, os escravizados tinham também que (con)viver com outros temores: o de ter suas famílias separadas pelos proprietários, a reescravização no caso dos forros, a fome, as doenças, o trabalho extenuante, seja nas lavouras, seja na mineração, entre outras tantas adversidades enfrentadas no cotidiano. Dentro desse cenário de crimes e castigos, encontramos um caso emblemático. Em 1875, na cidade de Bonfim, o escravo Rofino foi condenado à pena de morte (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1875). Era para ser mais um caso de condenação, entre tantos outros, mas a intervenção do abolicionista Manoel Bernardes da Cunha Cassão e da Princesa Isabel acabou por revelar elementos importantes dos bastidores do Segundo Reinado. A trajetória de vida pessoal e profissional de Manoel Bernardes da Cunha Cassão pôde ser acompanhada nos vários processos crimes em que era curador dos escravos, mas também pelo seu inventário *post-mortem*.

Antes de exercer a função de advogado, Cassão foi professor de primeiras letras. Nas décadas de 1840 e 1850, já aparecia nas fontes cartorárias como advogado dos bens de “pouca monta” do Sr. Joaquim Nunes de Araújo e do

Sr. Feles Pereira da Rocha (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1858). Dentre a centena de livros que o advogado possuía, destacam-se o *Novo Advogado do Povo e o Advogado Comercial*. Parte da biblioteca, composta por quase cem livros, ficava disposta na “estante grande para livros” com destaque para *Consulta Jurídica, Direito Penal, Código do Processo Criminal*³.

Alguns anos se passaram e, em 1873, Manoel Bernardes assumiu o cargo de “Solicitador de Capellas e Resíduos⁴” do município de Bonfim. Segundo Costa, o solicitador de resíduos e capelas tinha como função dar início às causas da provedoria. Era sua responsabilidade notificar as pessoas para fazer a entrega de testamentos, apresentar as contas de testamento, assinar termo de aceitação ou desistência da testamentária, convocar os “tutores para dar conta dos rendimentos e despesas da herança dos menores, notificar as pessoas para proceder na partilha dos bens ou remir penhores, uma vez que o cofre do Juízo de Ausentes (assim como o Juízo dos Órfãos) funcionava, por vezes, como verdadeira instituição de crédito” (Costa, 2016).

Como se pode perceber, Cassão estava também envolvido com a partilha das propriedades. Zelava pelo patrimônio dos ausentes, além de ter conhecimento pleno dos leilões dos bens móveis e imóveis dos cidadãos do município. O “Livro que trata dos Bens dos Defuntos e Ausentes”, encontrado no inventário de Cassão, sugere que se dedicava ao assunto e ao cargo ocupado na administração jurídica.

No entanto, de todos os casos em que esteve envolvido, o que mais chama atenção é o do referido processo crime no qual atuou como advogado e curador do escravo Rofino (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1875). Em 1875, o réu escravo teve sua sentença de morte comutada para prisão perpétua a pedido

3 Todos os nomes e nomenclaturas de objetos, livros e bens materiais mencionados foram retirados das fontes cartorárias exploradas neste capítulo.

4 Ver Almanaque Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais, em 1873.

do curador, o Dr. Manoel Bernardes da Cunha Cassão. A história descrita no processo crime é digna de nota.

Tendo o referido Rofino por costume cavalgar, as noites, os próprios animais do Suplicante para suas correrias e vadiações, foi assim que, o romper do dia 05 do corrente mês, levantando-se o filho do suplicante, João Ribeiro Diniz, esse por falta, não só do dito escravo, como do cavalo, pertencente a mulher do suplicante; e, pois, seguindo ele por os lados que costumava passear, ou vadiar o dito crioulo Rofino, o encontrara ao chegar na porteira do pasto da fazenda do Suplicante, que só pelo facto de ser assim encontrado por seo senhor moço, apeou-se do cavalo, acommette-o com uma faca e o assassinou, torturando-o, como se vê do Corpo de Delicto. Tão audás é o acusado que, praticando o fato criminoso, evade-se e sobranceiramente vem apresentar à Justiça desta Cidade, solicitando sua entrada para a cadea e vangloriando-se do que fez (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1875).

A descrição do delito permite refletir sobre várias questões relativas ao sistema escravista, principalmente quando este já estava fadado ao término, em virtude da promulgação da lei que proibia definitivamente o tráfico negreiro (1850) e da Lei do Ventre Livre (1873). Interessa-nos, aqui, analisar, particularmente, a atuação e a mediação de Cassão no referido processo. A sentença pronunciada em 18 de janeiro de 1877 (coincidentemente sete meses antes da morte do mencionado curador) traz a participação da Princesa Isabel no desfecho dessa história.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, usando da atribuição conferida no artigo cento e um, paragrapho oitavo da Constituição do Império e de conformidade com o parecer da Secção de Justiça do Conselho do Estado, vê por bem comutar em galês perpétua a pena de morte im-

posta em virtude de decisão do Jury do termo do Bonfim, na Província de Minas Geraes, ao réo escravo Rofino, por crime de homicídio.

Diogo Velho Cavalganti de Albuquerque, do Conselho do Mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar (Arquivo Público de Bonfim-MG, 1875).

Assinada e despachada do Palácio da Justiça na Corte do Rio de Janeiro, a sentença promulgada pela Princesa Isabel aponta algumas questões. A interferência da herdeira de Dom Pedro II nos assuntos relacionados à escravatura fazia parte de uma estratégia de desmantelamento gradual do sistema compulsório em um Império já em franco declínio político⁵. As fontes não permitem atribuir a Cassão influência junto à Corte Imperial, muito menos que tinha alguma relação ou contato direto com a Princesa Isabel. Mas esse fato, associado a outros em que interferia em prol dos escravos, permite presumir que esse homem não só advogava em defesa dos cativos, mas que também compartilhava ideais antiescravistas.

Ao examinar figurativamente “as estantes para guardar livros”, descritas no seu inventário, deparamo-nos com três volumes emblemáticos: **Acadêmicas por mente negra**, **Novo Advogado do Povo** e **Livro de Gestos do Brasileiro**. Além dessas obras, podem-se encontrar ainda dezenas de títulos sobre **História Universal**, **História da Revolução Francesa**, **História dos Girondinos**, etc. Os livros indicam que Cassão não apenas se preocupava com as causas sociais e políticas da escravidão, mas que também possuía erudição, ideias e opiniões sobre as demais nações, costumes, hábitos e “gentes” (Martinez, 2007).

5 O debate historiográfico a respeito da crise do sistema escravista consolidou-se no Brasil, especialmente, a partir da década de 1980. A título de referência ver, sobretudo, os trabalhos de Robert Conrad (1978), Emília Viotti da Costa (2008), Ciro Flamarion Cardoso (1988), Sidney Challoub (1990) e Hebe Maria Mattos de Castro (1998), citados nas referências.

Outro fato digno de nota no inventário post-mortem: além de não haver escravos entre os bens arrolados, alude-se aos “**serviços** de um escravo Bernardino por um estado de 28 meses no valor de 466\$668” e aos “**serviços** de um escravo Faustino no valor de 130\$000”. A remuneração pelos trabalhos prestados por esses indivíduos reforça o pressuposto de que a família Cassão não possuía escravos e pagava pelas tarefas executadas.

As informações extraídas das fontes e documentos não deixam dúvidas de que Manoel foi um “excepcional normal”, de acordo com a concepção proposta por Edoardo Grendi (1998). A cultura material, o comportamento e os hábitos singulares do advogado permitem compreender como funcionava a “*norma*” escravista, evidenciando as *regras* e os padrões vigentes. Embora em menor número, indivíduos “excepcionais” como Cassão, – difíceis de serem mensurados em análises quantitativas –, compunham de forma exemplar o jogo da vida, o pêndulo das fortunas e as práticas culturais no Brasil imperial.

Possuir escravos, terras e propriedades era fundamental para um indivíduo estabelecer-se como um “homem bom” na sociedade, na economia e na política do Segundo Reinado – no caso específico, em Bonfim do Paraopeba (Mattos, 1987). Ao mesmo tempo, essa mesma sociedade demandava a (co) existência de pessoas como Cassão para lecionar, regular contratos, dar assistência jurídica aos mais pobres, fiscalizar o patrimônio dos ausentes e das obras das capelas e igrejas, fazer a partilha das grandes fortunas, defender escravos e denunciar as mazelas sociais.

Se o Quilombo de Palmares “foi o maior símbolo de resistência contra a escravidão na sociedade colonial, variadas foram as formas de luta direta e contestação do sistema escravista” (Mattos; Abreu; Guran, 2024), os casos ocorridos em Bonfim, mais de duzentos anos depois, atestam a resistência/inconformidade dos escravizados em contraponto ao aparato jurídico de leis conformadas pela elite. Elite essa diligente quanto à manutenção de privilégios. Privilégios esses que foram responsáveis pela escravização de pessoas submetidas a inúmeras punições, crimes e castigos.

2 NOTAS SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DE BONFIM

A Lei de 1º de outubro de 1828 fornece alguns parâmetros para compreender e dimensionar os manuscritos que hoje compõem o Arquivo Público de Bonfim (Tôrres, 1980). Entre os dispositivos da lei, pode-se identificar um conjunto de atribuições ligadas à organização do centro urbano, à vistoria das obras públicas, ao cuidado com a saúde da população, à viabilização da assistência social⁶. Entre diversas funções, competia à Câmara Municipal estar atenta aos assuntos da política social e, principalmente, garantir a proteção ao trabalho e à propriedade privada. Em outras palavras, era da responsabilidade da Câmara Municipal o cuidado com a ordem física e material da sociedade.

Ao se tornar município, em 1839, Bonfim não apenas assumiu todas as disposições da Lei de 1º de outubro de 1828, como, de acordo com as normas legais do século XIX, instalava-se o Termo da Vila de Bonfim. Dentre as implicações práticas da instalação do termo estava o exercício de funções jurídicas como, por exemplo, a confecção e elaboração da documentação civil e criminal de toda a sua jurisdição, graças à ação de escrivães, tabeliães e juizes. O próprio texto da Lei Mineira de 1828, melhor ilustra esta questão, quando afirma que

haverá em cada um dos Municípios novamente creados um escrivão de órfãos, dois tabeliães do Público Judicial e Notas: o primeiro escreverá na Provedoria de Capellas e resíduos, e o segundo nas execuções cíveis e criminais (Tôrres, 1980).

Em função de sua elevação à categoria de município (1839), torna-se possível encontrar em Bonfim, a partir da década de 1840, uma série de documentos de natureza cartorial e criminal extremamente relevantes aos estudos da

6 Ver Lei do Império de 1º outubro de 1828. Arquivo Público Mineiro-Minas Gerais.

dimensão material da sociedade, da escravidão, da violência, dos crimes e castigos impostos aos escravizados. Os casos descritos e analisados parcialmente neste capítulo fazem parte, como já dito anteriormente, do complexo acervo documental do Arquivo Público de Bonfim.

Em 1996, foi apresentado à Prefeitura Municipal de Bonfim o projeto *Centro de Memória* que tinha como objetivo principal coletar, organizar e sistematizar a documentação que se encontrava dispersa no porão do Fórum de Bonfim e nos cartórios das cidades circunvizinhas à Comarca (Martinez, 1996).

Composto, majoritariamente, de inventários, testamentos, processos crimes, registros de nascimento/casamento/óbito, ações de liberdade, registros de compra e venda de escravos e terra, a importância histórica do acervo constituiu a base para o seu tombamento em nível municipal. A ação de tombamento do acervo gerou uma verba concedida pelo governo de Minas Gerais, por meio do Iepha - MG, possibilitando a compra de um imóvel na rua Afonso Pena. A Casa de Cultura, como é referido o imóvel, passou a abrigar o acervo e a criação oficial do Arquivo Público de Bonfim, em 1996.

Outras ações de preservação, pesquisa e divulgação foram desenvolvidas ao longo desses quase trinta anos de existência da instituição. Destaque para dois projetos desenvolvidos por Amauri Carlos Ferreira com apoio financeiro do Instituto Santo Tomás de Aquino PUC Minas e da Fapemig⁷. Outra ação digna de nota é o trabalho realizado pelos mórmons que resultou na digitalização de inventários, testamentos e livros de registro de nascimento e óbito. Esta parceria celebrada entre a Casa de Cultura de Bonfim e mór-

7 FERREIRA, Amauri Carlos. **Patrimônio Histórico de Bonfim MG: construção do imaginário religioso e educacional mineiro no Médio Paraopeba (MG)** no período de 2019-2022. A reorganização dos catálogos do 1º e 2º Ofícios Cíveis do Arquivo Público Municipal de Bonfim (APMB) foi realizada pelo bolsista Ulisses Henrique Tizoco com apoio financeiro do Instituto Santo Tomás de Aquino PUC Minas. Outro projeto, esse financiado pela Fapemig, **Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do imaginário religioso e educacional Mineiro no Médio Paraopeba (MG)** encontra-se ainda em andamento.

mons tem beneficiado enormemente os pesquisadores que se interessam pela História de Minas Gerais. Depois de digitalizados, os documentos serão disponibilizados gratuitamente para consulta no site da organização intitulada *FamilySearch*.

Prática de preservação e digitalização empreendidas no Arquivo Público de Bonfim, desde sua criação em 1996, são de extrema importância para a democratização do acervo e a construção de uma história pública dos africanos e crioulos escravizados em Bonfim.

Pelas ações que já foram realizadas, e outros projetos que futuramente venham a se efetivar, desejamos vida longa ao Arquivo Público de Bonfim!

3 PALAVRAS FINAIS

O título do capítulo, Crime e castigo, foi inspirado no livro de mesmo nome, de Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski (2022). No romance russo, publicado em 1866, o personagem Raskólnikov divulga uma tese polêmica e perturbadora: a de que indivíduos “extraordinários”, diferentemente dos “ordinários”, têm direito de cometer assassinato “pelo bem da humanidade”.

Na década de 1860, o Império russo passava por momento de forte repressão política, principalmente, depois do primeiro atentado contra a vida do imperador Alexandre II, cometido em 1866 pelo estudante Dmitri Karakozov.

No outro lado do mundo, as leis do Império brasileiro, discutidas anteriormente, forneceram base legal para castigar e matar escravizado(a)s que cometessem “delitos graves” contra seus senhores. O governo formado, majoritariamente, por proprietários, de terras e escravos, sofria forte pressão externa para pôr fim ao tráfico atlântico. Nas fazendas e cidades, revoltas, levantes, motins, quilombos e “insubordinação” de diversas ordens, analisados brevemente neste capítulo, deixam entrever um cenário de medo, vio-

lência e morte impetrados aos africanos e crioulos.

Pelo “bem da humanidade” na Rússia ficcional de Dostoiévski ou pela manutenção do status cor no Império brasileiro, a pena capital era direito dado aos homens “extraordinários” que exerciam – “sem dó, nem piedade” – o poder sobre corpos de pessoas “ordinárias”.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcos Ferreira. “Nós somos os caramurus e vamos arrasar tudo”: a história da Revolta das Carrancas, Minas Gerais (1833). *In*: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). **Escravidão e Abolição no Brasil**: novas Perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALLOUB, Sidney. **Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. (8a edição revista e ampliada). São Paulo: Editora Unesp, 2008. (1. ed. 1982).
- COSTA, Wellington Júnior Guimarães da. Das desordens na Provedoria de Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos na América Portuguesa. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, 2016.
- COTA, Luiz Gustavo Santos. Não só “para inglês ver”: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. **História Social**. São Paulo, segundo semestre de 2011.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor Mikhailovitch. **Crime e Castigo**. Belo Horizonte: Editora Garnier, 2022.
- FERREIRA, Amauri Carlos. **Patrimônio Histórico de Bonfim MG: construção do imaginário religioso e educacional mineiro no Médio Paraopeba (MG)** no período de 2019-2022. A reorganização dos catálogos

do 1º e 2º Ofícios Cíveis do Arquivo Público Municipal de Bonfim (APMB) foi realizada pelo bolsista Ulisses Henrique Tizoco com apoio financeiro do Instituto Santo Tomás de Aquino PUC Minas. Outro projeto, esse financiado pela Fapemig, **Patrimônio Histórico de Bonfim–MG: Construção do imaginário religioso e educacional Mineiro no Médio Paraopeba (MG)**, encontra-se ainda em andamento.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escala**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 259.

MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. Projeto “Criação do Arquivo Municipal de Bonfim” apresentado à Prefeitura Municipal de Bonfim. 1996.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e Escravidão**. Vida material e população no século XIX. Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Cinzas do passado**: cultura material, riqueza e escravidão no Vale do Paraopeba/MG (1831-1914). Londrina: EDUEL, 2014.

MATTOS, Hebe. ABREU, Martha. GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 27, n. 54, julho-dezembro de 2024.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TÔRRES, João Camillo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. (3ª edição) Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980. Vol. 2.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público Mineiro

Almanaque Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais, em 1873.

Arquivo Público de Bonfim- MG

Sessão Acervo Criminal, 1830/1888.

Ação de Liberdade. Arquivo Público de Bonfim/MG, Cidade de Bonfim, Ano de 1887, CPO ACA 464.

Inventário post-mortem. Arquivo Público de Bonfim/Minas Gerais, CPO 07 (8), 1858, e CPO 73 (15), 1849.

Processo Crime. Arquivo Público de Bonfim/MG, Cidade de Bonfim, Ano de 1844, CPO 2 (56)¹

Processo Crime. Arquivo Público de Bonfim/MG, Cidade de Bonfim, Ano de 1844, CPO 2 (51)

Processo Crime. Arquivo Público de Bonfim/MG, Cidade de Bonfim, Ano de 1843, CPO 2 (45)¹.

Processo Crime. Arquivo Público de Bonfim/MG, Cidade de Bonfim, Ano de 1876, CPO 45 (05).

Processo Crime. Arquivo Público de Bonfim/MG, Cidade de Bonfim, Ano de 1843, CPO 45 (12)

Processo Crime. Arquivo Público de Bonfim/Minas Gerais, Ano 1875, CSO 29 (565).

Processo Crime. Arquivo Público de Bonfim/Minas Gerais, Ano 1875, CSO 29 (565).

LEI Nº 4 DE 10 DE JUNHO DE 1835. Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos.

[https://legislacao.presidencia.gov.br/
atos/?tipo=LIM&numero=4&ano=1835&ato=bccoTP35UeFRVTcob](https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=4&ano=1835&ato=bccoTP35UeFRVTcob) Acesso
em 22 de abril de 2025



Tráfico e traficantes em Bonfim do Paraopeba nas décadas finais da escravidão

Ulisses Henrique Tizoco

Além do principal destino dos milhões de africanos trazidos escravizados para as Américas entre os séculos XVI e XIX, o Brasil foi também o mais longo sistema escravista do continente (Lovejoy, 2002, Fogel; Engerman, 1981, Alencastro, 2000, Thornton, 2004, Klein, 1987).

Por sua vez, Minas Gerais sustentou a maior população escravizada do Império, tendo saltado de cerca de 170 mil em 1819 para mais de 380 mil em 1873, ano em que 1/4 dos escravos que residiam no Brasil encontravam-se na província (Martins, 2018). Também não é nenhuma novidade que o aumento da população cativa verificado naquele intervalo se baseava tanto nas novas aquisições via tráfico quanto na reprodução natural, estratégias das quais os proprietários mineiros conseguiram servir-se com bastante êxito no tocante à reprodução de sua mão de obra (Bergad, 2004, Paiva; Libby, 1995, Cano; Luna, 1983). Extensa e multifacetada, Minas abrigava em seu interior uma base econômica diversificada e dinâmica, coexistindo em seu território múltiplas formas de organização do trabalho ligadas a uma estrutura produtiva complexa, com fortes vínculos externos e integrada regionalmente (Paiva, 1996).

Apenas tais constatações já seriam suficientes para que a província integrasse o foco das atenções dos estudos sobre a escravidão oitocentista. Contudo, durante muito tempo foi tratada como um mero apêndice do Sudeste cafeeiro (Martins, 2018). Essa negligência historiográfica levou a interpretações felizmente já superadas, como a ideia de que os elevados “estoques”

de escravos “ociosos” ou “redundantes” da “economicamente decadente e estagnada” província mineira foram transferidos em massa, via tráfico interno (sobretudo após a abolição do tráfico transatlântico em 1850), para as economicamente pujantes – e sempre ávidas por mão de obra – regiões produtoras de café, permitindo o desenvolvimento desta cultura no Sudeste e levando Minas, na década de 1880, a cindir-se entre uma “pequena zona de café, pró-escravatura, e, mais para o interior, vastas regiões mais pobres, de mineração e de gado, sem café, demonstrando menos preocupação quanto à sobrevivência do sistema de trabalho escravo ou até ansiosas por ver seu fim” (Furtado, 1967, Simonsen, 1977, Mattoso, 2003, Costa, 1989, Conrad, 1975, pp. 156-158).

Embora muitos avanços tenham sido feitos a partir da década de 1980, ainda hoje nota-se uma relativa escassez de estudos para muitas regiões mineiras sobre diversos assuntos relativos à escravidão, como o tráfico, por exemplo, embora, na maioria dos casos, as fontes existam (Pena; Noronha, 2022).

Uma das fontes mais ricas e completas para se estudar os mercados de cativos são os documentos cartoriais produzidos para oficializar as transferências de propriedade da mercadoria humana: escrituras e procurações. Se, até 1860, nem todas as transferências eram registradas em cartório, visto que os contratos particulares firmados entre as partes tinham validade oficial, no fim daquele ano tornou-se obrigatória a produção de escritura pública para compras e vendas de escravos de qualquer valor, sob pena de nulidade da transação (Lei nº 1114, de 27/09/1860, e Decreto nº 2699, de 28/11/1860) (Slenes, 1983, Scheffer, 2013, Motta, 2012).

No município de Bonfim, sob os cuidados do Arquivo Público Municipal (APMB), encontram-se 357 transações comerciais (compras, vendas, trocas, doações, penhores e hipotecas) envolvendo 561 escravos, distribuídas entre 58 livros de notas e de procurações dos cartórios de 1º e 2º ofícios da sede municipal e dos distritos de Rio Manso e Piedade dos Gerais, que foram re-

gistradas entre os anos de 1842 e 1888. A análise desta farta documentação permitiu compreender como se organizou o mercado local de cativos nas décadas finais da escravidão (sobretudo a partir de 1861), bem como suas características principais e conexões estabelecidas com mercados de outras localidades, o que este texto se propõe a apresentar brevemente.

Bonfim do Paraopeba (emancipado de Queluz em 1839, na condição de vila, e elevado a cidade em 1860) jamais possuiu em seu território, que englobava as regiões do Alto e Médio Paraopeba, atividade significativa voltada à exportação. Desde suas origens setecentistas, o município destacou-se pela produção agropecuária (sobretudo de gêneros alimentícios) e fabricação de fios de algodão e tecidos (possivelmente a principal atividade de transformação desenvolvida na localidade), ambas atividades destinadas a suprir demandas do abastecimento local, mas que também geravam excedentes comercializados com municípios do entorno (como a capital da província, Ouro Preto) e de regiões de economia mais dinâmica (como a Mata cafeeira e a Corte) (Tizoco, 2018).

Em 1872, o município possuía 35.586 habitantes, sendo o sétimo mais populoso entre os dez municípios que compunham a região Mineradora Central Oeste - MCO (Bonfim, Mariana, Ouro Preto, Caeté, Conceição, Queluz, Itabira, Sabará e Piranga) (Paiva; Godoy, 2002). daquelas almas, 16,4% (5824) encontravam-se em cativeiro, legando ao município a sexta maior população cativa absoluta e relativa da MCO. Ainda assim, tal porcentagem era bastante próxima àquela apresentada pela província (18,2%). Bonfim possuía o terceiro menor percentual de mulheres entre a população escravizada da MCO, com a razão entre os sexos igual a 120 (frente a 103 da província). Ainda assim, estudos demográficos sobre a localidade apontam para a grande importância assumida pela reprodução natural na reposição da população escravizada (Martinez, 2007 e 2014).

O tráfico bonfinense mostrou-se moderado na década de 1860 (31% dos indivíduos negociados) e bastante intenso na de 1870 (50%), enfraquecendo-se

na década seguinte (19%). O intenso comércio registrado entre 1861 e 1864 ajuda a explicar o aumento do número de escravos no município observado nos arrolamentos populacionais realizados entre as décadas de 1850 e 1870¹. Predominaram as transações que envolviam poucos cativos: 79,9% delas englobavam apenas um ou dois (acompanhados ou não de ingênuos²), comercializados inteiros ou em partes³. Os homens foram maioria entre os negociados em todas as décadas analisadas, embora a presença feminina também não tenha se mostrado tão discrepante (44%).

Os documentos registram indivíduos entre alguns dias de vida até 80 anos de idade sendo comercializados. Contudo, enquanto ¼ dos traficados eram crianças (0 a 14 anos) e 17%, velhos (mais de 40 anos), 58% deles possuíam entre 15 e 39 anos, faixa etária correspondente ao período de maior produtividade dos cativos⁴. Vale destacar que as mulheres predominaram na faixa

1 Considerando que a população da freguesia de Mateus Leme nem sempre era contabilizada no município de Bonfim, têm-se as seguintes cifras sobre o contingente escravizado bonfinense: incluindo a freguesia de Mateus Leme, 6566 na década de 1830, 5004 em 1854, 5824 em 1872 e 4181 entre o final da década de 1870 e início da de 1880; sem a dita freguesia, 5708 na década de 1830, 4903 em 1860 e 5094 em 1872. Ou seja, houve incremento da população cativa do município entre a década de 1850 e 1872, creditado parcialmente à reprodução natural e parcialmente ao tráfico (Tizoco, 2018, pp. 55-61).

2 O termo “ingênuo” designava os filhos de mulher escrava nascidos após a promulgação da Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871 que, embora não fossem legalmente considerados escravos, também não eram plenamente livres, visto que tal lei previa que seus serviços poderiam ser explorados pelos senhores de suas mães até que completassem a idade de 21 anos a título de indenização das despesas com sua criação. A mesma lei proibia que houvesse separação dos ingênuos de suas mães em caso de alienação destas.

3 Muitos senhores possuíam apenas uma fração ideal do valor do escravo, podendo essa parte ser a metade, um terço etc., de acordo com a quantidade de proprietários que formavam o condomínio. Isso era bastante frequente, sobretudo em escravos havidos por herança. Algumas das transações analisadas visavam justamente reunir tais partes nas mãos de um único proprietário (Motta; Galvão, 2020).

4 Há divergências historiográficas sobre a faixa etária dos escravos considerada produtiva. Há autores que adotam a faixa 15-44 anos (Paiva, 1996, p. 211), outros uti-

etária 30-39 nas décadas de 1860 e 1880 (nessa última década, aliás, elas predominaram em todas as faixas etárias acima de 30 anos).

Somente 8% dos negociados foram mencionados como naturais do continente africano. Por outro lado, os naturais da província mineira somavam 98,4% dos que tiveram local de origem mencionado, sendo 73% deles provenientes do próprio município, enquanto os originários de outras províncias perfaziam apenas 1,6% (sendo um natural da Bahia e outros três matriculados em Goiás em 1872).

Embora a informação sobre o estado conjugal não esteja disponível para grande parte dos negociados, predominaram os declarados solteiros (95% dos homens e 94% das mulheres), seguidos dos casados (respectivamente 4% e 1%) e, por fim, dos viúvos (1% de ambos os sexos). Obviamente, o fato de ser declarado solteiro não significa necessariamente que o indivíduo não mantivesse nenhum tipo de laço conjugal informal, fato evidenciado, inclusive, pela grande quantidade de mulheres solteiras negociadas juntamente com suas proles (Slenes, 1999).

Quanto aos trabalhadores que tiveram ocupação mencionada, predominaram, entre os homens, as atividades ligadas à produção agrícola, que corresponderam a cerca de 34% dos negociados, e, entre as mulheres, as atividades ligadas à transformação têxtil, que empregavam cerca de 23% dos negociados. Os serviços domésticos, atividades também exclusivamente femininas, eram executados por cerca de 11% dos comercializados.

Diversos fatores poderiam influenciar o preço de um escravo, desde características totalmente alheias àquelas intimamente ligadas à pessoa do trabalhador negociado (Mattoso, 2003, p. 77, Flausino, 2006, p. 124, Tizoco,

lizam 15-40 (Bergad, 2004) ou 15-39 (Flausino, 2006, p.83, Tizoco, 2018, Parreira, 1990, p. 108), enquanto outros optam por desmembrar tais faixas em 15-29 e 30-44 (Motta, 2012, Scheffer, 2012, Rossini, 2015).

pp. 93-94). Em Bonfim, no período em tela, a época da transação, o sexo e a faixa etária, não necessariamente nessa ordem, parecem ter exercido maior influência.

O comportamento dos preços por faixa etária costuma gerar uma representação gráfica piramidal: cresce acompanhando a idade do cativo até por volta dos 20 e poucos a 30 e poucos anos, quando começa a decrescer até chegar aos patamares infantis quando o indivíduo atinge idades mais avançadas.

Os preços femininos sempre foram inferiores aos masculinos, com raras exceções em algumas faixas etárias e épocas. Contudo, se na década de 1860 os preços das mulheres, embora inferiores, tendiam a ser relativamente mais próximos aos dos homens, a partir da década seguinte os preços médios femininos iniciaram uma tendência constante de queda, tornando-se cada vez mais discrepantes em relação aos masculinos. Certamente seria um efeito da Lei do Ventre Livre, que retirou o potencial reprodutivo do rol de fatores a ser considerado na formação do preço das mulheres. A partir de meados da década de 1870, os preços masculinos também começaram a cair, porém de forma menos acentuada que os femininos.

Apenas durante a década de 1860 foram verificados, ainda, preços médios das mulheres de 15-19 anos correspondendo a 130% dos preços dos homens da mesma faixa etária, outro indício de valorização do potencial reprodutivo daquelas jovens, que se encontravam no auge da fecundidade.

Levando-se em conta que cativos entre 15 e 29 anos, principalmente do sexo masculino, eram os mais valorizados, por se encontrarem no auge de sua força e capacidades física, produtiva e reprodutiva. Os homens sofreram menor desvalorização em seus preços que as mulheres a partir da Lei do Ventre Livre. Um bom parâmetro para se verificar as diferenças de preços é a análise do preço nominal médio de um escravo jovem do sexo masculino em cada localidade (Slenes, 1986, Gorender, 2016, Bergad, 2004, Flausino, 2006, Scheffer, 2012, Motta, 2012, Rossini, 2015).

Ainda que seja possível admitir que, por particularidades inerentes ao universo das fontes analisadas, os preços médios calculados para a década de 1870 possam estar um pouco subestimados, enquanto para a década de 1860 talvez um pouco superestimados⁵, os dados apresentados na Tabela 1 demonstram que os preços praticados em Bonfim foram relativamente próximos daqueles observados nos outros dois municípios da Mineradora Central Oeste (Ouro Preto e Mariana), assim como também estiveram mais ou menos próximos aos de outras localidades mineiras em determinados momentos, porém mostraram-se superiores aos verificados em Caetité, na Bahia, e inferiores aos de todos os municípios paulistas estudados.

Tabela 1 – Preços médios nominais (em réis) de um cativo masculino na faixa etária de 15-29 anos por período em algumas localidades do Império (1860-1888).

Localidade	Década de 1860	Década de 1870	Década de 1880
Caetité (BA)	938\$900	965\$200	895\$300
Bonfim do Paraopeba (MG)	1:403\$270	1:334\$444	1:116\$667
Mariana (MG)	1:313\$257	1:447\$901	1:036\$383
Ouro Preto (MG)	1:373\$408	1:465\$214	1:060\$000
Espírito Santo do Itapecerica (MG)	1:387\$500	1:746\$154	-
Uberaba (MG)	1:305\$900	1:462\$164	1:178\$750
Barbacena (MG)	1:352\$353	1:692\$778	1:160\$440
Região Sul Central de MG	1:513\$910	1:642\$857	666\$667
Rio Claro (SP)	1:855\$556 (tráfico local) / 1:958\$333 (tráfico interprovincial)	2:246\$000 (tráfico local) / 2:060\$000 (tráfico interprovincial)	1:000\$000 (tráfico local) / 1:150\$000 (tráfico intraprovincial)

5 Na década de 1860, houve concentração das transações entre os anos de 1861 e 1862, quando os preços estavam mais elevados, frente a escassas negociações a partir de 1865, quando os preços estiveram mais baixos. Nos anos 1870, por sua vez, observou-se uma concentração dos registros que informavam os preços no início do decênio, período de preços mais baixos, enquanto para a segunda metade da década, quando se verificou uma subida dos preços, há poucos registros disponíveis (Tizoco, 2018, p. 99).

Localidade	Década de 1860	Década de 1870	Década de 1880
Campinas (SP)	1:771\$110 (tráfico local) / 1:646\$150 (tráfico intraprovincial)	2:149\$690 (tráfico local) / 1:954\$850 (tráfico intraprovincial)	2:183\$330 (tráfico local) / 1:943\$330 (tráfico intraprovincial)
Areias (SP)	1:532\$583	1:963\$333	1:194\$444
Guaratinguetá (SP)	1:432\$857	1:986\$800	-
Piracicaba (SP)	1:819\$388	2:053\$763	1:192\$857
Casa Branca (SP)	-	2:054\$565	817\$857

Fonte: Livros de Notas de Venda de Escravos do 2º Ofício de Barbacena; Livros Notariais do Arraial do Espírito Santo do Itapecerica; Livros Notariais do 1º Ofício de Caldas; Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Campanha; Livros Notariais de Lavras; Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Varginha; Correia, 2011, pp. 180-185; Livros Notariais do 1º e 2º Ofícios de Uberaba; Neves, 2000, p. 111; Tizoco, 2008, p. 103; Flausino, 2006, p. 136; Parreira, 1990, pp. 270-295; Rossini, 2015, pp. 201, 239 e 320; Scheffer, 2012, pp. 65-66; Motta, 2012, pp. 118, 132, 184, 205, 230, 255, 300, 314 e 332.

Os registros analisados evidenciam um tráfico multidirecional, com predomínio das transações intramunicipais (transmitente e adquirente residentes no mesmo município), seguidas pelas intraprovinciais (transmitente e adquirente residentes na província mineira, podendo ser subdivididas em intra e interregionais, conforme a região da província em que residiam os contratantes) e, em menor quantidade, pelas interprovinciais (transmitente ou adquirente residente fora de Minas Gerais) (Martins, 1994, Motta, 2012, Flausino, 2006).

Cerca de 61% dos cativos mudaram de dono dentro do município, 16% foram de lá retirados, 8% para lá foram levados, 6% foram negociados por ambos os contratantes não residentes no município e, para 9%, a ausência de informações nos documentos não permite identificar. Nas transações interprovinciais, o Rio de Janeiro foi a única origem e destino dos cativos. Já, no tráfico intraprovincial:

- as transações intrarregionais (ou seja, entre residentes da própria MCO) foram, após as intramunicipais, as que mais movimentaram cativos, tanto no tocante às entradas quanto às saídas;

- as transações inter-regionais, os principais destinos dos cativos foram a Mata (região cafeeicultora) e a Intermediária de Pitangui-Tamanduá (limitrofe ao município), sendo que esta também foi a principal região de origem.

Os dados até aqui apresentados, por um lado, rechaçam a possibilidade de perda maciça de cativos via tráfico para outras províncias e mesmo para outras regiões mineiras, uma vez que, devido à multidirecionalidade do tráfico, as perdas costumavam ser compensadas total ou parcialmente com respectivos ganhos, tornando o saldo, quando não positivo, nulo ou apenas levemente negativo na maioria das vezes. Por outro, corroboram o entendimento de Roberto Martins (1994) de que a Região Mineradora Central Oeste, da qual Bonfim fazia parte, mais teria ganho que perdido escravos no período 1855-1873.

Entre as transações em que seguramente houve transferência definitiva de propriedade, foram computados 163 diferentes nomes de transmitentes e 136 de adquirentes, o que, por si só, já é indicativo de concentração de escravos nas mãos de determinados indivíduos, uma vez que menos pessoas passaram a possuir a mesma quantidade de escravos anteriormente possuída por uma maior quantidade de proprietários.

Após o encerramento do tráfico transatlântico, a menor disponibilidade de cativos no mercado contribuiria para o aumento estratosférico dos preços, dificultando a realização de novas aquisições. Aqueles que possuíam poucos ou nenhum escravo passariam, então, a estar não apenas cada vez mais distantes daquele tipo de bem, como também menos preocupados com a defesa da manutenção daquela instituição (Frank, 2012).

Além disso, se, por um lado, foi constatado predomínio de contratantes que tiveram uma única participação no mercado ao longo de todo o período analisado, por outro também foi possível observar poucos indivíduos com aparições recorrentes, em diferentes tipos de atuação. A análise dos inventários

de alguns destes sugere estar em curso, após 1850, uma paulatina dissolução das posses menores e concentração dos escravos nas mãos dos grandes fazendeiros locais (Tizoco, 2018, pp. 110 e 196-198, Frank, 2012).

O mais provável é que os grandes e médios fazendeiros locais [...] estivessem conseguindo reter no município a maior parte dos escravos que, oriundos em sua maioria de herdeiros e pequenos proprietários endividados, a conta-gotas eram disponibilizados ao mercado. Competiam, dessa forma, com os grandes comerciantes que se destinavam a suprir a demanda por mão de obra de fazendeiros das mais diversas regiões, sobretudo aqueles ligados à produção para exportação (Tizoco, 2018, p. 198).

Quanto aos contratantes especializados na compra e venda de mercadoria humana, ou seja, os negociantes, constatou-se em Bonfim um mercado bastante concentrado: apenas três grupos (todos sediados no município) foram responsáveis por movimentar cerca de 1/5 de todos os trabalhadores negociados, enquanto outros oito grupos comerciais (metade deles sediados em Bonfim) tiveram apenas participações pontuais.

O tráfico interno de escravos criou novas companhias de negociação de escravos e uma nova profissão: a de comprador de escravos viajante, que percorria as províncias, convencendo os fazendeiros mais pobres ou os residentes das cidades a venderem um ou dois escravos por metal soante. Os compradores de escravos iam de sítio em sítio, de porta em porta (Conrad, 1975, p. 68).

Sobre a atuação dos traficantes bonfinenses, é importante destacar dois aspectos. Primeiro, que ela não se dava apenas levando cativos do município para outras localidades. Eles também vendiam, no mercado local, indivíduos que poderiam vir de outras localidades. Segundo, que os escravos seriam apenas mais uma entre as muitas mercadorias por eles negociadas, embora

talvez a mais lucrativa. Os períodos de atuação sugerem que tenham aproveitado as oportunidades criadas a partir do crescimento da demanda e da elevação dos preços, entre as décadas de 1860 e início da de 1880, para se lançarem no mercado de cativos, beneficiando-se de rotas e contatos comerciais previamente conhecidos.

Os dados da Tabela 2 não deixam dúvida de que Francisco e Caetano Baeta Neves foram os principais negociantes de escravos bonfinenses nas décadas finais da escravidão. Outrossim, o avanço das pesquisas tem constatado que também a nível provincial os irmãos figuraram entre os principais nomes envolvidos no tráfico durante o período.

Tabela 2 – Principais grupos de negociantes segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados: Bonfim do Paraopeba, 1860-1888.

Grupos de negociantes e seus períodos de atuação	Ocorrências em escrituras	% do total de escrituras	Ocorrências em procurações	% do total de procurações	Quantidade de escravos negociados	% do total de escravos	Conexões comerciais
José Marques da Silveira e seu filho José Marques da Silveira Junior (décadas de 1860 - 1880)	13	5,5%	11	9%	21	3,7%	Bonfim-Bonfim / Bonfim-Oliveira / Bonfim-Corte / Bonfim-RJ
Andrade e Silva, Lobato & Cia. e seu sócio-gerente, o Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva (décadas de 1860 e 1870)	9	3,8%	6	5%	30	5,3%	Bonfim-Bonfim / Bonfim-Oliveira / Bonfim-Sabará / Bonfim-Santa Luzia / Bonfim-Ouro Preto / Bonfim-Juiz de Fora
Caetano e Francisco Baeta Neves e suas firmas comerciais Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Baeta Neves & Irmão (décadas de 1870 e 1880)	13	5,5%	55	46%	67	12%	Bonfim-Bonfim / Bonfim-Pará / Bonfim-Montes Claros / Bonfim-Sabará / Bonfim-Santa Luzia / Bonfim-Ouro Preto / Bonfim-Juiz de Fora / Bonfim-Rio Preto / Bonfim-Pomba / Bonfim-Barbacena / Bonfim-Corte / Bonfim-RJ
Total	35	14,8%	73	60%	118	21%	

Fonte: (Tizoco, 2018, pp. 132 e 147).

Ambos nasceram provavelmente na década de 1830 em Castanheira de Pera, Termo de Pedrógão Grande, região central do Reino de Portugal. Embora se

desconheça a época da chegada ao Brasil, sabe-se que em 1863 eles já se encontravam em Bonfim atuando no ramo comercial. No início daquele ano, constituíram uma sociedade de negócio de fazendas secas e animais sob a firma Francisco Baeta Neves & Irmão. Dois anos e meio depois, com a dissolução dela, Caetano assumiria as fazendas restantes e a responsabilidade pelo pagamento dos credores, enquanto Francisco teria ficado com os animais. Entre 1870 e 1871, este teria retirado de sua boiada de cerca de 260 cabeças, que estava engordando em pastos arrendados, “uma parte” para enviar ao mercado da Mata / Rio (Tizoco, 2023).

A partir de 1871, os Baeta Neves passaram a frequentar a documentação pesquisada participando de transações que envolviam a mercadoria humana. De 1875 em diante, tornaram-se bastante comuns as menções aos irmãos e às sociedades das quais fizeram parte (principalmente nas procurações).

Outrora um “simples mascate, [que percorria as fazendas da região] vendendo seus gêneros e comprando gêneros da lavoura”, em 1872 Francisco já era proprietário de “negócio de fazenda seca, molhados e mais objetos”, situado à Rua do Fogo, onde residia, sendo mencionado, cinco anos mais tarde, como um “opulento negociante [...] de porta aberta e de grosso trato”⁶. Ainda em 1877, provavelmente em maio, o negociante teria vendido 20 escravos em Rio Preto, município cafeeiro da Mata mineira (Tizoco, 2023).

Caetano, em 1879, era um “negociante conceituado e em grande escala”, “matriculado pelo Tribunal do Comércio da Corte do Rio de Janeiro”. Em sua casa comercial (Figura 1), era possível encontrar “grande e variadíssimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, calçado, chapéus, modas, couros e outros muitos artigos”, podendo-se ainda comprar e vender “sal e todos os gêneros do país [...] [além de] escravos de ambos os sexos de 14 a 25 anos” (Tizoco, 2023, Martinez, 2007, p. 130).

6 Comerciantes de grosso trato podem ser entendidos como comerciantes atacadistas que se dedicavam aos vários segmentos do comércio e ocupavam o topo da hierarquia comercial (Fragoso, 1992).

Figura 1 – Residência e casa comercial de Caetano Baeta Neves.



Antiga Rua do Commercio (atual Rua Dr. Moreira da Rocha), em data ignorada do século XX, onde se vê, à esquerda, parte do estabelecimento comercial, conjugado à residência (ambos já demolidos), de Caetano Baeta Neves. Fonte da imagem: acervo do APMB.

No mesmo ano, o negociante realizaria o derradeiro “giro de negócios” da firma Baeta Neves & Irmão. Em meados de maio, teria partido de Bonfim rumo à Mata levando consigo “uma porção de escravos”. A pé, a comitiva teria seguido a “estrada da Corte”, gastando cerca de 20 dias (incluindo as paradas) entre Bonfim e Juiz de Fora, lá chegando em junho com 70 escravos para vender (dos quais se destacava “porção grande de negras de 12 a 16 anos”) (Tizoco, 2023).

Entre junho e julho, Caetano conseguiria negociar rapidamente vários dos cativos, como constatou Dayana Silva (2019, pp 87-88). A pesquisadora observou ainda que os trabalhadores negociados por Neves em Juiz de Fora tinham origens bastante variadas: três deles haviam sido matriculados em Sabará, um em Paracatu, outro em Patrocínio, uma na Corte e apenas uma em Bonfim.

Aparentemente, os irmãos realizavam poucas viagens à região da Mata / Corte (talvez apenas uma por ano), porém sempre levando quantidades con-

sideráveis de escravos, o que reduziria os custos da viagem e permitiria que os negociantes também atendessem encomendas, aumentando a certeza da negociação de todo o lote.

O tráfico na segunda metade do século XIX, embora fosse uma atividade altamente lucrativa, também envolvia alto risco e exigia certos requisitos daqueles que nele pretendessem se aventurar, como gozar de considerável prestígio, estar inserido numa ampla rede de contatos comerciais em diferentes localidades e regiões, além de elevados investimentos de capital (Read, 2012, Machado, 2002, Scheffer, 2012, Flausino, 2006).

No caso dos Baeta Neves, as estreitíssimas relações mantidas com membros da elite bonfinense os dotariam de acesso relativamente fácil a capitais econômico e político⁷. Caetano casou-se com D. Maria Sabina Baeta Neves, filha do “abastado fazendeiro e capitalista⁸” Luiz José Teixeira (natural da Ilha Terceira do Reino de Portugal e residente em Bonfim). Além disso, o influente e endinheirado tenente-coronel José Egydio da Silva Campos (advogado e proprietário do jornal liberal ouro-pretano *A Actualidade*) era padrinho e amigo íntimo dos irmãos Neves, a quem considerava “o mesmo que filhos” (Tizoco, 2023).

Egydio teria formado sociedade com Francisco na década de 1870, emprestando-lhe dinheiro para compra de escravos e também os comprando para o negociante revender, o que faria o tenente dever “muitas obrigações ao Chico Baeta, que lhe tinha dado muito dinheiro a ganhar com negócio de

7 Mesmo que brevemente, vale mencionar que o poder e influência políticos da família Baeta Neves só fizeram aumentar ao longo dos anos, principalmente durante a Primeira República. Nomeado Coronel Comandante Superior para a Guarda Nacional na Comarca de Bonfim, Caetano e seus descendentes dominaram a política local por décadas, além de também se destacarem no Legislativo estadual e federal. (Tizoco, 2018, pp. 142-143).

8 O termo “capitalista”, neste caso, pode ser entendido como “O que empresta o seu capital a um empregador d’industria” (Vieira, 1873).

escravos”. Por outro lado, “Chico Baeta havia ganho muito dinheiro à custa dele, já lhe emprestando quantias, já lhe prestando toda a sorte de proteção” (Tizoco, 2023).

Os Baetas também mantinham importantes contatos comerciais em diversas regiões mineiras, em especial na Zona da Mata, e também entre comerciantes estabelecidos na Corte, como José Alves Bibiano, sócio da firma Marinho & Bibiano. As famílias Bibiano e Baeta Neves, inclusive, nutriam relações de longa data ainda em Castanheira de Pera (Portela, 2016, pp. 16-17).

Sediada na Corte, à rua de São Pedro, 122, a firma Marinho & Bibiano é citada às páginas 784 e 812 da edição de 1876 do *Almanak Laemmert* como um “armazém de vinho e gêneros pertencentes ao comércio de molhados (por atacado)” e como “casa de comissões de gêneros de importação e exportação”. Durante seu funcionamento, entre o início de 1875 e o final de 1877, foram registradas importações de produtos de origem europeia como conservas e doces franceses e fósforos alemães (Tizoco, 2023).

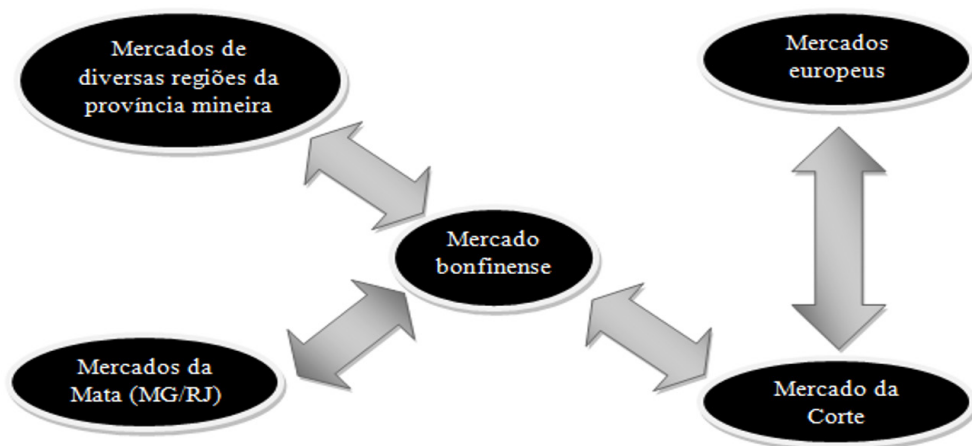
Analisando os registros de comerciantes matriculados no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro entre 1850 e 1870, Paula Cypriano (2008) constatou

a existência de uma elite mercantil portuguesa na cidade do Rio de Janeiro que se constituiu a partir da inserção de jovens caixeiros no florescente mercado comercial da capital do Império. As possibilidades de trabalho oferecidas pelo comércio permitiram a esses jovens [...] realizar o sonho de [em cerca de duas décadas] tornar-se donos de seu próprio estabelecimento. A ascensão econômica permitia aos mais bem-sucedidos adquirir prestígio e projetar-se politicamente na sociedade⁹.

9 Ver também Menezes; Cypriano, 2007.

A trajetória de ascensão social dos Baeta Neves, as atividades comerciais por eles desenvolvidas e suas relações mantidas com outros portugueses da Corte seguiam, portanto, um padrão relativamente comum verificado entre os imigrantes lusos que chegaram ao Brasil ao longo do século XIX, indicando que aquele fenômeno verificado por Cypriano também podia ser vislumbrado até mesmo na distante e interiorana Bonfim do Paraopeba.

Figura 2 – Rede comercial dos irmãos Francisco e Caetano Baeta Neves



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB e jornais A Actualidade, A Província de Minas, Diário de Minas, Diário do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, Gazeta de Notícias e Pharol. Elaboração própria.

Dessa forma, a rede de comercial na qual os irmãos Baeta Neves estiveram inseridos, representada pelo diagrama da Figura 2, evidencia que tais comerciantes, ao negociarem escravos ou outras mercadorias, circulavam por mercados do interior da província mineira (ou a eles tinham acesso via outros comerciantes ou intermediários), conectando-os a mercados da região cafeeira de Minas e do Rio, bem como também ao da Corte, onde, por intermédio de outros comerciantes (portugueses em grande medida), entravam em contato com mercados e produtos europeus. Essa capilaridade das rela-

ções comerciais dos negociantes de escravos e intermediários bonfinenses mostrou-se essencial à interconexão entre os mercados de cativos regional e nacional¹⁰.

10 Além das firmas comerciais e dos indivíduos claramente identificados como comerciantes, observou-se que algumas pessoas atuaram unicamente como procuradores ou tiveram participação pequena ou pontual como transmitentes ou adquirentes, porém intermediando várias transações. Embora não se possa dizer que todos fossem comerciantes de escravos, ou mesmo que tivessem a comercialização de cativos como principal fonte de renda, ou que tenham atuado no mercado por um longo período, é possível admitir que tais intermediários auferissem lucro e mesmo prestígio através de suas atuações como procuradores, nas quais uniam transmitente, adquirente e, em alguns casos também outros procuradores, formando redes que superavam as distâncias e possibilitavam que a transação se concretizasse (Chalhoub, 1990, Schef-fer, 2012.; Read, 2012).

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes** - Formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004.
- CANO, Wilson; LUNA, Francisco Vidal. A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. **Cadernos IFCH-Unicamp**, (10):1-14, Campinas, outubro de 1983.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975.
- CORREIA, Daniel Camurça. **Memória e resistência na construção das famílias escravas no sul de Minas Gerais (1810-1888)**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social: Doutorado (PUC/SP), 2011.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CYPRIANO, Paula Leitão. Imigração, negócios e poder: promoção social e projeção política dos imigrantes portugueses na sociedade carioca 1850-1870. **XIII Encontro de História ANPUH-Rio**. Rio de Janeiro, 2008.
- FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão**: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.
- FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. **Tiempo en la cruz**. La economía esclavista en los Estados Unidos. Madrid: Siglo XXI, 1981.

FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e pobres**: o mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Expressão Popular / Perseu Abramo, 2016.

KLEIN, Herbert S. **A escravidão africana na América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. **X Seminário de Economia Mineira**. Diamantina, 2002.

MARTINS, Roberto B. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez**. Texto para Discussão n° 70. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1994.

MARTINS, Roberto B. **Crescendo em silêncio**: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão**: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Cinzas do passado**: cultura material, riqueza e escravidão no Vale do Paraopeba/MG: 1831/1914. Londrina: Eduel, 2014.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MENEZES, Lená Medeiros de; CYPRIANO, Paula Leitão. Imigração e Negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal de Comércio da Capital do Império (1851-1870). **III Seminário Internacional de E/Imigração Portuguesa**. PUC/SP – Unisantos, 2007.

MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além**: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista. São Paulo: Alameda, 2012.

MOTTA, José Flávio; GALVÃO, Luciana Suarez. Pessoas Partidas: o comércio de partes de escravos (Piracicaba, Província de São Paulo, 1861-1887). **História (São Paulo)**. v. 39, p. 1-23, issn: 1980-4369, 2020.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. In: **Afro-Ásia**, v. 24, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado).

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: **X Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: Cedepiar/UFMG, 2002.

PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX. In: **Estudos Econômicos**. 25 (2), p. 203-233, maio/ago. 1995.

PARREIRA, Nilce Rodrigues. **Comércio de homens em Ouro Preto no século XIX**. Dissertação. (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1990.

PENA, Alessa Nara Fortunato; NORONHA, Gilberto Cezar de. Fontes sobre a escravidão em Minas Gerais: um balanço historiográfico. **Anais eletrônicos do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH MG 2022**. Diamantina/MG, 2022. Disponível em: <https://www.encontro2022.mg.anpuh.org/anais/trabalhos/lista?simposio=338>. Acesso em 21/04/2023.

PORTELA, Miguel. A indústria dos lanifícios na freguesia da Castanheira vista pelo jornal O Figueiroense em 1902. *In.*: **O Ribeira de Pera**. Castanheira de Pera, II série, nº 22, 16 de maio de 2016, pp. 16-17.

READ, Ian. **The Hierarchies of Slavery in Santos, Brazil. 1822-1888**. Stanford: Stanford University Press, 2012.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa**. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, 2013.

SILVA, Dayana de Oliveira da. **Destinos incertos: negociantes, cativos e o tráfico interno em Juiz de Fora (1870-1880)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1977.

SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. **Estudos Econômicos**. São Paulo: IPE/USP, v.13(1): 117-149, jan./abr.,1983.

SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. *In.*: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2004

TIZOCO, Ulisses H. **Pessoas Negociando Pessoas: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

TIZOCO, Ulisses H. Um cenário, múltiplas atuações: facetas do comércio de trabalhadores escravizados em Bonfim do Paraopeba (MG) nas últimas décadas da escravidão (1860-1888). **Sertão História - Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente**, [S. l.], v. 2, n. 4, pp. 29–57, 2023. Disponível em: <http://revistas.urca.br/index.php/SertH/article/view/880>. Acesso em: 1 set. 2023.

VIEIRA, Domingos. **Grande dicionario portuguez ou Thesouro da lingua portugueza**. Segundo volume. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.



Nas trilhas das mulheres negras: o silêncio dos arquivos na Região do Vale do Paraopeba – MG

Amauri Carlos Ferreira

Soraia Aparecida Belton Ferreira

Lilian Cristina Bernardo Gomes

“Não dá para falar em consciência humana enquanto pessoas negras não tiverem direitos iguais e sequer forem tratadas como humanas.”

(Djamila Ribeiro)

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios para a pesquisa sobre mulheres negras é o silêncio dos arquivos. E é possível perceber que, mesmo quando os arquivos deixam a imagem das mulheres negras aparecer, como, por exemplo, através das representações dos museus históricos brasileiros, os povos negro e indígena não são tratados como agentes do processo histórico, com resistências e lutas, mas, frequentemente, como escravizados/as (Barbosa, 2018).

Quando se intersecciona raça e campo de produção simbólica, esse silêncio fica ainda mais grave (Britto, 2016). Ele legitima a “imagem colonizadora da mulher branca sobre a imagem colonizada da mulher negra” (Silva, 2016, p. 182). Dar visibilidade às mulheres não é uma tarefa fácil e tal cenário fica ainda mais complexo quando essas mulheres são negras e estão sob o domínio religioso. Os arquivos confirmam o anonimato e atestam uma dominação que nomeamos, devido ao contexto em que se encontram, como eclesiástica.

Das fontes primárias de onde emergem as narrativas históricas, há hiatos e deficiências nos registros dos documentos, o que desestimula pesquisadores que acabam, por vezes, se contentando com dados secundários ou com as micronarrativas da história que escutam as vozes que não foram ouvidas ao longo do tempo, e, por isso, têm sua importância na atualidade. No entanto, há a necessidade de aproximação do evento para procurar narrá-lo.

Esse movimento é o que abre possibilidades de compreensão do presente. É fundamental buscar nas fontes primárias a configuração do fato. Portanto, é preciso procurar narrá-lo de tal maneira que ofereça abordagens sobre determinados eventos. Esse é um dos caminhos possíveis da existência de outras narrativas. É o caminho da história imbricado nas ciências sociais e, particularmente, nas ciências da religião.

Esta pesquisa envolve mulheres negras e sua relação com a religião católica no século XIX em uma região do Estado de Minas Gerais chamada Vale do Paraopeba. Os documentos dessa região se encontram na Casa de Cultura de Bonfim-MG.

Neste capítulo, apresentaremos parcialmente o resultado da pesquisa, na segunda metade do século XIX, sobre as mulheres que foram escravizadas. O que há de comum nas pesquisas sobre mulheres? Qual o sentido dessa narrativa histórica? Para responder a essas perguntas, um silêncio dos documentos se impõe e conduz ao itinerário de mulheres negras.

2 DA HISTÓRIA DAS MULHERES

“O presente ilumina o passado.”

(W. Benjamin)

Nas pesquisas contemporâneas sobre mulheres e sua importância para a discussão sobre o feminino, há um cenário de invisibilidade atestado por

Michele Perrot e outros (as) pesquisadores (as) em seus estudos, tendo em vista as lacunas em contextos históricos e no silêncio dos arquivos.

Sair do silêncio na proposta ousada de Michelet Perrot (2017) é configurar uma escrita, ou seja, “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas” (Perrot, 2017, p. 16). Tal abordagem abriu um caminho teórico metodológico para pesquisas que envolvem o feminino, confirmando o silêncio dos arquivos e ao mesmo tempo indicando que, apesar da ausência de registros, é possível compor uma história a partir de seus fragmentos.

Em diferentes pesquisas inscritas no tempo histórico, Lélia Gonzalez (2020), ao se ater ao feminismo afro latino americano – amerifricanidades – e na situação da mulher negra a partir dos estudos da década de 1960, atesta a injustiça na qual sua força de trabalho é submetida. Gonzalez (1982; 1983, 2022), antes mesmo de Kimberlé Crenshaw (1989), já apontava para a interseccionalidade entre as formas de subalternização das mulheres negras que são atravessadas pelas desigualdades de raça, gênero e classe.

Gonzalez (1988) afirma que

o duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano (Gonzalez 1988, p. 17).

Portanto, o capitalismo patriarcal-racista dependente, mencionado por Gonzalez (1988), aponta para o lugar que estava destinado às mulheres negras em seu anonimato e na exploração da força de trabalho, em seu caráter

sexista e machista. Nesse universo, a mulher não tem direitos iguais aos homens e a mulher negra tem ainda menos.

Há em geral objetos distintos nas pesquisas sobre mulheres brancas e mulheres negras. Tal perspectiva tem apontado para a importância de pesquisas sobre a história das mulheres negras em seus caminhos que se estruturaram, ao longo do tempo, em uma produção de desigualdades, racismos, preconceitos, anonimatos entre outros aspectos da histórica e estrutural subalternização a qual foram submetidas.

O que a história tem nos proporcionado lançar o olhar e nos tem mostrado é que ser mulher e negra tem uma origem histórica que se inscreve no campo da educação e da religião. A escravidão produziu uma dominação eclesiástica dos corpos negros. Para evidenciar esse evento, ocorre a necessidade de ir às fontes e perceber o silêncio imposto às mulheres e esculpir, à medida do possível, seu protagonismo.

Ao escolher o campo da dominação religiosa, estamos indo às fontes primárias de uma região mineira, evidenciando o descaso com a documentação e o silêncio dos arquivos. O registro se impõe e a interpretação do contexto demanda narrativa, tendo em vista pistas deixadas em registros dispersos.

Proporcionar a saída da invisibilidade para as mulheres é encontrar um silêncio público sobre elas, tendo em vista os lugares que elas ocupavam/ocupam. Para Michelle Perrot (2017),

[...] elas atuam em família, confinadas em casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila, Sua aparição em grupo causa medo... Mas na história pouco se fala delas. Razão do silêncio: o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escri-

ta foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque julgam sem interesse. Afinal elas são mulheres, cuja vida não conta muito... Quanto aos observadores, ou aos cronistas, em sua grande maioria masculinos, a atenção que dispensam às mulheres é reduzida ou ditada em estereótipos. falam das mulheres, mas generalizando, as mulheres são. A mulher é... O mesmo ocorre com as imagens. Produzida pelos homens, elas nos dizem mais sobre seus sonhos ou os medos dos artistas, em vez de serem descritas ou contadas... Mas o silêncio mais profundo é o do relato (Perrot, 2017, p.17).

Sobre as mulheres negras, há a necessidade de evidenciar outros lugares cuja invisibilidade permanece de forma distinta e desigual. De modo geral, elas são exploradas sexualmente, com salários diferenciados e com olhar estético pautado na exclusão. Elas vão sendo reconhecidas em espaços culinários, em danças religiosas e sazonais na distinção nas formas do corpo, nos tons de pele que apontam sua distinção como elemento exótico e/ou fora do padrão instituído pela branquitude (Carvalho, 2017).

Tomar a palavra do masculino para dizer quem são configura uma complexidade. Para as mulheres negras, essa tomada da palavra configura-se como a resistência e a insistência em existir, mesmo com toda a dificuldade do silêncio das fontes. Daí, é preciso narrar sobre elas e escutar os documentos nessa deficiência dos registros.

Ocorre a necessidade de ir ao encontro de fontes primárias para visibilizar o que está em silêncio. Ir ao encontro das fontes cuja organização, higienização e catalogação são quase inexistentes. É preciso apresentar o descaso com a história regional e local.

No entanto, a persistência da história e a necessidade de narrativas sobre essas pistas encontradas somam a esse processo de compreensão do presente buscando pistas no passado. Saber sobre o Vale do Paraopeba é ir ao encontro de documentos inéditos na Casa de Cultura de Bonfim-MG e garimpar em seus arquivos criminais fontes de conhecimento da vida privada e de jornais de época que atestam a vida pública.

3 DAS MULHERES NEGRAS ESCRAVIZADAS

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.”

(Angela Davis)

Na cidade de Bonfim-MG, em sua Casa de Cultura, encontra-se o acervo da região com um considerável acervo de documentos inéditos. Para Tizoco (2017), os processos como compras, vendas, empréstimos, alforrias, entre outros foram, paulatinamente, deixando de ser regidos meramente por acordos verbais ou firmados entre particulares para terem vigência legal unicamente quando registrados publicamente em cartório¹. Com o advento da República e a separação entre Igreja e Estado, a atividade de registrar nascimentos, casamentos e óbitos também passa a ser incumbência do Estado, por meio dos cartórios de registro civil.

1 Embora a legislação vigente no período não especificasse, de forma clara, o caráter público das atividades notariais, o Livro 1º das Ordenações Filipinas em seus títulos 80 e 94 assim o sugeria. Além disso, em 1870, Candido Mendes de Almeida, advogado na Corte, observou que “entre nós o tabelião era, e ainda é, o empregado público encarregado de lavrar os contratos entre particulares, e diferentes atos judiciais, a que por utilidade pública a lei presta fé e considera sua interferência como prova de tais atos. [...] É o governo geral quem os nomeia mediante um concurso, menos na província de Minas Gerais, onde uma lei peculiar, ainda não revogada, confere este direito ao Presidente da Província. [...] Por escritura se entende todo o ato ou instrumento público ou particular. Concorrendo funcionário público para lavrá-las, elas se tornam públicas e autênticas.” (Almeida, 1870, p. 179-180).

No ano de 2017, Ulisses Tizoco faz um diagnóstico dos documentos e aponta que eles foram recolhidos em 1997 ao Arquivo Público Municipal de Bonfim (APMB), que se tornou o único responsável legal pela guarda, conservação e disponibilização deles.

Os documentos foram armazenados em cerca de 50 caixas do tipo poliondas de forma aleatória, juntamente com outros documentos que não se encontravam em bom estado de conservação e não passaram por nenhum tipo de catalogação, diferentemente dos processos cíveis e criminais do 1º e 2º ofícios que se encontram disponíveis para consulta na instituição. Dessa forma, muitos documentos, que já chegaram ao arquivo em mal estado de conservação, tiveram seu estado de deterioração acentuado pelas condições inadequadas nas quais ainda hoje se encontram acondicionados (Tizoco, 2017, p. 4).

Encontramos até o momento nesse arquivo, com todos os problemas de conservação, três testamentos de padres que tiveram filhos na segunda metade do século XIX, o que nos levou a procurar por mulheres negras nesse período. Encontramos também um documento do início do século XX de uma mulher negra que dirigiu uma escola mista, conforme será discutido em um dos capítulos deste livro.

Os arquivos criminais e de jornais apontam para a dominação do corpo e a possibilidade de ter acesso à vida particular das mulheres negras na segunda metade do século XIX e têm-se pistas nesses testamentos. Desse modo, estamos tentando percorrer, através do silêncio dos arquivos, as trilhas dessas mulheres negras na vida privada e pública.

No testamento do padre Francisco de Paula Pereira, primeiro pároco da Cidade de Piedade dos Gerais, que data de 1852, consta a posse de quatro escravizados das nações de Benguela, Congo e Angola. Francisco de Paula Pereira tinha três filhas e um filho. Essa informação é encontrada no documento do

Arquivo Público de Bonfim. Nele se afirma que o referido padre teve e tem por fragilidade humana os seguintes filhos/as: Francisco Antônio Pereira (25 anos), Carolina Josefa Leopoldina (17 anos), Hercolina Cândida (15 anos) e Hermenegilda Catarina (13 anos).

No testamento do reverendo vigário Francisco Nogueira Penido consta que ele possuía filhos e 17 escravizados/das.

Entre os escravos, cujas idades variavam entre 16 e 55 anos, vale destacar que oito deles haviam sido matriculados e averbados em Bonfim, ou seja, houve transferência da propriedade deles após 1872, de senhor bonfinense para o vigário. Os 10 homens eram lavradores e, entre as mulheres, três cozinheiras, duas fiadeiras, uma costureira e uma lavadeira (Tizoco, 2018, p. 186).

Os nomes das escravizadas do referido vigário eram Colleta, de 51 anos; Francisca, de 37 anos; Sérvula, de 19 anos; entre outras. No testamento de Domingos Gomes Carmo, por sua vez, constam quatro escravizados/das cujos referidos nomes não foram encontrados.

Nesse contexto, as mulheres e os homens negros são mercadorias de troca, hipotecas, objetos para compra e venda, empréstimos, herança de parte do ser humano, penhoras. Destacamos o negociador para não esquecer que ele foi conivente com o sistema estabelecido. O legado deixado para seus descendentes é parte de suas riquezas na exploração desses corpos, o que os configurou como bens de herança.

Para melhor compreender o estado de violência e silêncio a que as mulheres negras são submetidas, trazemos uma mostra da mercadoria humana que estava presente no mercado de escravos no período de 1842 -1888². Elas são

2 Esses dados foram retirados dos documentos do Arquivo Público Municipal de

vistas numa transação comercial:

-Jerônimo José Parreiras que pertencia a Freguesia de Bonfim. Vendeu uma escrava, -Antônio Moraes da Freguesia de Piedade dos Gerais comprou uma escrava em 1877 e a vendeu em 1882 na mesma Freguesia, -Antônio José Parreiras Coelho da Freguesia de Bonfim transferiu para Caetano José Baeta Neves em 1876 poderes para vender uma escrava, -o Capitão Antônio Carlos Augusto Nogueira da Freguesia de Itatiaiuçu comprou uma jovem escrava de outra Freguesia de Piedade dos Gerais, -Emílio José da Silva da Freguesia de Bonfim comprou uma escrava em transações locais, -Feliciano Gonçalves Ferreira da freguesia de Bonfim comprou uma escrava do morador de Rio do Peixe, -João José Maria da Freguesia de Piedade dos Gerais comprou parte de uma escrava de um morador da Freguesia de Bonfim, -José Bernardes de Carvalho Junior de Itatiaiuçu comprou parte de uma escrava (aparentemente tida como herança) de um morador da Freguesia de Bonfim, -José Ignácio da Silva Malta da Freguesia de Bonfim comprou e vendeu no intervalo de cinco meses pelo mesmo valor uma escrava de um morador da Freguesia de Rio do Peixe a morador da Freguesia de Bonfim, -José Querino de Aguiar da Freguesia de Bonfim engajou uma escrava ao morador da região, -José Rodrigues Rosa da Freguesia de Piedade dos Gerais comprou uma escrava do morador da freguesia de Bonfim, -Damaso José Parreiras da Freguesia de Bonfim vendeu uma escrava a morador na Freguesia de Piedade dos Gerais, passou escritura a Francisco Baeta Neves para vender uma escrava averbada na Coletoria de Bonfim, -Joaquim Felipe dos Santos da Freguesia de São Gonçalo da Ponte hipotecou uma escrava com seu filho a morador da Freguesia de Piedade dos Gerais. Uma década depois comprou uma escrava, -Tenente Coronel Severino José de Oliveira da Freguesia de Bonfim trocou uma escrava por outra do mesmo

Bonfim-MG e da dissertação de mestrado de Ulisses Henrique Tizoco: Pessoas negociando pessoas: o mercado de escravos de Bonfim - Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888). Dissertação de Mestrado, UFMG, 2018.

valor com morador da mesma Freguesia. Dois dias depois vendeu a escrava adquirida na troca e mais quatro escravas a morador da região. -Dona Silvana Umbelina de Jesus do Município de Queluz comprou uma escrava, - Dona Ana Angélica de Jesus de Piedade dos Gerais comprou de seu filho uma escrava e a vendeu, -Joaquim Bernardes da Cunha nomeou um procurador e vendeu uma escrava, -Luiz José Teixeira da Freguesia de Bonfim passou a procuração para seu filho e seu genro Caetano Baeta Neves para vender uma escrava, -Major Inácio José da Silva Mata da Freguesia de Bonfim vendeu duas escravas. (Uma para um morador da mesma Freguesia e a outra em local não identificado.-Tenente Coronel João Francisco Alves Contagem da Freguesia de Bonfim comprou parte de uma escrava (herança paterna).

Nessa lista, em que as mulheres negras são mercadorias, seus nomes não aparecem na transação comercial. Nos inventários, os nomes aparecem com seus referidos donos. Tizoco (2018) em sua pesquisa descreve os bens de herança e dentre eles os nomes que configuram identidade. Ele apresenta como uma mostra em sua dissertação os bens que pertencem a esses donos de escravizados/as. “Os inventários cobrem três décadas finais da escravidão e contemplam indivíduos de ocupações, locais de residência e posições sociais variadas, garantindo-lhe alguma representatividade da sociedade Bonfinense proprietária de escravos” (Tizoco, 2018, p. 162).

Dos inventários, destacamos aqui os nomes daqueles que escravizaram e os nomes das escravizadas. Idade e ofício. É importante lembrar que elas pertenciam ao dono que as comprou e, por isso, possuíam um valor. Os nomes desfilam no anonimato. Dependendo da idade, tem-se a origem como, por exemplo, o adjetivo “crioula” que é feminino de “crioulo”, marcado como aqueles/las descendentes de povos originários europeus. Posteriormente, esse termo foi ressignificado, passando a denominar os descendentes dos povos africanos nascidos escravizados nos países sul-americanos. “Parda” feminino de “pardo” é o intermediário entre o “branco” e o “preto”, uma mistura que em termos de escravidão esteve presente na região. No primeiro

recenseamento de Bonfim, em 1831, temos os seguintes dados que identificam a população.

597 pardos representando 40,36% da população; 360 pretos representando 20,84% da população; 344 crioulos, representando 29,92% da população; 319 brancos representando 18,47% da população. 7 cabras, representando 0,41% da população num total de 1.722 habitantes. Desses 1042 (60,34% principalmente brancos e pardos eram livres e 685 escravos. Todos os brancos portugueses, os pardos resultado da miscigenação de brancos com pretos; os pretos, africanos; os crioulos, filhos de africanos nascidos no Brasil, e os cabras, mestiços de pardos com pretos (Cunha, 2008, p. 66).

Assim, temos os proprietários dessas mulheres negras e seus nomes:

Alferes Silvestre Martins Nunes tinha como escravas: Bazília, crioula de 60 anos; Deolinda Crioula de um ano e seis meses; Lúcia Crioula de 30 anos natural de Bonfim

Antônio Fernandes Gomes tinha como escrava Filismina

Antônio Vaz Teixeira - Tinha como escravas: Eva Crioula comprada aos 15 anos de idade estava com 22 anos, era fiadeira de algodão, Balbina Crioula 42 anos, Custódia Crioula de 6 anos

Capitão Matheus de Souza Ameno - Possuía três escravas fiadeiras Francisca e sua filha Militina e Anna

Damazo José Parreiras - Tinha como escravas Justina de 48 anos, quatro mulheres pardas: Custódia de 11 anos, Anna de 9 anos e a Crioula Felícia de 16 anos que foi vendida no mercado de escravos, ela era fiadeira de algodão

João Antônio Ribeiro de Araújo - tinha por escrava a cabra Maria de 44 anos

João José de Salles possuía como escravas as pardas que eram fiadeiras: Balbina de 39 anos, Generosa de 18 anos

José Ferreira da Cunha Messias - Alugava a escrava Maria do Nascimento ao transmitir poderes para negociar a Francisco Baeta Neves. Ele vendeu Joanna que estava averbada na coletoria de Bonfim

Francisco José Parreiras possuía quatro mulheres que adquiriu no mercado de escravos: A crioula Luzia de 26 anos, fiadeira de algodão, Africana Maria de 46 anos fiadeira de algodão, sem referência as outras duas

Major Inácio José da Silva Malta tinha como escravas três mulheres negras – Uma fiadeira e duas cozinheiras, comprou Bárbara a Parda de 19 anos, costureira e a crioula Faustina de 13 anos, fiadeira

Manoel Antônio da Silva tinha como escravizadas as crioulas Victoria e Maria

Tenente Coronel Francisco Alves Contagem tinha como escravas: Eva de 21 anos e a parda Benedicta de dois anos que no testamento ela ficou forra com a condição de servir a viúva do Tenente do Coronel enquanto fosse viva. Em 1862 ele no “Mercado de Escravos” vendeu a crioula Balbina de 30 anos, fiadeira de algodão

Tenente Joaquim Vilella Frasão tinha por escravas a crioula Lourença de 7 anos, Francisca de 80 anos.

Fazer a trilha das mulheres negras é enfrentar o silêncio dos arquivos e atestar o exercício de violência no que se refere às mulheres que foram es-

cravizadas. Elas aparecem nos documentos. Elas servem a seus patrões e religiosos. São cozinheiras, amas de leite, fiandeiras, costureiras, têm uma idade atribuída de acordo com suas qualidades corporais. São invisíveis. Seus nomes desfilam nos documentos como coisa, um animal irracional. São números, possuem um preço. São propriedades dos senhores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.”

(Simone de Beauvoir)

No tempo da escravidão, as mulheres negras aparecem como mercadorias, objetos de comércio, vendidas sob perversas conjunturas. São qualificadas pela função e pela idade. Os nomes de batismo raramente possuem um sobrenome. Elas têm um dono e algumas pertencem ao clero. Na região ainda não há documentos que atestem suas alforrias. Algumas foram destinadas desde o nascimento a servir à casa-grande. São memórias fadadas ao esquecimento. Elas existiram. Estavam ali para servir. Elas denunciam um sistema e, ao mesmo tempo, uma hipocrisia eclesiástica conivente com a violência.

Os arquivos criminais da região do Vale do Paraopeba que se destinam à vida privada pouco dizem sobre as mulheres negras. Aliás, os arquivos criminais no século XIX pouco dizem sobre as mulheres. No campo religioso, elas estão lá, servas dos senhores, donos de seus corpos que, por “fragilidade humana”, utilizaram seus serviços sexuais.

O que se pode esperar das mulheres crianças, jovens, adultas, idosas negras? Ou melhor, de mulheres escravizadas sem direitos e sem escolhas? No século XIX têm-se o silêncio dos arquivos, mas através das pistas encontradas identificamos seus traços. Contudo, é preciso destacar que nesse

período (infelizmente não só nesse) o mundo é dos homens. Elas nada mais são do que corpos explorados para o consumo, presas na lógica do capital e da visão do patriarcado.

E as mulheres negras no espaço público? Quem são elas? Como chegaram a se tornar públicas? Nessa pesquisa, até o momento, na região de Bonfim, encontramos uma mulher negra que teve a oportunidade de estudar e fundar uma escola mista crucial para a região. A profissão esteve ancorada na figura de um sacerdote negro. Tal fato demonstra sua inscrição na configuração também do patriarcado. O reconhecimento ela teve em vida. No entanto, foi sepultada como doméstica e esquecida.

Apesar do silêncio, nos fragmentos e nos vestígios encontrados o que a história das mulheres pesquisadas tem nos mostrado é a possibilidade de saber um pouco mais sobre elas. Isso nos faz corroborar o pensamento de Michele Perrot (1989, p. 9): “No teatro da memória as mulheres são sombras tênues”.

O que sobrou delas? O que sobrou das mulheres negras até agora pesquisadas? Um nome, uma região de onde vieram, uma idade dada, um dono, um ofício. Para contar suas histórias na vida privada e pública é preciso interpretar, trazer outras narrativas.

O que nos chamou a atenção, ao desenvolver a pesquisa, é a apresentação dos lugares dessas mulheres negras e o silenciamento acerca delas. Elas estão lá nos arquivos. Pertencem aos senhores e aos padres. Mas, quem são elas? Essa é a pergunta que desafia os/as pesquisadores/as à procura de um caminho possível que as tire da invisibilidade. Esse capítulo abriu algumas frestas a partir das quais vislumbramos um pouco dessas mulheres. Muito há que se visibilizar no que diz respeito às mulheres negras – suas histórias e memórias. Muitas pesquisas devem ser desenvolvidas para que haja o reconhecimento da mulher, mulher negra, em suas peculiaridades cotidianas, em seu ser construído e em construção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I.** Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidade:** o negro no pensamento museal. Curitiba: Appris, 2018.

BRITTO, Clovis Carvalho. Apresentação. In. COLEÇÕES, MUSEUS E PATRIMÔNIOS DAS CULTURAS NEGRAS. **Revista Mosaico**, v. 9, n. 2, p. 167-170, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/5239/3003>> Acesso em: 07 nov 2022.

CARVALHO, Cláudia Carvalho; CRAVEIRO, Camila. A um passo da branquitude : O que dizem os corpos das mulatas brasileiras? In: **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju, p. 65 – 76, Out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4438/2439> < Acesso em 23 de novembro 2022.

FERREIRA, Ricardo Carlos. **Réquiem para uma cidade em Ruínas:** Bonfim-MG. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio:** um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. 2004. Tese (Doutorado em História) - PPGHE/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia (1988). Por um feminismo afrolatinoamericano. In: Caderno de Formação Político do Círculo n. 1: **Batalha de Ideias**. Brasil, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf> Acesso em: 20. out. 2022.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 09-18, ago./set. 1989.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

SILVA, Joana Angélica de Flores. Mulheres negras e a discussão de gênero na construção das narrativas nos Museus de Salvador. **Revista Mosaico**. v. 9, n. 2, p. 178-188, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/5239/3003> Acesso. em: 08 nov 2022.

TIZOCO, Ulisses Henrique. **Diagnóstico do acervo cartorial do Arquivo Público Municipal de Bonfim**. Bonfim: Casa de Cultura, 2017.

TIZOCO, Ulisses Henrique. **Pessoas Negociando Pessoas: O Mercado de Escravos de Bonfim Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888)** Dissertação de Mestrado, UFMG, 2018.

TÚLIO, Paula R. Albertini. Vale do Paraopeba (Des) caminho do Ouro - Minas Gerais Século XVIII. In: Alenice Baeta; Henrique Piló. (Org.). **Serra da Moeda: Patrimônio e História**. Belo Horizonte: Orange Editorial, 2015, v. 1, p. 2-258.

A “miserável Olivia”: um estudo de caso sobre a mulher, a violência e a vida privada no século XVIII

Gabriel Alves Mendes

Através do projeto de pesquisa financiado pela Fapemig – (APQ02088-2), intitulado “Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba (MG)”, coordenado pelo professor Dr. Amauri Carlos Ferreira, realizando a limpeza e catalogação dos documentos no arquivo da Casa de Cultura destinados ao projeto, me deparei com um documento curioso: um longo processo do tribunal do júri, em que as principais figuras – acusadas e acusante – eram mulheres. Movido pela curiosidade, comecei a ler para entender o que havia acontecido. E de fato, era sim um caso grande, complexo e cheio de informações.

O documento encontra-se no arquivo da Casa de Cultura de Bonfim. Ele está em péssimo estado de conservação, muito desgastado pela ação do tempo, mas é um documento grande, tendo o processo completo desde o auto de corpo de delito até o resultado dos julgamentos. Então, por mais que algumas informações estivessem comprometidas, ainda é possível fazer uma boa reconstrução do caso devido ao seu tamanho. A metodologia que utilizei para analisá-lo pela micro-história, utilizada por Carlo Ginzburg em várias de suas obras, como *O Queijo e os Vermes* (2017). Ao analisar um caso específico, podemos compreender seu contexto e fazer uma análise do tópico estudado. Nessa situação específica estão as mulheres em Bonfim. Pautei-me no caso para compreender como a mulher na cidade de Bonfim se encontrava na sociedade, especialmente em frente a problemas como o divórcio, a agressão e a pobreza.

Além da micro-história, é necessário utilizar também o método de paradigma indiciário, também de Carlo Ginzburg (1979), já que faltam algumas partes do documento devido ao seu estado, e alguns levantamentos realizados partirão dos indícios legíveis do documento para então pensarmos hipóteses sobre os temas estudados nesse capítulo.

O ano do caso foi 1888, na cidade de Bonfim, onde ocorreu um crime violento envolvendo três mulheres: Olivia Maria das Dores, Francisca Maria da Conceição e Felisbina Rosa da Silveira. Olivia acusava as réas Francisca e Felisbina de agressão e ofensas públicas. O ato ocorreu no dia 26 de junho, enquanto Felisbina e Francisca, que eram mãe e filha, respectivamente, esperaram por Olivia na divisa da cidade de Bonfim, onde as réas a cercaram, espancaram, cortaram suas tranças e a ofenderam publicamente. Logo no mesmo mês, a denúncia foi feita, levando ao começo do processo e início dos trâmites como o exame de corpo de delito, o começo da investigação e julgamento.

O processo do caso, que contou com diversas testemunhas e interrogatório das réas e da vítima, tomou um desfecho inesperado para os promotores da época: a absolvição das acusadas, mesmo diante de tantas provas contra Francisca e Felisbina. Alguns questionamentos foram levantados por agentes da justiça, que comprovaram que houve corrupção no julgamento, pela contaminação do júri com contato direto com uma testemunha do caso e algumas irregularidades nas transcrições do tribunal.

Tais descobertas levaram ao anulamento do primeiro julgamento e a realização de um segundo, em que o resultado também foi a absolvição das réas, mas com pagamento de fiança pelos custos do julgamento. Para compreender sobre o desfecho desse caso e o que pôde ter influenciado no julgamento, é necessário compreender um pouco sobre a vítima, Olivia Maria das Dores.

Olivia foi uma mulher moradora do Distrito de Bonfim, separada de seu marido, Joaquim Ferreira. A separação consta na documentação do processo, logo nas páginas iniciais, citando-a também como “pessoa miserável”. Não fica claro qual foi a motivação das duas acusadas para o ataque, mas não seria surpresa se fosse um ataque devido à condição de Olivia na sociedade: uma mulher separada, que já estava vulnerável ao julgamento das pessoas de sua cidade.

Ana Flávia Vitorino Honório (2024), historiadora que estuda sobre o divórcio em Minas Gerais, fala sobre como funcionava esse processo. O divórcio no século XIX era um procedimento complexo, especialmente para a mulher, pois ainda não era de âmbito judicial e dependia da Igreja para consagrar a separação, o que tornava o processo muito envolvido em uma moral religiosa.

Além do mais, a conclusão da separação nem sempre era legítima fora das elites, já que os custos eram altos (mesmo sendo um processo eclesiástico, ainda era necessária a atuação de um advogado), e muitos casais apenas estavam em uniões ilegítimas que nunca foram devidamente oficializadas pela Igreja, o que impedia de fato a ruptura do matrimônio. Logo, existe uma diferença entre os divorciados legítimos e os ilegítimos: os legítimos eram pessoas que geralmente possuíam uma boa condição financeira para arcar com todos os custos e honorários do processo, enquanto os ilegítimos eram aqueles que nunca de fato chegaram a se casar oficialmente, tampouco se divorciar.

Além do mais, para o divórcio ocorrer era necessário que fosse comprovado que o cônjuge apresentasse comportamentos que feriam a integridade social ou financeira de sua parceira, como abandono de lar, violência, apropriação de herança ou adultério (Honório, 2024). Porém, precisavam de provas e relatos para corroborar com as acusações feitas contra os homens. Caso contrário, o marido “ganhava” o processo e o divórcio não acontecia,

enquanto para as mulheres apenas o indício desses desvios de comportamento eram o bastante para culminar a separação. Algumas mulheres que queriam muito o divórcio alegavam que elas eram as adúlteras para validar o processo e torná-lo mais rápido, porém tal afirmação era vista pela sociedade como uma afronta à castidade e à feminilidade, deixando-as à margem do julgamento social e familiar (Honório, 2024). Portanto, Olivia como uma mulher separada, recebia um olhar hostil da sociedade na sua situação como mulher separada.

Esse fato de sua vida privada influenciou diretamente na forma como o júri e as testemunhas encaminharam o caso, que por fim levaram à corrupção no julgamento, resultando na absolvição das acusadas. A indistinção entre o público e o privado, quando se trata da corrupção, é uma linha tênue, que pode ser influenciada por diversas motivações (Quintão, 2023). No caso de Olivia, pode ter tido forte influência no julgamento, visto que a corrupção em seu processo foi apontada por uma pessoa externa ao seu convívio: um promotor de Entre Rios chamado Arthur Ribeiro de Oliveira, que desconhecia sua vida privada e, ao analisar o resultado de seu julgamento, percebeu as óbvias irregularidades no processo e no veredito das rés, e pediu para as autoridades de Bonfim revisarem o caso, o que aconteceu no ano de 1889.

As esferas do público e do privado, apesar de estarem em diferentes espaços, podem constantemente se misturar nas Minas Gerais oitocentistas e podem influenciar na percepção do indivíduo na sociedade (Quintão, 2023). Percebe-se no caso de Olivia, na sua situação como mulher separada e sua possível condição financeira, atestada pelo termo “pessoa miserável”, conforme citado no começo do processo e reafirmado várias vezes no documento, podem ter sido uma peça-chave para um pré-julgamento de todos os envolvidos no tribunal do júri.

Isso se evidencia mais de uma vez durante o caso, em que as próprias testemunhas citam Olivia com desdém em seus testemunhos. Além do já citado

“pessoa miserável”, ela era chamada “Olivia de tal”, que apesar da informalidade do termo, consta diversas vezes no processo judicial do caso.

Aliás, a nomeação “de tal” dada à Olivia na documentação oficial também chama a atenção. Em outros documentos encontrados na Casa de Cultura de Bonfim, a mesma nomeação é dada a escravizados ou a escravizados libertos. Já em documentos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), levantados por Luciano Figueiredo (1993), o “de tal” foi para se referir a uma mulher que tomou a iniciativa do divórcio, e também parda, demonstrado no trecho: “Rita de Tal, parda, casada com Manuel dos Santos, é publicamente mal procedida (...) andando de umas para outras partes como se fora meretriz” (Figueiredo, 1993, p. 137-138).

Além disso, denominar alguém como “de tal” era uma forma de pontuar que o indivíduo não possuía um sobrenome, sendo uma forma de identificação, especialmente em processos judiciais. Contudo, o termo carrega mais significados do que apenas a ausência de um sobrenome: nomear uma pessoa como “de tal” era uma forma de salientar uma condição geralmente degradante sobre aquele indivíduo. Poderia também expressar diversas representações: desde uma pessoa considerada “vagabunda”, até uma pessoa em situação de pobreza ou vulnerabilidade social (Weimer, 2007). E utilizar o “de tal” era uma forma de reforçar esta situação sobre o indivíduo, exercendo poder sobre ele.

Não há a menor dúvida de que a partícula “de tal” era empregada de forma a desqualificar aquele a quem se referia. A rigor, era utilizada como o sobrenome de alguém não era conhecido. Contudo, sua carga semântica extrapolava isso em muito, tendo em vista todos os estigmas sociais - de desenraizamento, etc. - que poderiam acompanhar aqueles que possuíam apenas seu prenome (Weimer, 2007, p. 259).

Apesar de ser uma denominação comumente atrelada às condições étnico-raciais, ela não se restringe a isso, podendo ser aplicada para pessoas brancas que estão à margem da sociedade de alguma forma. Devido à escassez de documentação sobre Olivia, não é possível afirmar se ela era uma mulher branca, parda ou negra, mas ela estava de alguma forma subjugada para receber o nome “Olivia de tal” diversas vezes em seu julgamento. Minha hipótese é que sua condição de mulher separada era um forte influenciador para essa denominação, somado a uma possível condição financeira precária, evidenciada também pelo termo “pessoa miserável” pela qual ela foi reafirmada logo no começo de seu julgamento.

Ao analisarmos o caso de Olivia Maria das Dores, sua posição no julgamento e na sociedade do século XIX, podemos começar a refletir sobre a situação da mulher em Bonfim, especialmente as mulheres subjugadas pela sociedade dessa época. A vulnerabilidade da acusada, sendo uma mulher que sofreu tanto de violência física quanto de violência judicial, pode nos dar indícios de como as mulheres em Bonfim nas situações similares às de Olivia eram vistas e tratadas na época, com um constante julgamento social em diversas esferas de sua vida.

Além disso, é muito importante estudar as mulheres no campo da história. Por muito tempo, a história da mulher foi um tópico pouco pesquisado pelos historiadores. Essas mulheres estavam sempre à margem dos estudos, como afirma Michelle Perrot (2017). Porém, com a mudança de alguns paradigmas da pesquisa histórica, especialmente na segunda metade do século XX, pesquisas com ênfase social e de grupos marginalizados passaram a ter relevância, o que dá força a este capítulo. Luciano Figueiredo (2004) também reafirma a importância de se estudar as mulheres em seu capítulo na coletânea “História das mulheres no Brasil”, organizada por Mary del Priore:

Essa pequena e silenciada multidão representa personagens anônimos de uma história sobre a qual ainda há muito o que contar e aprender. Iremos assim percorrer um

pequeno trecho da presença histórica da mulher no Brasil, recontando sua trajetória, a fim de revelar aspectos que permaneceram ocultos ao longo de muito tempo, e ratificando uma sólida e consistente visão masculina da história, como se às mulheres não coubesse mais que papéis secundários, invisibilidade ou, aparentemente no outro extremo, figurações literárias que acabaram por reforçar os valores femininos da subordinação social, afetividade e fragilidade (Figueiredo, 2003, p. 141).

Nas Minas Gerais oitocentistas, as mulheres detinham alguns poderes, especialmente matriarcais, que as tornavam chefes de família, e que por vezes era respaldado em negócios familiares, o que as tornavam administradoras financeiras, de herança e bens. Deisiane Pereira Carlos (2014), em seus estudos sobre as mulheres nas Minas Gerais, pontua a posição de poder em que algumas mulheres mineiras alcançaram, administrando e chefiando alguns negócios, por exemplo, quebrando os estigmas de que a posição da mulher na sociedade do século XIX era restrito ao trabalho doméstico.

Em outros documentos, também encontrados na Casa de Cultura de Bonfim, podemos ver processos de inventário ou de testamentos de mulheres que possuíam muitos bens, inclusive até escravizados, como o caso de Maria Carlota de Chaves Ferreira, que deixou muitos bens e grande quantidade de dinheiro em réis para seus herdeiros. Essa fonte corrobora com a ideia da autora, reafirmando um destaque das mulheres especialmente nas Minas Gerais, onde o matriarcado foi muito marcante durante seu percurso histórico.

Porém, é necessário pontuar que ainda há um olhar deteriorante para o feminino em outros aspectos, como a sexualidade, a castidade e a religiosidade. Especialmente no campo da religião, em que há um forte julgamento sob o feminino, impondo padrões que, em grande parte, são reforços de um lugar de submissão ao masculino e/ou à força de Deus, como ressalta Michelle Perrot nas primeiras páginas do capítulo destinado às mulheres em

sua obra “Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros”, publicada originalmente em 1988.

Ela relembra a associação do feminino pelo cristianismo na figura de Eva, a mulher que originou o pecado no paraíso, em oposição ao homem bom e lúcido. O contexto de Minas Gerais no século XIX era de uma sociedade extremamente cristã que impregnava o pensamento da época com a moral religiosa, reforçando muitas vezes um lugar de submissão da mulher e fortes estigmas sobre o corpo dela, e por consequência, reprimindo a sexualidade feminina.

Ao analisarmos também alguns documentos policiais do século XX que também estão localizados na Casa de Cultura de Bonfim, nos deparamos com muitos processos de violência físicas e sexuais, assédios e até assassinatos contra mulheres. Cruzando as documentações criminais de ambos os séculos, podemos ver que a violência e a opressão feminina estiveram presentes desde então, com permanências até o século XXI, pois apenas em 2021 a cláusula de “legítima defesa de honra” foi dissolvida da constituição brasileira. Tal ação permitia que um dos cônjuges afirmasse em julgamento que seu parceiro feriu sua honra e/ou moral para minimizar ou se livrar da pena de crimes de agressão, assassinato ou qualquer outra violência doméstica.

Mesmo não havendo delimitação de gênero, esse recurso foi amplamente utilizado por homens para justificar crimes passionais, que resultaram em diminuições drásticas de suas penas ou até mesmo livrando-os da detenção. Portanto, podemos perceber que a violência judicial sempre se fez presente com as mulheres, desde Olivia Maria das Dores no século XIX até o século XXI.

Então, com todas estas pontuações sobre o caso de “Olivia de tal” e as informações levantadas, conseguimos a partir do estudo desse crime traçar um pouco da realidade da mulher em Bonfim no século XIX. É inegável as conquistas das mulheres em Minas Gerais, que em meio a tamanha opressão,

ainda conseguiam se sobressair economicamente ou socialmente, comprovado em diversos documentos de inventários e testamentos de mulheres na comarca de Bonfim, por exemplo.

Porém, o curioso caso de Olivia ainda ressalta as condições desfavoráveis que muitas mulheres do século XIX viveram. Mesmo gozando de algum prestígio social e econômico das mulheres mineiras, elas não estavam isentas da opressão violenta e dos inevitáveis julgamentos sociais que, infelizmente, acompanham a história das mulheres até o presente século. A violência e os direitos femininos foram negligenciados durante grande parte da história do Brasil e de Minas Gerais, sendo devidamente conquistadas apenas no fim do século XX e no século XXI de forma judicialmente legal.

Alguns importantes marcos foram a Lei Maria da Penha, de 2006, que criminaliza a violência doméstica, e a Constituição de 1988, que garantia direitos civis, sociais e trabalhistas às mulheres, de forma igualitária aos homens. Curiosamente, essa constituição foi aprovada exatamente 100 anos do crime impune de agressão contra Olivia Maria das Dores.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Luciano; RAPOSO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Edunb, 1993.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HONÓRIO, Ana Flávia Vitorino. As mulheres nas entrelinhas dos jornais: Um estudo sobre o divórcio no século XIX em Minas Gerais. **Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História**, v. 18, n. 1, 2024.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Editora Paz e Terra, 2017.

QUINTÃO, Régis Clemente. Interesses particulares e corrupção no Distrito dos Diamantes (Minas Gerais, século xviii). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 15, p. 1-18, 2023.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da Liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

Escolas de primeiras letras: educação escolar em Bonfim – MG no século XIX

Amauri Carlos Ferreira

Soraia Aparecida Belton Ferreira

Lilian Cristina Bernardo Gomes

1 INTRODUÇÃO

“A educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida.”

(Sêneca)

A ocupação de pessoas na região mineira passa a ocorrer no fim do século XVII e início do século XVIII. Quando se analisa a educação em Minas Gerais, comprova-se que, até metade do século XVIII, não se tem registro de escolas na Capitania de Minas Gerais. A tarefa de educar até a segunda metade do século XVIII se reduzia à igreja, à família e a alguns setores da administração pública.

A descoberta do ouro e a exploração de diamantes proporcionou deslocamentos de pessoas. A mineração, ao atrair pessoas para regiões mineiras, configura um cenário que demanda um projeto de educação que nesse período estava circunscrito ao ensino de primeiras letras.

Nessa época, há a proibição de escolas religiosas que eram responsáveis pelo ensino no país. Tal dado é comprovado através da proibição da ação pedagógica dos jesuítas nas capitanias do país¹.

¹ A partir de 1750, Pombal, impulsionado pelos princípios do Absolutismo Ilustrado, edita um conjunto de medidas para “afastar os jesuítas de seus cargos nas cúpulas administrativas e eclesiásticas do reino e instituir novas práticas culturais e pedagó-

Conscientes da importância da educação em Minas Gerais para a formação da população, tem-se a criação de escolas de primeiras letras. É importante citar que a cidade de Bonfim esteve presente nesse cenário. Este capítulo tem por objetivo apresentar a configuração escolar no século XIX em Minas Gerais e no município de Bonfim.

2 DAS ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS EM MINAS GERAIS

“É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.”

(Kant)

Com a independência do país em 1822, tem-se a necessidade de instituir leis para a organização da nação. A escola se configura no projeto de Estado-Nação que estabelecia para cada comarca um delegado. Ele tinha por função fiscalizar a conduta dos professores, frequência escolar e funcionamento das aulas.

A constituição de 1824 regulamentou a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos como consta no artigo 179. Assim, conforme Cury e Tripodi (2023),

a instrução primária foi considerada um direito civil e político da nova nação. Contudo, a cidadania incluía apenas os nascidos livres, os naturalizados e os libertos. Com isso, o acesso à instrução primária pública era negado aos escravizados e índios (indígenas) e, por outras razões, aos livres não proprietários com os caboclos (Cury; Tripodi, 2023, p. 29).

É a lei imperial de 1827 que determinou a criação de escolas. A lei de 15 de

gicas nas instituições e no cotidiano da população” (Hilsdorf, 2003, p. 19-20).

outubro de 1827 determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilarejos e vilas mais populosos. A educação primária e secundária, a partir de 1834, com o Ato Adicional do mesmo ano, ficou a cargo das províncias.

Em Minas Gerais é a lei nº13 de 29 de março de 1835 que trata da legislação específica para o ensino das primeiras letras “constituindo-se como a primeira lei mineira para a instrução... Em cada comarca deveria ser nomeado pelo menos um delegado que fiscalizaria o funcionamento das aulas, a conduta dos professores e a frequência escolar” (Viana, 2018, p. 57-58).

A educação na província passou por um processo de modernização atentando ao papel do legislativo e do executivo. A partir da metade da década de 1830, passa-se a estabelecer um financiamento para a instrução e um currículo para a educação das primeiras letras.

O que era fundamental aprender nessas escolas que configuraria um projeto de formação? Esse aprendizado estava garantido na lei. A lei determinava o que deveria ser ensinado e também a divisão em dois graus: primeiro e segundo. Segundo Viana (2018),

no primeiro grau, que consistia nas aulas públicas de pequenas localidades, seriam ensinadas a leitura, a escrita e as quatro operações. No segundo, além de leitura, escrita e contas, os professores deveriam ensinar as proporções e noções gerais dos deveres morais e religiosos (Viana, 2018, p. 58).

Há um destaque para a educação de meninas circunscrita ao que se estudava no primeiro grau, acrescentando ao currículo escolar a ortografia, prosódia, noções gerais dos deveres morais, religiosos e os afazeres domésticos.

Os pais buscavam professores para a educação dos (as) jovens. É nesse con-

texto que as pesquisas atestam para a ida de jovens para colégios internos ou para formação no espaço de casas particulares. Joaquim Tavares Conceição (2015), ao investigar a instrução particular e os internatos na corte imperial do Rio de Janeiro no período de 1845 a 1889, destaca que

esses colégios particulares eram, na maioria, pequenos internatos, uma empresa familiar e de confissão católica. De fato, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte², determinava que os diretores que não professassem a religião católica eram obrigados a ter nos colégios um sacerdote para os alunos dessa religião (Conceição, 2015, p. 2).

Nas várias regiões, nesses anos, constava, em várias cidades, a Cadeira de Primeiras Letras. Entre elas estava presente a Vila de Queluz, hoje Bonfim. Nesse contexto educacional da década de 1830 é que a cidade de Bonfim-MG registrava a possibilidade da existência de suas escolas das primeiras letras.

Buscamos verificar, na região do Médio Paraopeba, a existência de educandários para o sexo masculino e feminino e seu funcionamento na região de Bonfim-MG.

3 A EDUCAÇÃO EM BONFIM - LUGAR DE MEMÓRIA E HISTÓRIA

“A história é testemunha do passado, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos antigos.”

(Cícero)

A região do Vale do Paraopeba, conhecida pelos bandeirantes desde o início

2 Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo Decreto N° 1.331 A, de 17 de fevereiro de 1854.

do século XVII, foi desbravada e ocupada, tendo como vetor econômico as atividades ligadas ao abastecimento interno e que passou a se destacar na produção de minério e nas atividades mercantis de seus arredores.

O que a pesquisa foi nos mostrando sobre o município de Bonfim-Minas Gerais, no que se refere à educação, é que a cidade possuía pequenas escolas de primeiras letras. Isso se deve ao fato de que Bonfim possuía um povoamento de destaque. Em 1831, era considerado o terceiro povoado mais populoso do distrito de Congonhas do Campo apontado por Moura (2005, p. 11-12) “São Brás do Suaçuí, com 1.619 e Brumadinho com 1.235. Enquanto a sede do Distrito de Congonhas contava com 134 casas e 1.112 habitantes e o arraial de Bonfim contava com 158 casas e 1.216 habitantes”.

Esse crescimento populacional conduziu o padre Antônio Feijó à criação da Paróquia do Senhor do Bonfim (1832)³ com sua ligação ao bispado de Mariana e ao município de Queluz. Curiosamente, esse decreto de Feijó é administrativo. Com o crescimento populacional, ocorre a categoria de município pela lei provincial de número 34 (16 de março de 1839), constituindo o 35º município mineiro com a instalação da Câmara Municipal em 1842. Essa divisão administrativa e o crescimento da população permite refletir sobre a necessidade de instruir a população com a criação de escolas no município.

No jornal O Universal⁴ da cidade de Ouro Preto, de 1836, podemos encontrar uma reportagem que aponta para a existência de uma mobilização dos bonfinenses para solicitar a criação de uma escola de primeiras letras. Dentro

3 Sobre a Igreja do Senhor do Bonfim e a origem do santuário ler neste livro os capítulos a ela correspondente.

4 O jornal O Universal dedicou-se a “divulgação da instrução pública e da liberdade de expressão (p.11). Ele merece ser citado não apenas pela sua longevidade e regularidade, mas por ser um periódico de forte tendência liberal, um formador de opiniões em Minas Gerais. Sua publicação varre os anos de 1825 até 1842, sendo publicado três vezes por semana [...] em Ouro Preto, capital da província (Faria Filho et al., 2006, p.16).

da reportagem, destaca-se o seguinte fragmento: “uma representação dos moradores de Bomfim pedindo a criação de uma Escolla de primeiras letras naquelle arraial” (O Universal, 1836, n.p.). Não encontramos outros registros que apontam a criação dessas escolas na região nesse período. O que tudo indica é que a formação continuava em escolas domésticas.

É importante ressaltar que ocorre a necessidade da fundação de colégios públicos⁵. Para a educação de meninas, destacam-se os colégios Providência (1849), Nossa Senhora das Dores(1867), Macaúbas (1847)⁶ e escolas primárias de instrução pública (1835).

A partir de 1850 tem-se a criação de colégios particulares de instrução secundária na província. Dentre eles, destacamos o Colégio Roussim na cidade de Mariana. O jornal Correio Universal de Minas Gerais informa que em 1858 ocorreu a aprovação de estudantes da região de Bonfim no Colégio Roussin. Esse dado indica que, com essa prática, a cidade tinha, em alguns estabelecimentos, o ensino das primeiras letras.

Em janeiro de 1859, o jornal Correio Oficial de Minas trouxe a seguinte notícia:

Em o dia 17 do corrente mez tiverão lugar nesta villa os exames das alumnas da aula publica, dirigida pela senhora D. Emilia Maria da Silva Campos, sendo examinadores os srs. dr. Mendes Ribeiro – advogados- Candido de Castro

5 A criação de escolas e colégios na província de Minas Gerais não é objetivo deste capítulo destacamos estes dois educandários tendo em vista sua importância para a comunidade Bonfinense. O jornal de Minas Geraes de 30 de novembro de 1893 faz menção ao Lyceu Bonfinense : “Ao Lyceu da cidade de Bonfim, a pedido da respectiva municipalidade e para favorecer aquele estabelecimento de ensino, mandou o governo federal remeter todos os livros de instrução secundária que existirem em duplicata no 1º e 2º externatos do Gymnario (termo utilizado em línguas europeias para escola secundária) Nacional.

6 Nesse internato estudou Adelaide Manoela Trigueiro.

Guimarães – e Manoel Bernardes da Cunha Cação – Collector – Emilio José de Souza Maciel – e professor licenciado – Antonio Alvim e Mello, em presença das autoridades. Na qualidade de visitador desta parochia, eu quebrantaria os meus deveres, se furtasse à publicidade a declaração, de que o resultado desses exames foi completamente satisfatorio, e correspondeo inteiramente a geral expectativa. O aproveitamento de umas alumnas, e o sensível adiantamento de outras, em todas as materias, que a lei exige, e que forão perfeitamente ensinadas com methodo, zelo, regularidade e acerto, tiverão de ser devidamente apreciadas por muitos cidadãos, que assistirão á um acto, por sem duvida solemne, já pela importancia do objecto á que elle se ligou, e já pelas esperanças que do mesmo se desprendem, de um porvir lisonjeiro á educação das jovens Bom-Finenses, que em sua preceptora tem encontrado verdadeira amisade, au antes a amisade maternal.

O que encontramos nos arquivos são informações de nomeações, cadeiras e número de estudantes. As informações que auxiliaram essa pesquisa estão nos jornais do Estado de Minas Gerais, das cidades de Ouro Preto, de Oliveira e de Bonfim. Ao percorrer os arquivos, identificamos que essas escolas de primeiras letras, na região de Bonfim, estavam nas casas particulares dos professores.

Há, pois, registros dessas escolas de instrução pública na região próxima como é o caso de Rio Manso (município que pertencia a Bonfim-MG). Uma informação de 1866 traz a seguinte notícia: “A província nomeia Antônio Pereira da Costa Junior para reger provisoriamente a Escola de Primeiras letras de Rio Manso”.

Encontramos na Lei Estadual n 106 de 24/07/1894 a criação de uma Escola Masculina no povoado de Lages⁷ pelo Decreto de número 778 de 03/09/1894 a cadeira de Instrução Primária na sede do Distrito de Vargem Alegre. A informação que temos é que até 1906 existiam três escolas no distrito. Uma delas é no povoado de Lages e outras duas em Vargem Alegre: uma de ordem masculina e outra feminina⁸.

No Arquivo Público Mineiro, encontramos referências a algumas escolas da região e a demanda para que o município se encarregasse de oferecer as cadeiras e nomeasse os professores para suas funções⁹.

O Jornal Diário de Minas, de 17 de agosto de 1888, da cidade de Juiz de Fora, em sua seção de anúncios publica:

Ao [Presidente do Governo Imperial] a comarca de Queluz, recomendando que haja de fazer constar ao cidadão

7 O povoado de Lages pertencia ao Distrito de Vargem Alegre (torna-se distrito de Bonfim em 1890 pelo decreto de número 151 de 21 de julho) até 1938, quando passou a pertencer juntamente com o povoado de João Alves ao Distrito de Santana do Paraopeba, Município de Belo Vale.

8 Moura (1981 p.33), ao se referir ao Ensino na Região de Vargem Alegre remonta ao decreto de número 2.025, de 22/05/1907 no qual ocorre uma conversão da escola feminina em masculina. “ Passa , portanto , a ter uma escola feminina e outra mista. Para informações dessas escolas no Distrito de Vargem Alegre no século XX consultar os decretos número 3.211 de 04 ;07/1911;Decreto número 5.736, de 1/08/1921; Decreto n 07.514 de 19/02/1927; Decreto número 8.362 , de 02 de abril a 1928; Decreto número 8.765 de 15/12/1928 que configuram a transformação em escolas mistas nos povoados de Fundão, Lages, Juliões e Dumbá. A partir do final dos anos de 1950 as escolas rurais fundadas pelo estado passam a ser de responsabilidade do município.

9 Em 1890 e 1891 no Arquivo Público Mineiro tem o “o quadro das cadeiras primarias existentes no Estado de Minas Gerais, no ano de 1890, por municípios e com o respectivo número de alunos matriculados, frequentes e prontos “Nesse quadro tem-se : Município – BOMFIM Número de cadeiras – 27; Cidades e Villas – 2; Freguesias – 11; Districtos e povoados – 14; Aulas em cadeias – 0; Aulas nocturnas – 1; Cadeiras do sexo masculino – 19; Cadeiras do sexo feminino – 8; Cadeiras mistas – 0; Normalistas na cidade – 1; Normalistas nas freguesias – 2 Referência do documento: NOTAÇÃO – IP-80

Marianno José de Souza que tanto a inspeção geral, como a Exma presidência, foi grato o acto de patriotismo que ele praticou, abrindo na cidade de Bonfim uma escola noturna de primeiras letras para a classe pobre.

Nos jornais de Minas Gerais, obtivemos informações sobre a existência de um colégio e de um instituto no fim do século XIX. Eles compõem o contexto da instrução pública e particular em um cenário misto com o religioso para a cidade de Bonfim: Colégio Atheneu Bonfinense¹⁰, fundado em 1892, e o Instituto Municipalista de Humanidades, de 1896¹¹.

O jornal Minas Geraes de 2 de abril de 1893(1893^a, n.p.), na seção Revista do Interior, trouxe a seguinte notícia: “Por ordem do presidente da municipalidade foi franqueado o edifício público do Theatro, para nele funcionarem as aulas do Atheneu Bonfinense”.

Sobre a instauração do Atheneu Bonfinense, o jornal Minas Geraes (1892) trouxe a seguinte notícia:

Na cidade de Bonfim, alguns cidadãos patriotas e de boa vontade fundaram um instituto de educação para meninas, o título de Atheneu Bonfinense, o qual tem sido mantido com maior dedicação pelos professores que são seus fundadores, sob a direção do Sr. José Maria Fernandes (Jornal Minas Gerais, 1892, p. 290).

10 A descoberta desse colégio na região se deve a uma referência em um livro que o escritor e memorialista, Renato Trigueiro Cunha encontrou e nos passou essa informação. No livro do bisneto de Moreira da Rocha constava o carimbo “: Atheneu Bonfinense. Informação foi suficiente para buscar sua história o que nos conduziu a procurar por outros espaços escolares.

11 Ao procurar mais informações sobre o Atheneu Bonfinense, encontramos a referência desse Instituto Municipalista de Humanidades e da existência do Lyceu Bonfinense..

A Revista Pedagógica, de 13 de junho de 1894, também menciona essa instituição de ensino, conforme se observa no texto da seguinte notícia:

Em seis de março foi comunicado ao presidente da Câmara Municipal da cidade de Bonfim em resposta ao ofício enviado em agosto do anno passado, que se acha nessa Secretaria um volume contendo os livros destinados ao Atheneu Bonfinense (Revista Pedagógica, 1894, p. 194).

O funcionamento desse colégio, conforme registros em jornais de Ouro Preto, se deu até 1897. As notícias sobre o Atheneu Bonfinense que encontramos reforçam a relação da necessidade de cadeiras públicas na região, conforme se pode constatar no Jornal Minas Geraes (1893b, n.p.), em sua seção, Revista do Interior, no primeiro trimestre daquele ano, em que se noticia: “Cadeiras Públicas no total de 20, com matrícula geral 749 tendo como frequência 385”.

Na mesma seção de referência ao Atheneu Bonfinense é tido como “um colégio de estabelecimento municipal com um total de 23 alunas e frequência de 21, em que se registram as cadeiras de: religião, urbanidade, francez, português, arithmetica, geografia e história” (Jornal Minas Geraes, 1893a, n.p.). Esse instituto para meninas aponta a preocupação da região em educar as jovens para atuar a *posteriori* nas escolas de primeiras letras. As cadeiras configuram as disciplinas de formação geral.

O que se constata é que o período de funcionamento das escolas era bastante curto, verificando-se a data de início e término. A partir do término da formação para as meninas, foi criado pela Câmara Municipal o Instituto Municipalista de Humanidades. Ele tinha em sua organização a presença do religioso padre Francisco Ângelo de Almeida. Fundado em junho de 1896 e com o encerramento de suas atividades no ano de 1899, voltava-se para a formação de meninos e meninas.

Esse Instituto de Humanidades foi matéria do referido jornal e na notícia consta que lá eram ministradas as seguintes disciplinas: “Portuguez, Literatura Nacional, Licções de cousas, Latim, Francês, Geografia, História, Arithmética, Geometria, Música, Canto, Economia Doméstica e Trabalhos de Agulha” (Minas Geraes, 1896, n. p.).

O que os jornais apontam serve para um contexto que registra a existência dessas instituições particulares de ensino e, também, sobre seu funcionamento em consonância com o que acontecia em outros institutos nas províncias. A aplicação de exames e seu resultado ficavam a cargo desses jornais, conforme pode ser atestado nessa notícia do jornal Minas Gerais de 20 de dezembro de 1897.

Em data de 12 do corrente, escreveu-nos o nosso correspondente desta cidade: “Realizaram-se ultimamente os exames do Instituto Municipal de Humanidades, cujo resultado foi o seguinte: Portuguez – Aprovado com distincçãoe louvor, José Candido de Oliveira; aprovados com distincção: Oscar Marques Parreiras, José Fernandes de Rezende, d. Adelaide Marques Parreiras, d. Bellalinda de Sousa, d. Esther Alice M. Sousa, d. Maria Stella de S. Lopes, d. Maria Esmeralda de S. Lopes, d. Maria Bernardina da Conceição, d. Maria Augusta Teixeira e d. Belmira de Andrade; aprovados plenamente: José de Almeida Cunha, Virgilio de Medeiros, d. Alice Esther M. de Sousa, d. Alice de Almeida Cunha, d. Anna Josephina da Silva, d. Celina das Graças Monteiro Marques, d. Etevína Fernandes de Carvalho, d. Maria José Fernandes de Carvalho, d. Maria Augusta Campos e d. Maria Augusta Moreira. Deixaram de comparecer 14. Não compareceram á prova oral 3. Geographia. – Aprovados com distincção: José Candido de Oliveira, Oscar M. Parreiras, Virgilio de Medeiros, d. Adelaide Marques Parreiras, d. Bellalinda de Sousa, d. Belmira de Andrade, d. Esther Alice M. Sousa, d. Maria Stella S. Lopes, d. Maria Esmeralda S. Lopes, d. Maria Bernardina

da Conceição, d. Alice Esther Monteiro de Sousa, d. Alice de Almeida Cunha, d. Celina das Graças M. Marques, d. Maria Augusta Teixeira e José Fernandes de Rezende; aprovados plenamente: José de Almeida Cunha e d. Anna Josephina da Silva. Deixaram de comparecer 14. Não compareceram à prova oral 3.

Os exames de conteúdo realizados por cadeiras eram complementados com o exame oral, estabelecendo certo rigor no processo de verificação de aprendizagem. No mesmo jornal, outra notícia local registra que no ano seguinte “funcionarão neste estabelecimento de ensino cadeiras de francez, geometria e historia” (Minas Gerais, 1897, n. p.).

A instrução pública na região de Bonfim se fazia presente para fundação de escolas mediante o apoio da prefeitura. No decreto de número 13 de 1893¹²,

12 De 8 de abril de 1893 PROJETO NUM. 3 A câmara municipal da cidade do Bomfim decreta: Art. 1º A câmara municipal criará escolas de instrução primária e profissional, que julgar necessárias, podendo transferi-las, remove-las ou suprimi-las, quando não satisfizerem as condições da presente lei. Art. 2º Será suspenso o ensino ou dispensado e removido o professor nas escolas em que a frequência efetiva for inferior á dez alunos. Único se a falta frequência for determinada pelo mau procedimento, ou inabilitação do professor, incorrerá este nas penas impostas em tais casos, na forma do art. 44. Art. 3º Quando não seja possível em cada localidade fundar-se escola para cada um dos sexos, serão criadas escolas mistas regidas por professora. Único nas escolas mistas é proibido a frequência de alunos maiores de 8 anos, salvo o bom comportamento á juízo da professora. Art. 4º Serão suprimidas as escolas, cujo número de alunos seja inferior a 10, exceto se a causa for a do parágrafo único do art.2. Art. 5º Para ser criada a escola de instrução primária municipal, os habitantes deverão dar edifício que tenha acomodação suficiente, para frequência dos alunos e residência do professor. Único se a escola for mista, o edifício deverá ter duas salas. Art. 6º Nos edifícios das escolas serão observados o mais rigoroso, asseio e todas as condições higiênicas. Art. 7º Todo serviço escolar é encarregado á um professor, imediato responsável, por quanto diz respeito ao estabelecimento, e sujeito a indenização o valor dos objetos escolares que lhe forem entregues e que se deteriorarem por negligência sua. Art. 8º A câmara municipal fornecerá por inventário a mobília indispensável a cada escola, e bem assim os livros e materiais necessários. Art. 9º Os livros serão utilizados apenas durante os exercícios, e depois entregues ao professor para serem guardados havendo balanço anual. Uma vez feito o fornecimento destes livros, não serão renovados senão dois anos depois, salvo o caso de aumento de número de alunos. Art. 10 Os livros adaptados nas escolas serão escolhidos pela câmara municipal. Art. 11º Em cada escola haverá os seguintes livros; abertos numerados e rubricados pelo presidente da câmara

publicado no Jornal Cidade de Bonfim foi possível perceber, para além do apoio, o processo de acompanhamento pedagógico e administrativo. Tal ação regula a criação e funcionamento de escolas.

O decreto instituiu a criação de escolas pela prefeitura. A idade máxima na instrução pública era de oito anos e em regime de exceção eram aceitas outras idades com o aval da professora. Ele estabelece também que a docência deverá ser efetuada por uma professora. Caso as escolas sejam mistas a exigência era de duas salas. A prefeitura ficava encarregada do mobiliário da escola e da escolha de livros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mudar é difícil, mas é possível.”

(Paulo Freire)

A importância da educação no Vale do Paraopeba para um processo de letramento da população foi crucial. Interrogar o passado significa se aproximar de um melhor conhecimento do presente. Ainda que os dados encontrados sejam apenas vestígios, a reconstrução da educação escolar no Vale do Paraopeba permitiu ir às fontes primárias e, a partir da memória de outros, configurar a presente pesquisa.

municipal, e escriturado pelo professor. - O livro de matrícula. - Livro de ponto. - Livro de inventário. - Livro de termo de exame. Art. 12° No livro de matrícula se escreverá o nome dos alunos, data da matrícula, residência, idade, naturalidade, estado e residência do pai, tutor ou protetor do aluno, e bem assim o grau de instrução do matriculado, escolas em que foi recebido, data da saída e qual motivo, em uma casa especial sob a rubrica – observações – o professor escreverá o que ocorrer de mais notável a respeito do aluno Art. 13° A matrícula estará aberta durante todo ano letivo. Art. 14° No livro de inventário se escreverá a relação de todos os objetos existentes na escola e fornecidos pela câmara em seus valores, e esta relação será assinada sempre que for possível pelo antigo professor, pelo seu substituto e pelo presidente do conselho distrital. Art. 15° No livro de ponto o professor escreverá o nome dos alunos, guardando a ordem da matrícula, e as faltas de frequência a escola em casas correspondentes aos dias úteis de cada mês. Art. 16° No livro do exame serão lavrados os atos dos exames escolares

Ao longo do texto, indicou-se que a partir do período imperial há um aumento do investimento em educação, embora sem alcançar a totalidade do Brasil e aponta-se que isso piorou a partir de 1834 com o Ato Adicional, que colocou a obrigação de escolas primárias e secundárias às províncias. Nesse contexto, o Estado de Minas Gerais estabelece um currículo para a educação das primeiras letras. Deve-se destacar que a educação das meninas estava circunscrita ao que se estudava no primeiro grau, tendo ênfase nos deveres morais, religiosos e afazeres domésticos.

A documentação da pesquisa indicou que Bonfim possuía escolas de primeiras letras que funcionavam nas casas particulares dos professores. O texto permite perceber que, apesar dos muitos apelos para o estabelecimento de escolas nessa cidade, as iniciativas são esparsas e descontinuadas. Por exemplo, o Atheneu Bonfinense, que se tem notícias, foi criado em 1892, mas funcionou apenas até 1897.

O país não tem uma educação pública continuada e de qualidade para o conjunto das crianças e jovens do país, o que traz como consequência a reprodução secular do binômio elitismo e exclusão. Essa é uma questão fundamental acerca do estudo das escolas de primeiras letras.

O que o estudo sobre a tríade história, memória e educação na cidade de Bonfim permite inferir é que o que ocorre no município pode ser percebido, respeitando-se cada contexto municipal, no âmbito da educação no Brasil desde o período colonial, imperial e republicano.

Os dados encontrados ecoam a importância em avançar nas análises do material catalogado. Encontramos outras instituições na região no século XIX e XX. Tal dado foi curioso e o que ele nos mostra é o quanto a pesquisa é importante e como uma informação conduz à outra.

A obstinação em alcançar os vislumbres de importantes achados nas caixas já desveladas impacta os anseios em continuar a investigação acerca das

escolas existentes na cidade de Bonfim no Século XIX, visibilizando seus pormenores e as especificidades relativas também aos atores sociais nelas presentes.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Colégios Internatos nas páginas do Almanak Lemmert (1845 a 1889). **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, n. 31, 28 out. 2013.

CURY, Carlos R. Jamil; TRIPODI, Zara Figueiredo. **Políticas Educacionais**. São Paulo: Contexto, 2023.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes, CHAMON C. Simone; ROSA , Walquiria Miranda. **Educação Elementar**: Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HILSDORF, Maria Lucia S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MOURA, Antônio de Paiva . **Vargem Alegre (História e Perspectivas)**. Belo Horizonte,1981.

VIANA, Fabiana da Silva. **Escolas de primeiras letras**: civilidade, fiscalização e conflito nas Minas Gerais do século XIX. 1. ed. Jundiai/SP: Paco, 2018.

PERIÓDICOS ENCONTRADOS NOS ARQUIVOS PESQUISADOS

BONFIM. **Jornal Cidade do Bonfim**. 1898. Anno I. 4 de dezembro de 1898.

JUIZ DE FORA. **Jornal Diário de Minas**. Anúncios. Anno 1. n. 48. Juiz de Fora. 17 de agosto de 1888.

OURO PRETO. **Jornal Minas Geraes**. 1836. Anno. XII, Ouro Preto, 4 de março de 1836.

OURO PRETO. **Jornal Minas Geraes**. 1892. Anno. 01, ed. 229. Ouro Preto. 23 de dezembro de 1892.

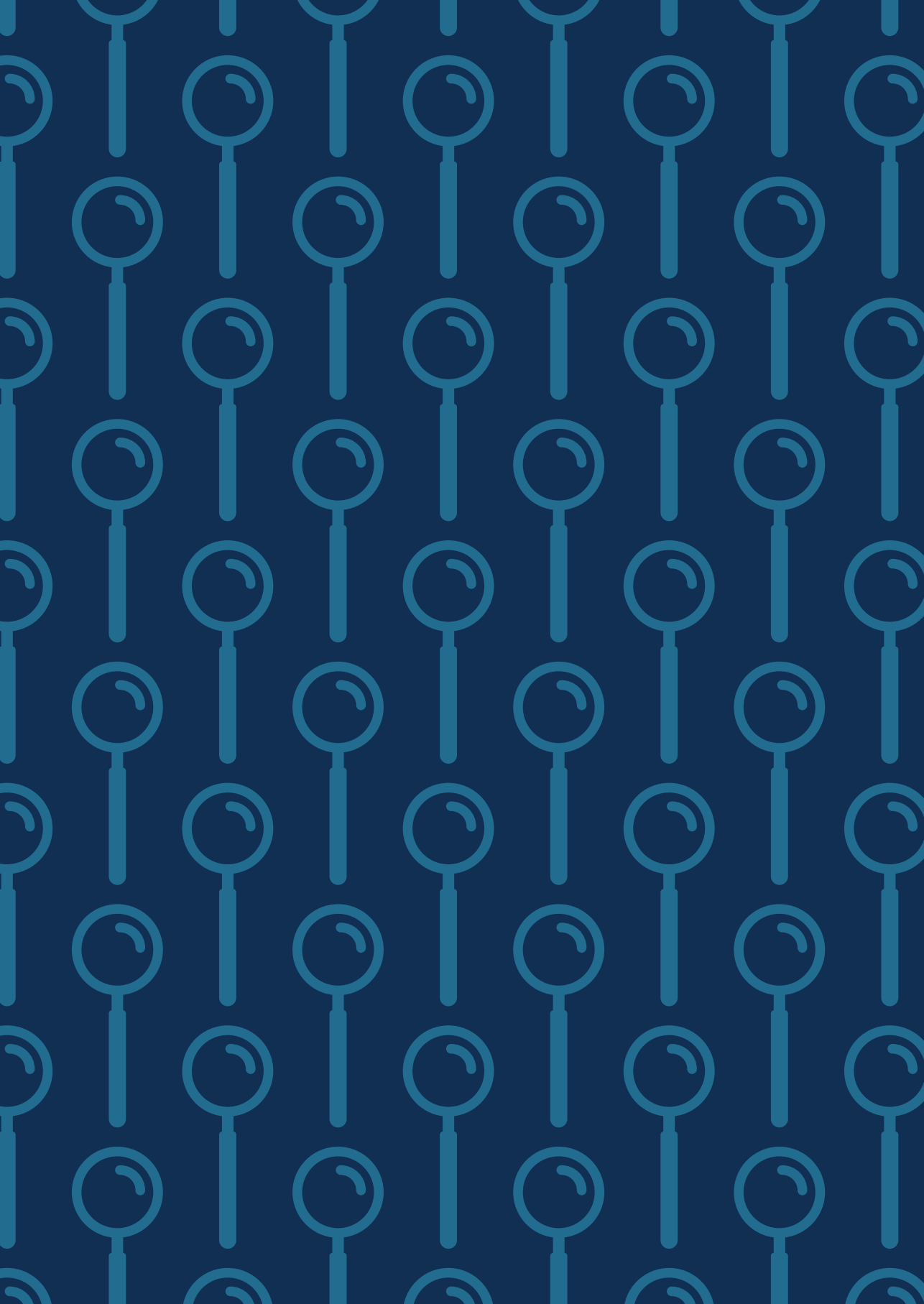
OURO PRETO. **Jornal Minas Geraes**. 1893. Anno. 02, ed. 89. Ouro Preto. 2 de abril de 1893 (1893a).

OURO PRETO. **Jornal Minas Geraes**. 1893. Anno. 02, ed. 121. Ouro Preto. 5 de maio de 1893. (1893b)

OURO PRETO. **Jornal Minas Geraes**. 1896. Anno. 07, ed. 164. Ouro Preto 19 de junho de 1896

OURO PRETO. **Jornal O Universal**, 1836. Anno XII n. 30. Sexta-feira 4 março de 1836.

REVISTA PEDAGÓGICA. **Tomo 6**. n. 34-36. Rio de Janeiro. 15 de junho de 1894.



História e Memória do Colégio Padre Trigueiro

Amauri Carlos Ferreira

Anderson Marinho Maia

Soraia Aparecida Belton Ferreira

1 INTRODUÇÃO

“A memória é a consciência inserida no tempo.”

(Fernando Pessoa)

O Colégio Trigueiro, Padre Trigueiro ou das Trigueiras, desde a fundação em 1901 até o fechamento na década de 1940, teve a presença marcante e crucial de Adelaide Manoela Trigueiro. Ela deu continuidade à história da educação no Médio Paraopeba. A memória e a história de ambos estão registradas em alguns fragmentos, imagens ora contextualizadas, ora não¹.

1 O nome de Adelaide Manoela Trigueiro ou o Colégio das Trigueiras mencionado por pessoas da cidade de Bonfim foi nomeado nos livros de Lúcio Urbano Silva Martins (2008), Renato Trigueiro Cunha (2008), João da Silva Barros (2008), conduziu-nos a realizar duas pesquisas: a primeira no Projeto Religião, História e Memória do Colégio Padre Trigueiro na cidade de Bonfim-MG vinculado ao Instituto Santo Tomás de Aquino e a PUC Minas em 2018 tendo como pesquisadores: Dr. Amauri Carlos Ferreira (coordenador da pesquisa), Dra. Eliane Marta Lopes, Dra. Soraia Aparecida Belton Ferreira, mestre Ricardo Carlos Ferreira, especialista, Renato Trigueiro Cunha; a segunda, é o projeto financiado pela Fapemig com parceria com a PUC Minas e Prefeitura Municipal de Bonfim, mencionado na introdução desse livro. A partir desses projetos conseguimos entrevistas, aplicando o método de história oral com três egressas do colégio: Geni Amorim Silva da Cidade de Piedade dos Gerais (o contato para a entrevista foi realizado com Sandra Vilaça Pereira, Vicente Felipe Pereira Geralda de Fátima Vilaça Lara que conheciam os filhos Hildegardes Ferreira Lara e Maria Sallet Ferreira Lara que junto com seus irmãos possibilitaram a realização das entrevistas). Carmelia Trigueiro da Cunha e Jandira Trigueiro Drumond (o contato e as entrevistas foram realizados por Renato Trigueiro - filho e sobrinho das entrevistadas).

Recontar a importância dela para a educação bonfinense e região implica enfrentar o silêncio dos arquivos.

Há um silêncio nos arquivos e uma ausência da memória quando o tema de pesquisa é o feminino. Michele Perrot (1995, p. 13), historiadora das mulheres, comprova esse silêncio, compensa-o esculpindo nas artes e na participação delas em eventos: “as que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas”. Essa afirmação é para as mulheres brancas. Para as mulheres negras, o silêncio dos arquivos e nas artes é muito maior. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o silêncio e sua invisibilidade.

Sobre a história e a memória de Adelaide Trigueiro e o colégio, sabe-se de sua existência. Nos arquivos da Casa de Cultura há um único registro em ata da doação de 150 mil réis ao colégio. Nos fascículos do Almanak Laemmert² atesta-se que foi diretora. Um silêncio das fontes indica-nos a condição dos registros históricos e do apreço à memória nesse período. De Adelaide Manoela Trigueiro há poucas fotos, quase nenhuma menção à sua atuação na

Observação: a gentileza e hospitalidade dessas pessoas. As entrevistadas são falecidas. Deixamos aqui nossos agradecimentos aos familiares. Primeiramente à memória privilegiada de Maria de Lourdes Lima Campos (mediante conversas informais cartografou a história do colégio narrando o que presenciou e sobre o que para ela narraram sobre o colégio e sobre as trigueiras). Contamos com a disponibilidade e o interesse de Renato Trigueiro da Cunha, que nos passou informações, discutiu sobre a existência e disponibilizou fragmentos da história do colégio. Maria Aparecida Trigueiro (Renda) e Maria Beatriz Campos (Tizinha) ofereceram algumas informações que nos ajudaram a ir compondo a relação entre história e seus lugares de memória. Ildeu e Cibele conseguiram fotografar a partir de um quadro do colégio pintado pelo senhor Jaime Motta que gentilmente permitiu a imagem fotográfica do colégio. Somos gratos, pois conseguimos compor a história e a memória do colégio.

2 Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=37025>.

escola. O registro de sua certidão de óbito, datada de 18 de setembro de 1955, registra sua idade de 84 anos, sua cor negra, eleitora, tendo como profissão doméstica e que não deixou bens. São esses os traços que denotam o existir dela. A ausência da informação de ter sido diretora e professora no colégio e o conferir-lhe uma outra profissão reforçam o quanto a história omitiu e negligenciou Adelaide – mulher e negra – cuja contribuição à cidade e aos seus municípios foi crucial.

Conseguimos torná-la visível pelos fragmentos, pelos poucos registros encontrados nos jornais. No Congresso Internacional sobre História da Educação em Portugal³ apresentamos, em 2021, o primeiro projeto, e, na Olimpíada dos Excluídos da História da Unicamp⁴, os estudantes de Ensino Médio da Rede Santa Maria de Belo Horizonte - MG, com a história dela, ficaram na etapa final.

Ao buscarmos visibilidade no contexto educacional da cidade e para a região, fomos aos arquivos públicos, fizemos trilhas para articular a percepção do agora ao que já se foi e compor uma história que, no dizer de Benjamin (1991, p. 156), significa que “articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo como ele efetivamente foi. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo”.

Este capítulo nos conduz à existência de um colégio que foi crucial para a educação das pessoas da região do Vale do Paraopeba, em forma de internato e externato frequentado pelos (as) jovens da cidade vindos (as) de outras localidades: Belo Horizonte, Belo Vale, Piedade dos Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Piracema entre outras. O nome do colégio se deve à homenagem ao

3 O projeto foi apresentado no XIV CHIELA (Congresso Ibero Americano de História da Educação em julho de 2021 com a comunicação: Nas trilhas do feminino negro: história e memória de um colégio em Minas Gerais).

4 <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/especiais/excluidos-da-historia/verbetes/802>.

padre Antônio José da Silva Trigueiro, padre Trigueiro, tio da diretora Adelaide Manoela Trigueiro.

2 ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: O COLÉGIO PADRE TRIGUEIRO

*“Sem memória não haverá nem reconciliação,
nem reencontro. Sem memória não há
identidade”.*

(Augusto Górgora)

Da figura emblemática de Adelaide Manoela Trigueiro quase nada sabemos, quase nada encontramos em sua biografia. Nos dados obtidos tem-se que nasceu em Bonfim-MG no dia 28/01/1871 (ano da promulgação da Lei do Ventre Livre). Era filha do Sr. Francisco José de Sant’Anna e Dona Júlia Francisca de Oliveira Trigueiro.

Na percepção das entrevistadas⁵, egressas do colégio, a narrativa sobre a diretora convoca o imaginário a construir imagens.

Trajava-se muito bem. Sempre assim, muito bem vestida com aquela saia e mangas compridas. Decote alto. Ela se trajava muito bem e impunha aquele respeito a todos (Entrevistada 1).

A partir de informações⁶ sobre a formação de Adelaide no Colégio de Macaúbas, fomos à procura de registros e encontramos no livro de matrículas

5 Foi realizada uma história oral temática. As entrevistadas relataram sobre o período que estudaram no colégio. Dona Geni diferente de Carmélia e Jandira era interna. Com esse resgate da memória foi possível reconstruir partes do cotidiano da escola, bem como a disposição das carteiras na sala de aula, o que se aprendia, como também a prática pedagógica da diretora e professora Adelaide Manoela Trigueiro.

6 Essas informações são de pessoas da cidade, das entrevistas realizadas com ex-estudantes, do jornal Cidade de Bonfim de 1935, no registro do livro “Museu de Cabeceira”, de Renato Trigueiro Cunha.

para Educandas do Recolhimento de Macaúbas de 1846 a 1888⁷ na cidade de Santa Luzia. O nome dela, Adelaide Manoela Trigueiro, está nos registros de matrículas. A entrada no referido colégio deu-se no dia 23 de julho de 1882. Ela permaneceu durante quatro anos em regime de internato e ali estudou e adquiriu alto grau de conhecimentos, através de um amplo conteúdo programático, que incluía também o estudo de latim e francês. Ela começou a estudar música vocal em 10 de julho de 1883 e piano em 28 de junho de 1884. Adelaide saiu do colégio no dia 16 de outubro de 1886, tendo sido pagas todas as despesas e nada ficando a dever⁸.

Em relação à escola fundada por Adelaide, ao que tudo indica, o Colégio Padre Trigueiro foi continuidade do Ateneu Bonfinense e do Instituto Municipal de Humanidades. Há, inclusive, uma suposição de que a estrutura de mobiliário e material didático tenha vindo de um desses institutos.

O prédio onde funcionou o colégio não existe mais. Ele, contudo, está presente na memória de algumas pessoas que sabem o lugar onde ele funcionou. Temos aqui duas referências a esse local: uma foto (Figura 1) indicando o lugar e o telhado; a foto (Figura 2) de um quadro da rua onde funcionou o colégio.

7 Esse livro traz os nomes das meninas, moças e mulheres que foram matriculadas, e que entraram, no estabelecimento na condição de pensionistas educandas e educandas gratuitas e educandas pobres. Trata-se de uma rica fonte para compreensão do colégio dessa instituição, pois registra aspectos do cotidiano do recolhimento, como quem entrava ou saía, quando, de onde, por que, qual era sua filiação, quanto devia pagar, quanto pagou, que idade tinha, quanto tempo ficou. Pode-se saber o nome das educandas, o ano de sua entrada e saída, qual era sua idade, quem eram seus pais ou tutores, qual era sua cidade de origem, quanto ela pagou na entrada e se saiu com as pensões pagas ou se ficou devendo e também para que fosse para o recolhimento. Em alguns casos é dito o que a menina deve aprender ou não. (Rocha, 2008, pp.115-116)

8 Devemos à pesquisadora Mônica Eustáquio Fernandes Fonseca, responsável na época pela organização da documentação da Arquidiocese de Belo Horizonte- MG, que estava à frente da catalogação da documentação e responsável pelo arquivo do convento e do colégio. A partir da nossa solicitação, ela obteve esses únicos dados sobre Adelaide.

Figura 1 – Vista Parcial do Colégio Padre Trigueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal de Renato Trigueiro Cunha.

Figura 2 – Foto do Quadro da rua do Colégio Padre Trigueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal de Jaime Mota (Foto registrada por Ildeu e Cibele).

Cunha (2008) escreveu o livro “Museu de Cabeceira” em forma de documentário sobre a cidade de Bonfim. A obra traz vestígios da existência do colégio. Para visualizar a referência do internato e do externato, foi feita

uma montagem (Figura 3) com as imagens encontradas, de modo a tornar possível estabelecer um contato com a memória da instituição.

Figura 3 – Placa do colégio e fotos de Adelaide Manoela Trigueiro.



Fonte: (Cunha, 2008 - adaptado)

O Colégio Padre Trigueiro foi instalado em um grande casarão/sobrado, localizado na rua Padre Trigueiro, devidamente dividido e preparado para abrigar alunas e alunos, em sistema de internato e externato, de propriedade de Adelaide e suas irmãs, Maria e Manoela (Figura 4).

Figura 4 – Adelaide, Maria e Manoela.



Fonte: (Cunha, 2008).

As colaboradoras faziam todo o serviço de retaguarda. Elas foram as auxiliares nos trabalhos docente e discente da instituição. Na foto em pé está Sá Mestra Adelaide e Sá Manoela e, assentada, Sá Maria. Além das três irmãs, conforme relato de Maria de Lourdes Campos, Sá Amélia ensinava técnicas vocais e violino. A senhora Alice Trigueiro⁹ também auxiliava Sá Maria nos afazeres domésticos e disciplina das alunas.

Segunda uma das narradoras:

A educação lá tinha que ser de primeira. As alunas iam para a igreja em fila todas internas. Todos os dias iam para a igreja. As três irmãs Adelaide, Manuela e Maria iam tomando conta. Elas não podiam virar nem para os lados. Elas tinham que ir na fila até a igreja (Entrevistada 2).

E continua:

Ela (Sá Adelaide) proibia a gente de entrar lá de vestido acima do joelho. Blusa em decotes não podia. Manga muito curta também não. Você não podia sentar de qualquer jeito [sic]. Você tinha que saber se portar em uma mesa, como alimentar-se, como Tudo! [silêncio]. Agente teria que observar isto, porque senão você ganhava castigo, entendeu? Interessante que teve um dia eu cheguei lá com um vestido um pouquinho mais curto e ela perguntou se meu pai não tinha dinheiro para comprar um pedaço de pano, para poder emendar meu vestido [risos]. Era assim! Era rigorosa demais e todo mundo obedecia, ninguém respondia. Ninguém ficava com raiva, não tinha esse negócio que hoje em dia tem aluno brigando com professor,

9 Essa informação obtivemos com a filha (Maria Aparecida Trigueiro-Renda) de Alice de Lourdes Trigueiro de Menezes. A qual relatou histórias que sua mãe contava no tempo que foi interna e trabalhou no colégio. Dona Alice era parente próxima de Adelaide Manoela Trigueiro.

pai brigando com professor, não tinha nada disso não. Era aquilo que elas queriam, era aquilo que a gente fazia e que os pais faziam. Porque os pais também estudaram lá, então eles respeitavam, né! Era muito importante sim a educação delas. Era Espetacular, que hoje não existe mais (Entrevistada 2).

Como foi explicitado anteriormente, há poucos registros, mas muitas são as lembranças que os mais velhos possuem da existência do Colégio Padre Trigueiro, ou, carinhosamente, o Colégio das Trigueiras. Em um registro vindo de tradição oral, que foi repetido no livro de Cunha (2008) e no jornal “A Cidade do Bomfim”, de 1935, registra-se essa informação em que a primeira aluna foi admitida logo no primeiro ano do século XX. “Em 1901, na modéstia adorável de uma aleova, recebeu a primeira aluna com o tempo, mais alunos foram aparecendo e em 1902, estava aberto o Colégio Padre Trigueiro” (Jornal a Cidade do Bomfim, 1935, n.p.).

Os registros oficiais que encontramos estão no Almanak¹⁰ (1909; 1910; 1911; 1914; 1915 até 1945) onde, ao apresentarem os dados sobre o Colégio Padre Trigueiro, consta o nome da diretora Adelaide Manoela Trigueiro.

As entrevistadas fizeram relatos muito interessantes acerca do colégio, da diretora e da rotina diária. Segundo elas, dado que foi confirmado por uma não-estudante do referido colégio¹¹, que ouviu falar de seus parentes sobre a função das irmãs Trigueiro: Sá Maria era a responsável pela alimentação e hospedaria das internas, além das aulas de práticas em hortaliças; Sá Manoela era responsável pelas aulas de artesanato, educação física, jardinagem/hortaliça, culinária.

10 Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=37025>.

11 Essa informação foi obtida com a interlocutora através de uma conversa informal, quando o pesquisador/colaborador, sobrinho de Adelaide Trigueiro, comentava sobre os dados encontrados na pesquisa.

Os educandários públicos do Brasil eram reconhecidos e podiam certificar aos seus estudantes a conclusão de curso. Os colégios particulares como é o caso do Colégio Padre Trigueiro era em regime de exceção. Em função da qualidade do ensino do Colégio das Trigueiras, o Governo de Minas autorizou o funcionamento oficial do colégio¹². Ao término de cada ano letivo, e conclusão dos quatro anos primários, uma banca especial governamental aplicava um teste para certificação dos estudantes. Uma das entrevistadas conta:

Tinha uma banca examinadora, por pessoas, assim, graduadas da cidade Então naquele dia a gente fazia o exame de todas as matérias, aí para ver se a pessoa foi aprovada ou não. E ela dava as notas. Cada um dava sua nota (Entrevistada 3).

12 Essa informação pode ser comprovada nos dados que encontramos no Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940 que atesta desde 1909 a 1945 a existência do colégio, como também um certificado de aprovação da estudante Anezia Barros, em 1934. Observação sobre esse certificado (Figura 4) - único que encontramos - foi cedido para esta pesquisa pelo filho da estudante, Júlio Cesar Barros Guimarães a quem somos gratos.

Essa informação pode ser percebida na Figura 5, em que temos para a diplomação a formação da banca examinadora.

Figura 5 – Certificado de aprovação.



Fonte: Arquivo pessoal de Júlio César Barros Guimarães.

Além da disciplina marcada por horários rígidos, para as que ali ficavam e para outros que frequentavam como externato, o estudo perpassava: história, geografia, aritmética, desenho, pintura, literatura, religião, música, canto. Uma das entrevistadas, inclusive, também citou o latim. As professoras Amélia e a Adelaide foram citadas pelas entrevistadas como as que davam aulas particulares de música e canto para quem desejasse aprender. Sá Adelaide era responsável pelas aulas de violino e piano.

Ao serem indagadas pelo que aprendiam, uma das narradoras responde de forma exemplar:

Ensinavam-nos Português, Matemática, História, Geografia, Ciências... boas maneiras, bordados... tudo isso era

ensinado. Piano, ensinavam bandolim, violão. Música. Elas sabiam música muito bem. Todas elas sabiam e ensinavam. Elas ensinavam plantaço. Cada um tinha o seu canteiro com flores variadas né! [risos]. Cada um tinha seu canteirinho, tinha que cuidar daquele... (Entrevistada 1).

Na comprovação da existência do colégio, foram encontradas duas fotos que restaram de turmas apresentadas na obra de Cunha (2008). Desse período, estão registradas, conforme o autor, duas turmas de alunos que podem ser rememorados através dos retratos esmaecidos pelo tempo, apresentados nas Figuras 6 e 7 a seguir:

Figura 6 – Turma 1913 – 1917.



Fonte: (Cunha, 2008).

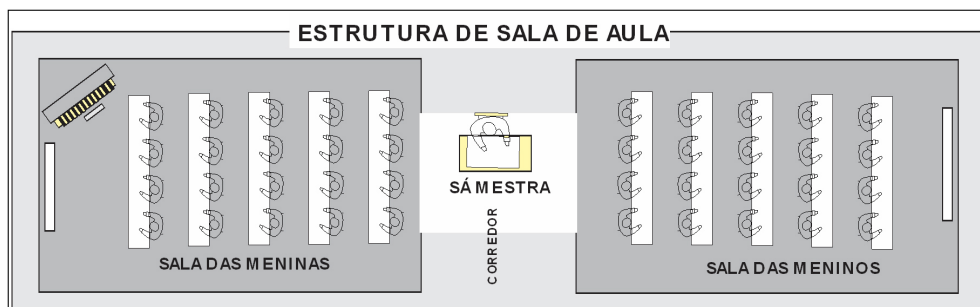
Figura 7 – Turma 1935 - 1939.



Fonte: (Cunha, 2008).

A respeito da estrutura física da escola, as entrevistadas contaram como era a disposição das salas. Em conversas informais e ao escutar as entrevistas, Renato Trigueiro Cunha refez a disposição das salas de meninos e meninas, conforme se observa na Figura 8.

Figura 8- Representação da estrutura da sala de aula do Colégio Padre Trigueiro.



Fonte: (Cunha, 2018).

Como se pode ver na figura, Adelaide ficava no corredor. Essa divisão de salas de meninos e meninas estava registrado no decreto municipal de 1898¹³ (não encontramos outro decreto municipal).

A narrativa no livro de João da Silva Barros (2008) sobre o colégio conduz a compor uma imagem dele.

Em 1944, eu comecei a estudar no prédio de meu grupo Escolar Melo Viana. Como o estabelecimento passava por uma reforma, começamos a ter aulas no prédio enorme e velho do antigo Colégio das Trigueiras... Ficamos sentados em bancos que pareciam enormes, tendo à frente uma longa mesa para três lugares, com buracos redondos em que eram fixados os tinteiros. Achei o mobiliário muito grande e a sala muito sombria... Quando ainda estudávamos no colégio das Trigueiras, tomei parte pela vez primeira em um auditório escolar (Barros, 2008, p. 23-25).

Uma das entrevistadas narra: “representávamos histórias em uma sala e treinávamos para os exames” (Entrevistada 3). A disciplina escolar é como uma categoria importante remontada pelas ex-estudantes, que a viam como

13 Jornal Cidade do Bonfim, 1898. (em sua primeira edição) s/página. Órgão Oficial da Câmara Municipal de Bonfim.

uma professora brava e que não permitia brincadeiras em horários de estudos.

As narradoras falam da disciplina e dos castigos.

Disciplina... ela era muito rígida na disciplina. Muito, mas muito mesmo! Quando alguém fazia alguma coisa errado ela mandava que ficasse debaixo da mesa, né! [risos] Às vezes colocava até um buguinho de milho, a gente ficava ajoelhado naquele buguinho de milho [risos]. Até que ela mandasse sair daquele lugar (Entrevistada 2)

Para outra narradora:

Na sala do piano , ela mandava ficar debaixo dele como uma castigo. As vezes demorava ... Às vezes não... Tinha momentos que o castigo era ler. (Entrevistada 3)

Um vestígio da disciplina para manter a ordem estava na sineta e na régua. Renato Trigueiro Cunha enviou de seu arquivo particular para esta pesquisa as fotos da sineta (Figura 9) e do bandolim/alaúde (Figura 10) que pertenciam a Adelaide Manoela).

Figura 9 – Sineta.



Fonte: Acervo pessoal Renato Trigueiro Cunha.

Figura 10 – Bandolim/Alaúde.



Fonte: Acervo pessoal Renato Trigueiro Cunha.

Sobre esse bandolim (alaúde), a informação que temos está relacionada às aulas de música que eram ministradas antes, apenas, no colégio e, posteriormente, também para pessoas da comunidade. Maria de Lourdes Campos conta e reconta a história da professora Amélia Martins que foi interna do colégio.

Ela era linda e ensinava música. Nas aulas de música perguntava sobre a vida fora do colégio. Quando a Sá Adelaide escutava alguma coisa mandava Amélia voltar com a aula. Sendo interna, Amélia só saía para ir a Igreja. Elas (as internas) iam uma atrás da outra sem poder olhar para os lados. Até que ela Amélia saiu para se casar (Entrevistada 1).

Nesse relato, se inscreve a história e a memória de várias internas. A narradora (Dona Geni) conta de seu tempo de internato: “conta que a vida era estudar ... estudar ... depois casar. O que salvava era a leitura”.

As narradoras informam sobre o cotidiano de forma a reconstruir a lembrança da escola, um tempo vivido não esquecido. Uma das narradoras, sobrinha de Adelaide, conta e reconta a experiência no colégio.

Estudei lá no Colégio das Trigueiras, da tia Adelaide. Fiz até o quarto ano [...] Era um internato e externato. Todo mundo tinha o maior respeito pela tia Adelaide, quando a gente chegava primeiro fazíamos oração. Dessa oração... Ela mandava que a gente assentasse, aí ela fazia [silêncio] chamada. Para ver se todos estavam ali, já preparados para iniciar a aula. E aí ela começava a dar as aulas, Cada um tinha uma lousazinha [sic] na mão, um caderninho para anotar as coisas [risos], Aí ela começava a dar as aulas, direitinho [sic]. Ela era muito... [silêncio] Ela era muito preparada né! Então nos ensinava, tudo muito bem.

Sobre o intervalo, dizem da separação entre meninos e meninas.

O recreio era separado, as meninas lá dentro e os homens ficavam lá fora”. As salas dos meninos eram separadas (Entrevistada 3).

Uma das entrevistadas esboça um sorriso como quem busca, na memória, momentos singulares ao falar das brincadeiras de infância presente na escola.

Pular maré, pular corda [risos], passar anel. É coisa nossa que hoje em dia não fazem mais, não tem mais essa alegria, essa espontaneidade que nós tínhamos antigamente (Entrevistada 2).

Para uma das narradoras, ao falar sobre a educação que recebera no colégio, disse:

Elas sabiam educar, sabiam como educar, sabiam como... Já pensou?! Uma pessoa controlar duas salas de aula com rapazes e moças, do sexo masculino e feminino. Como elas conseguiam isso? Com muito respeito. As meninas não podiam falar com os rapazes não podiam falar com as meninas. Então era muito especial, é uma coisa que tem que ficar na história, tem que ficar escrito, porque não existiu, não existe mais a educação daquela época que existiu (Entrevistada 1).

A narradora que foi interna do colégio conta que aprendeu o gosto pela leitura na exigência de Sá Adelaide e que ler para ela, vinda da região de Piedade dos Gerais (cidade próxima a Bonfim), foi um alento. Depois que saiu do colégio, se casou e teve o prazer e obrigação de formar os filhos nesse gosto pela leitura.

Entre história e memórias, a existência do colégio se inscreve na educação de Minas Gerais como mais um educandário que tem um lastro na forma-

ção advinda do Colégio de Macaúbas e no incentivo de um parente religioso que, no caso de Bonfim, foi padre Trigueiro. Ele merece uma biografia e uma pesquisa sobre seus feitos ao estabelecer a relação entre religião e educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação na cidade de Bonfim-MG se configurou a partir dos documentos encontrados e de outras referências que aqui deixamos registradas concomitantes à existência do colégio¹⁴. A pesquisa trouxe diversas nuances acerca das relações educacionais e sociais envolvendo o Colégio Padre Trigueiro - ou o Colégio das Trigueiras - e sua fundadora.

Perpassando pelos vestígios que abriram possibilidades de adentrarmos neste curioso universo, Adelaide foi uma mulher à frente de seu tempo. Entre o silenciamento e a invisibilidade que lhe foram impostos e as singularidades da criação do Colégio Padre Trigueiro, quando vasculhamos os arquivos, vimos o quanto a grandiosidade de seu feito se sobressai.

Em cada resquício de memória, em cada pequena nota dos jornais, nos traçados sinuosos de seu tempo, Adelaide revolucionou nosso olhar ao quebrar paradigmas, rompendo preconceitos e seguindo com a realização de seus sonhos.

14 Como registro temos o Colégio Chantal, Escola Benevides início do século XX, Grupo Escolar Melo Viana -consta que sua criação é de 1918 pelo decreto 5067 de 20.08 de 1918. (Há informações de transferências de estudantes do Colégio Padre Trigueiro, inclusive uma das entrevistadas conta que ela foi da última turma “eu fui da última turma que estudou lá... Eu estudei lá até meados de 1940 [silêncio]. Saí de lá com dez anos. Depois eu fui para o Melo Viana, porque falaram que eu estava nova ainda e fiz mais um ano lá no Melo Viana em que tirei dois diplomas). Encontramos no jornal, Cidade do Bomfim – Órgão do Partido Republicano Bomfinense, o fechamento da escola para normalistas que funcionou de 1934 a 1936 “Morreu a Escola Normal”. A escola viveu seu um ano e meio de funcionamento. Há registros de escolas municipais nos povoados a partir de 1920.

Adelaide, conhecida por sua erudição e português culto, se mostra uma figura emblemática, que no início do século XX estava na direção de uma escola mista, única na região, tendo, conforme apontado pelas narradoras, estudantes de várias cidades, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, São João Del Rey, Pirapora, Belo Horizonte, Crucilândia, Rio Manso, Piedade, Itatiaiuçu e alguns dos povoados.

Esse dado traz um elemento que registramos como sendo uma escola que se solidificou a partir de Adelaide, cuja formação da época se deu fora da cidade e tinha como referência a família Trigueiro. No fim da pesquisa, de certa forma, podemos ver saltar a ousadia, uma não-aceitação dos padrões e modelos sociais vigentes.

A fundação do Colégio Padre Trigueiro é uma marca indelével da força e determinação de uma mulher negra – inserida em um contexto moldado pelo ideal escravocrata – que suplanta os desafios e deixa sua marca, reafirma sua identidade apesar de todas as contingências inscritas em seu existir.

REFERÊNCIAS

ALMANAK LAEMMERT: **Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=37025> Acesso em: 15 mar. 2021.

BARROS, João da Silva. **Estava Escrito nas Estrelas**. Brasília: Editora Ser, 2008.

BENJAMIN, Walter. Teses Sobre Filosofia da História. In: BENJAMIN, Walter; KOTHE, Flavio R. (org.); Florestan Fernandes (coord.) **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, Renato Trigueiro. **Museu de Cabeceira**. Bonfim-MG. Documentário. Belo Horizonte, Edição do autor. 2008.

ESTRADA REAL. O site apresenta informações diversas sobre os pontos turísticos da Estrada Real – MG. 2021. Disponível em: <http://www.institutoestradaREAL.com.br/> Acesso em: 19 mar. 2021.

MARTINS, Lúcio Urbano Silva. **Cidade de Bonfim- Apontamentos históricos e notas de bonfinenses Ilustres**, Belo Horizonte,2008.

MOURA, Antônio de Paiva. **Diagnóstico do Patrimônio Cultural de Bonfim**. Belo Horizonte- MG. Quatro Irmãos, 2005.

PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. v. 18. São Paulo, 1989.

ROCHA, Adair José dos Santos. **A Educação Feminina nos Séculos XVIII E XIX: Intenções dos Bispos -Par a o recolhimento Nossa Senhora de Macaúbas** . Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFMG,2008.



O julgamento da moral: análise da acusação do “Pecado de Besthialidade” em Nossa Senhora das Dores, distrito de Bonfim-MG, em 1835

Bruna Letícia Fernandes da Silva

Victória Carvalho Akerman

1 INTRODUÇÃO

O imaginário religioso que circunda Nossa Senhora das Dores da Conquista, distrito de Bonfim-MG, é permeado por representações e pela expressão de crenças comuns que perpassam ao longo do tempo. Nesse sentido, a documentação disponibilizada pela Casa de Cultura e Arquivo Público de Bonfim-MG consiste em um inquérito criminal, que conta com uma ferenha investigação referente à possibilidade do “Pecado de Besthialidade”, nos mostra como o imaginário social e religioso andam juntos e organizam a sociedade em 1835.

Desse modo, tendo como base as discussões de Cláudia Eliane Martinez (2006) como aporte para a discussão do contexto bonfinense, de Márcia Espig (1998) sobre história, mentalidades e imaginário; de Bizawu, Ramos, Napomuceno e Larissa Ribeiro com relação à definição dos termos “bestialidade” e “zoofilia”; e de Amauri Ferreira e Vania Noronha (2017), referente ao imaginário religioso na construção da subjetividade, busca-se compreender as fronteiras do imaginário social, especialmente a respeito dos fenômenos religiosos.

Esta pesquisa é parte de um projeto financiado pela Fapemig - (APQ 02088-2), intitulado Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba (MG), coordenado

pelo professor Dr. Amauri Carlos Ferreira. Logo, pretende-se por meio do exercício de análise documental de uma denúncia datada de 1835, destacar o cenário do Arraial de Nossa Senhora das Dores da Conquista e a força da religião nessa sociedade. Como pontua Ferreira e Grossi (2010), no campo do imaginário religioso a representação ocupa um lugar sagrado, em que as imagens concebidas pelos sujeitos demarcam uma configuração religiosa que os indivíduos possuem de mundo.

2 IMAGINÁRIO RELIGIOSO EM BONFIM- MG

A cidade de Bonfim, situada no Médio Paraopeba, possui forte caráter religioso em torno da sociabilidade e cultura da população que nessa região se encontra. Assim, o imaginário religioso da população bonfinense pode ser caracterizado pela forte presença dos dogmas e ideias da Igreja Católica Apostólica Romana. Com isso, o âmbito privado e público por vezes se encontram materializados nas mentalidades individuais e coletivas. Posto isso, Bonfim, uma cidade do século XVIII, carrega em suas “veias” imagéticas um universo simbólico, mítico/religioso que exigem um estudo minucioso devido ao seu caráter de longa duração neste artigo. (Ferreira; Noronha, 2017, p.84).

Tendo como base o exposto, dentre os inúmeros exemplos possíveis de serem elucidados sobre as manifestações do imaginário religioso em Bonfim, destaca-se a antiga Cavahada – atual Carnaval a Cavalo –, que ocorria na região em junho, assim como em outras cidades, imersas nos ideais católicos (Galvão; Smith; Júnior, 2018).

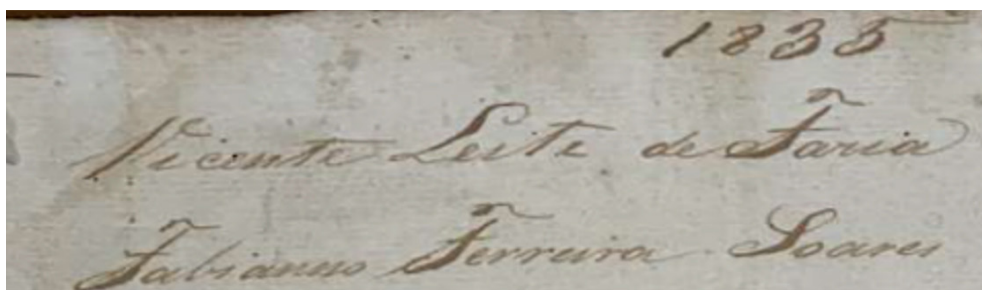
Essa festa, apesar de não mais ocorrer nos moldes de quando foi inaugurada, modificou-se em meados de 1840, continua a ocorrer de forma similar se mostrando uma manifestação de longa duração. Dessa forma, como será analisado neste artigo, por vezes a narrativa mítica (Noronha, 2008) ou simbólica se cruza com as estruturas sociais, seja ela jurídica, econômica, cultu-

ral e até mesmo política. Isso ocorre, pois, como trabalho nesse artigo, esses modelos de narrativa conferem “significado e valor à existência humana”. Ou seja, o ponto de partida para se denunciar um comportamento parte de iniciativas jurídicas, mas, mais do que isso, religiosas, evidenciando o imaginário religioso presente em Bonfim.

3 ANÁLISE DO DOCUMENTO: CRIME DE BESTIALIDADE

Na Casa de Cultura e Arquivo de Bonfim-MG, entre a documentação disponibilizada, consta uma série de inquéritos criminais. A fonte principal desta pesquisa é um desses inquéritos, uma denúncia de 19 páginas datada de 1835. Esse extenso processo destaca duas figuras centrais: Fabianno Ferreira Soares e Vicente Leite de Faria, ambos descritos como homens brancos e casados.

Figura 1 – Assinaturas de Vicente e Fabianno.



Fonte: Casa da Cultura e Arquivo de Bonfim-MG. Inquérito Criminal: assinaturas, 1835.

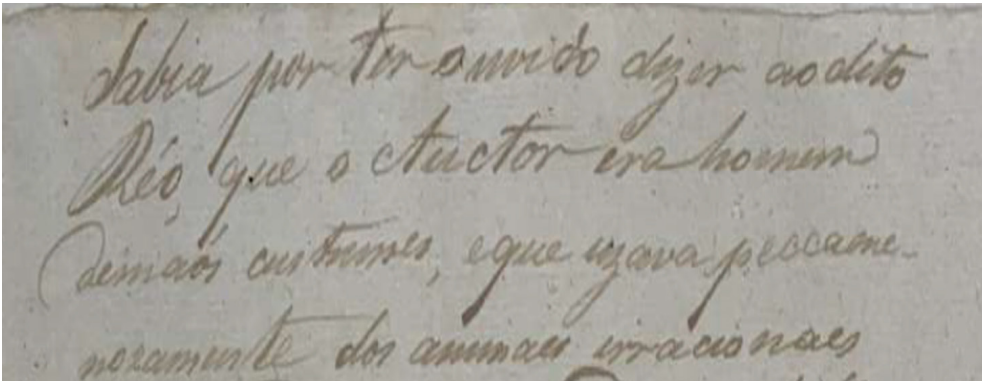
O inquérito inicia-se com Fabianno Soares fazendo uma acusação a Vicente de Faria, ao afirmar que tal indivíduo seria um homem de “má consciência”, pois ele supostamente teria o costume de “servir-se”¹ pecaminosamente de animais irracionais, ação conhecida neste contexto como “Pecado de Bestialidade”. Vicente, ao sentir-se ofendido com essa acusação, entra com

1 Na documentação aparece uma variação deste termo com o termo “Usar-se”, mas ambos são utilizados com o mesmo sentido.

uma petição para que seja investigado o crime de injúria contra sua pessoa. A documentação, apesar de possuir uma difícil leitura em alguns fragmentos, nos mostra que Fabianno nas audiências é tratado como réu.

Nesse extenso processo, ao todo são interrogadas cinco testemunhas. Ao fazer uma análise dos depoimentos, é perceptível um padrão entre as informações compartilhadas, visto que as testemunhas ou afirmam que as acusações feitas a Vicente se originaram diretamente de Fabianno, ou foram proferidas por meio da “boca do povo”. Isso fica exposto nos depoimentos das testemunhas abaixo:

Figura 2 - Depoimento da segunda testemunha²

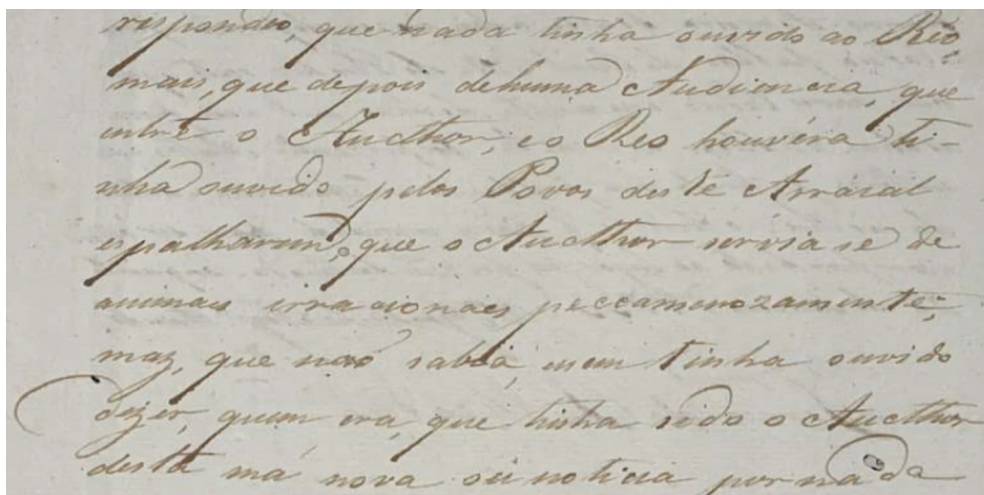


Fonte: Casa da Cultura e Arquivo de Bonfim-MG. Inquérito Criminal: depoimento, 1835.

2 Transcrição:

|sabia por ter ouvido dizer ao dito
|Réo que o Auctor era homem
|de maós costumes, e que uzava pecami-
|nosamente dos annaes irracionais.

Figura 3 - Depoimento da quinta testemunha.³



respondeo, que nada tinha ouvido ao Reo
mais, que depois de huma Audiencia, que
entre o Auctor, e o Reo houvera ti-
nha ouvido pelos Povos deste Arraial
espalharem, que o Auctor servia se de
animas irrationaes pecaminosamente,
mas, que não sabia nem tinha ouvido
dizer quem era, que tinha sido o Auctor
desta má nova ou noticia passada

Fonte: Casa da Cultura e Arquivo de Bonfim-MG. Inquérito Criminal: depoimento, 1835.

Dessa forma, fica claro, principalmente com o depoimento da última testemunha, que à medida que a investigação foi sendo desenvolvida com o recolhimento dos depoimentos, essa “má nova ou notícia” contra Vicente acabou ganhando grandes proporções e circulando mais ainda pelo Arraial de Nossa Senhora das Dores da Conquista.

O processo se encerra com um Termo de Conclusão, em que é assinalado que após o não comparecimento de Fabianno a uma audiência, ele é acusado segundo o Art. 237 do Código Criminal da época, sendo condenado a dois meses de prisão e a pagar uma multa de 12 mil réis para obras públicas. No

3 Transcrição:

| respondo, que nada tinha ouvido ao Reo
| mais, que depois de huma Audiencia, que
| entre o Auctor e o Reo houvera, ti-
| nha ouvido pelos Povos deste Arraial
| espalharem que o Auctor servia se de
| animais irrationaes pecaminosamente,
| mas, que não sabia nem tinha ouvido
| dizer quem era que tinha sido o Auctor
| desta má nova ou noticia passada.

entanto, o que chama atenção dessa documentação é a peculiaridade do inquérito, pois é possível perceber que a problemática em questão não é o mal que supostamente o Vicente estaria fazendo aos animais, mas sim o fato de ser um pecado duplo, isto é, ele ao ter contatos íntimos com animais, estaria traindo sua mulher e voltando-se contra os ensinamentos de Deus.

4 ZOOFILIA E O PECADO DE BESTIALIDADE

O contato íntimo entre o ser humano e animais irracionais, e a realização de prática sexual entre ambos, é denominado de bestialidade ou zoofilia. No Brasil, o crime de zoofilia foi abordado pela primeira vez em 2015, quando o governo federal aprovou a Lei 13.106, que criminaliza a zoofilia e estabelece penalidades para quem cometa este delito. Nesse sentido, ao analisar a definição desses termos, Larissa Ribeiro pontua que

as palavras “zoofilia” e “bestialidade” são comumente usadas como sinônimos, ambas as palavras se referindo à prática sexual com animais. O termo “Zoofilia” vem do grego “zoo” que significa animal e afinidade “filia”, a etimologia da palavra é “amor aos animais (Ribeiro, 2021, p. 7).

Embora não seja uma prática comum, a zoofilia existe há muito tempo com a denominação de pecado de bestialidade ou apenas bestialidade, e é considerado um crime em vários países. De acordo com Bizawu, Ramos e Napomuceno, “o termo zoofilia ou zoofilismo, ou ainda *coitus bestiarum*, é tratado pela medicina legal como bestialismo, sendo considerado como a satisfação sexual com animais domésticos” (Bizawu; Ramos; Napomuceno, 2017, p. 91). Para alguns autores, os dois termos não necessariamente são sinônimos. Larissa Ribeiro afirma:

Existe uma diferença entre bestialidade e zoofilia, tendo em vista que a bestialidade é caracterizada como qualquer contato sexual entre um ser humano e um animal e que a

zoofilia é uma atração sexual pelo animal (Ribeiro, 2021, p. 7).

Essa demonstração de “amor aos animais” é uma prática condenável desde os tempos mais remotos, sendo descrita até mesmo na Bíblia. Como é possível perceber nos fragmentos retirados dos livros de Levítico e Deuteronômio respectivamente.

O homem não deve ter relações sexuais com um animal, tornando-se assim impuro; nem a mulher deve se pôr diante de um animal para ter relações sexuais com ele. É uma violação daquilo que é natural (Bíblia, Levítico, 18:23).

Se um homem tiver relações sexuais com um animal, ele sem falta deve ser morto, e vocês devem matar o animal (Bíblia, Levítico, 20:15).

Se uma mulher se aproximar de algum animal para ajuntar-se com ele, vocês matarão a mulher e o animal. Ambos terão que ser executados, pois merecem a morte (Bíblia, Levítico, 20:16).

Maldito aquele que se deitar com um animal. (E todo o povo dirá: “Amém!”) (Bíblia, Deuteronômio, 27:21).

Sendo assim, nesse contexto impregnado por um forte imaginário religioso, o julgamento da moral e da integridade de Vicente Leite de Faria, feito por parte da sociedade, possuía como fonte e justificativa principal as passagens bíblicas. A possibilidade da prática de uma ação tão repugnante, ou como é expressa no documento, a ação pecaminosa de “usar-se de animais”, esclarece o motivo das autoridades policiais se empenharem tanto nesta denúncia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, o caso trabalhado nessa comunicação é um dos exemplos possíveis de serem destacados acerca do imaginário religioso presente na região de Bonfim do século XIX. A Casa de Cultura possui um grande acervo documental que possibilita a pesquisa e o maior aprofundamento no estudo dessa região importante para Minas Gerais, principalmente no contexto desse século. Assim, em primeiro lugar, espera-se incentivar a pesquisa no arquivo da cidade no Médio Paraopeba, construindo novas perspectivas e objetos para a historiografia mineira.

Em segundo lugar, foi possível compreender que inúmeras áreas do cotidiano em Bonfim, como a cultura e a justiça, eram marcadas pelos ideais religiosos e sociais. O modo de agir e pensar individual e coletivo possui como um de seus pressupostos subjetivos a fronteira do imaginário social e religioso. Por fim, vale ressaltar que a presente trabalho por fazer parte da pesquisa “Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba (MG)”, ainda não possui resultados conclusivos. No entanto, este artigo é uma contribuição para as hipóteses levantadas acerca do imaginário religioso da região.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. **Santa Bíblia**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: eBooks.org. Edição Ecumênica, 2006. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/biblia.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

BIZAWU, K.; RAMOS, A. O B.; NAPOMUCENO, G. L. Zoofilia no Brasil: uma análise de casos concretos e a necessidade de incriminação legal. **RBDA**, Salvador, v.12, n. 01, p. 81-107, jan - abr, 2017. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/109831>. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

ESPIG, M. J. **Ideologia, mentalidades e imaginário**: cruzamentos e aproximações teóricas. Anos 90, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 151-167, 1998. DOI: 10.22456/1983-201X.6220. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6220>. Acesso em: 13 jul. 2023.

FERREIRA, A. C.; NORONHA, V. O imaginário entre Fronteiras da educação e da Religião. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 15, N. 45, P. 68-91, 31 Mar. 2017.

FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. S. **O imaginário religioso na construção de subjetividade nômades**: o fenômeno da migração religiosa. Belo Horizonte: Dia a dia Educação. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINORELIGIOSO/artigos/9imaginario_religioso.pdf. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

GALVÃO, Rodrigo Fraga; SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. Festa a cavalos – um estudo da memória coletiva da cidade de Bonfim-MG. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 31, n. 60, p. 125-132, jul. 2018. ISSN 2596-2809. Disponível em: <<http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/137>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

RIBEIRO, L. V. Zoofilia e bestialismo: tipificação na Lei Nº 9.605/1998. **Repositório Acadêmico de Graduação (RAG)**, Goiânia, 2021. Disponível em: <HTTPS://REPOSITORIO.PUCGOIAS.EDU.BR/JSPUI/HANDLE/123456789/1577>. Acesso em: 10 de ago. de 2023.



A instauração do casamento civil na Primeira República e o imaginário católico em Bonfim-MG

Ana Júlia Ribeiro Vieira de Brito

Thiago Narciso dos Santos

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge por meio de discussões estabelecidas no seio do projeto de pesquisa financiado pela Fapemig – (APQ 02088-2) no período de 2022-2025, intitulado Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba (MG), coordenado pelo professor Dr. Amauri Carlos Ferreira, com a participação de dois bolsistas e das pesquisadoras Dra. Lilian Cristina Bernardo Gomes e Dra. Soraia Aparecida Belton Ferreira. Buscamos aqui refletir acerca dos sentidos e das convulsões sociais que a instauração do casamento civil na sociedade geraram na população bonfinense.

Para tanto, utilizamos fontes documentais, mais especificamente jornais, a fim de, através desses testemunhos, poder realizar uma análise a contrapelo dos elementos discursivos apresentados. Assim, a metodologia utilizada foi a análise de discurso e a pesquisa documental. Com a análise de discurso podemos compreender os recursos linguísticos utilizados e a mensagem que os autores queriam transmitir com suas manifestações no jornal da cidade, compreendendo o imaginário da época através da linguagem.

Ao analisar os documentos a contrapelo, podemos observar o que ele não diz, o que está nas entrelinhas ou até mesmo ocultado. Dessa maneira, compreendemos aquilo que estava indo na contramão do imaginário católico, visto que “ele [o documento] é, evidentemente, insubstituível em qualquer

reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas” (Cellard, 2008, p. 295).

Nesse sentido, foram utilizados dois exemplares do jornal “O Apóstolo”, reunidos por Renato Trigueiro em sua “Coletânea de Notícias”. Nesses jornais, o padre José de Santana Trigueiro promoveu uma série de protestos e debates contrários à instauração do casamento civil durante o alvorecer do regime republicano no Brasil. Os objetivos da revolta do padre Trigueiro serão explicitados e discutidos mais adiante em nosso texto. Contudo, munidos de uma leitura historiográfica para compreendermos o movimento republicano e as bases de instauração do casamento civil, buscamos, na leitura de diferentes autores como Carvalho (2019), Santirocchi (2012) e Britto (2020), compreender a lógica republicana e as convulsões sociais que o casamento civil provocou.

Aliado a isso, procuramos, em uma visão mais teórica, perceber dentro do corpo social, as manifestações do imaginário religioso e como esses elementos foram absorvidos e capitaneados, tanto por lideranças religiosas, como o padre Trigueiro, e também pelos cidadãos católicos de Bonfim. Para nos auxiliar nessa leitura a contrapelo do imaginário religioso, teremos como base a leitura de Durand (1989) e Ferreira e Grossi (2005). Eles, em seus extensos trabalhos, procuram verificar essas fronteiras tão voláteis do imaginário religioso.

2 O IMAGINÁRIO CATÓLICO E O IMINENTE CASAMENTO CIVIL

O casamento sempre se tratou de um objeto em constante disputa entre as mais diferentes esferas de uma sociedade regida pelo catolicismo. Durante a colonização brasileira, Portugal implantou seus valores católicos e ibéricos em seio nacional de maneira forçosa nas populações que viviam na terra chamada Brasil. Sendo assim, a imposição dos sete sacramentos –

Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio – eram fundamentais para estabelecer um *ethos* católico e social nas sociedades que aqui viviam. Durante toda a história nacional, a Igreja se mostrou como uma protagonista em diversos momentos, devido à abrangência e poder na mentalidade coletiva do corpo social. Sendo assim, uma das maneiras de se manter o catolicismo operante na sociedade era através da constituição dos casamentos e dos núcleos familiares.

O casamento, por grande parte de sua história, foi associado única e exclusivamente como uma questão tipicamente religiosa, sendo regulada e mantida por padres, bispos, tribunais, papa e entre outros elementos. Durante o período colonial (1500 – 1822), o casamento era fortemente aconselhado pela igreja, visto que esse mostrar-se-ia como uma forma de enfrentamento ao paganismo, concubinato e à consolidação de um dos mais importantes sacramentos para a fé católica.

Todavia, pensar em uma cerimônia matrimonial durante a colônia, é tratar de um momento bastante singular e de complicada acessibilidade, devido à dificuldade que muitas famílias possuíam em providenciar os documentos necessários e também o altíssimo preço que uma cerimônia como essa poderia alcançar. Como forma de fazer valer a vontade, os que não podiam arcar com essa situação acabavam se unindo na ilegalidade e viviam dessa maneira. Nesse sentido, é possível perceber como o casamento colonial se autoafirmou como uma ferramenta de controle dos corpos e mentes.

O projeto colonizador pautou-se pela disciplina e pela domesticação dos costumes para realizar o desbravamento e povoação da colônia portuguesa na América. [...] Esses mecanismos assujeitavam as pessoas e nelas imprimiam rótulos, transformando-as naquilo que deveriam ser, ou seja, naquilo que o discurso da verdade dizia que elas eram. Ser casado significava para a sociedade da época o uso do sexo dentro da legalidade, de acordo com os limites

impostos. O sexo ilícito, realizado sem as bênçãos de Deus, desclassificava aqueles que o praticavam, excluindo-os da sociedade hierarquizada e estratificada que estava sendo construída. A sexualidade foi assim delimitada por normas e práticas definidas como certas/erradas, boas/más, através de mecanismos de poder legislativos e morais que instituía crimes de natureza sexual, punições, exclusões, banimentos sociais (Pimentel, 2005, p. 16-17).

Durante o Império Brasileiro (1822 – 1889), o casamento ganha contornos mais definidos e começa a gravitar como elemento de disputa entre diferentes grupos socialmente destacados. De um lado, percebemos a igreja como mantenedora de um ideário civilizacional. Já do outro, a presença de um Estado busca delimitar as fronteiras de poder e sua consolidação como poder regulador das relações sociais.

Esta questão, como não poderia ser diferente, criou uma acirrada discussão entre o Estado e a Igreja no Brasil do século XIX, principalmente durante o Segundo Império. A preocupação do Estado era legislativa e política, enquanto que para a Igreja, era essencialmente espiritual e moral, já que para o matrimônio era um sacramento, sendo parte constituinte da fé católica. A defesa desse sacramento pressupunha o combate ao concubinato e à promiscuidade. O matrimônio não era a única ação da Igreja nesse sentido, sendo fundamental também a educação religiosa, a evangelização e a moralização da população brasileira, confirmando os fiéis na fé Católica, em vista da “salvação das suas almas” (Santirocchi, 2012, p. 3).

Ademais, as convulsões sociais provocadas pela independência brasileira promoveram uma série de discussões e necessidade de reavaliação dos direitos da população. Com a abertura dos portos às nações amigas em 1808, o Brasil foi inundado por um grande contingente populacional de não-católicos, mas isso se tratou de um grande problema no que diz respeito à

garantia e manutenção de direitos a essa população. Como postulado na Constituição de 1824, a religião oficial do Império seria o catolicismo e, a partir disso, os que professassem outra religião, não teriam seus direitos garantidos pelo Estado.

Durante toda a longevidade do Império brasileiro, o casamento foi mantido como um elemento em constante disputa. Não cabe aqui nesse resumo expandido detalhar cada fase desse processo que já foi esmiuçado por trabalhos como os já citados aqui de Ítalo Domingos Santirocchi (2012) e Juliana Ribeiro Ugolini de Britto (2020). Contudo, não podemos perder de vista nesse momento o Decreto N° 3.069 de 17 de abril de 1863, em que após acirradas disputas na câmara dos deputados, foi aprovado um registro civil para nascimentos e óbitos e, por fim, legitima o casamento não-católico no Brasil.

As bases para um casamento civil ainda não estariam traçadas, diante das constantes discussões e revisões que o projeto sofria. Além disso, cada vez mais a relação entre Estado e Igreja se tornava conflituosa, gerando até mesmo a Crise Religiosa de 1870, essa que foi convencionada dentro da historiografia clássica como um dos vetores responsáveis pela queda da monarquia no Brasil.

O casamento, assim, o casamento tornava-se, cada vez mais, uma preocupação para o Estado, como uma importante estratégia na legitimação da autoridade imperial. Uma questão importante era para conhecimento estatístico. Os casamentos religiosos católicos orientavam uma organização dos núcleos familiares, diferente das uniões celebradas pelas minorias não católicas, principalmente dos imigrantes protestantes. Havia também uma questão grave, sob a ótica jurídica da regulamentação das famílias. As famílias “não católicas” não eram contempladas pelas leis imperiais (Santirocchi, 2012, p. 2).

O decreto de 1890 tinha como objetivo principal a secularização do casamento, retirando-o da jurisdição exclusiva da igreja católica e estabelecendo a necessidade de uma cerimônia civil para a validação legal da união. O casamento passou a ser considerado um contrato civil, reconhecido perante a lei e independente de qualquer sacramento religioso. Isso representou um avanço significativo em direção à laicização do Estado e à garantia de igualdade perante a lei, independentemente da religião dos cônjuges.

Além disso, o decreto estipulava requisitos e procedimentos para a celebração do casamento civil. Os casais eram obrigados a registrar o casamento perante um oficial de registro civil, que emitiria um certificado oficial da união. Além disso, o Decreto N° 521, aprovado pelo Governo Provisório, em 26 de junho de 1890, proibia o casamento secular num momento anterior ao casamento laico, demonstrando assim um grande poderio desse nascente estado republicano frente a tradição católica (Britto, 2020, p. 125).

Em resumo, o decreto de 1890 que legalizou o casamento civil na República brasileira representou uma mudança profunda na forma como as uniões matrimoniais eram reconhecidas e regulamentadas. Ele simbolizou a transição do Brasil de uma nação fortemente influenciada pela igreja católica para uma república laica e moderna. Ao separar o casamento da esfera religiosa e estabelecer o casamento civil como um contrato legal, o Brasil deu um passo importante dentro de suas ideias republicanas.

3 BONFIM-MG: UM CAMPO DE DISPUTA

A instituição do casamento civil provocou conflitos entre a igreja católica e o Estado, isso devido às novas leis tirarem da igreja autoridade e jurisdição. Podemos analisar a situação como um conflito de poder e de tradição. No Brasil, a igreja católica teve um papel central na formação da sociedade e da cultura, especialmente durante os períodos colonial e imperial (Britto, 2020). Quando o casamento civil foi instaurado, principalmente no século XIX, houve algumas manifestações por parte da população, pois eles não

podiam “deixar de protestar contra um decreto que vai perturbar a nossa fé e a tranquilidade das nossas famílias” (O Apóstolo, 1890).

O fragmento anteriormente citado demonstra que, para o imaginário católico bonfinense, o casamento civil iria ter impacto negativo nas famílias, pois o Estado republicano estava indo contra os dogmas da igreja. Aqui é interessante ressaltarmos outra percepção dos sujeitos de que “estão inaugurando as prisões do clero por motivos religiosos” (O Apóstolo, 1890) e também de que o Estado “já passou a doutrinar, impondo suas crenças a poder das armas[...]” (O Apóstolo, 1890). Assim, com o início da laicização do Estado, esses sujeitos se sentiram perseguidos, no entanto

com a proclamação da República, em 15/11/1889, o governo provisório publicou um decreto estabelecendo o processo de laicização. O domínio religioso católico, numa perspectiva legal, perde algum poder, mas continua com sua prática, instaurando no imaginário dos sujeitos sua aparente hegemonia (Ferreira; Grossi, 2005, p.56).

A prática da fé não é alterada. O imaginário católico era consolidado na sociedade brasileira, tendo grandes influências na cultura até os dias atuais. Assim, a instituição do casamento causa protestos na cidade de Bonfim-MG e as manifestações nos jornais demonstram uma linguagem reativa e combatente. “Com isso, percebemos que o casamento era um ato simbólico para garantia do bem-estar familiar segundo a experiência coletiva dos sujeitos” (Penzin, 2001, *apud* Ferreira; Grossi, 2005).

As fontes indicam o padre Antônio José da Silva Trigueiro como uma figura importante para a manifestação contrária da população bonfinense em relação ao casamento civil. Ele escreve um protesto para ser publicado no jornal “O Apóstolo” (1890) expondo suas percepções, que vão ao encontro das questões mencionadas anteriormente. O protesto de Trigueiro é uma fonte valiosa ao passo que ele foi muito influente na região de Bonfim, com poder econômico, político e religioso.

Nesse ínterim, analisamos que a questão do casamento perpassou por diversas camadas da sociedade e provocou o imaginário católico da época. Durand (1979) expõe que o imaginário pode ser compreendido como a capacidade humana de criar e interpretar símbolos, mitos e arquétipos que dão significado à nossa experiência e nos conectam a um contexto cultural mais amplo e assim foi o casamento canônico por décadas, um signo social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, podemos compreender o casamento como uma experiência social conectiva. Com o decorrer do tempo, na História do Brasil, o casamento se tornou um rito parte da identidade nacional e no imaginário a constituição da família se dá a partir dele. Segundo Santirocchi (2020), as leis acabam por abarcar sobre os filhos, fruto direto das relações criadas a partir dos casamentos, demonstrando que essa valiosa instituição era usada para a manutenção dos costumes católicos e seu predomínio no imaginário, uma vez que em relações inter religiosas instituiu que os filhos deveriam seguir o catolicismo.

A questão do casamento tratou principalmente acerca do poderio eclesiástico, que estava sendo perdido devido à laicização com a chegada da República. Assim, os católicos reagem, se manifestam contra e sentem-se perseguidos ao terem que aceitar as mudanças do novo tempo em seus ritos e perda de jurisdição de sua fé. No microcosmo de Bonfim-MG, o jornal católico faz a cobertura da situação e nos deixa um valioso testemunho sobre o passado.

REFERÊNCIAS

BRITTO, Juliana Ribeiro Ugolini. **Perspectiva histórica do casamento no Brasil**: do casamento canônico ao casamento civil introduzido pelo Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890. Dissertação de mestrado em Direito. São Paulo. 184p. , 2020.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Arcádia, 1979.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yonne. Dos lugares: cidade e imaginário religioso. **Horizonte-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 47-58, 2005.

O APÓSTOLO. A pedidos; protesto. Nº67 13 jun.1890.

O APÓSTOLO. Cuidado! Muito Cuidado!. Nº67 13 jun. 1890.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O matrimônio no Império do Brasil: uma questão de Estado. *In*.: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IV, n. 12, Janeiro 2012 - ISSN 1983-2850. p. 81



Cenários políticos e conflitos locais: o contexto político de Minas Gerais no século XIX, com enfoque em Bonfim

Elen da Silva Perdigão

Gabriel Alves Mendes

Pedro Arthur da Silva Piuco

1 CONTEXTO POLÍTICO

No contexto político, a Revolução de 1842 teve como estopim as chamadas leis regressistas. Elas constituíram um conjunto de medidas adotadas durante o Segundo Reinado, especialmente a partir da década de 1840, e tinham como objetivo centralizar o poder nas mãos do governo imperial, reduzindo a autonomia das províncias conquistada durante o período regencial. Essas leis tiveram uma resposta dos liberais que consideraram um retrocesso no processo de descentralização e liberalização política.

Durante o período regencial, o Brasil enfrentou diversas revoltas regionais: Cabanagem, Farroupilha, Sabinada, Balaiada, entre outras. Elas foram motivadas em parte pela centralização excessiva do poder imperial e pela insatisfação das elites locais. Em resposta, os regentes aprovaram leis mais descentralizadoras, como o Ato Adicional de 1834 (Galvão; Hanley, 2022), que aumentava os poderes das províncias e criava as Assembleias Legislativas Provinciais.

Entretanto, a tensão entre liberais e conservadores foi central para as transformações institucionais que marcaram a década de 1840 do século XIX, particularmente no que se refere ao interesse da Coroa em centralizar o poder e o controle da máquina fiscal, devido à ascensão do novo Imperador do Brasil. A chamada legislação regressista, implementada sobretudo a

partir de 1840 com a ascensão de Dom Pedro II ao trono, buscou reverter os avanços descentralizadores obtidos durante o período regencial, provocando reações intensas por parte dos setores liberais. Essa tensão culminaria na Revolução Liberal de 1842, expressando o descontentamento diante do cerceamento das autonomias provinciais.

As causas do levante remontam à frustração dos liberais com o retorno de medidas centralizadoras implementadas pelos conservadores após a ascensão de Dom Pedro II ao trono em 1840, com a antecipação da maioria do imperador, processo apoiado por ambos os partidos. Eles tinham como objetivo conter as revoltas regenciais e obter participação política no Parlamento. Após contribuírem decisivamente para esse momento político, os liberais esperavam ser recompensados com a manutenção e ampliação das reformas descentralizadoras conquistadas na década de 1830, especialmente aquelas consagradas pelo Ato Adicional de 1834, que conferia maior autonomia às províncias (Guerra, 1992).

O primeiro gabinete do Segundo Reinado, no dia 23 de julho de 1840, foi liderado pelos liberais. Os liberais organizaram para o fim de 1840 eleições para compor o Parlamento, os das províncias e para as câmaras municipais, que seria estabelecido no início de 1842. Entretanto, houve conflitos internos relacionados à condução dos negócios do Rio Grande, local onde acontecia a Revolução Farroupilha, o que acabou culminando na queda do gabinete dos liberais no dia 23 de julho de 1840.

Com a queda dos liberais, foi estabelecido o gabinete do partido conservador em 23 de março de 1841, constituído por figuras que compuseram o Parlamento do Primeiro Reinado. Com o poder nas mãos, os conservadores começaram uma série de medidas que visavam a centralização e o aumento da força do governo. Consequentemente, houve um embate entre liberais e conservadores nas províncias.

No início de 1842, os liberais tinham o objetivo de ganhar as eleições para compor o Parlamento. Martim Francisco foi eleito para presidente da Câmara e cônego Marinho para secretário da mesa. Entretanto, sabendo das dificuldades que teriam com os liberais no governo, os conservadores organizaram uma carta ao imperador, a fim de destituir as eleições que culminaram na vitória dos liberais. Eles usaram estratégias como cores vivas e mensagens de peso que os liberais poderiam ser uma ameaça para a Coroa, estratégia que causou impacto, pois o jovem imperador autorizou a dissolução da câmara no dia 1 de maio de 1842 (Marinho, 2015).

Diante desse cenário, os liberais paulistas e mineiros, sentindo-se traídos e marginalizados politicamente, organizaram uma resistência armada. Em São Paulo, a insurreição teve como figura central Rafael Tobias de Aguiar e, em Minas Gerais, Teófilo Ottoni liderou o movimento. Os liberais buscavam restaurar a autonomia provincial e reagir contra o que viam como uma restauração do autoritarismo monárquico sob a roupagem do centralismo conservador (Guerra, 1992).

2 A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842

Na historiografia, o termo “revolução” é tradicionalmente associado a transformações profundas na estrutura política, econômica ou social de uma sociedade. Exige-se, geralmente, um elemento de ruptura sistêmica, seja contra uma ordem autoritária (como nas revoluções liberais e socialistas), seja contra estruturas coloniais e escravistas.

Por isso, ao usar o termo “revolução” para designar movimentos como o de 1842, é importante problematizar: houve, de fato, uma proposta de ruptura ou transformação estrutural da ordem vigente? Ou seria mais apropriado compreendê-lo como um levante ou insurreição de cunho político-partidário, ainda dentro dos marcos do Império?

O conflito em Minas Gerais teve como estopim a dissolução da Câmara dos Deputados em 1º de maio de 1842, medida imposta pelo gabinete conservador e que contrariava os interesses dos liberais, maioria na casa, conforme citado anteriormente. A medida foi percebida como autoritária e ilegal, reacendendo as tensões entre os partidos Conservador e Liberal, que disputavam o controle das províncias e da política nacional desde o início do Segundo Reinado.

Em Minas, o levante começou em Barbacena, em 10 de junho, com a aclamação de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha como presidente interino da província. A partir daí, diversos centros urbanos da província aderiram à causa liberal. O movimento teve certo êxito militar inicial, com vitórias em cidades como Sabará, e conseguiu capturar importantes localidades, desafiando diretamente a autoridade do governo imperial.

A organização dos revoltosos incluiu proclamações e a tentativa de formar um governo alternativo à Corte, com base na legalidade do Parlamento dissolvido e na defesa da autonomia provincial. Entretanto, a ausência de unidade política interna e a falta de uma liderança firme e coesa comprometeram o movimento. A fuga de Feliciano Pinto Coelho em agosto de 1842 evidenciou o colapso da articulação liberal, que culminaria na derrota militar final na cidade de Santa Luzia, em que as tropas do governo, lideradas pelo Barão de Caxias, derrotaram os revoltosos.

Do ponto de vista historiográfico, é possível argumentar que a Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais não foi uma revolução no sentido pleno do termo. Não houve uma proposta de mudança radical na estrutura de poder, de ruptura com o regime monárquico ou de transformação nas relações sociais ou econômicas. Foi, sobretudo, uma reação política à centralização do poder imperial e uma tentativa de restaurar a influência liberal nas províncias, dentro ainda das instituições do Império.

Por outro lado, o movimento assumiu caráter revolucionário simbólico, pois tensionou os limites do federalismo no Brasil Imperial e trouxe à tona o conflito entre o centro e as províncias. A insatisfação das elites regionais com o poder concentrado no Rio de Janeiro e com a interferência da Corte nos assuntos locais expressa uma luta por mais autonomia provincial, tema recorrente na história brasileira do século XIX.

3 A CIDADE DE BONFIM

Em meio às revoltas, o cenário político de Bonfim se amparou ao lado dos conservadores, muito favoráveis ao governo de Dom Pedro II, e contra o governo provisório e o avanço dos liberais na política mineira. A influência do partido conservador em Bonfim perpassa sob a Revolução Liberal de 1842 e se mantém durante todo o século XIX. Tal influência continua com as mesmas representações políticas, abaixo-assinadas a favor dos conservadores, e uma ligação forte da igreja e da política na região, em que os reverendos e vigários possuíam grande poder e influência sob a população.

A política local, de forte herança escravista e conservadora, se vê em um impasse quando há um avanço dos liberais no cenário político, com medidas que promoviam a centralização do Estado e de medidas que tentam romper gradualmente com os pressupostos que vigoraram anteriormente no Brasil.

Já no contexto de 1842, durante o alvoroço político que culminou na Revolução Liberal, a cidade de Bonfim se portava a favor dos conservadores, com uma postura monárquica e contra o governo provisório, que vinha tomando medidas à favor dos liberais. Houve, inclusive, uma celebração à maioria de Dom Pedro II, com fogos de artifício e orações na igreja matriz de Bonfim, para celebrar a “queda do (governo) provisório que por tanto tempos nos flagelou” e por “ter arrancado o Brasil das garras dos devoristas (...)” (O Universal, nº 118, 19 de outubro de 1840).

Algumas medidas, como petições para membros de partidos conservadores voltarem aos cargos de presidentes provinciais (O Despertador Mineiro, nº 23, 2 de julho de 1842), e o deslocamento de forças para batalhar contra o avanço dos liberais em Bonfim e nas áreas próximas, com uma luta armada entre as partes.

Durante a Revolução Liberal, houve batalhas em trincheiras nos arredores da cidade de Bonfim, em um conflito entre os liberais e conservadores, no qual os conservadores se sobressaíram.

A força inimiga tinha se apinhado no Adro e tinham poucas trincheiras, sendo a mais forte a que defendia a estrada de Ignacio Gonçalves, e a vagem da cavalhada. Chegando a nossa força fizemos alto, e pozemo nos em movimento de cerco. Os entrincheirados insultarão nos com palavras. dansavão a jaca, e chamavam nos. Fez a nossa força fogo sobre as trincheiras, e poucos instantes depois deixarão nos os cobardes o ponto livre, onde encontramos muita polvora e balla, muitos cavalos, selias, botas esporas, e espingardas. (O Echo da Rasão, nº 42,13 de julho de 1842).

Como marcas desse conservadorismo, mesmo após a Revolução Liberal de 1842, podemos ver a importância do catolicismo para a vida cotidiana em Bonfim, que se infiltra também na política. Houve a eleição de cargos políticos para padres e vigários, que atuaram a favor das pautas da religião durante o século XIX, como o padre Antônio José da Silva Trigueiro (O Apostolo, nº60, 21 de maio de 1879) e do padre Nogueira Penido (Liberal Mineiro, nº 56, 21 de julho de 1886). Mesmo com o avanço dos planos políticos dos liberais, que agiam com medidas que buscam separar o poder que a igreja católica tinha em algumas esferas da vida, como o casamento civil como cargo do Estado, a cidade de Bonfim se mantinha firme durante esse século com práticas políticas conservadoras, reafirmando sua posição a favor dos partidos conservadores com abaixo-assinados e petições para nomeações de membros desses partidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chamada Revolução Liberal de 1842, embora frequentemente abordada em sua dimensão provincial e nacional, também permite uma leitura local, como no caso do município de Bonfim, em Minas Gerais. Compreender a atuação de Bonfim durante esse conflito é fundamental para visualizar como a crise política do Império reverberou diretamente nas dinâmicas políticas e sociais das cidades interioranas.

O conflito teve início com a dissolução, pelo Gabinete Conservador, da Câmara dos Deputados de maioria liberal. Essa ação, considerada autoritária e inconstitucional pelos liberais, despertou a reação nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Em Minas, o movimento liderado por José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, aclamado presidente interino da província, mobilizou diversas cidades, entre elas Bonfim.

No caso específico de Bonfim, os registros da época e os fragmentos de jornais indicam que a conjuntura política local refletia as divisões entre liberais e conservadores, que disputavam o controle das instituições e das políticas públicas. É notável como as lideranças políticas da cidade se alinharam com diferentes campos ideológicos e como suas decisões influenciaram diretamente o comportamento da população diante do levante.

A igreja católica, com sua presença hegemônica no cotidiano social, aparece como agente relevante nesse cenário. A participação dela não foi apenas espiritual, mas política e estratégica. A igreja atuava como espaço de articulação, influência e mediação entre as elites locais e o poder imperial. Muitos padres e membros do clero estavam ligados a projetos políticos e usavam a autoridade para legitimar posições conservadoras ou moderadoras, o que se refletia no apoio a determinadas facções durante o conflito.

Outro elemento essencial foi o uso da imprensa como instrumento político. Mesmo em uma sociedade com altos índices de analfabetismo, os jornais

eram amplamente lidos, comentados e utilizados como meio de propaganda ideológica. Em Bonfim e em outras cidades, os jornais pró-conservadores desempenharam papel importante na mobilização contrária ao levante liberal, ajudando a isolar os revoltosos e a garantir a permanência da influência conservadora em regiões estratégicas.

Do ponto de vista da historiografia, ainda é necessário questionar se o termo “revolução” é o mais apropriado para esse evento. A Revolução Liberal de 1842, embora tenha envolvido armas, proclamado governos interinos e mobilizado províncias inteiras, não visava a substituição do regime monárquico nem uma reestruturação social radical. O foco era a reversão de uma medida autoritária e a revalorização do papel dos liberais dentro das instituições imperiais.

Entretanto, quando observada a partir das cidades e vilas, como Bonfim, o evento ganha outra dimensão: a de um choque direto entre o projeto centralizador do Império e as aspirações por maior autonomia local, que se expressavam tanto nas disputas entre partidos quanto nas relações entre igreja, imprensa e autoridades civis.

A Revolução de 1842, portanto, pode ser compreendida como uma revolta política de grande escala, com traços revolucionários em sua forma de articulação e resistência, mas limitada em seus objetivos transformadores. Ela nos mostra como as tensões políticas do século XIX moldaram as práticas de poder nas províncias e nos municípios, e como as disputas entre conservadores e liberais ultrapassam o campo institucional, marcando também os territórios do cotidiano, da religião e da informação.

REFERÊNCIAS

GALVÃO, Luciana Suarez; HANLEY, Anne Gerard. Fiscalidade no Brasil Império: a manutenção de privilégios e o legado da desigualdade. **Revista USP**, São Paulo, n. 132, p. 79–100, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/197090>. Acesso em: 19 jun. 2025.

GUERRA, Mário de Lima. Os ideais da Revolução de 1842. **Revista de Estudos Universitários-REU**, v. 19, n. 1, 1993.

LUCAS, Ingrid Silva. **Entre conceitos**: revolução e conservadorismo em perspectiva Varnhageniana (1842-1857). Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro Unirio, 2019.

MARINHO, José Antônio. **História da Revolução Liberal de 1842**. Minas Gerais: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**: conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Valéria Cristina Rodrigues de. **A “Revolução” de 1842**. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

FONTES DOCUMENTAIS

ANDRADE, Carlos Gabriel (ED.). **Liberal Mineiro**. [s.l.] Cândido de Oliveira: Bernardo Pinto Monteiro, Fevereiro de 1886. v. 10

CORREIO OFICIAL DE MINAS. [s.l, s.n.]. v. 10

MINAS GERAIS. [s.l.]. Ouro Preto, 18 de abril de 1898. v. 104

O ECHO DA RAZÃO. [s.l, s.n.] 13 de julho de 1842. v. 92

CASTRO, José F. de Paula. (ED). **Noticiador de Minas.** [s.l, s.n.]. 20 de agosto de 1880. v. 142

O DESPERTADOR MINEIRO. [s.l] São João Del Rey, 2 de julho de 1842. v. 23

O UNIVERSAL. [s.l] Ouro Preto, 18 de julho de 1840. v. 78

VEIGA, José Pedro Xavier da. (ED.). **A Província de Minas.** [s.l.] Ouro Preto, 14 de fevereiro de 1884. v. 193

Do Barro ao Vaticano II: o Santuário Senhor do Bonfim como testemunha do tempo

Padre Sérgio Francisco Alves Filho

1 INTRODUÇÃO

O Santuário Arquidiocesano Senhor do Bonfim, situado na cidade de Bonfim, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, constitui um dos mais expressivos testemunhos da religiosidade barroca mineira. A construção dele remonta ao início do século XVIII, período marcado pela forte presença da mentalidade pós-tridentina, na qual a igreja católica buscava na arte e na liturgia meios privilegiados de evangelização (Concílio de Trento, 1563). Desde a fachada, a edificação revela o intuito de unir catequese e beleza: os portais em pedra lavrada, ornados com volutas e motivos vegetais, juntamente com a robustez dos cunhais e das portas em madeira almofadada, conferem à construção uma nobreza que transcende o valor estético, sendo sinais de fé esculpidos na matéria.

Ao longo de quase três séculos, o santuário acompanhou as transformações da igreja, passando da liturgia tridentina — centrada na mediação sacerdotal e no altar-mor — para a experiência participativa e comunitária promovida pelo Concílio Vaticano II (2007). Esse percurso não apenas evidencia a capacidade de adaptação da igreja diante das mudanças históricas, mas também demonstra como o espaço sagrado funciona como expressão concreta da fé celebrada em cada época.

Mais do que simples monumento, o santuário se apresenta como um lugar de memória e, ao mesmo tempo, de atualização da fé. É memória, pois preserva em sua estrutura arquitetônica, em seus retábulos e imagens, a

herança do Barroco mineiro, com sua dimensão catequética e devocional. É atualização, porque continua a ser o espaço em que a comunidade celebra o mistério pascal, segundo a renovada eclesiologia conciliar que compreende a igreja como “Povo de Deus” (Concílio Vaticano II, 2007).

Assim, o estudo do Santuário Senhor do Bonfim: como espaço litúrgico e arquitetônico: permite perceber a articulação entre tradição e renovação: de um lado, a permanência da herança barroca, marcada pela teatralidade e pela pedagogia da fé. De outro, a recepção das orientações do Vaticano II, que trouxeram maior participação da assembleia e uma reorganização do espaço celebrativo. O santuário se transforma, portanto, em chave interpretativa para compreender a própria história da liturgia católica no Brasil, na sua tensão constante entre continuidade e reforma.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO

“A arte sacra, por sua natureza, deve visar a exprimir a infinita beleza de Deus.”

(Concílio Vaticano II, SC, n. 122)¹.

O Barroco constitui um dos períodos mais marcantes da história da arte Ocidental, caracterizado pela exuberância estética, pela dramaticidade e pelo profundo vínculo com a religiosidade. A origem do movimento remonta à Europa do século XVII, particularmente à Itália, onde floresceu como resposta estética e espiritual da igreja católica aos desafios impostos pela Reforma Protestante (Montes, 2023). O Concílio de Trento (1545–1563) desempenhou papel decisivo nesse processo ao estabelecer critérios claros para a arte sacra, exigindo dela clareza doutrinal, pedagogia da fé e estímulo à devoção popular (Concílio de Trento, 1563). Assim, o estilo barroco assumiu a missão de traduzir os mistérios da fé por meio da emoção, do movimento e do impacto visual.

No Brasil, o Barroco encontrou terreno fértil em razão da missão evangelizadora e da rica interação entre tradição europeia e criatividade local. Os missionários, especialmente jesuítas, introduziram a arquitetura sacra de caráter inicialmente austero. Com o passar do tempo, sobretudo no século XVIII, essa linguagem foi enriquecida pela contribuição de artesãos e mestres locais, que adaptaram materiais e técnicas às condições da colônia. Segundo o Guia de Identificação de Arte Sacra do Iphan, o Barroco brasileiro adquiriu singularidade própria, com destaque para a talha dourada, o entalhe em madeira policromada e a inserção de elementos regionais (Iphan, 2006).

Entre os elementos mais notáveis do Barroco brasileiro estão os retábulos e altares. Esses espaços, centrais na liturgia tridentina, eram concebidos como verdadeiros cenários catequéticos: a ornamentação não se restringia ao embelezamento, mas buscava transmitir verdades da fé por meio de imagens, símbolos e cores. A talha dourada, em particular, funcionava como metáfora da luz divina, envolvendo o fiel em uma atmosfera de transcendência e mistério.

No interior de Minas Gerais, o Barroco atingiu maturidade e expressão singular, sendo reconhecido como um dos ápices da arte sacra no Brasil. Ali, a religiosidade popular, os recursos materiais disponíveis – sobretudo a pedra-sabão e a madeira – e o talento de artistas locais, como Aleijadinho e Mestre Ataíde, deram origem ao chamado Barroco mineiro, síntese entre sobriedade construtiva e exuberância catequética.

Foi nesse contexto que se ergueu o Santuário do Senhor do Bonfim, em Bonfim, Minas Gerais. A fachada distingue-se pela elegância das ombreiras em pedra lavrada e pela sobriedade das portas de madeira almofadada, deixadas sem pintura. O arco abatido, decorado com elementos florais e geométricos, e os capitéis frisados dos cunhais testemunham o cuidado artesanal característico do período colonial.

O interior do templo é igualmente eloquente: o altar-mor, ricamente entalhado, concentrava a atenção da assembleia e reforçava a centralidade do sacrário, aos pés da imagem milagrosa do Senhor do Bonfim, que relatos orais dizem ter chegado à localidade aos 15 de agosto de 1735. Como em outras igrejas setecentistas, o espaço celebrativo expressava a separação entre clero e povo, marcada pela presença de balaustradas — a chamada “mesa da comunhão” —, característica da liturgia pré-conciliar.

Com o passar do tempo, o edifício sofreu modificações, como a ampliação da nave e a reconstrução parcial da fachada, cujas lembranças sobrevivem na tradição oral da comunidade. Essas mudanças, entretanto, não descaracterizaram a essência barroca do santuário, que continua a ser um espaço de síntese: guarda a herança catequética do Barroco, mas também se abriu às orientações do Concílio Vaticano II, reorganizando presbitério e assembleia.

Assim, o Santuário do Bonfim constitui testemunho vivo da capacidade de a arte barroca unir fé, emoção e pedagogia. Mais do que estilo estético, o Barroco foi linguagem pastoral e cultural, tornando-se, no Brasil, um elo profundo entre o sagrado e o cotidiano do povo.

3 LITURGIA NO SANTUÁRIO: DA REFORMA CONCILIAR AO VATICANO II

A liturgia, em sua essência, pode ser compreendida como a ação do povo de Deus em serviço a Ele e à comunidade. A etimologia do termo, proveniente do grego *λειτουργία* (leitourgía), significa “obra” ou “serviço”, designando originalmente funções públicas em favor da coletividade. No contexto cristão, esse significado foi assumido em plenitude, tornando-se expressão da vida de fé da igreja reunida para celebrar o mistério pascal (Bouyer, 2002).

Desde os tempos bíblicos, encontram-se testemunhos de práticas litúrgicas: no Antigo Testamento, livros como Levítico, Números e Deuteronômio des-

crevem ritos de sacrifício e culto. Já no Novo Testamento, em João, 1 Coríntios e na Carta aos Hebreus, a liturgia aparece como celebração comunitária, memorial da Páscoa de Cristo (Bíblia de Jerusalém, 2002). Assim, desde suas origens, a liturgia ocupa lugar central na vida do povo de Deus, atualizando, em cada tempo, a salvação realizada por Cristo.

O Santuário do Senhor do Bonfim foi concebido no início do século XVIII sob a influência da mentalidade litúrgica consolidada no pós-Trento. O Concílio de Trento (1545-1563), embora não tenha tratado exaustivamente da liturgia, determinou a necessidade de reencontrar a autenticidade da tradição, “reconduzindo-a à norma dos Santos Padres” (Concílio de Trento, 1563). Para tanto, promoveu a uniformização dos livros litúrgicos, voltados quase exclusivamente ao clero, inaugurando o que se chamou de “era dos rubricistas”, na qual a liturgia se tornou rígida e juridicizada, reduzida a observâncias e prescrições técnicas (Jungmann, 2001).

Esse modelo marcou profundamente o Santuário do Bonfim. A disposição arquitetônica, com o altar-mor elevado, o sacrário centralizado e o altar pregado à parede, refletia a centralidade do sacrifício e a mediação exclusiva do sacerdote. As celebrações eram realizadas em latim, de costas para o povo, de modo que os fiéis participavam mais por devoções paralelas – como a recitação do rosário – do que pela ação ritual propriamente dita (Righetti, 2005).

Contudo, já no fim do século XIX surgiram sinais de renovação. O movimento litúrgico, iniciado nos mosteiros beneditinos de Solesmes, buscava reconduzir a liturgia à sua dimensão comunitária, por meio da restauração do canto gregoriano e do aprofundamento da teologia sacramental. No início do século XX, Dom Lambert Beauduin deu novo impulso ao movimento, insistindo na participação ativa do povo de Deus (Beauduin, 1914). Essa perspectiva foi reforçada por São Pio X, que afirmou que a participação dos fiéis na liturgia é a “fonte primária e indispensável do espírito verdadeiramente cristão” (Pio X, 1903).

No Santuário do Bonfim, embora moldado pelo paradigma tridentino, sinais desse espírito renovador começaram a se manifestar: a música sacra, os ritos da Semana Santa e certas práticas devocionais passaram a ser reinterpretados. Em raras ocasiões, ainda hoje, o canto em latim é preservado como eco dessa longa tradição.

Sob o pontificado de Pio XII, a renovação litúrgica ganhou bases mais sólidas. A encíclica *Mediator Dei* (1947) lançou fundamentos doutrinários que prepararam a grande virada do Vaticano II. Reformas concretas – como a renovação da Vigília Pascal (1951), a reordenação da Semana Santa (1955), a flexibilização do jejum eucarístico e a permissão de missas vespertinas – sinalizavam que uma nova mentalidade estava em curso (Pio XII, 1947).

Essas mudanças também repercutiram no Santuário do Bonfim. A comunidade local testemunhou transformações em ritos seculares, celebrados diante de seu altar-mor, que pouco a pouco prepararam o caminho para as grandes reformas do Concílio Vaticano II. Como afirma a historiografia, “seria desconhecer a história, aliás bem recente, da reforma da Liturgia, ainda em curso, atribuí-la inicialmente e até exclusivamente ao concílio. Talvez seja mais exato dizer que foi a reforma litúrgica, então já iniciada, um dos maiores, senão o maior, propulsor da realização do Concílio Vaticano II” (Martimort, 1991).

Assim, o Santuário do Bonfim é cenário vivo dessas transições: as paredes, retábulos e imagens permanecem testemunhas silenciosas de um percurso que começou em Trento, amadureceu no movimento litúrgico e floresceu no Vaticano II. Nesse itinerário, a comunidade de fé local passou de uma liturgia marcada pela distância entre clero e povo para uma vivência mais plena do mistério, em que todo o Povo de Deus é chamado a participar.

4 ADAPTAÇÕES E PERMANÊNCIAS NO SANTUÁRIO DO BONFIM

A recepção das reformas litúrgicas do Concílio Vaticano II (1962–1965) significou, em toda a igreja, uma profunda reconfiguração dos espaços celebrativos, refletindo a nova eclesiologia do “Povo de Deus” (Concílio Vaticano II, 2007). No Santuário do Senhor do Bonfim, essas mudanças se concretizaram de forma gradual, em respeito à sua tradição tricentenária, que em 2025 iniciou as celebrações preparatórias do jubileu, e também ao valor histórico de seu patrimônio arquitetônico e artístico.

Uma das adaptações mais significativas foi o deslocamento do altar-mor da parede, criando espaço para que o presbítero celebrasse a Eucaristia de frente para a assembleia. Essa mudança atendeu à orientação da *Sacrosanctum Concilium*, que determinava que “os ritos devem resplandecer com nobre simplicidade, sejam breves e claros, evitando repetições inúteis, e estejam adaptados à capacidade de compreensão dos fiéis” (Concílio Vaticano II, 2007). O novo arranjo ressignificou o presbitério, permitindo uma participação mais consciente e ativa dos fiéis (Concílio Vaticano II, 2007). Ainda assim, o antigo altar foi preservado, permanecendo como testemunho da tradição barroca e da liturgia tridentina que moldou a vida do santuário por séculos.

Outra alteração importante foi a introdução da Mesa da Palavra em madeira, elaborada com acabamento artístico que dialoga com o conjunto ornamental da igreja. Colocada mais próxima dos fiéis, ela traduz a centralidade da Liturgia da Palavra no espírito conciliar, que orientou que “a Sagrada Escritura seja venerada com máxima honra” (Concílio Vaticano II, 2007). Em contrapartida, o púlpito, outrora utilizado para pregações, foi sendo progressivamente abandonado, refletindo a reorganização do espaço e da dinâmica celebrativa.

No tocante ao Santíssimo Sacramento, manteve-se a tradição de sua reserva no altar principal, já que o santuário não dispõe de uma capela própria para

a adoração eucarística. Embora documentos como a Instrução *Eucharisticum Mysterium* (1967) e o Ritual da Sagrada Comunhão e do Culto Eucarístico fora da Missa (1973) recomendem a existência de uma capela específica (Sagrada Congregação dos Ritos, 1973), a permanência no altar-mor traduz tanto limitações arquitetônicas quanto a forte sensibilidade devocional do catolicismo popular mineiro.

No campo da *ars celebrandi*, a substituição dos livros litúrgicos pela língua vernácula representou uma mudança de alcance pastoral decisivo. O uso do português tornou a liturgia mais acessível e participativa, concretizando a decisão conciliar de que “na Missa, podem-se conceder aos fiéis partes que lhes pertencem em sua própria língua” (Concílio Vaticano II, 2007). Apesar disso, conserva-se até hoje, no acervo do santuário, um Missal Romano de Trento, guardado como relíquia histórica e símbolo de continuidade.

Essas transformações revelam como o Santuário do Senhor do Bonfim soube acolher as orientações conciliares sem apagar sua identidade barroca. De um lado, abriu-se às exigências de uma liturgia viva, comunitária e dialogal, em conformidade com as orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 2021). De outro, manteve elementos que testemunham sua longa tradição, transformando-se em espaço de síntese entre o passado tridentino e o presente conciliar, entre a memória barroca e a renovação do Vaticano II.

Como afirmou Bento XVI, “a reforma litúrgica não foi ruptura, mas desenvolvimento orgânico da tradição” (Bento XVI, 2007). Essa convicção ilumina de modo particular a realidade do Santuário do Bonfim. As reformas exigiram adaptações concretas: o altar foi voltado para o povo, o ambão ganhou centralidade e a assembleia foi reorganizada em função da participação ativa. Contudo, a força da tradição barroca permaneceu visível no conjunto artístico e devocional do templo. Hoje, o espaço celebrativo constitui uma síntese viva entre herança barroca e renovação conciliar, onde memória e atualidade da fé se encontram em harmonia.

5 ECLESIOLOGIA E PASTORAL

O Concílio Vaticano II (1962-1965) representou um marco fundamental na autocompreensão da igreja católica e em sua relação com o mundo contemporâneo. As constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* expressam, de forma complementar, uma renovada compreensão da igreja e de sua missão pastoral. A primeira, de caráter dogmático, aprofunda a identidade eclesial como mistério e como “Povo de Deus”, enquanto a segunda, de caráter pastoral, apresenta a presença da igreja no mundo atual, iluminando os desafios da humanidade com a luz do Evangelho.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* redefine a autocompreensão da igreja em chave sacramental e comunitária. Logo em sua abertura, afirma: “A Igreja é em Cristo como que o sacramento, isto é, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (Concílio Vaticano II, 2007). O conceito central é o de Povo de Deus, que transcende um modelo puramente clerical ou hierárquico. Todos os batizados são chamados a viver a comunhão e a corresponsabilidade na missão: “Aproveu a Deus santificar e salvar os homens, não individualmente, mas constituindo-os em um povo” (Concílio Vaticano II, 2007).

Essa perspectiva se concretiza no sacerdócio comum dos fiéis (Concílio Vaticano II, 2007), na vocação universal à santidade (Concílio Vaticano II, 2007) e na valorização dos diversos ministérios e carismas. Desse modo, a hierarquia se coloca a serviço da comunidade, promovendo uma igreja de comunhão e participação.

Já a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* inaugura um novo modo de a igreja relacionar-se com o mundo, a partir do discernimento dos “sinais dos tempos” (Concílio Vaticano II, 2007). De forma emblemática, o documento afirma: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”

(Concílio Vaticano II, 2007). Essa postura traduz uma igreja solidária com a humanidade e comprometida com a dignidade da pessoa humana.

A pastoral deixa de ser defensiva ou isolada para assumir o diálogo e o serviço, seguindo o exemplo de Cristo: “Não tem outra intenção senão continuar, sob a guia do Espírito, a obra de Cristo, que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, salvar e não condenar, servir e não ser servido” (Concílio Vaticano II, 2007). Nesse horizonte, ganha relevo a missão dos leigos, chamados a ordenar as realidades temporais segundo os valores do Reino (Concílio Vaticano II, 2007).

A liturgia, como expressão visível da autocompreensão eclesial, também manifesta esse novo paradigma: “Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, aí estou no meio deles” (Bíblia de Jerusalém, 2002, Mt 18,20). Enquanto a espiritualidade barroca privilegiava uma compreensão marcadamente clerical e sacrificial, o Vaticano II destacou a assembleia como sujeito celebrante, em que todos os fiéis participam ativamente. Assim, os santuários – como o do Senhor do Bonfim – tornaram-se verdadeiras escolas de liturgia, nas quais a disposição arquitetônica, a arte sacra e a própria celebração se configuram como catequese silenciosa. O santuário não é um mero edifício de pedra, cal e madeira, mas espaço carregado de memória, espiritualidade e cultura. Quem o adentra experimenta simultaneamente a riqueza do patrimônio artístico e a vitalidade da fé que atravessa gerações nestas terras.

As reformas conciliares – nos espaços, nos ritos e na linguagem – provocaram uma profunda mudança na eclesiologia e na pastoral. Surge, então, a pergunta: que imagem de igreja e que prática pastoral emergem dessas transformações? Para respondê-la, é imprescindível considerar *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, que moldaram a vida eclesial contemporânea. Ambas apresentam a igreja como Povo de Deus em missão, mistério divino e realidade histórica, comunidade de fé e presença transformadora no mundo.

Esse novo paradigma desloca o centro de uma estrutura piramidal para uma comunhão corresponsável: orienta a pastoral para a promoção da dignidade humana, da justiça e da paz; e insere a Igreja em diálogo constante com a cultura contemporânea, sem renunciar à sua identidade cristológica e trinitária. A Igreja pós-Vaticano II é chamada a viver como sacramento universal de salvação, atenta às necessidades do mundo e fiel ao mandato missionário de Cristo.

Nesse sentido, a contribuição de *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* permanece central para a teologia e a pastoral. A primeira oferece os fundamentos de uma igreja-comunhão, Povo de Deus a caminho da santidade. A segunda aponta para uma pastoral dialogal e solidária com a humanidade, comprometida com a transformação das realidades sociais. No Santuário do Senhor do Bonfim, essas intuições se tornam visíveis: ali, a herança barroca se entrelaça com a renovação conciliar, fazendo do espaço celebrativo um ícone de fidelidade criativa – uma igreja no mundo, sem ser do mundo, iluminando a história com a luz de Cristo numa vivência comunitária, litúrgica e missionária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico, arquitetônico, litúrgico e eclesiológico analisado neste trabalho permitiu reconhecer no Santuário Arquidiocesano do Senhor do Bonfim um espaço privilegiado de síntese entre tradição e renovação. A história tricentenária manifesta como a igreja, fiel à sua missão, soube integrar a riqueza do Barroco mineiro – com sua força catequética e devocional – às reformas do Concílio Vaticano II, que colocaram a assembleia no centro da vida celebrativa e reafirmaram a identidade da igreja como “Povo de Deus”.

No plano arquitetônico e artístico, o santuário permanece como testemunho eloquente do Barroco colonial, cuja expressividade estética visava, acima de tudo, à evangelização pela beleza. No plano litúrgico, as reformas

conciliares reconfiguraram o espaço celebrativo, possibilitando maior participação dos fiéis sem descaracterizar a herança barroca. No plano pastoral e eclesiológico, *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* ofereceram as bases para uma igreja-comunhão, solidária com a humanidade e aberta ao diálogo com o mundo, horizonte no qual o Santuário do Bonfim também se insere como casa de fé, memória e esperança.

Assim, o santuário não é apenas um monumento artístico ou uma relíquia do passado. Ele constitui um *locus* teológico, onde se entrelaçam a história e a atualidade da igreja. A permanência barroca, associada à recepção criativa das reformas conciliares, revela que a verdadeira fidelidade à tradição não se confunde com imobilismo, mas se concretiza na capacidade de permanecer enraizado no passado e, ao mesmo tempo, aberto ao presente e ao futuro.

Em perspectiva acadêmica e pastoral, pode-se afirmar que o Santuário do Senhor do Bonfim é expressão concreta da hermenêutica da continuidade defendida por Bento XVI: a reforma litúrgica e eclesial não foi ruptura, mas desenvolvimento orgânico da tradição (Bento XVI, 2007). Nele, a beleza do Barroco e a renovação conciliar se unem para testemunhar a vitalidade da fé cristã, convidando a comunidade a viver, em cada celebração, a comunhão com Deus e a solidariedade com o mundo.

REFERÊNCIAS

BEAUDUIN, Lambert. **La Piété de l'Église**. Louvain: Éditions de l'Abeille, 1914.

BENTO XVI. **Exortação Apostólica Sacramentum Caritatis**. São Paulo: Paulinas, 2007.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BOUYER, Louis. **Introdução à Vida Litúrgica**. São Paulo: Loyola, 2002.

CONCÍLIO DE TRENTO (1545–1563). **Documentos Conciliares**. Roma: Tipografia Vaticana, 1563.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja. *In: Documentos do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. Sacrosanctum Concilium: Constituição sobre a Sagrada Liturgia. *In: Documentos do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática Lumen Gentium. *In: Concílio Vaticano II*. Constituições, decretos, declarações. São Paulo: Paulus, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral Gaudium et Spes. *In: Concílio Vaticano II*. Constituições, decretos, declarações. São Paulo: Paulus, 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Orientações para projeto e construção de igrejas e disposição do espaço celebrativo. **Estudos da CNBB**, n. 106. Brasília: Edições CNBB, 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Orientações para adequação litúrgica, restauração e conservação das igrejas. **Estudos da CNBB**, n. 113. Brasília: Edições CNBB, 2021.

IPHAN. **Guia de Identificação de Arte Sacra**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.

JUNGSMANN, Josef Andreas. **Missarum Sollemnia**: Gênese e História da Liturgia da Missa Romana. São Paulo: Loyola, 2001.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**: Constituição Dogmática sobre a Igreja – Lumen Gentium. Petrópolis: Vozes, 1999.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II**: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje – Gaudium et Spes. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTIMORT, Aimé Georges. **A Igreja em Oração**: introdução à Liturgia. São Paulo: Paulus, 1991.

MONTES, Rodrigo. **História da Arte Barroca**: da Itália ao Brasil. Belo Horizonte: Editora ArteSacra, 2023.

PIO X. **Motu Proprio Tra le Sollecitudini**. Roma: Tipografia Vaticana, 1903.

PIO XII. **Encíclica Mediator Dei**. Roma: Tipografia Vaticana, 1947.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Cristianismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

RIGHETTI, Mario. **História da Liturgia**. São Paulo: Loyola, 2005.

RITUAL DA SAGRADA COMUNHÃO E DO CULTO EUCARÍSTICO FORA DA MISSA. São Paulo: Paulinas, 1973.

SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS. **Eucharisticum Mysterium**: Instrução sobre o culto eucarístico. Roma: Tipografia Poliglota Vaticana, 1967.

Posfácio

Wanda Regina Rodrigues

*“... sei, irmãos, que todos já existimos.
Antes, neste ou em diferentes lugares.”*

(Guimarães Rosa, em “Páramo”)

É perigoso escrever sobre Bonfim.

Tinha eu a mesma preocupação que Antônio de Paiva Moura, citado por Amauri Carlos Ferreira em seu prefácio: “tínhamos uma limitação na historiografia de Bonfim, tendo em vista que os trabalhos até aquele momento estavam baseados em sua maior parte na tradição oral”.

Após a leitura dos artigos deste livro e a releitura da pequena, mas intensa, obra de Carlos Maciel da Cunha, “O Morro da Forca”, editada em 1960, algumas pistas para compreender esta ausência surgiram.

T. Cardini (2006), em seu trabalho “Un sociólogo al Santo Sepulcro”, afirma que “[...] a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que em sua incansável obra de mistificação, redefinição, reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido.”

Se a História tem como papel fundamental a contínua reconstrução do passado dialogando com o presente, a memória é um elemento pilar dessa relação. Uma definição usual de memória seria a faculdade de capturar ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente, ou lembrança, reminiscência, recordação.

De qualquer forma, grosso modo, relacionamos memória ao passado.

Para Le Goff (1990), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” e, embora a memória ligada às ciências humanas “se ocupe mais da memória coletiva que das memórias individuais”, é importante situar que o estudo da memória envolve ciências como a “psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria”. Alguns pontos estudados por essas ciências podem fazer aparecer “traços e problemas da memória histórica e da memória social”. Mas memória e lembrança são diferentes. Na memória recuperamos fatos e na lembrança revivemos o arquivado carregando afetividades e significados pessoais.

Assim, ao escrever sobre Bonfim, como desvincular o cheiro de poeira e suor dos cavaleiros nos carnavais da trajetória da tradição histórica? A lembrança das saias longas e negras das viúvas em seu cotidiano debruçar nas janelas em ruínas? O calor das pedras dos becos sob nossos pés descalços e as mãos negras que as socaram? O frio vento entrando pelas frestas de janelas rachadas trazendo o perfume do jasmim-manga e escondendo as violências sobre as moças que se matavam nas cisternas? Como separar o triste, ou alegre, soar do sino da igreja matriz – que conclama, alerta, avisa, ameaça, disciplina – da rigidez, quase estamental, das gentes que ainda suspiram por D. Pedro II e sua passagem por estas terras? (Enquanto Maciel da Cunha escrevia sobre o “Morro da Forca”, ainda persistia um costume do “dia de pedir esmola”. Era aos sábados.).

Os artigos nos permitem quebrar a casca da construção de uma memória forjada pelas tradições aristocráticas que ainda se apresentam como bucólicas, caridosas, solidárias e protetoras de um passado que percebemos duro, se não sangrento.

O cotejamento com a obra de Maciel Cunha nos revela o difícil ofício do historiador em contrapor memória e lembrança, suspender o suave véu da saudade que cobre a memória, apresentando a necessária crueza da materialidade histórica. Encontro aí a chave para entender a preocupação de Antônio Moura e a importância deste atual trabalho.

Em Bonfim, lembrança, memória e história se entrelaçam tão fortemente que só mesmo a acuidade do olhar e o esforço, também físico, de pesquisadores conseguiu nos tranquilizar quanto ao futuro de novas publicações.

Que venham mais!

Uma senhorinha bonfinense muito velhinha certa vez me disse: “O que me quebra é a memória.”

Pois é... escrever sobre Bonfim é perigoso, mas fundamental.

REFERÊNCIAS

CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc, 2006.

CUNHA, Carlos Maciel. **O Morro da Forca**. Belo Horizonte: Associação dos Jovens Ex-Caracenses, 1960.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 419-420.

SOBRE OS AUTORES

Amauri Carlos Ferreira

Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. Professor de Filosofia. Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. Graduado em Filosofia. Estágio pós doutoral em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Coordenador do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2) financiado pela Fapemig.

Anderson Marinho Maia

Professor da Escola do Legislativo - ELE/ALMG (pós-graduação). Professor da Funec e Rede Municipal de Contagem. Mestre em Ciências da Religião pela PUC Minas. Doutor em Ciências Sociais pela PUC Minas. Estágio Pós-doutoral em Ensino pela PUC Minas. Brasil. Foi pesquisador colaborador do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2) financiado pela Fapemig.

Ana Júlia Ribeiro Vieira de Brito

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Stricto Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, Brasil. Educadora museal no Palácio da Liberdade- MG.

Foi bolsista do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2) , financiado pela Fapemig.

Bruna Leticia Fernandes da Silva.

Graduada em História. Foi bolsista voluntária do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez

Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e, também, em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Mestre e doutora em História pela Universidade de São Paulo - USP. Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Elen da Silva Perdigão

Graduada em História pela PUC Minas. Foi bolsista do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim- MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG, financiado pela Fapemig.

Leandro Pereira de Abreu

Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, especialista no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu – Prepes, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação – Stricto Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas,

bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes, Brasil. Técnico de laboratório do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas. Foi pesquisador colaborador do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Gabriel Alves Mendes

Graduado em História (Licenciatura) pela PUC Minas. Foi bolsista do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Mestre em Ciência e Cultura na História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, especialista em Patrimônio Cultural, graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, gerente de articulação com os municípios do Iepha-MG.

Lilian Cristina Bernardo Gomes

Professora de História Instituto Santo Tomás de Aquino (Ista), doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, estágio Pós-doutoral em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, pesquisadora do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim - MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Padre Sérgio Francisco Alves Filho

Reitor do santuário arquidiocesano Senhor do Bonfim, assessor para liturgia da Renser, graduado em filosofia e teologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas e pós-graduando em liturgia pela Faculdade São Basílio Magno em Curitiba.

Pedro Arthur da Silva Piuco

Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, bolsista do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Renato Trigueiro da Cunha

Memorialista, graphic designer/programador visual, consultor de marketing (formação superior). Pesquisador colaborador do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Ricardo Carlos Ferreira

Professor de História no Colégio Espanhol Santa Maria Minas e professor auxiliar no Programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (IEC), graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Atua como pesquisador e historiador de patrimônio histórico em diversos municípios de Minas Gerais. Tem experiência na elaboração de inventários de bens materiais e imateriais, além da realização de pesquisas históricas, pareceres e laudos técnicos em dossiês de registro e tombamento de patrimônios culturais mineiros. Pesquisador colaborador

do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Robson Augusto da Silva Moura

Técnico em Conservação e Restauração de Bens Culturais, diretor municipal do Patrimônio Histórico responsável pelo Acervo do Arquivo Público de Bonfim-MG. Graduação em História (em andamento). Colaborador do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig na parceria estabelecida com a Prefeitura de Bonfim-MG.

Soraia Aparecida Belton Ferreira

Professora de Filosofia da Escola do Legislativo - ELE/ALMG e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas (pós-graduação - IEC). Mestre em Educação pela Unincor, doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Estágio Pós-doutoral em Ensino pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Pesquisadora do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim-MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Thiago Narciso dos Santos.

Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Foi bolsista do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim - MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Ulisses Henrique Tizoco

Licenciado e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo -USP, professor de História no Ensino Médio da rede estadual de Minas Gerais e da Fundação de Ensino de Contagem - Funec. Pesquisador nas áreas de História do Brasil Império, História de Minas Gerais, História da Escravidão, Tráfico Interno de Escravos, História Econômica e Social da Província Mineira, com experiência em Documentação e Acervos Históricos e Leitura Paleográfica (séc. XVIII e XIX).

Victória Carvalho Akerman

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, bolsista voluntária do Projeto Patrimônio Histórico de Bonfim - MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba-MG (APQ 02088-2), financiado pela Fapemig.

Wagner Lucas Pereira

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e graduado em Museologia Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Possui experiência com curadoria de exposições e coleções, atuou em pesquisas no Centro Inhotim de Memória e Patrimônio e na Rede de Museus da UFMG. Os interesses de pesquisas giram em torno das práticas de pesquisa e narrativas expográficas em museus, envolvendo o campo do patrimônio cultural, dos estudos da cultura material e dos estudos da memória.

Wanda Regina Rodrigues

Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, professora no Ensino Médio por 43 anos, diretora da Casa de História, atuou como divulgadora do patrimônio histórico, artístico e cultural mineiro em diversos projetos.

Este livro estabelece a relação entre tempo, história e memória de uma região onde está situada a cidade Bonfim- MG, guardiã de um patrimônio cultural singular pouco divulgado e pesquisado. Em cada texto, os autores dão a conhecer, a partir da tessitura de suas narrativas, a importância de preservar a identidade cultural, expressando o que fomos e quem somos. Ao retratar e divulgar parcialmente suas pesquisas, eles salientam a necessidade de preservar o patrimônio material e imaterial que pode ser descoberto e evidenciado. O livro é um convite para saber mais um pouco sobre a história da região que está entrelaçada na documentação escrita e oral. Esta narrativa foi a possível, não a ideal. Parte deste livro se refere à recente pesquisa “Patrimônio Histórico de Bonfim - MG: Construção do Imaginário Religioso e Educacional Mineiro no Médio Paraopeba”, financiada pela Fapemig para o período de 2022 a 2025, e coordenada pelo prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira. Entre os objetivos estão o de inventariar, catalogar e higienizar documentos dispersos na Casa de Cultura de quase dois mil documentos, dos mais de cinco mil ali existentes, que estão disponíveis para consulta e que demandam preservação. O leitor provavelmente terá algo a dizer, algo a complementar. Pode e deve concordar ou discordar. Os autores sabem que o texto depois de pronto pertence ao leitor. Sabem, também, que tentaram oferecer o melhor. O importante a partir de agora é dar continuidade ao que foi escrito e ao que será.

